



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UNB)

FACULDADE UNB DE PLANALTINA (FUP)

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E  
DESENVOLVIMENTO RURAL – PPG/MADER

DAIANE RICARDA DE MELO

MULHERES, PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PODER: O CASO DO  
TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO PARANÃ

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP).

Orientador: Professor Drº Mário Lúcio de Ávila

Planaltina – DF

2019

DAIANE RICARDA DE MELO

MULHERES, PARTICIPAÇÃO, REPRESENTAÇÃO E PODER: O CASO DO  
TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO PARANÁ

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestra em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, linha de pesquisa Desenvolvimento e Políticas Públicas para o Meio Ambiente e o Campo, Universidade de Brasília (UnB), Faculdade UnB Planaltina (FUP).

BANCA EXAMINADORA

---

Professor Dr<sup>o</sup> Mário Lúcio de Ávila  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

---

Professora Dr<sup>a</sup> Tânia Cristina Cruz – Membro Externo  
Universidade de Brasília- Faculdade UNB Planaltina

---

Professora Dr<sup>a</sup> Regina Coelly Fernandes Saraiva – Membro Interno  
Universidade de Brasília – Faculdade UNB Planaltina

---

Professora Dr<sup>a</sup> Laura Maria Goulart-Suplente  
Universidade de Brasília – Faculdade UnB Planaltina

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

MM528m MELO, DAIANE R.  
Mulheres, Participação, Representação e Poder: O Caso do  
Território da Cidadania Vale do Paraná / DAIANE R. MELO;  
orientador Mário Lúcio de Ávila. -- Brasília, 2019.  
216 p.

Dissertação (Mestrado - Mestrado em Meio Ambiente e  
Desenvolvimento Rural) -- Universidade de Brasília, 2019.

1. Mulher. 2. Território. 3. Política Pública. 4. Relações  
de Gênero. 5. Poder. I. Lúcio de Ávila, Mário, orient. II.  
Título.

## **Dedicatória**

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser aquele que diariamente me empresta um coração que pulsa o ar que respiro e o desejo permanente de ir sempre além do que se espera. A Nossa Senhora por ser meu símbolo sagrado de MÃE e por sempre passar a frente dos meus impossíveis.

Com todo amor, respeito e gratidão às MULHERES do Território da Cidadania Vale do Paraná.

## **Agradecimentos**

Agradeço de todo o coração ao universo (DEUS), por sempre me fazer rica da companhia de pessoas do bem, e que sempre impulsionam minha evolução.

A Faculdade UnB Planaltina pela oportunidade de convivência com grandes professores e colegas que sempre oportunizaram discussões e trabalhos intensos no sentido de reconhecer e buscar transformar as duras realidades deste país por meio da produção de conhecimento.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, que junto da Faculdade UnB Planaltina me propiciaram a chance de por dois anos conhecer e interagir com a realidade das mulheres no Vale do Paranã através do NEDET.

Agradeço a minha MÃE Ivana, por escutar atenta à leitura de cada página escrita até aqui, me concedendo a oportunidade de militar em favor das mulheres dentro da minha própria casa, do despertar da consciência quanto à importância de buscar melhores condições de vida independente da história ou das privações vividas, e principalmente por me mostrar a relevância de uma escrita e um linguajar acessível no empoderamento das mulheres. Você e sua história foram uma referência para todo este esforço...

Agradeço ao meu PAI Ismael, por ter me mostrado desde cedo o grande sentido da seriedade e dedicação com o trabalho.

A minha irmã Juliana, por ter umas das mentes mais brilhantes que conheço. Um coração bondoso e por sempre me apoiar quando o assunto é meu desenvolvimento acadêmico.

Ao meu companheiro Vinícius, por sempre se fazer presente, pela paciência, por procurar me entender, me apoiar e enxergar uma Daiane que às vezes nem eu sou capaz de reconhecer...

Aos meus sobrinhos e em especial, Ana e Miguel (luz dos meus olhos) por aliviarem o peso da rotina com abraços carinhosos e lindos desenhos para essa tia coruja.

A minha tia Ester e minha prima Dayse por todo apoio, por sempre acreditarem e apostarem em mim.

A memória do meu anjo de luz, minha AMADA avó Maria Basileu pela linda existência, exemplo de resistência, doçura, e um feminismo singular...

As minhas amigas Alinne e Ana Raquel, pelo apoio na vida e nas constantes idas e vindas da UnB...

A um dos presentes mais especiais que a universidade e a vida acadêmica poderiam ter me dado, meu querido amigo Wellington Lourenço... Ser de luz, coração gigante e meu grande incentivador sempre! Gratidão eterna por fazer parte de maneira tão positiva da minha vida e da minha história.

Aos meus companheiros de campo Pedrão, “Pedin” e Carlinhos por todo carinho, alegria e dedicação nas aventuras no Paranã.

Ao meu orientador Drº Mário Lúcio de Ávila pela caminhada e contribuições.

A todos os professores que me acompanharam até aqui e de forma especial às minhas mais que queridas professoras Regina Coelly e Mônica Molina, toda minha gratidão pelo incentivo, generosidade e por sempre me fazerem entender que sou capaz.

Ao professor Sérgio Sauer agradeço por todo incentivo no ingresso no Mader, pela imposição de desafios, pelos “puxões de orelha” que ajudaram a me qualificar e me tornar uma aprendiz melhor.

A minha amiga Paula Divina, por se mostrar uma companheira incrível em todas as horas e me dar o privilégio de cultivar uma AMIZADE DE VERDADE!

Às boas amizades conquistadas nesta caminhada... Como Alana Maciel e Daniella Prado, sempre solidárias, carinhosas e presentes em todas as situações.

Aos melhores educadores físicos Henrique e Eliane, por todo carinho e dedicação em me acompanhar na luta contra a fibromialgia. Obrigada por me deixarem mais forte, resistente e disposta para cumprir o desafio dos meus estudos.

As minhas amigas Ieda, Ana Luiza, Thamires, Milena, Viviane, Carol, Elaine, Jussara, Renata, Kelly, Vanessa, Diva e todas as outras que moram no meu coração, muito obrigada por todo apoio, carinho, orações e compreensão com as minhas ausências.

De modo especial não posso deixar de agradecer ao meu irmão de alma Jonathas Felipe, como você é especial para mim... Obrigada por mais uma vez estar comigo compartilhando das minhas angústias, pelas discussões interessantes por dedicar inúmeras horas voluntariamente para me ajudar, por me organizar melhor que eu mesma e nunca me deixar sozinha... Você é o cara Jhon!

Muito mais que professora, um exemplo de ser humano... Obrigada por tudo Dr<sup>a</sup> Tânia Cristina! Dr<sup>a</sup> não só em passar conhecimento, mas em generosidade, em acolher e valorizar o próximo.

Por fim, o meu muito obrigada as protagonistas do Vale do Paranã e especial a Senhora Iracilda Rodrigues da Silva pela grande oportunidade da minha vida...

Todo esse trabalho é de vocês e para vocês!

Toda minha gratidão pela acolhida sempre carinhosa, pelo comprometimento sempre, pela confiança, por me ensinarem tanto e por me darem a chance de ser uma pessoa mais forte corajosa e intensa!

Amo vocês!

Gratidão eterna a todos vocês!

## Resumo

O território da cidadania Vale do Paranã é situado no nordeste goiano. Este por sua vez, é considerado como um dos territórios com maior predominância de pobreza e miséria devido ao pouco dinamismo socioeconômico da região. Este é o principal fator pelo qual o território foi incorporado na dinâmica do programa Territórios da Cidadania. No contexto de uma região marcada pela presença masculina e com fortes raízes culturais do patriarcado, não é novidade que os homens estejam à frente no que corresponde ao domínio das condições de vida. As desigualdades de gênero tornam-se evidentes pela produção de identidades dos homens e das mulheres no interior das relações práticas e sociais. Assim, no presente trabalho a análise desta política pública incorre sobre como os mecanismos de participação e representação se configuraram nas relações de poder e gênero no regramento social do território. Além disso, também buscou - se auferir o impacto da descontinuidade desta política na organização e empoderamento das mulheres. Desta forma, buscou-se problematizar a situação por meio da análise e percepção dos atores e atrizes locais sobre as práticas sociais no colegiado de acordo com as categorias supracitadas no período de vigência da política (2009-2016). A partir tanto da análise teórica como da pesquisa empírica, observou-se que as relações de poder foram cruciais para efetividade das políticas públicas no Paranã. Apesar do programa territórios da cidadania não ser uma política pública específica para as mulheres, o mesmo buscou ofertar possibilidades de inscrição e participação para as mesmas na vida pública e política, tendo em vista a criação de condições favoráveis e possibilidades de evolução nas relações de gênero do território. No entanto, cabe ressaltar que a ruptura de dominação e a continuidade da postura de resiliência e emancipação das mulheres nos processos políticos locais dependem de monitoramento e auxílio do Estado. Deste modo, no momento atual, é importante repensar as formas de elaborar ações e políticas para os territórios. É recomendado que os tomadores de decisão do Estado se apropriem do que foi o programa Territórios da Cidadania e da importância das ações propostas por este programa, no sentido de que os grupos populacionais atendidos, suas reivindicações e suas conquistas não desapareçam por completo. Assim, buscou-se alertar que o exercício de reconhecimento de direitos e deveres acontece no momento em que as pessoas se percebem como parte ativa de um processo de conquista e de propriedade de definição de suas próprias agendas.

**Palavras-Chave:** Mulher, Política Pública, Poder, Relações de Gênero, Território.

## **Abstract**

The citizenship territory Paranã's Valley is placed on northeast of Goiás. This is considered one of many territories with poverty and misery, due to its low socioeconomic dynamism. This is the main factor why this territory was incorporated to the program Citizenship Territories. In this context from a region marked with male dominance and with strong cultural roots from patriarch, it's not new that some men stay in front in what concerns to life's conditions dominance. The gender inequality become evident by male e female identities production in social and practical relations. Indeed, in this present work the analysis of this public policy incurs about the representation and participation configured in relations of power and gender in social rule territory. Besides, also searched the impact from discontinuity of this policy in organization and empowerment for this women. This way, searched to problematize this situation through the perception from local social actors and actresses about social practices in the collegiate according to above mentioned categories in period of effectiveness of this policy. Starting from both the theoretical analysis like empirical research, it was observed that power relations were crucial to public policy's effectiveness in Paranã. Even though, the citizenship territories program is not a specific public policy for women, its searched to offer inscription and participation for them in public and political life. In view the favorable conditions and the possibility to evolve gender relations for territory. However, it is worth mentioning that the rupture from domination, a continuity of the resilience's posture and women emancipation in local political process depends from monitoring and aid from state. This way in actual moment it is important to rethink the ways and the means of developing actions and policies for territories. Its recommend that the decision makers from State to appropriate from the Citizenship Territories Program and the importance of actions proposed by this political policy, in the sense this population groups attended your claims and your conquers don't disappear completely. It was sought to alert that the recognizing the exercise of rights and duties happens in a moment witch people feel active part from a process of conquer and the definition process of their agenda

**Key-Words:** Woman, Public Policy. Power, Gender Relations, Territory

## Lista de Gráficos

GRÁFICO 1 - POPULAÇÃO VALE DO PARANÁ DIVISÃO POR SEXO .....	44
GRÁFICO 2 - SITUAÇÃO DOMICILIAR POR GÊNERO E POR REGIÃO NO VALE DO PARANÁ. ....	45
GRÁFICO 3 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM DO MUNICÍPIO DE ALVORADA DO NORTE - GO.....	45
GRÁFICO 4 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER MUNICÍPIO DE ALVORADA DO NORTE - GO.....	46
GRÁFICO 5 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA (RURAL/URBANA) MASCULINA. ....	46
GRÁFICO 6 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA (RURAL/URBANA) FEMININA.....	47
GRÁFICO 7 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR SEXO ALVORADA DO NORTE. ....	47
GRÁFICO 8 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR SEXO ALVORADA DO NORTE. ....	48
GRÁFICO 9 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM NO MUNICÍPIO DE BURITINÓPOLIS – GO .....	48
GRÁFICO 10 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER NO MUNICÍPIO DE BURITINÓPOLIS – GO .....	49
GRÁFICO 11 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA (RURAL/URBANA) DO HOMEM BURITINÓPOLIS GO.....	49
GRÁFICO 12 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA (RURAL/URBANA) DA MULHER BURITINÓPOLIS GO .....	50
GRÁFICO 13 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS MUNICÍPIOS POR GÊNERO BURITINÓPOLIS GO.....	50
GRÁFICO 14 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO BURITINÓPOLIS GO.....	51
GRÁFICO 15 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO. BURITINÓPOLIS GO.....	51
GRÁFICO 16 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM DAMIANÓPOLIS GO.....	52
GRÁFICO 17 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER DAMIANÓPOLIS GO.....	52
GRÁFICO 18 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA DO HOMEM URBANA/RURAL DAMIANÓPOLIS GO .....	53
GRÁFICO 19 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA DA MULHER DAMIANÓPOLIS GO .....	53
GRÁFICO 20 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS POR GÊNERO DAMIANÓPOLIS GO .....	54
GRÁFICO 21 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO DAMIANÓPOLIS GO .....	54
GRÁFICO 22 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO DAMIANÓPOLIS GO .....	55
GRÁFICO 23 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM DIVINÓPOLIS GO .....	55
GRÁFICO 24 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER DIVINÓPOLIS GO.....	56
GRÁFICO 25 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA DO HOMEM DIVINÓPOLIS GO .....	56
GRÁFICO 26 - REGIÃO DE RESIDÊNCIA DA MULHER DIVINÓPOLIS GO .....	57
GRÁFICO 27 - MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS POR GÊNERO DIVINÓPOLIS GO.....	57
GRÁFICO 28 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO. DIVINÓPOLIS.....	58
GRÁFICO 29 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO DIVINÓPOLIS GO .....	58
GRÁFICO 30 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM FLORES GO .....	59
GRÁFICO 31 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER FLORES GO .....	59
GRÁFICO 32 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS HOMENS FLORES GO.....	60
GRÁFICO 33 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES FLORES GO.....	60
GRÁFICO 34 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DO DOMICÍLIO POR PESSOAS COM 25 ANOS OU MAIS FLORES GO	61
GRÁFICO 35 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO FLORES GO .....	61
GRÁFICO 36 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO FLORES GO.....	62
GRÁFICO 37 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM GUARANI DE GOIÁS.....	62
GRÁFICO 38 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER GUARANI DE GOIÁS.....	63
GRÁFICO 39 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS HOMENS GUARANI DE GOIÁS .....	63
GRÁFICO 40 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES GUARANI DE GOIÁS .....	64
GRÁFICO 41 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DO DOMICÍLIO POR PESSOAS COM 25 ANOS OU MAIS GUARANI DE GOIÁS.....	64
GRÁFICO 42 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO GUARANI DE GOIÁS .....	65
GRÁFICO 43 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO GUARANI DE GOIÁS .....	65
GRÁFICO 44 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM IACIARA.....	66
GRÁFICO 45 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER IACIARA .....	66
GRÁFICO 46 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS HOMENS IACIARA .....	67
GRÁFICO 47 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES IACIARA .....	67
GRÁFICO 48 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS IACIARA.....	68
GRÁFICO 49 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO IACIARA .....	68
GRÁFICO 50 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO IACIARA .....	69

GRÁFICO 51 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM MAMBAÍ.....	69
GRÁFICO 52 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER MAMBAÍ.....	70
GRÁFICO 53 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DO HOMEM MAMBAÍ.....	70
GRÁFICO 54 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES MAMBAÍ.....	71
GRÁFICO 55 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS MAMBAÍ.....	71
GRÁFICO 56 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO MAMBAÍ.....	72
GRÁFICO 57 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO MAMBAÍ.....	72
GRÁFICO 58 - FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS POSSE GO.....	73
GRÁFICO 59 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER POSSE GO.....	73
GRÁFICO 60 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DO HOMEM POSSE GO.....	74
GRÁFICO 61 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES POSSE GO.....	74
GRÁFICO 62 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS POR GÊNERO POSSE GO.....	75
GRÁFICO 63 - FAIXA ETÁRIA DOS HOMENS SÃO DOMINGOS.....	75
GRÁFICO 64 - FAIXA ETÁRIA DAS MULHERES SÃO DOMINGOS.....	76
GRÁFICO 65 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS SÃO DOMINGOS.....	76
GRÁFICO 66 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO SÃO DOMINGOS.....	77
GRÁFICO 67 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO SÃO DOMINGOS.....	77
GRÁFICO 68 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM SIMOLÂNDIA.....	78
GRÁFICO 69 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER SIMOLÂNDIA.....	78
GRÁFICO 70 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS HOMENS SIMOLÂNDIA.....	79
GRÁFICO 71 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DA MULHER SIMOLÂNDIA.....	79
GRÁFICO 72 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DO MUNICÍPIO POR GÊNERO SIMOLÂNDIA.....	80
GRÁFICO 73 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO POR GÊNERO SIMOLÂNDIA.....	80
GRÁFICO 74 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO SIMOLÂNDIA.....	81
GRÁFICO 75 - FAIXA ETÁRIA DO HOMEM SÍTIO D'ABADIA.....	81
GRÁFICO 76 - FAIXA ETÁRIA DA MULHER SÍTIO D'ABADIA.....	82
GRÁFICO 77 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DOS HOMENS SÍTIO D'ABADIA.....	82
GRÁFICO 78 - SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA DAS MULHERES SÍTIO D'ABADIA.....	83
GRÁFICO 79 - SITUAÇÃO DE MANTENÇA DOS DOMICÍLIOS POR GÊNERO SÍTIO D'ABADIA.....	83
GRÁFICO 80 - SITUAÇÃO DE OCUPAÇÃO SÍTIO D'ABADIA.....	84
GRÁFICO 81 - SITUAÇÃO DE DESOCUPAÇÃO POR GÊNERO SÍTIO D'ABADIA.....	84
GRÁFICO 82 - HOMENS E MULHERES SEM INSTRUÇÃO OU COM NÍVEL FUNDAMENTAL INCOMPLETO NO TERRITÓRIO VALE DO PARANÁ.....	85
GRÁFICO 83 - HOMENS E MULHERES COM NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO E MÉDIO INCOMPLETO NO VALE DO PARANÁ.....	85
GRÁFICO 84 - HOMENS E MULHERES COM ENSINO MÉDIO COMPLETO E SUPERIOR INCOMPLETO NO VALE DO PARANÁ.....	86
GRÁFICO 85 - HOMENS E MULHERES COM NÍVEL SUPERIOR COMPLETO NO VALE DO PARANÁ.....	86
GRÁFICO 86 - PRINCIPAIS DIFICULDADES RELATADAS PELAS ASSENTADAS RURAIS NO TCVP.....	89
GRÁFICO 87 - PRODUÇÃO AGRÍCOLA DA ASSENTADA RURAL DO TCVP.....	90
GRÁFICO 88 - PRODUÇÃO E MANEJO ANIMAL.....	91

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1: DADOS POPULACIONAIS TERRITÓRIOS DA CIDADANIA VALE DO PARANÃ .....	38
TABELA 2: ASSENTAMENTOS VISITADOS .....	88
TABELA 3: PROGRAMAS DE GARANTIAS DE CIDADANIA E INCLUSÃO PRODUTIVA PARA MULHERES.....	94
TABELA 4: COMPOSIÇÃO DO COMITÊ DE MULHERES.....	99

## Lista de Quadros

QUADRO 1: SÍNTESE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES .....	32
QUADRO 2: SÍNTESE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES .....	33
QUADRO 3- QUADRO EXEMPLO .....	102
QUADRO 4: INTEGRANTE FLOR .....	109
QUADRO 5: INTEGRANTE OURO .....	118
QUADRO 6: INTEGRANTE LUTA .....	134
QUADRO 7: INTEGRANTE CONSCIÊNCIA .....	147
QUADRO 8: INTEGRANTE FORÇA .....	155
QUADRO 9: QUADRO RESUMO DA ANÁLISE FUNCIONAL DESCRITIVA .....	159
QUADRO 10: QUESTIONÁRIOS PRÉ- TESTE – VISÃO DOS HOMENS EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO COLEGIADO TERRITORIAL .....	166

## Lista de Figuras

FIGURA 1: DIRETRIZES DE ABORDAGEM.....	25
FIGURA 2: ABRANGÊNCIA DO PROGRAMA TERRITÓRIOS DA CIDADANIA .....	26
FIGURA 3: CICLO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO .....	27
FIGURA 4: GESTÃO TERRITORIAL – COMPOSIÇÃO E ATRIBUIÇÕES.....	28
FIGURA 5: MAPA DO TERRITÓRIO DA CIDADANIA VALE DO PARANÃ.....	37
FIGURA 6: VARIÁVEIS PARA CÁLCULO DO IDH.....	39
FIGURA 7: PRIMEIRO CONTATO COM AS MULHERES DO TCVP .....	96
FIGURA 8: PLENÁRIA PARA REESTRUTURAÇÃO DO COLEGIADO TERRITORIAL EM POSSE GO.....	98
FIGURA 9: DISCUSSÃO PARA ELEIÇÃO DO COMITÊ DE MULHERES .....	99

## **Lista de Siglas**

CONDRAF- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável

CNTE- Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

ECOCUT- Escola Centro Oeste de Formação da CUT

IBRACE- Instituto Brasil Central

FETADEF – Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Distrito Federal

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário

NEDET – Núcleo de Desenvolvimento e Extensão Territorial

PT – Política Territorial

PTC- Programa Territórios da Cidadania

PNPM – Plano Nacional de Políticas para Mulheres

SDT – Secretaria de Desenvolvimento Territorial

SPM – Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres

1. Introdução.....	17
2. Políticas Públicas e Territorialização.....	20
2.1 Contexto histórico da Política Territorial .....	23
2.2.O processo de Construção e Consolidação de Políticas Públicas com Ênfase na Mulher. ....	28
2.3 O processo de consolidação da Política Territorial com ênfase na mulher.....	34
2.4 Caracterização do Território da Cidadania Vale do Paranã.....	36
3 Metodologia.....	41
4. Quem é a mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã? .....	43
4.1. Identificação do perfil sócio econômico da mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã ....	43
4.2 Mulheres e política territorial: O que foi essa proposta? .....	93
4.3 Participação e representação.....	100
4.4 Espaços de participação e representação da mulher: limites e potencialidades .....	101
4.4.1 Integrante Flor .....	102
4.4.2 Integrante Ouro.....	112
4.4.3 Integrante Luta.....	118
4.4.4 Integrante Consciência .....	140
4.4.5 Integrante Força.....	149
5. Política territorial, mulheres e poder no Território da Cidadania Vale do Paranã: Uma conquista ou uma ilusão?.....	163
5.1 Relações de gênero e poder nos espaços territoriais. ....	163
5.2 A importância da Política Territorial para o protagonismo das mulheres no Vale do Paranã. ....	172
5.3 Impactos da descontinuidade da Política Territorial na organização e empoderamento das mulheres no Vale do Paranã.....	175
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	180
7.REFERÊNCIAS .....	187
8.Apêndice A- Questionário Pré - teste .....	191
8.1 Apêndice B - Roteiro de Entrevista .....	194
8.2 Apêndice C – Degrações das Entrevistas.....	196

## 1. Introdução

A análise territorial se baseia numa estratégia de intervenção para otimizar, estimular e dinamizar o controle social bem como dos recursos locais, de acordo com o modo com que estas variáveis se tensionam e se organizam, no sentido de dar significado ao seu lugar.

Neste contexto o programa Territórios da Cidadania surge como uma política social implementada no período de 2008 pelo governo Lula, cujo objetivo se centrava na promoção integrada de ações articuladas com órgãos federais, estaduais e municipais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento local, de modo contínuo e integrado com vistas à superação da pobreza em regiões com pouca diversificação econômica.

Inaugurado em 22 de março de 2009, juntamente com outros territórios, o Vale do Paranã, é situado no nordeste goiano. Este possui uma extensão de área de 17.452,90 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Sítio d' Abadia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos e Simolândia.

A perspectiva econômica e social deste território é considerada baixa, uma vez, que seu índice de desenvolvimento humano é de 0.67, o que sugere a existência de sérios problemas de ordem pública, como por exemplo, graves déficits em saúde e educação.

Dentro de todos esses municípios de maneira geral, observou-se que os homens além de ser maioria também permanecem em melhores condições que as mulheres no que diz respeito ao domínio socioeconômico da vida (possuem maior protagonismo no acesso a trabalho, voz e decisão).

Sendo assim, é importante lembrar que cabe ao Estado prover as condições de igualdade para a participação, assegurando a garantia e o acesso aos instrumentos para este exercício nas políticas públicas. Porém, quando este assunto envolve os espaços rurais, a situação ainda é muito grave. Os traços culturais muito específicos e a

dependência de trajetória (NORTH, 1990) podem manter o patriarcalismo, e as discrepantes relações de gênero, e por consequência as de poder.

Assim, por meio de uma política pública como o Programa Territórios da Cidadania, o presente estudo analisa a possibilidade de alteração da dinâmica deste espaço territorial a partir dos conflitos existentes na região mediados pelo poder público e pelos os atores e atrizes locais.

Nos estudos territoriais, Ávila (2011) identifica um papel tecnocrático exacerbado e dentro desta proposta, não seria novidade que os técnicos fossem em sua maioria homens. NICOLLETI (2013) acrescenta que o contexto de participação política desde as clássicas obras de filosofia política é fortemente marcado pelo domínio dos homens nos ditames do regramento social.

Corroborando esta realidade, Duflo (2011) afirma que em regiões como o Paranã, onde a pobreza e a falta de oportunidades imperam a desigualdade entre os sexos se mostram ainda maiores. No entanto, por intermédio de políticas públicas que tenham como prioridade a criação de condições favoráveis ao crescimento econômico, à prosperidade, a participação e a representação política com evolução paritária para ambos os sexos, esta situação além de confrontada pode ser modificada para o bem comum de todos (as).

Neste sentido, a análise de categorias como gênero, participação, representação e poder se constituem como temas sociais relevantes, aos quais à literatura vem ampliando e desenvolvendo gradativamente o debate, e colocando foco nas diversas interações entre eles. Autores como Avritzer (2008); Biroli (2010); Bourdieu (2018); Cappelle *et.al* (2004); Lavallo (2011); Luchmann (2008); dentre outros realizam análises sobre essas temáticas. No mundo rural, esse debate está presente nos trabalhos de autores como Butto (2010); Esmeraldo (2006) e Rua e Abramovay (2000), ambos com especial ênfase na ideia de que, mesmo com a perspectiva de avanço, de expansão dos diálogos sobre política, de uma intencionalidade por estar na luta, de se somar ao homem para a construção de uma nova sociedade, ainda existem espaços que continuam restritos aos homens. Ou seja, apesar dos avanços acadêmicos, na vida real os problemas persistem e os aspectos de dominação entre os gêneros continuam a colocar a figura da mulher em condição de subjetivação e inferioridade.

A justificativa para o presente estudo em termos científicos consiste em analisar se o potencial dos discursos institucionais oficiais prescritos pela política territorial foram de se manifestar na realidade material do Território da Cidadania Vale do Paraná, como mecanismos de decisão conjunta e participação tanto por parte dos homens como das mulheres do colegiado territorial, e se estes conferiram mudanças nas relações de poder e gênero no território. Para além do fator científico, é importante esclarecer que também se trata da oferta de um documento democrático e acessível às protagonistas desta dissertação (as integrantes do comitê de mulheres) no que corresponde ao registro da memória do processo de inserção das mulheres no espaço político, na luta pela construção de novas práticas nas relações de gênero.

A partir destas motivações, o objetivo geral desta pesquisa é: analisar o processo de participação e representação das mulheres na política territorial, identificando o alcance e os limites dessa participação para construção de relações de gênero mais igualitárias. Os objetivos específicos são: a) Descrever o perfil socioeconômico da mulher no Território da Cidadania Vale do Paraná b) Identificar espaços de participação e protagonismo das mulheres na política territorial no Vale do Paraná c) Apontar estratégias da Política Territorial e verificar seus desdobramentos nas das relações de gênero e poder no território.

Em termos metodológicos trata-se de um estudo de caso situado no universo de um grupo de mulheres representantes da instância colegiada do comitê de mulheres. A abordagem do estudo foi de cunho qualitativo-descritivo, bibliográfico e documental. O principal material de análise foram às falas das protagonistas do comitê e sua trajetória e sua atuação no colegiado territorial norteada por um roteiro de questões. Outro instrumento de coleta de dados foi à observação participante propiciada pela atuação dentro da articulação de gênero (Nedet) no período compreendido entre maio de 2015 e dezembro de 2017 e trabalho de campo realizado em 2017 e 2018. O método de análise aplicado a estas falas foi à análise funcional-descritiva.

A questão principal deste trabalho foi compreender se a política territorial, ao incluir a participação das mulheres no território da cidadania Vale do Paraná, conferiu mudanças nas relações de gênero e poder na vida dessas mulheres?

Para tanto, esta dissertação foi organizada em três capítulos, sendo o primeiro dedicado à contextualização das políticas sociais, territorialização e caracterização do

território da Cidadania Vale do Paranã. O segundo foi escrito de modo a caracterizar a mulher do Vale do Paranã por meio dos dados do censo do IBGE 2010, pelo acúmulo de informações sobre as assentadas rurais bem como a relação das mulheres com a política territorial. Além destes temas, o capítulo também abordou a relação das categorias de participação e representação sob o olhar das protagonistas do comitê de mulheres bem como os limites e potencialidades expressos por elas no exercício de participação e representação.

O terceiro capítulo contemplou à reflexão sobre as relações de gênero e poder no Paranã, a importância da política territorial para o protagonismo das mulheres e os impactos da descontinuidade da política territorial na organização e empoderamento das mulheres.

Por fim, nas considerações finais serão apresentados os pontos mais relevantes da presente pesquisa.

## **2. Políticas Públicas e Territorialização**

É oportuno apresentar a ordem histórica, conceitual e operacional da política territorial bem como das políticas sociais e o papel do Estado em sua implementação. Desta forma este capítulo é dedicado à compreensão das noções de política pública, políticas sociais, Estado e territorialidade.

Segundo Höfling (2001), estas diferentes concepções devem estar sempre referidas a um contorno de Estado no interior do qual elas se movimentam. Assim, primeiramente a autora define Estado como uma esfera diferente de Governo. Ou seja, o Estado funcionando como um conjunto de instituições permanentes (órgãos legislativos, tribunais, exército e outros que não formam um bloco monolítico necessariamente, mas que possibilitam a ação do Governo). O Governo por sua vez, é composto por programas e projetos que partem da sociedade (políticos, técnicos, organismos da sociedade civil dentre outros) configurando-se como uma orientação política que assume e desempenha as funções do Estado por um determinado período.

A partir destas ideias, pode-se compreender uma política pública como sendo o “Estado em Ação” (GOBERT; MULLER, 1987), onde o Estado implanta um projeto de Governo por meio de programas e de ações voltadas para setores específicos da sociedade.

À luz destes conceitos, entende-se que as políticas públicas são de responsabilidade do Estado. Assim, sua aplicação e manutenção não podem ser reduzidas ou centralizadas. Segundo Höfling (2001), estas devem se referir a ações que determinam o padrão de proteção social implementado pelo Estado e voltados para a redistribuição dos benefícios sociais para a sociedade (saúde, educação, habitação, saneamento, previdência, renda dentre outros) visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico. Nestes termos, a autora define as políticas sociais como aquelas de responsabilidade do Estado, mas pensadas fora da individualidade de seus organismos.

Assim, sob a perspectiva de descentralização das ações do Estado nacional para outras instâncias bem como a redução das desigualdades sociais e econômicas, o Brasil inicia os primeiros movimentos de mudança ao final da década de 1980 com o processo de reestruturação da democracia por meio das eleições diretas e da Constituição Federal de 1988.

Segundo Bonnal e Kato (2011), até o referido momento, não haviam políticas diferenciadas e com abrangência nacional que levassem em consideração uma perspectiva ampliada do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. Wanderley (2014) salienta que o perfil de desenvolvimento traduzia-se na setorialização; ou seja, no padrão agrícola moderno e no alto poder de concentração do latifúndio corroborando assim para a marginalização do pequeno (a) produtor (a) e dos segmentos sociais vulneráveis do campo.

Neste período, os movimentos sociais ganharam força e produziram mudanças consideráveis na estruturação e operacionalização de políticas públicas. Aos poucos, o governo federal passou a adotar novos arranjos e propostas políticas que viabilizaram a criação de mecanismos de integração e participação social.

Sob esta ótica de inovação e institucionalização de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural, surge a chamada territorialização.

Segundo Sabourin *et.al* (1998), a territorialização é traduzida como uma abordagem de políticas públicas que considera as especificidades de cada território em oposição ao enfoque vertical que divide a ação pública em setores separados. Ou seja, este modelo prima para que o território funcione como local de definição e solução dos problemas públicos.

Esse olhar se contrapõe aquele da proposta de centralização das políticas públicas, demasiada distante para assimilar as necessidades dos direitos sociais em base local e os poderes de mercado para a população vulnerável do campo.

Em síntese, segundo Sabourin (1998) a ideia era inovar a institucionalidade, sobretudo da política agrícola, de modo que existissem projetos que pudessem ser intermediados e negociados pela sociedade civil organizada nas microrregiões, consagrando assim o que o autor chama de marco territorial, e no plano político algo que pudesse ser multidimensional, para além das esferas estaduais e municipais, até então soberanas no que se refere à execução dos programas e projetos subsidiados pela esfera federal.

Em linhas gerais, a intenção era facilitar o diálogo entre a sociedade civil organizada e o Estado, e assim garantir que esta sociedade integrasse a pauta política de decisões e acessasse os serviços de proteção social.

Para tanto, criou-se um ciclo de planejamento e gestão entre governo e território, e mais concretamente com os colegiados territoriais compostos em grande medida por membros da sociedade civil organizada dentro dos municípios.

Cabe lembrar que nesse processo estiveram envolvidos homens e mulheres, cada um com sua especificidade social na esfera política, econômica e familiar.

Todo detalhamento deste desenho institucional com especial ênfase no Território da Cidadania Vale do Paranã será apresentado nos tópicos posteriores.

## 2.1 Contexto histórico da Política Territorial

Os primeiros debates sobre o desenvolvimento territorial tem lugar em países europeus (Itália e França), e neste ensejo, Billaud (2014), afirma que o desenvolvimento territorial tem suas origens na década de 1960, exprimindo a noção de território mais associada ao planejamento do que ao desenvolvimento. O autor afirma que neste período o Estado constrói as políticas de desenvolvimento a luz do “reordenamento do território” (Billaud, 2014, p.45) e partindo de premissas extremamente centralizadoras. Em resposta a esta concepção, na década de 1970, a comunidade científica bem como os movimentos sociais se referem ao desenvolvimento atrelando-o ao termo “local”. Esta ideia constituiu uma contraposição às práticas centralizadoras de reordenamento territorial expressas pelo Estado, que apesar da referência territorial, possuía um viés essencialmente econômico por dar maior ênfase a aspectos vinculados à produção industrial e agrícola. Desta forma, segundo o autor, a sociedade agrária (compreendida como os pequenos (as) produtores (as)) era marginalizada e transformada em urbana devido à falta de condições de resistir ao modelo de Estado proposto.

Assim, o autor supracitado afirma que o “desenvolvimento local” surge como produto de um duplo movimento: o primeiro no interior do Estado que organiza sua própria desconcentração (e se desobriga financeiramente das antigas instâncias de governo); e o segundo no âmbito da própria sociedade civil organizada por meio dos movimentos sociais e suas aspirações autogestionárias.

Como já mencionado, na década de 80, cresceram os estudos que diferenciavam o meio rural de atividades primárias, enfatizando seu recorte espacial e sua definição como espaço geográfico dotado de relações políticas, econômicas, sociais e culturais próprias que não se limitavam apenas aos aspectos produtivos (BONNAL, *et al.* p. 63).

Rayanaut (2014), afirma que esta perspectiva foi imprescindível para que existisse uma noção que ajudasse a congregiar novas temáticas de discussão que recuperassem a dimensão espacial não apenas como um quadro formal, mas como um elemento constitutivo e semântico da palavra. Dessa forma, segundo a autora, o termo “território” surge abarcando em seu sentido a ideia de inter-relação entre um espaço concretamente delimitado e identificado adicionado na realidade material de um grupo social, na diversidade e na complexidade da sua estrutura e de seu funcionamento.

O surgimento do Ministério do Desenvolvimento Agrário nos anos 2000 responde em partes a essa nova perspectiva e sua orientação ao agricultor familiar lança as primeiras sementes para o debate territorial no Brasil. Subsequente a isso, no ano de 2003, este ministério criou a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) para uma orientação específica do trabalho no reconhecimento do aumento da pobreza e dos altos índices de desigualdades regionais, setoriais, sociais e econômicas do meio rural, e desta forma, a melhoria da qualidade de vida rural e a sustentabilidade da mesma, através do fortalecimento das institucionalidades presentes nos territórios rurais (Brasil, 2005).

Sob esta perspectiva, em julho de 2005 através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, foi criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PRONAT). A abordagem desse programa se dava por meio de territórios rurais/territórios identidade e situava-se na concepção de que os atores locais poderiam se transformar em protagonistas de seu próprio desenvolvimento. O caráter inovador dessa proposta funcionou como um instrumento de ligação entre os processos ascendentes de demandas e descendentes de regulação (MDA/SDT, 2010, p.9).

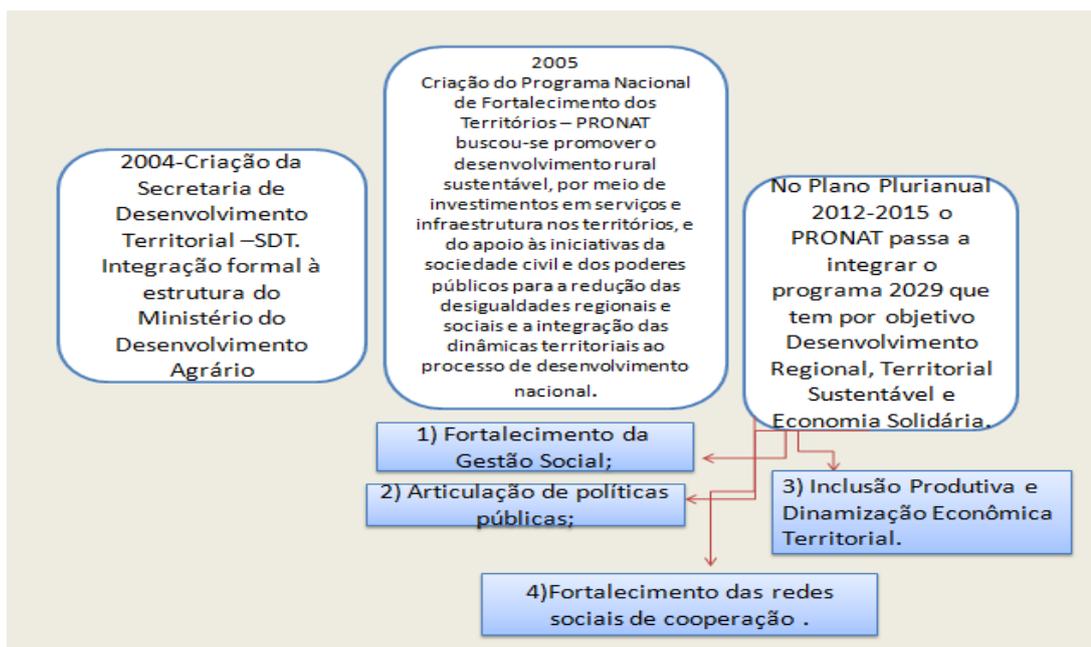
A partir da inter-relação do Estado e da sociedade proposta pelo programa, Valencia *et al.* (2015) afirmam que foi possível realizar a identificação de quatro tipos de atores que se relacionaram e se complementaram na concretude deste desenho institucional, quais sejam: os movimentos sociais, principalmente a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag); os Gestores do Ministério do Desenvolvimento Agrário; os representantes da academia, que traziam novos elementos de uma estratégia de desenvolvimento diferenciada para regiões desiguais e os organismos internacionais, que revisitavam suas formas de intervenção, ligados ao terceiro grupo (os acadêmicos), que sugeriam novas formas de promover o desenvolvimento nas áreas rurais.

E em 2005, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial institui a definição de territórios como:

[...] o espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizados por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população, com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam inter e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA/SDT, 2005a, p.28).

Além desta definição a SDT apontou quatro diretrizes para esta abordagem. Essas diretrizes, assim como os diagnósticos e variáveis propostos serão utilizados como referências para a análise dos objetivos. A figura 1 sintetiza estas diretrizes:

**Figura 1:** Diretrizes de Abordagem



Fonte: Elaboração própria com dados do portal do MDA 2008.

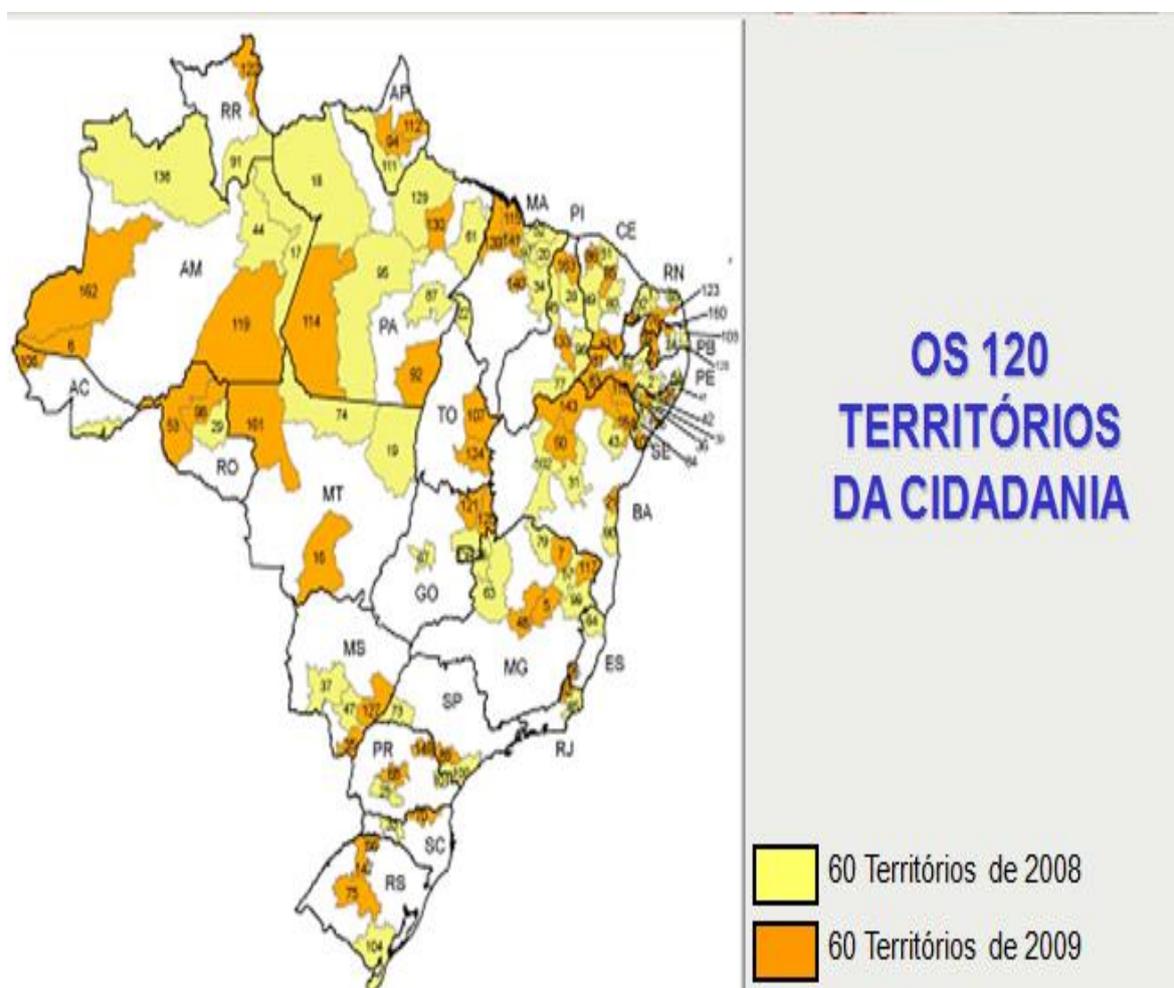
Percebe-se que, neste período, a gênese territorial se tornou um grande foco para a formação de políticas públicas. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (2005), essa afirmativa se confirma através do entendimento que primeiramente as escalas municipais se constituíam restritas e as Estaduais muito amplas, que o universo rural não era o mesmo que o agrícola, havendo assim a necessidade de descentralização das políticas públicas bem como a ênfase no desenvolvimento da Agricultura Familiar.

Desta forma, a partir da necessidade de aprimoramento das políticas públicas, por meio do decreto 25 de fevereiro de 2008, foi criado o programa Territórios da Cidadania que pode ser considerada uma evolução do PRONAT, tendo em vista que ambos se alicerçaram na premissa de integração de ações dirigidas à superação da pobreza e das desigualdades de cunho social no meio rural, inseridas em uma estratégia de garantia dos direitos e de desenvolvimento territorial sustentável. (FRANÇA; SORIANO, 2010).

Segundo o decreto nº11.503 de 25 de fevereiro de 2008 (decreto de criação dos PTC), o programa Territórios da Cidadania contempla como variáveis de atuação a integração de políticas públicas com base no planejamento territorial, a ampliação dos mecanismos de participação social na gestão das políticas públicas de interesse do desenvolvimento dos territórios, a ampliação da oferta dos programas básicos de cidadania, a inclusão e integração produtiva das populações pobres e dos segmentos sociais mais vulneráveis e a valorização da diversidade social, cultural, econômica, política, institucional e ambiental das regiões e das populações. (BARBOSA *et.al* 2014)

Inicialmente este programa atendeu 120 territórios conforme detalha a figura 2.

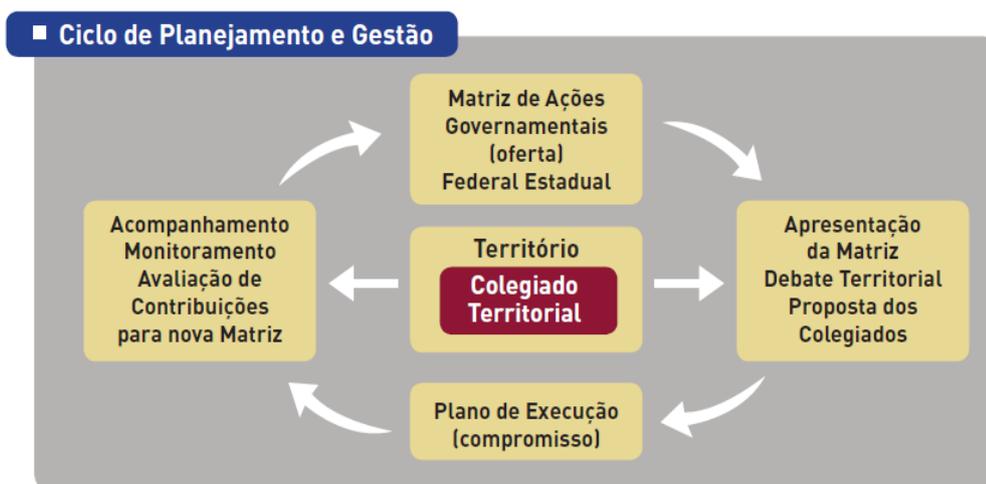
**Figura 2:** Abrangência do Programa Territórios da Cidadania



Fonte: Territórios da cidadania, 2008.

Quanto ao ciclo de planejamento e gestão os Territórios da Cidadania apresentavam a estrutura descrita na figura 3:

**Figura 3:**Ciclo de Planejamento e Gestão

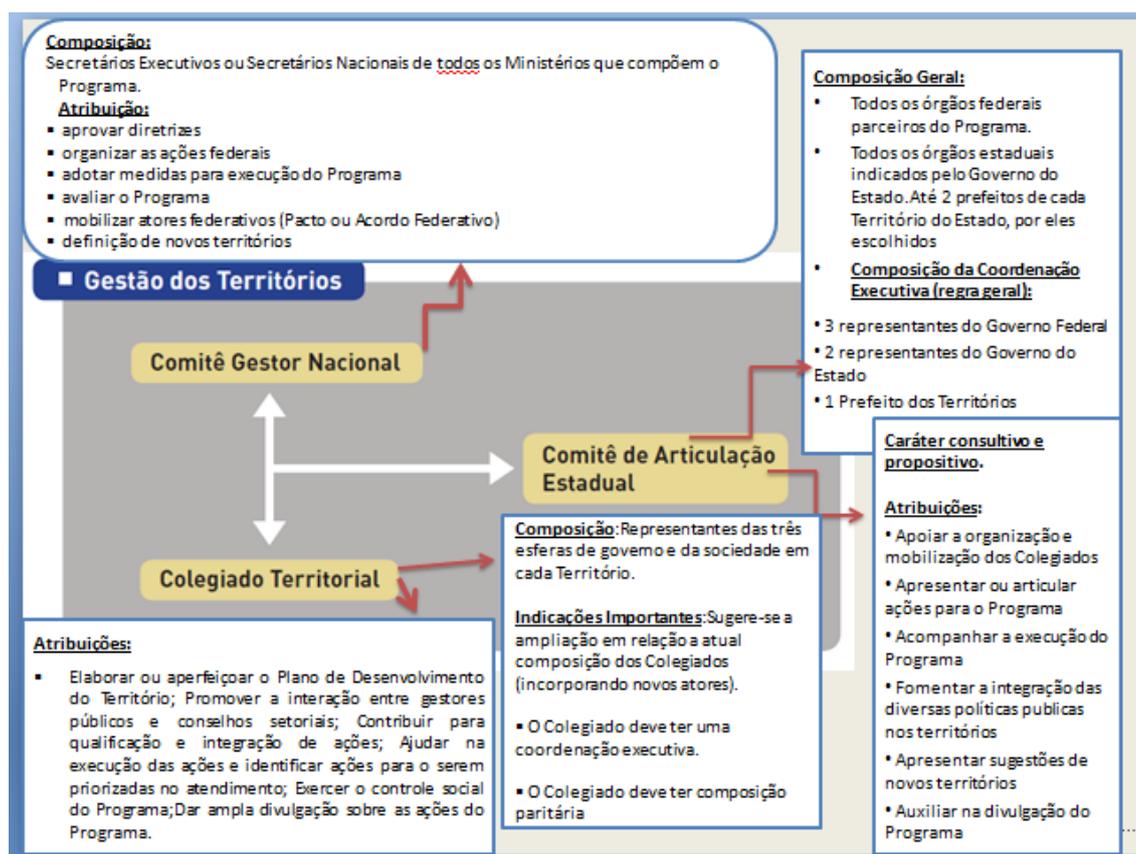


Fonte: MDA, 2008.

Segundo Carvalho, *et.al.* (2012) o programa Territórios da Cidadania procurou funcionar como uma delimitação de unidades territoriais que aproximassem as escalas administrativas nacionais, municipais e estaduais e, especialmente as organizações sociais, com o objetivo de potencializar, interiorizar e expandir o acesso às políticas públicas para as populações excluídas, principalmente as situadas no campo. O programa buscou intensificar, de forma diferenciada, a atenção estatal para as áreas mais deprimidas direcionando, além de ações comuns a outros lugares, políticas distintas que contassem com a participação local de forma consultiva, deliberativa e propositiva.

No que se refere às instâncias de gestão, é importante que tenhamos a compreensão do papel de cada participante no processo. Na página seguinte, a figura 4 sintetiza todas estas atribuições bem como a composição de cada instância.

**Figura 4:** Gestão territorial – Composição e Atribuições



Fonte: Elaboração própria com dados da SDT, 2008.

## 2.2 O processo de Construção e Consolidação de Políticas Públicas com Ênfase na Mulher.

Segundo Muller *et.al.* (2002), uma política pública não deve simplesmente ser considerada como um conjunto de decisões, porque sua análise é ligada ao estudo dos indivíduos e/ou grupos.

Há que se levar em consideração, portanto, as especificidades deste conjunto de indivíduos, grupos ou organizações afetadas pela ação do Estado. Refletir sobre como se deram as aproximações dialógicas da sociedade civil (que é composta por homens, mulheres, jovens, idosos e de diferentes orientações sexuais) com o Estado, no sentido da integração das questões de gênero nas políticas, por exemplo, bem como nas relações de poder que estão historicamente imbricadas neste contexto.

Assim, é importante primeiramente compreender o que significa gênero. Este, segundo Saffioti (1987), presume que homens e mulheres não ocupam posições iguais

na sociedade, uma vez que suas identidades são construídas sob a perspectiva das categorias de sexo (masculino e feminino), onde sua definição se dá através dos distintos papéis que a sociedade espera ver cumpridos por cada uma.

Farah (2004) afirma que o conceito de gênero ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus componentes centrais as desigualdades de poder. Para Scott (1989), é importante que se amplie o entendimento dos papéis sexuais no sentido de compreender como estes funcionam na sociedade, tanto para manter a ordem social quanto para muda-la também. A autora afirma que a inscrição de mulheres na história implica em redefinir e alargar as noções tradicionais. Ou seja, dar ênfase na análise sobre todo um sistema de relações de modo a incluir o sexo, mas não coloca-lo como descritivo e determinante.

Gênero, portanto, é a organização social da diferença sexual. O que não significa que o mesmo reflita ou implemente diferenças fixas ou naturais entre homens e mulheres. Desse modo, é importante entender que ele é capaz de estabelecer significados para as diferenças corporais, que variam de acordo com as culturas, grupos sociais e época já que nada no corpo físico determina como a divisão social será estabelecida. (SCOTT, 1994, p.13).

É importante acrescentar que o conceito de gênero, surge no interior da teoria feminista e se constitui como um instrumento de análise e luta para romper com a naturalização das relações estabelecidas entre os sexos a partir do aspecto biológico, nas quais as diferenças justificam desigualdades e opressões nas relações entre homens e mulheres (SCHWENDLER, 2009).

Ou seja, conforme Scott (1989), o ideal é trabalhar o conceito de gênero sob uma perspectiva analítica mais acurada, entendendo homens e mulheres como sujeitos recíprocos e não trabalhar unicamente com o sexo oprimido, para que assim se possa compreender os papéis e os espaços sociais construídos ao longo da história.

Segundo Saffioti *et.al* (1994), as políticas públicas que incorporam a categoria de gênero em sua essência são as que reconhecem as diferenças de gênero contemplando ações diferenciadas para mulheres.

Ainda para Farah (2004), a constituição das mulheres como sujeitas políticas deu-se inicialmente por meio de sua mobilização em torno do processo de democratização. A autora afirma que desde a década de 1970 os movimentos sociais são protagonistas na luta pela democratização e no regime de reivindicações ligadas ao acesso a serviços públicos e melhoria da qualidade de vida. E, nesse contexto, surge o foco no debate sobre a redução das desigualdades de gênero.

Neste aspecto, entende-se que o papel das mulheres fora estratégico, no sentido de que as mesmas reivindicavam junto aos movimentos sociais urbanos o saneamento de questões benéficas ao coletivo, tais como: falta de água e saneamento nas periferias urbanas, escolas, creches e postos de saúde.

Assim, a autora afirma que ao mesmo tempo em que denunciavam desigualdades de classe, os movimentos de mulheres ou as mulheres dentro dos movimentos passaram também a levantar temas específicos e necessários à melhoria da condição de vida das mulheres como direito a creche, saúde da mulher, sexualidade, contracepção e violência contra a mulher. Neste ensejo, segundo a autora há que se considerar que houve uma convergência com o movimento feminista que por sua vez, diferentemente dos movimentos sociais com participação de mulheres, tem como objetivo central a transformação da situação da mulher na sociedade, de modo a superar as desigualdades entre homens e mulheres.

A agenda de gênero foi constituída a partir dos anos 1970, no entanto integrada a uma agenda comum e com temas mais abrangentes da sociedade. De modo geral, ambos em torno da luta por democratização e noção de direitos, porém sem um foco específico para os protagonismos das mulheres (Farah, 2004).

De maneira mais específica, Momo *et.al.*(2013) afirmam que as políticas públicas direcionadas à promoção da igualdade de gênero passaram a conquistar espaço, no debate público em nível mundial, mais precisamente a partir do ano de 1975, quando a ONU o reconheceu como Ano Internacional da Mulher.

Como resultado das reivindicações advindas dos movimentos sociais de mulheres, Farah (2004) aponta que no Brasil na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero, estas foram: 1) A criação do primeiro Conselho Estadual da Condição Feminina em 1983 no Estado de São Paulo; 2)

Criação da Delegacia de Polícia de Defesa da Mulher em 1985 no Estado de São Paulo; 3) Criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher ligado ao Ministério da Justiça em 1985; 4) Instituição do Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em 1983.

A autora acrescenta que como reflexo destas conquistas a partir da Constituição Federal de 1988, a mobilização das mulheres resultou em uma série de propostas em benefício das mulheres. Estas foram apresentadas em forma de carta intitulada de “Carta das Mulheres Brasileiras”, nela continham várias propostas referentes à saúde, família, trabalho, violência, cultura e propriedade da terra. Ambos os temas foram incorporados à Constituição Federal.

Percebe-se que a amplitude dos temas apresentados se dirigiam aos diferentes níveis de governo, havendo assim a necessidade de descentralização das ações do Estado para diferentes esferas, que são: Federal, Estadual e Municipal bem como o planejamento e estratégias de continuidade das mesmas tendo em vista que se tratavam de temas essenciais a superação das desigualdades e garantia de acesso das mulheres aos serviços de proteção social do Estado.

Momo *et.al.* (2013), afirmam que no Brasil estas iniciativas ganham maior destaque e força a partir dos anos 2000, tendo como principal marco a criação da Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPM) no ano de 2003, vinculadas a Presidência da República e responsável por fomentar criação de instituições dessa natureza em estados e municípios. Na sequência, o processo de articulação e realização da 1º e da 2º Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, nos anos de 2004 e 2007, organizadas pelo governo federal através da SPM, além disso, também foram responsáveis por criar canais de diálogos e consultas junto a movimentos sociais de mulheres com representação de todos os estados e vários municípios tendo em vista delinear diretrizes para a política nacional para as mulheres. Os quadros 1 e 2 sintetizam esse processo.

## Quadro 1 – Síntese da Institucionalização de Políticas Públicas para Mulheres

**1)** 2003: criação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República. (SEPM/PR), em 1º de janeiro de 2003, com status de Ministério

**2)** Responsável pelo planejamento, à elaboração e a efetivação de campanhas educativas antidiscriminatórias contra a mulher, no intuito de promover ações do Governo Federal e demais esferas de governo, para a promoção da igualdade de gênero.

**3)** Entre 15 e 17 de julho de 2004, em Brasília, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, através de convocação do Presidente da República. O processo de articulação e organização envolveu cerca de 120 mil mulheres, que participaram ativamente das plenárias

**4)** A partir das deliberações da 1ª Conferência, foi elaborado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM) e, hoje, é documento norteador no desenvolvimento de políticas públicas para mulheres pelo Governo Federal e demais esferas.

**8)** As ações do Plano foram traçadas a partir de quatro linhas de atuação, consideradas como as mais importantes e urgentes para garantir, de fato, o direito a uma vida melhor e mais digna para todas as mulheres. Estas foram: a) autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; b) educação inclusiva e não sexista; c) saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; d) enfrentamento da violência contra as mulheres.

**7)** O Governo Federal ficou responsável por divulgar o Plano junto aos estados e municípios e, também, de revisar e atualizar as diretrizes da PNPM, de acordo com as discussões políticas ocorridas na I Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, que passou a ser realizada a cada três anos, sempre articulada por meio de conferências antecedentes estaduais, municipais e no Distrito Federal.

**6)** A elaboração do Plano Nacional de Políticas para Mulheres teve início com o Decreto Presidencial de 15 de julho de 2004, quando foi constituído Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), com representação de sete Ministérios – Saúde; Educação; Trabalho e Emprego; Justiça; Desenvolvimento Agrário; Desenvolvimento Social; Planejamento, Orçamento e Gestão – e das Secretarias da Mulher do Estado do Acre e do Município de Campinas/SP, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e do CNDM, sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres.

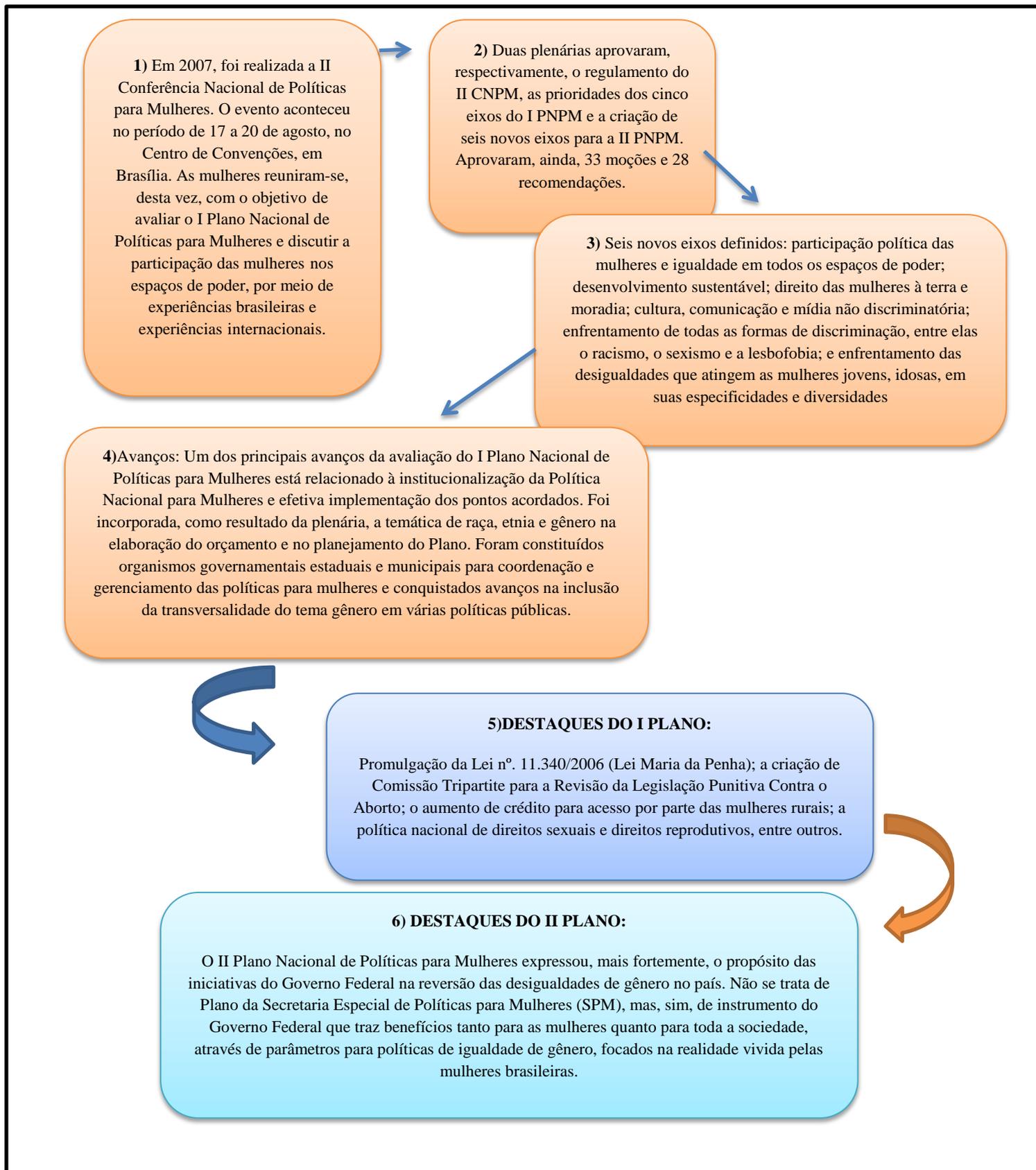
**5)** Eixos temáticos do documento: a) enfrentamento da pobreza: geração de renda, trabalho, acesso ao crédito e à terra; b) superação da violência contra a mulher: prevenção, assistência e enfrentamento; c) promover o bem-estar e qualidade de vida para as mulheres: uso e ocupação do solo, saúde, moradia, infraestrutura, equipamentos sociais, recursos naturais, patrimônio histórico e cultural; d) efetivação dos direitos humanos das mulheres: civis, políticos, direitos sexuais e direitos reprodutivos; e) desenvolvimento de políticas de educação, cultura, comunicação e produção de conhecimento para a igualdade.

**9)** As adesões foram fomentadas através de termos de compromisso, no formato de pacto entre os governos dos municípios e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), por meio de ações articuladas em eventos nos quais foi apresentado o Plano para autoridades governamentais e movimentos sociais de mulheres. Após as adesões, as esferas subnacionais tiveram o apoio da SPM na criação de secretarias, superintendências ou coordenadorias da mulher que deveriam se vincular diretamente ao

Fonte: Elaboração própria com dados de Brito e Ogando (2012).

## Quadro 2: Síntese da Institucionalização de Políticas Públicas para Mulheres

II



Fonte: Elaboração própria com dados de Brito e Ogando (2012).

A SPM assumiu responsabilidade na liderança, no entanto sem assumir a posição de protagonista na execução do PNPM. Neste sentido, o plano elencou parceiros para efetivação do que foi acordado nas conferências. Estes parceiros foram os estados, municípios, os movimentos feministas e de mulheres a Confederação Nacional dos Direitos da Mulher. Ambos envolvidos desde encontros (nacionais, estaduais e regionais) até a elaboração de planos tendo em vista o fortalecimento dos organismos de políticas públicas para as mulheres e a articulação dos diversos setores do governo e da sociedade civil organizada.

### **2.3 O processo de consolidação da Política Territorial com ênfase na mulher**

Uma agenda direcionada a criação de políticas para mulheres iniciou-se por volta da década de 1970 se efetivando com mais força ao final das décadas de 1980 e 1990. No entanto, esta ainda não possuía uma ênfase específica e era incapaz de estabelecer uma simbiose adequada entre igualdade e política para este público.

Segundo Siliprandi (2011), as tensões dentro dos movimentos sociais mistos (sindicais, de luta pela terra e outros formados por homens e mulheres) por conta da não priorização dos problemas apontados pelas mulheres, assim como pela existência de especificidades regionais fez com que parte das lideranças femininas decidisse por formar movimentos autônomos. Segundo a autora, constituíram-se ao longo da década de 1990 diversos movimentos de mulheres como o Movimento das Trabalhadoras Rurais (MMTRs), o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) dentre outros.

Neste contexto, segundo Butto *et. al.*(2014) a luta das mulheres rurais se torna objeto essencial para o desenvolvimento de ações afirmativas em seu benefício, uma vez que são consideradas agentes econômicos autônomos que trabalham tanto de forma coletiva como familiar em prol da manutenção de seus lares, afirmação cidadã e econômica. É imprescindível que as necessidades básicas destas mulheres sejam respeitadas pelo Estado, esposos/companheiros e demais organizações da sociedade civil.

Segundo Butto *et. al.* (2011) o governo federal passou a perseguir o desafio de instituir políticas públicas para mulheres com especial atenção e um estreito diálogo com as protagonistas (as trabalhadoras rurais), por meio de ações desenvolvidas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Siliprandi (2011) destaca que o marco deste processo se deu com a mudança do governo federal a partir do ano de 2003. Neste período, o Brasil adotou uma proposta de desenvolvimento popular e de fortalecimento de diálogo entre os movimentos de mulheres rurais e setores governamentais. Iniciativas reforçadas pelos resultados das Conferências Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres (2004 e 2007) nas quais a participação de agricultoras familiares foi bastante expressiva.

Butto *et.al.* (2014) esclarecem que parte desta estratégia se consistiu na qualificação de programas já existentes e impulsionar novas políticas para efetivação da cidadania e promoção da autonomia das mulheres trabalhadoras rurais (contemplando a garantia dos direitos à cidadania, acesso a terra e aos recursos produtivos, acesso aos serviços rurais e ao comércio, resgate da memória coletiva e apoio a estudos feministas no campo dentre outros).

Assim, segundo as autoras, após a criação do programa Territórios da Cidadania, o rural passou a ser compreendido para muito além da produção, um espaço de vida, integrado a um projeto de desenvolvimento nacional justo e solidário empreendendo esforços no sentido de superar a pobreza, reduzir desigualdades sociais, inclusive às de gênero, raça e etnia.

Mais precisamente no ano de 2006, os esforços no sentido de dialogar com as mulheres se tornaram mais fortes e resultaram na formação de estratégias específicas acerca de processos formativos e continuados sobre gestão social, processos produtivos e cidadania para mulheres, especialmente pela capacitação de conselheiros e conselheiras dos colegiados estaduais, do apoio ao Programa de Documentação da Trabalhadora Rural e do apoio financeiro a projetos de investimentos para unidades produtivas de comercialização nos territórios rurais para mulheres do campo.

Nesta perspectiva, a agenda de capacitação e formação continuada das mulheres na linha do programa Territórios da Cidadania consistiu na adoção de cotas/paridade na plenária do órgão colegiado e no núcleo diretivo, na garantia de capacitação continuada

sobre gênero e desenvolvimento territorial, na garantia de condições mais adequadas para a participação das mulheres nas instâncias colegiadas (tais como oferta de recreação infantil, horários compatíveis com a disponibilidade das mulheres), na participação na elaboração/revisão dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural e Sustentável (PTDRS) e inclusão nos planos de ações territoriais e na necessidade de rever o regimento interno dos órgãos colegiados, de forma a ampliar a participação delas.

A luz destas informações reafirma-se a proposta do presente estudo, que consiste em prioritariamente compreender se a participação e a representação das mulheres rurais no âmbito do Território da Cidadania Vale do Paranã refletiram na conquista de poder e relações de gênero mais igualitárias.

Para tanto não será possível inventariar neste primeiro capítulo todos os campos de análise relativos à estruturação da política territorial para as mulheres. Desta forma, será realizado no próximo capítulo o registro da realidade material do referido território no âmbito da política territorial e mulheres bem como uma análise comparada do que prescreveu de fato a política.

## **2.4 Caracterização do Território da Cidadania Vale do Paranã**

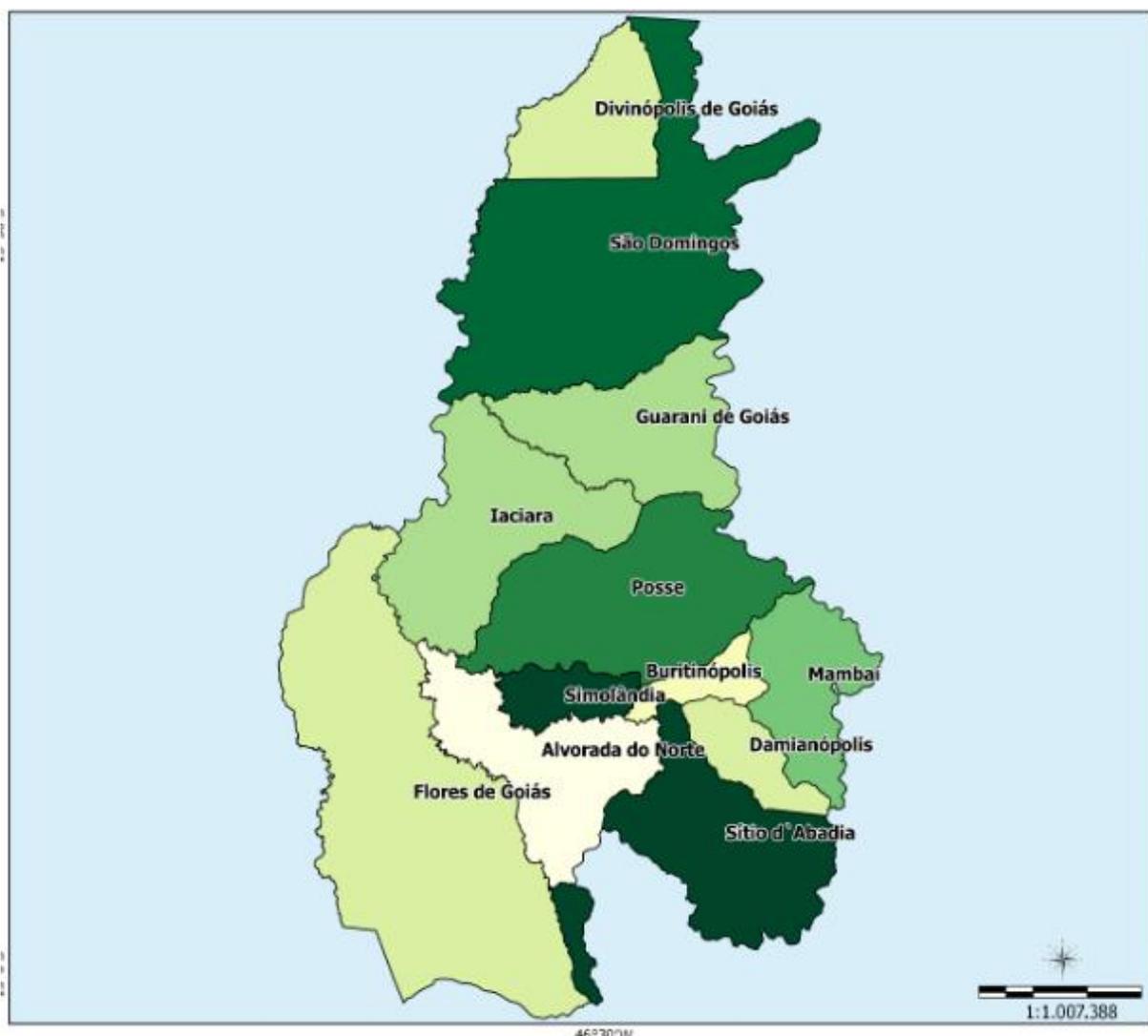
Criado em 2008 e homologado em 2009, o Território da Cidadania Vale do Paranã (TCVP) abrange uma área de aproximadamente 17.452,90 Km<sup>2</sup> e é composto por 12 municípios: Sítio d'Abadia, Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos e Simolândia. Criado em 2008 e homologado em 2009, até então o território, não conta com um plano de desenvolvimento disponível, tampouco um plano de acompanhamento de suas ações.

Segundo o censo 2010 do IBGE, são o total de 104.388 habitantes (6 habitantes/km<sup>2</sup> de densidade populacional) distribuídos dentro destes municípios. Deste total, 64,3% vivem em áreas urbanas e 35,7% em áreas rurais. A população do gênero masculino é de 51,83% e a do gênero feminino é de 48,17%. Dentre os doze municípios

que compõe o território, o de Posse – GO se destaca por ser o mais populoso. Este detém 30% do total da população do território.

A figura 5 ilustra a distribuição destes municípios na extensão de área do território.

**Figura 5:** Mapa do Território da Cidadania Vale do Paraná



Fonte: Portal do Ministério do Desenvolvimento Agrário

Segundo Brasil (2013), esta microrregião é economicamente marcada pela atividade de pecuária extensiva e pela agricultura familiar de subsistência, convivendo predominantemente, com as grandes fazendas ligadas à expansão da criação de gado e a agricultura mecanizada ligada ao agronegócio.

Ainda com referência de Brasil (2013), trata-se de uma microrregião que é caracterizada historicamente pelo decréscimo populacional que está diretamente relacionado com a construção de Brasília-DF, porque neste processo, surgem novas oportunidades de trabalho na capital do país constituindo uma grande evasão populacional (até hoje sentida pela região). Além deste fato, a expansão da fronteira agrícola em sentido oposto a microrregião, também corrobora um decréscimo demográfico grande, uma vez que a construção de estradas direcionadas para a região sudeste do Estado viabilizou a especialização fundiária e o agronegócio em microrregiões específicas que são opostas ao território contribuindo em grande medida para o processo de empobrecimento do Vale do Paranã.

A figura abaixo sintetiza os dados populacionais por município no território da cidadania Vale do Paranã.

**Tabela 1:** Dados Populacionais Territórios da Cidadania Vale do Paranã

Municípios	Área	População 2010	População 2000	Homens	Mulheres	Urbana	Rural
Alvorada do Norte	1.259,40	8.093	7.560	50,80%	49,20%	85,00%	15,00%
Buritinópolis	247	3.319	3.383	51,30%	48,80%	56,70%	43,30%
Damianópolis	415,3	3.297	3.303	51,90%	48,10%	56,30%	43,70%
Divinópolis de Goiás	831	2.050	2.109	52,50%	47,50%	68,20%	31,80%
Flores de Goiás	3.709,40	12.058	7.514	55,10%	44,90%	26,30%	73,70%
Guarani de Goiás	1.229,10	4.262	4.678	53,80%	46,20%	41,40%	58,60%
Iaciara	1.550,40	12.438	11.295	51,30%	48,70%	74,80%	25,20%
Mambaí	880,60	6.885	4.838	51,40%	48,60%	69,90%	30,10%
Posse	2.024,50	31.417	25.696	50,70%	49,30%	76,20%	23,80%
São Domingos	3.295,70	11.236	9.636	52,50%	47,50%	51,10%	48,90%
Simolândia	348,00	6.512	6.219	50,70%	49,30%	82,60%	17,40%
Sítio D'Abadia	1.598,30	2.821	2.681	53,80%	46,20%	35,20%	64,80%
<b>Microrregião do Vale do Paranã</b>	<b>17.388,90</b>	<b>104.388</b>	<b>88.912</b>	<b>51,80%</b>	<b>48,20%</b>	<b>64,30%</b>	<b>35,70%</b>

Fonte: Goiás, 2013.

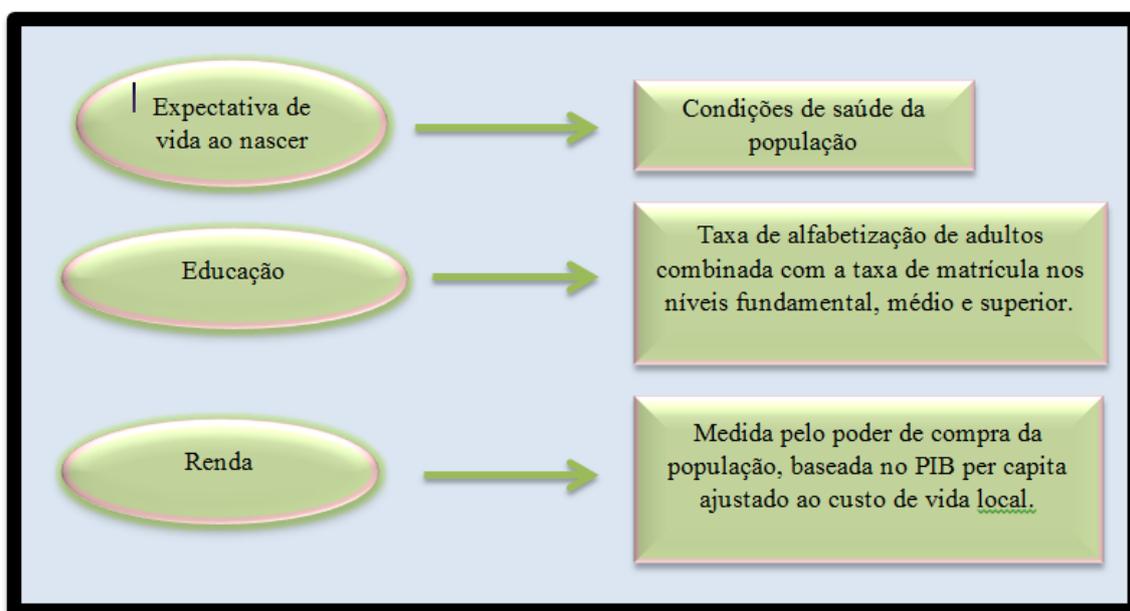
Assim, tanto a evasão populacional gerada pela construção da capital como o modelo de expansão fundiária supracitado, desencadeiam sérios problemas sociais como o envelhecimento populacional por exemplo. Ou seja, os mais jovens continuam atraídos por outras regiões na busca de ascensão profissional e qualidade de vida e no caso da questão fundiária é quase nula a oportunidade de diversificação de atividade econômica devido à inadequação entre a necessidade e a disponibilidade efetiva de

equipamentos e políticas sociais. Toda essa situação desencadeia problemas sociais que precisam ser enfrentados pelo poder público.

E de fato, na vivência dentro do território é a realidade que é vista. Um território essencialmente rural e com poucas possibilidades de ascensão social e econômica para seus habitantes. O número de jovens que permanecem dentro do território é baixo, uma vez que para se qualificarem para além do ensino fundamental e médio precisam migrar de suas regiões. Nesta perspectiva como pesquisadora, através da observação participante observou-se que a maioria dos empregos são em caráter informal e muito ligados ao setor da agropecuária.

De acordo com PNUD (2012), o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), é um indicador comparativo usado para segmentar os países ou regiões desenvolvidas, em desenvolvimento ou subdesenvolvidas. Neste ensejo, o índice é calculado com base nos dados referentes à expectativa de vida ao nascer, educação e produto interno bruto (PIB) *per capita* conforme a figura 6.

**Figura 6:** Variáveis para Cálculo do IDH



Fonte: Elaboração própria com dados de PNUD (2012).

Segundo Brasil (2011), os resultados obtidos a partir do cálculo destas variáveis podem ir de 0 (pior situação de desenvolvimento humano) a 1 (que caracteriza melhor situação de desenvolvimento humano). Nestas circunstâncias, nota-se que a situação da região do Vale do Paranã não é boa, visto que seu IDH é de 0.67. Ao adentrar nesta

região, pode-se dizer que os principais problemas estão relacionados à educação (pela falta de escolas que atendam outros níveis de formação para além do nível fundamental e do próprio acesso às escolas existentes quando se tratam dos assentamentos rurais) e a saúde pela carência de hospitais e aplicação programas de combate às endemias como o caso da dengue.

Através dos dados percebe-se que o território enfrenta sérios problemas no que corresponde as variáveis do IDH. Desta forma, considerar a possibilidade de uma forte articulação interinstitucional que envolva os Governos federais, estaduais, municipais e a sociedade civil pode em grande medida amenizar os problemas supracitados contribuindo para um desenvolvimento local no que se refere a melhores condições sociais, de infraestrutura para a população e principalmente para a permanência dos mais jovens na região.

Neste contexto, a política territorial se apresentou como um de valorização dos espaços a partir da interlocução dos atores e atrizes locais com o poder público, no sentido de trabalhar os direitos políticos por meio do coletivo nas categorias de participação e representação em reação ao lugar de subalternidade e exclusão presentes na maioria das dos territórios. Um dos seus principais objetivos, e ao mesmo tempo um grande desafio, foi o exercício da gestão social pelos colegiados territoriais de modo que os espaços de decisão e o poder de voz dado aos sujeitos locais ocorressem de forma paritária na busca da concretização de um projeto político factível a partir das necessidades e interesses destes sujeitos (MDA, 2014; P.55).

Favareto (2018), afirma que este objetivo não é fácil de ser atingido uma vez que, há que se considerar que cada território contém um conjunto diversificado de forças sociais, muitas vezes conflitantes entre si. Segundo ele, o ideal seria estabelecer uma governança territorial que nada mais é que conseguir a articulação de forças e identidades únicas em torno de projetos em prol do desenvolvimento local e regional.

No Vale do Paranã a complexidade da relação de inclusão desta diversidade de forças e atores sociais não foi diferente. No percurso deste trabalho, buscaremos compreender de forma específica se de fato houve uma coerência social no objetivo centro dessa política em dar resposta às diversas necessidades das mulheres que estiveram envolvidas neste processo e as consequências da descontinuidade do mesmo na vida destas sujeitas.

### 3 Metodologia

Trata-se de uma pesquisa realizada por meio de um **estudo de caso**. Este foi situado no universo do colegiado territorial do Vale do Paranã com um recorte específico para as integrantes do comitê de mulheres. O foco do trabalho foi orientado na escuta e compreensão dos sujeitos e sujeitas, historicamente situados em seu lugar de vida e em seus espaços de fala com vista à análise das relações de poder entre os sujeitos (as) sociais.

É também uma pesquisa de vertente crítico-dialética. Segundo Dinis e Silva (2008), este método consiste na trajetória percorrida pelo sujeito (pesquisador) na busca de conhecer e perceber-se na construção desse conhecimento do objeto (fenômeno/fato investigado) que se constrói e (des) constrói nas interações entre o sujeito e o objeto. No estudo em questão, a política territorial e seus desdobramentos nas relações de gênero e, como consequência, na participação, representação e poder das mulheres no território.

O território possui 12 municípios e em cada um residia pelo menos uma integrante do comitê de mulheres. Desta forma, primeiramente pelo acúmulo de informações propiciado pela atuação no Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial- Nedet (articulação de gênero), a pesquisa teórica/ bibliográfica e análise documental (caderno de atas do território) foi possível realizar a caracterização do território e contextualizar o processo de territorialização e as políticas sociais.

Para além do trabalho executado no âmbito do Nedet, também foi realizada no período de dezembro de 2017 a primeira incursão de campo com vistas à coleta de informações via aplicação de questionários pré-testes quanto à percepção dos atores e atrizes locais no que diz respeito à participação e a representação das mulheres no colegiado territorial. Nesta ocasião foram entrevistados 7 homens e 6 mulheres em sete municípios (Alvorada do Norte, Damianópolis, Flores, Mambaí, Guarani, Sítio d'Abadia, Posse).

É importante destacar que todo trabalho de campo dependia da disponibilidade de agenda dos entrevistados (as) e que devido a grande distância geográfica de um município para o outro bem como a mobilização de recursos para deslocamento e o

próprio desmonte da política territorial, não foi possível realizar as entrevistas com uma amostra maior.

Para as entrevistas em profundidade foi considerado um universo amostral de 5 integrantes do comitê de mulheres, a escolha por essas 5 participantes foi baseada nos seguintes critérios: região de residência, atuação e tempo de atuação no colegiado, e engajamento na vida política do território.

Também foi realizada a técnica de observação participante que segundo Queiroz *et.al.* (2007) consiste no ato intelectual de observar o fenômeno estudado para a concepção de uma noção real do ser ou ambiente natural, como fonte direta dos dados. Segundo os autores observar significa aplicar atentamente os sentidos a um objeto para dele adquirir um conhecimento claro e preciso. Para tanto, durante o período compreendido entre 2015 e 2017 houve um grande envolvimento no cotidiano tanto das mulheres do comitê como das assentadas rurais do território. Assim, foi possível obter maior ideia da realidade local nos termos postos nesta dissertação e desenvolver uma forte aproximação com essas mulheres no sentido de estabelecer confiança para a extração de relatos, vivências e experiências.

No que corresponde às falas, fez-se a opção de transcrevê-las (com filtros), ao longo da dissertação, as “falas/narrativas” das mulheres com vistas a dar visibilidade às falas e vivências das mesmas com a dinâmica do colegiado. Desta forma, no presente trabalho as participantes foram apresentadas como protagonistas portadoras de narrativas próprias e demandas atinentes às condições do território, do colegiado e da vida delas no período de vigência da política. É importante ressaltar que por dificuldades na formalização dos termos de consentimento (devido à complexidade do tema abordado) as entrevistadas foram identificadas por codinomes.

O estudo das falas transcritas, deu através da técnica de análise de dados funcional-descritiva. Andery (2010) salienta que o comportamento verbal funciona como mediador necessário de todo comportamento humano pesquisado. Neste sentido, as falas foram mapeadas e analisadas dentro da dinâmica social que ocorreram. Esta técnica prima pela função e atividades dos pesquisados (as) a partir de suas relações sociais, a posição na comunidade local e a visão de mundo.

A análise consolidada a partir desta pesquisa buscou a fala e a vivência a partir das categorias de estudo escolhidas (relações de gênero, participação, representação e poder).

Diante das especificidades do território, quanto à realidade local, quanto às categorias aqui investigadas, a descontinuidade da política, a dinâmica de funcionamento do território só puderam ser averiguados de fato por meio da pesquisa de campo e da observação participante para o desvelar das narrativas (muitas vezes enrustiam certo receio de seus interlocutores (as)).

Por fim, é importante esclarecer que devido à trajetória e o período político que vivemos a temática desta pesquisa não se esgota. Uma vez, que pode servir como parâmetro comparativo para a situação atual bem como com a institucionalização de uma nova política social no nordeste goiano.

#### **4. Quem é a mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã?**

No presente capítulo, buscaremos compreender quem é a mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã e como é sua relação prática com as categorias de participação e representação neste espaço social.

##### **4.1. Identificação do perfil sócio econômico da mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã**

Para melhor detalhar o perfil sócio econômico da mulher no Vale do Paranã, e evidenciar com maior clareza sua realidade, esta pesquisa propõe-se a apresentar primeiramente alguns indicadores sociais municipais do território com base em dados disponibilizados pelo Censo do IBGE de 2010. Ressalta-se que na base de informações do IBGE infelizmente ainda não há um campo que trate especificamente da condição sócio econômica da mulher em qualquer um dos municípios do território. Desta forma,

todo o trabalho para a construção dos gráficos a seguir fora baseado em amostras de ambos os sexos (masculino e feminino).

Conforme já mencionado no capítulo anterior, trata-se de um território composto por doze municípios (Alvorada do Norte, Buritinópolis, Damianópolis, Divinópolis de Goiás, Flores de Goiás, Guarani de Goiás, Iaciara, Mambaí, Posse, São Domingos, Simolândia e Sítio d'Abadia.). Nesta proporção, por meio dos dados ofertados pelo Censo observou-se que se trata de um território equilibrado do ponto de vista da densidade populacional, onde do total das 10.732 pessoas entrevistadas 52% são homens e 48% são mulheres conforme ilustra o gráfico 1. No entanto, as relações de poder são sexistas devido à herança patriarcal e de pouca diversidade socioeconômica da região (baseada na concentração fundiária).

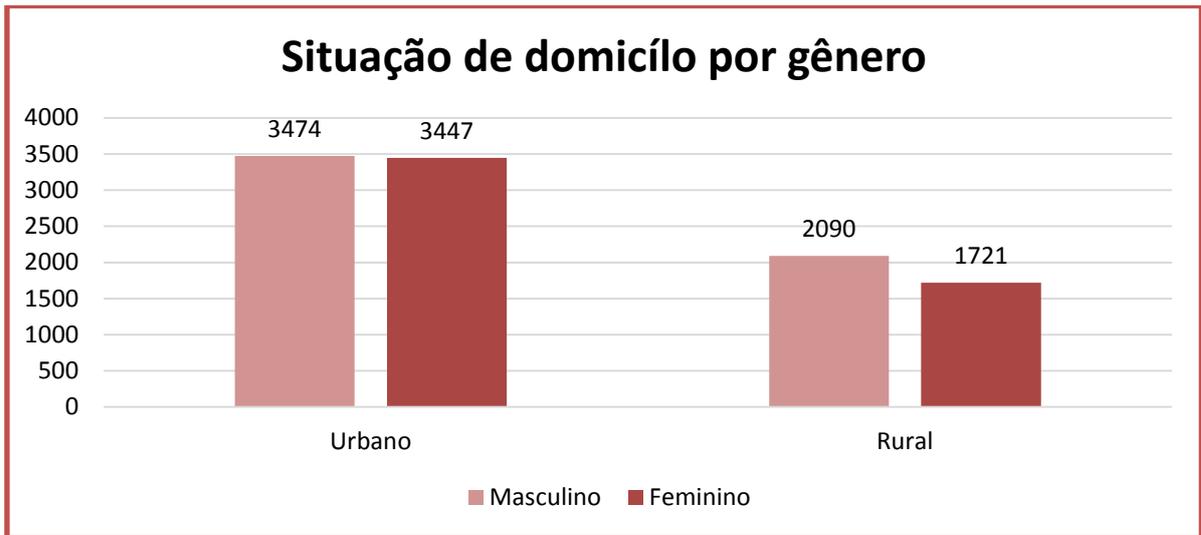
**Gráfico 1-** População Vale do Paranã Divisão por sexo



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Deste montante, apenas 36% residem em zonas rurais e 64% em zonas urbanas. No perímetro rural contabilizou-se 2090 homens e 1721 mulheres, no urbano foram 3474 homens e 3447 mulheres conforme descreve o gráfico 2:

**Gráfico 2 - Situação domiciliar por gênero e por região no Vale do Paraná.**

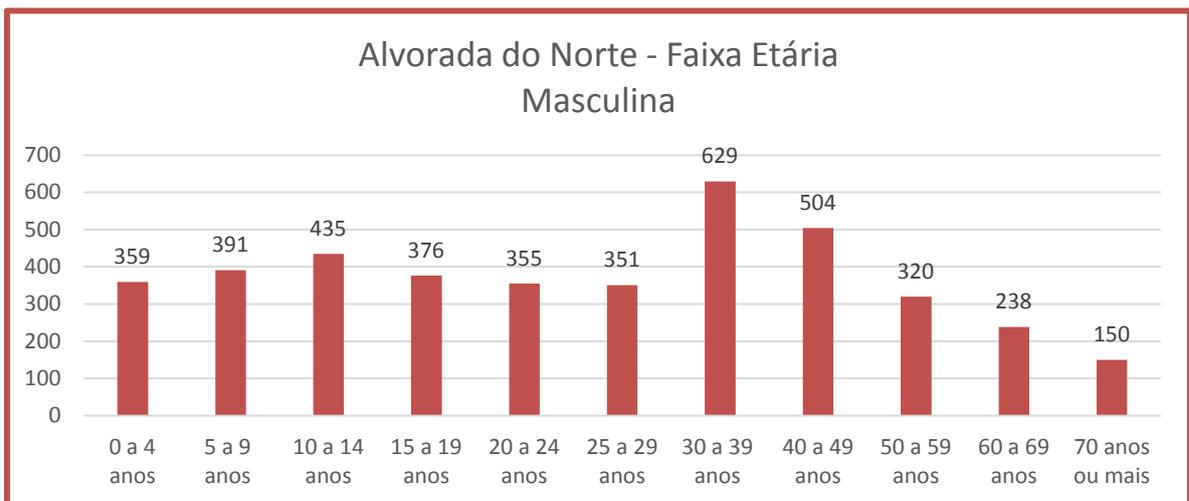


Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Para um primeiro entendimento quanto às oportunidades e desigualdades entre homens e mulheres dentro do território serão apresentados dados referentes à faixa etária, responsáveis pelos domicílios e situação de ocupação entre homens e mulheres por município.

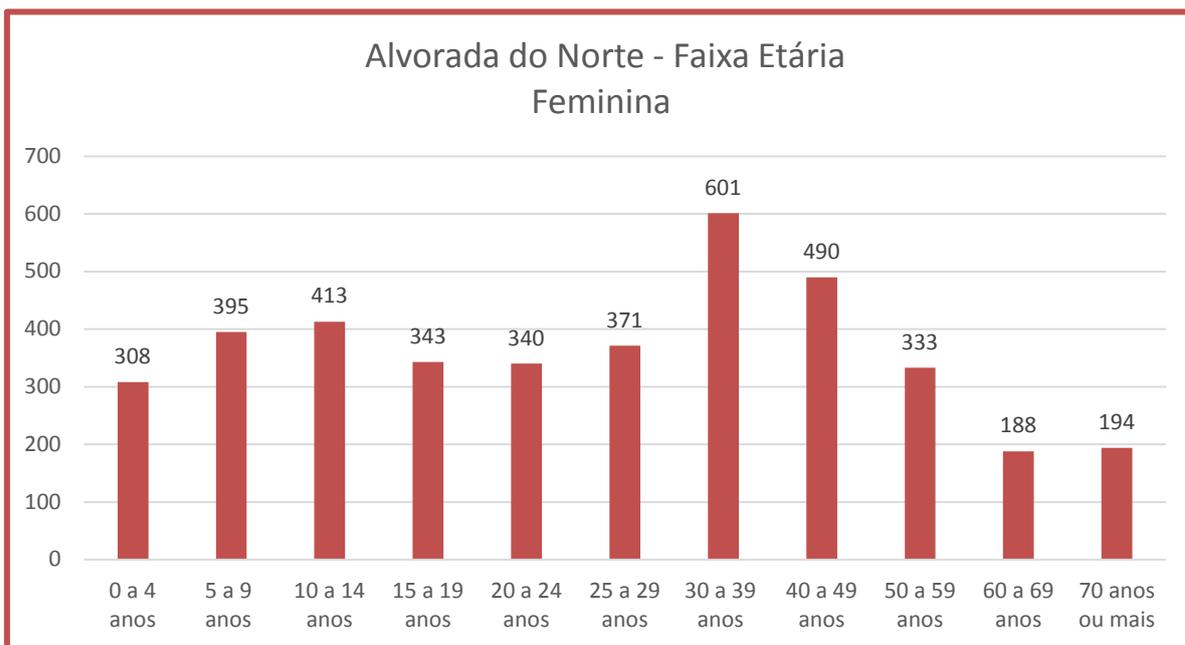
O primeiro município é o de Alvorada do norte. Segundo as amostras coletadas pelo Censo, 49% da população do município são mulheres e 51% são homens diluídos nas faixas etárias descritas nos gráficos 3 e 4.

**Gráfico 3 - Faixa etária do homem do município de Alvorada do Norte - GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

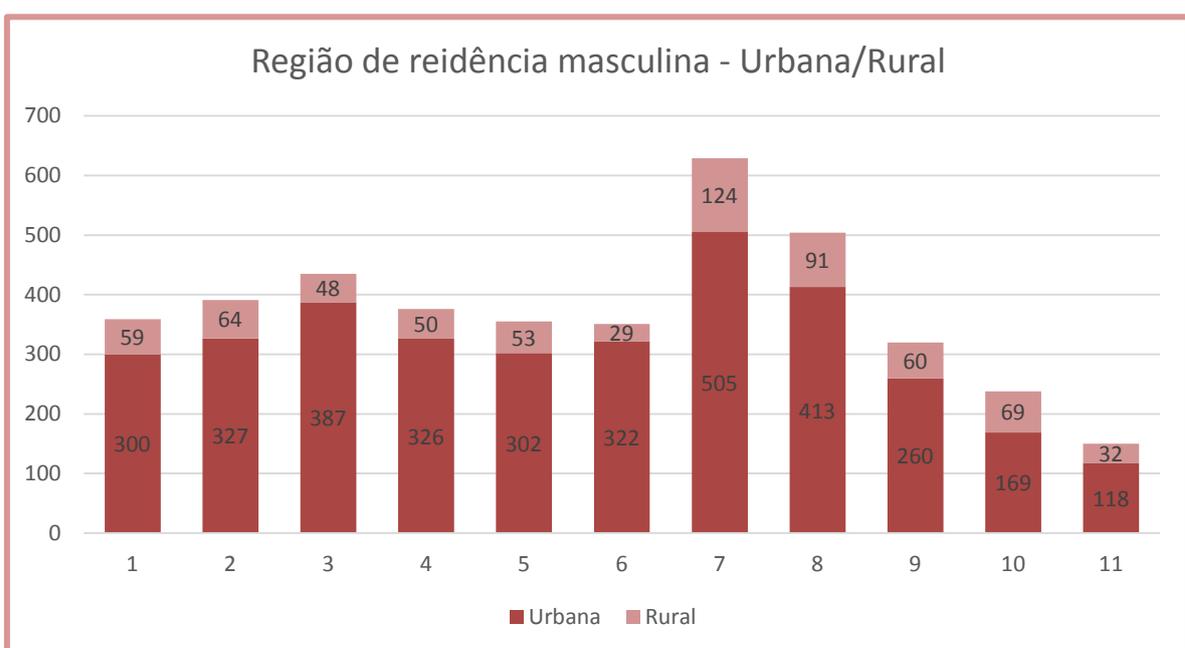
**Gráfico 4 - Faixa etária da mulher município de Alvorada do Norte - GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

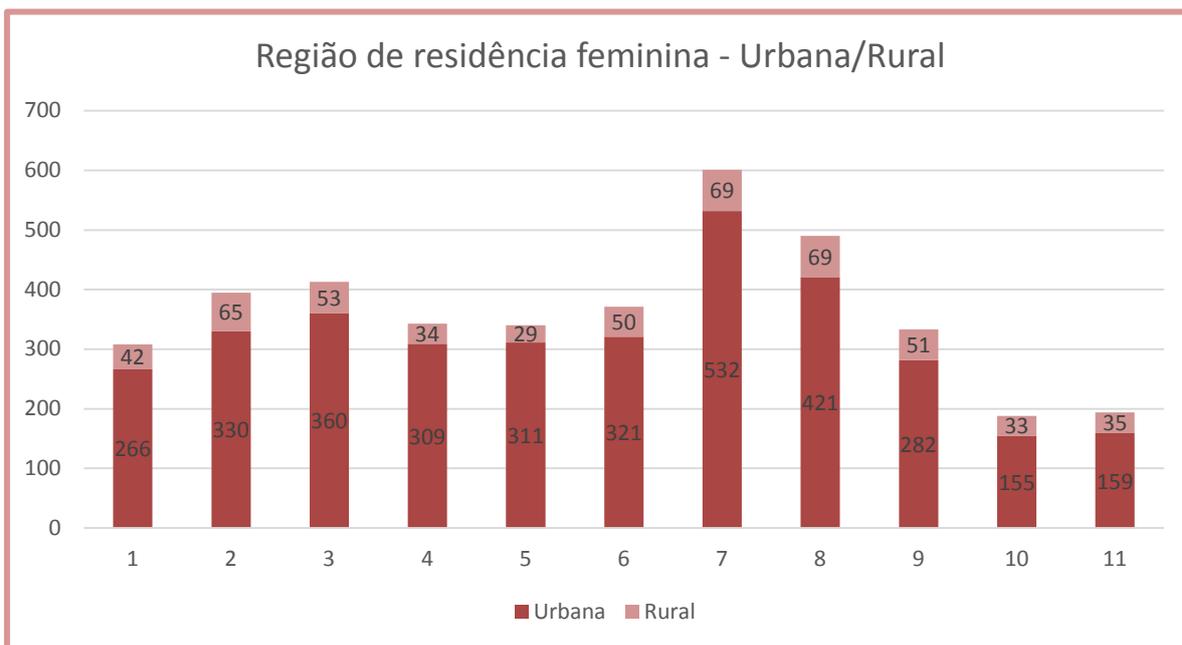
Quanto à situação de residência por região (rural ou urbana), segundo o censo ambos os sexos se encontram em maioria em áreas urbanas conforme descrevem os gráficos 5 e 6.

**Gráfico 5 - Região de residência (rural/urbana) masculina.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

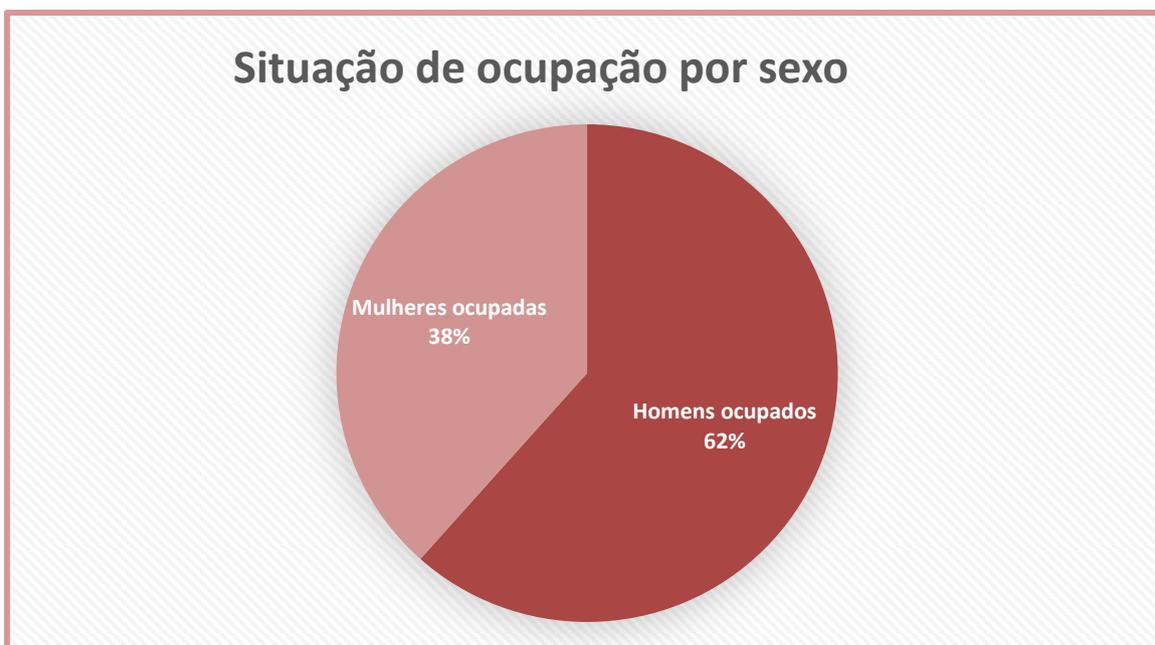
**Gráfico 6 - Região de residência (rural/urbana) feminina.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

No que se refere à ocupação, verifica-se que as mulheres se encontram em desvantagem. Visto que proporção de homens ocupados é de 62% e de mulheres é de apenas 38% conforme descrevem os gráficos 7 e 8:

**Gráfico 7 - Situação de ocupação por sexo Alvorada do Norte.**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

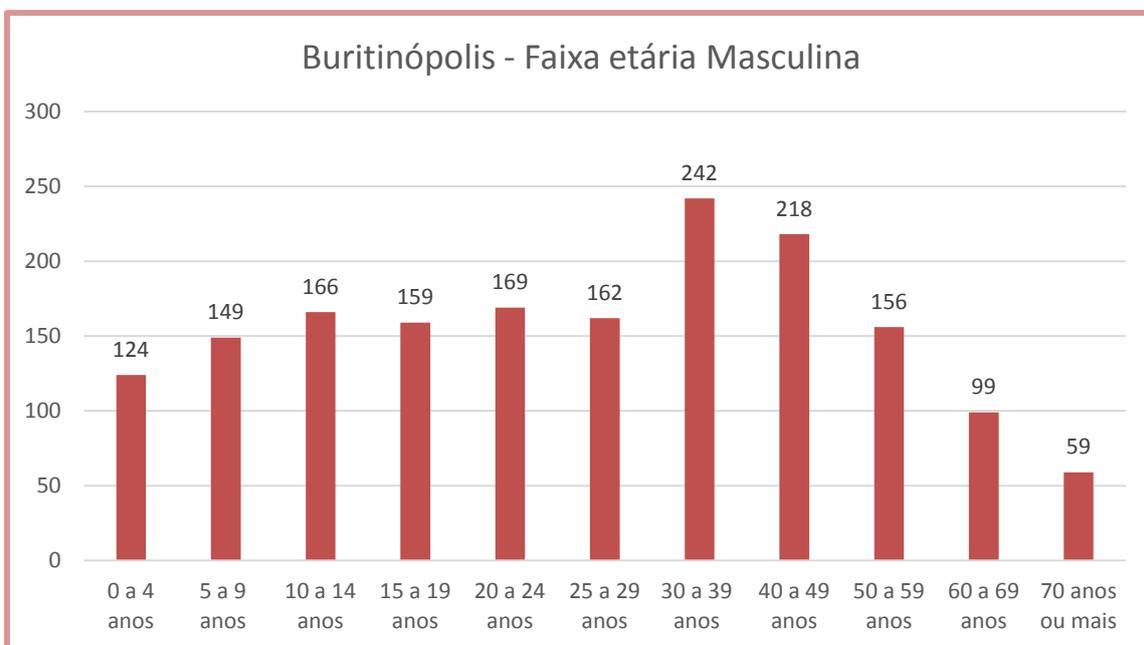
**Gráfico 8** - Situação de desocupação por sexo Alvorada do Norte.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

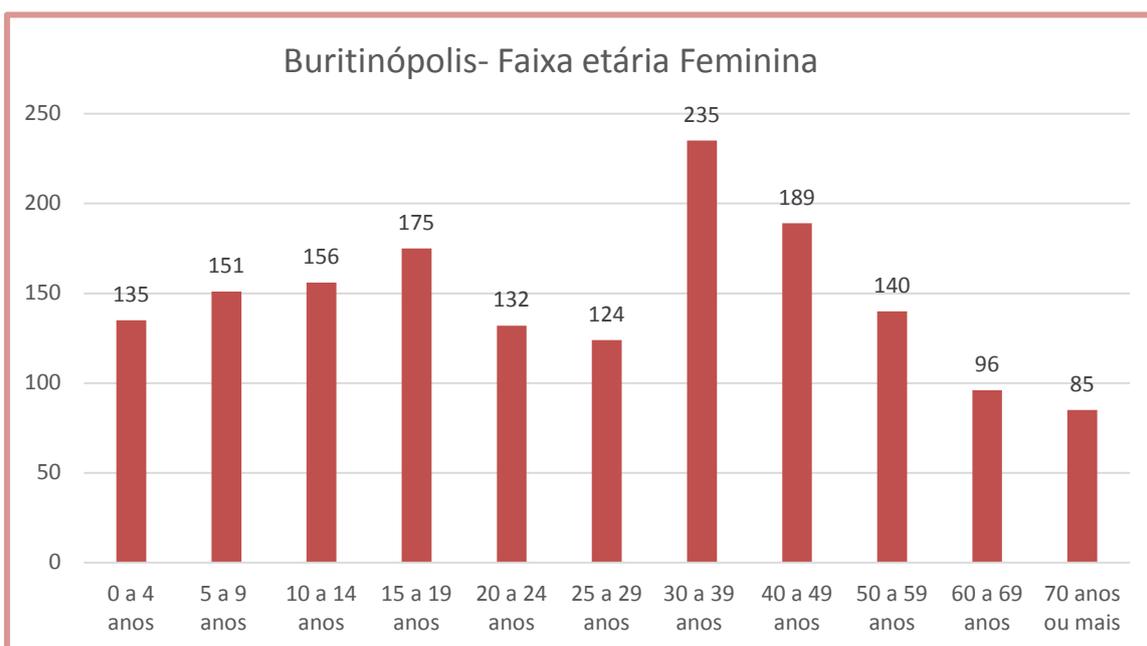
No município de Buritinópolis foram entrevistadas 3.321 pessoas, deste montante 49% são mulheres e 51% são homens diluídos nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 9** - Faixa etária do homem no município de Buritinópolis – GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

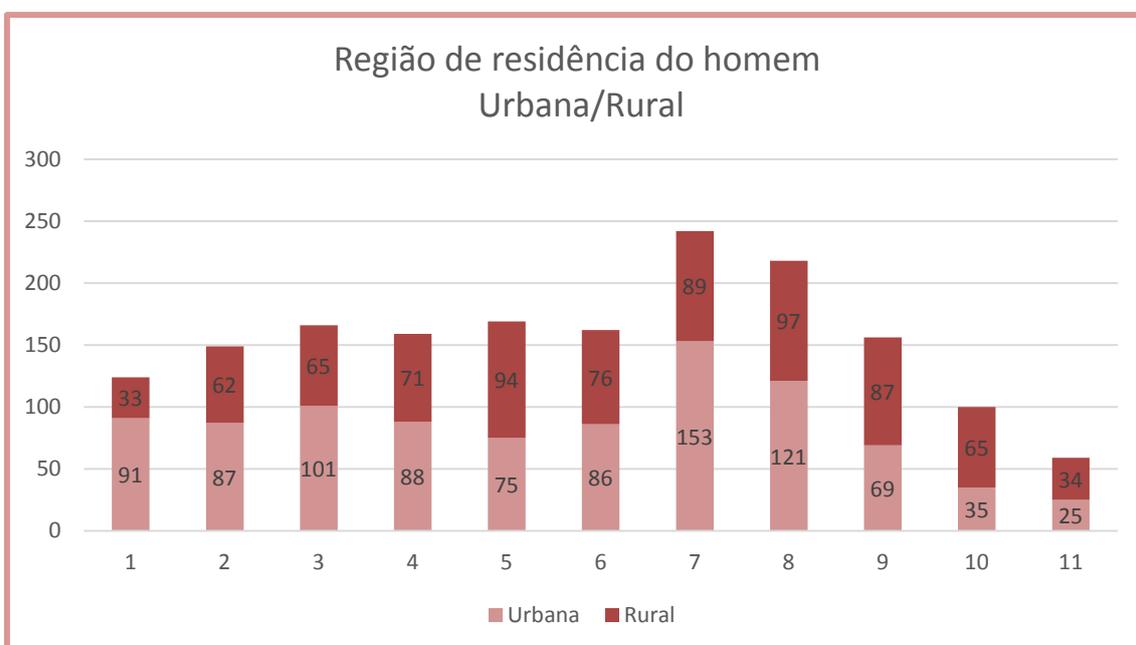
**Gráfico 10 - Faixa etária da mulher no município de Buritinópolis – GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

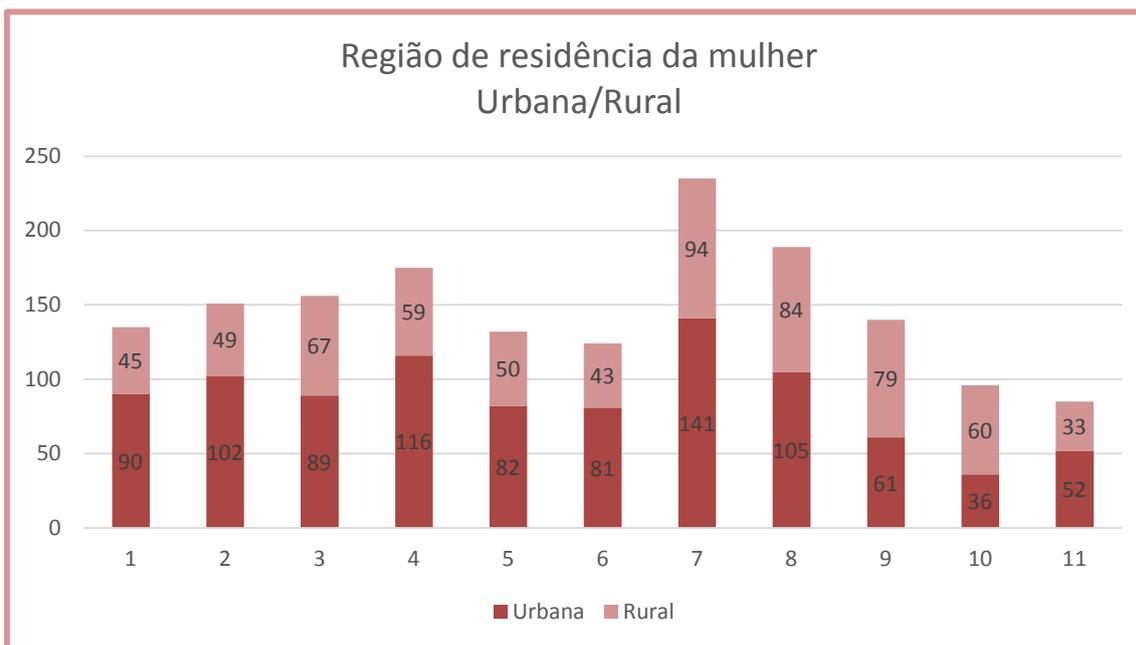
Quanto à situação de residência a maioria das pessoas (tanto homens quanto mulheres) residem em áreas urbanas conforme evidência os gráficos 11 e 12:

**Gráfico 11 - Região de residência (rural/urbana) do homem Buritinópolis - GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

**Gráfico 12** - Região de residência (rural/urbana) da mulher Buritinópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

No que se refere à manutenção destes domicílios os dados mostram que os homens predominam como provedores. O gráfico abaixo ilustra a situação:

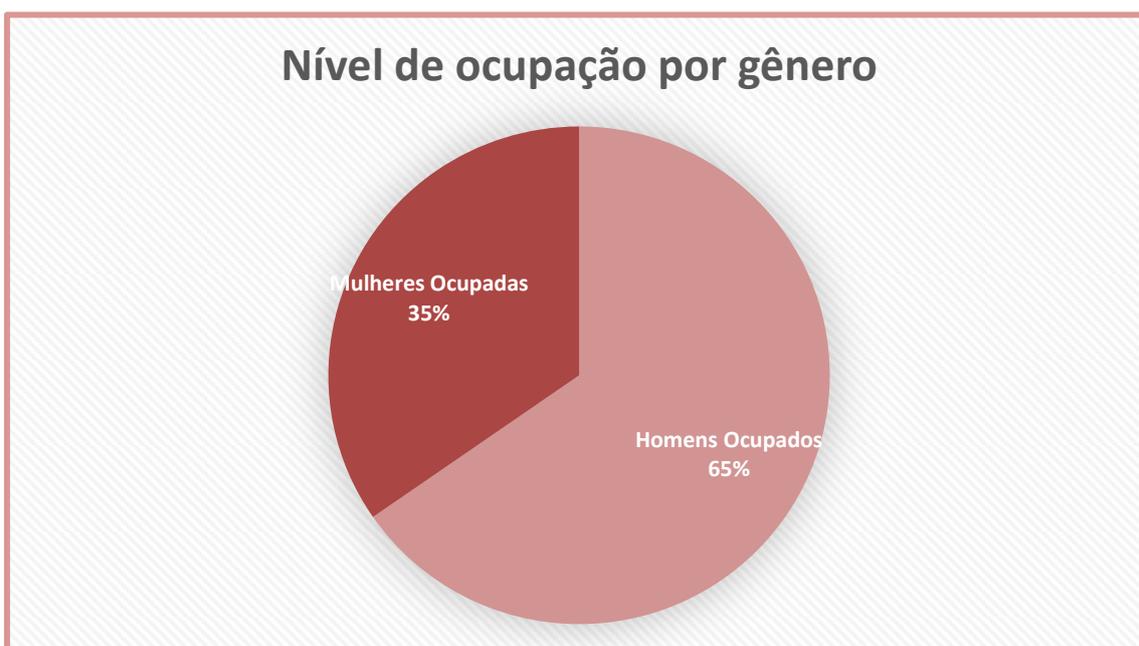
**Gráfico 13** - Situação de manutenção dos municípios por gênero Buritinópolis GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

No contexto de ocupação a situação não é diferente. As mulheres seguem em minoria em relação aos homens.

**Gráfico 14 - Situação de ocupação por gênero Buritinópolis GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

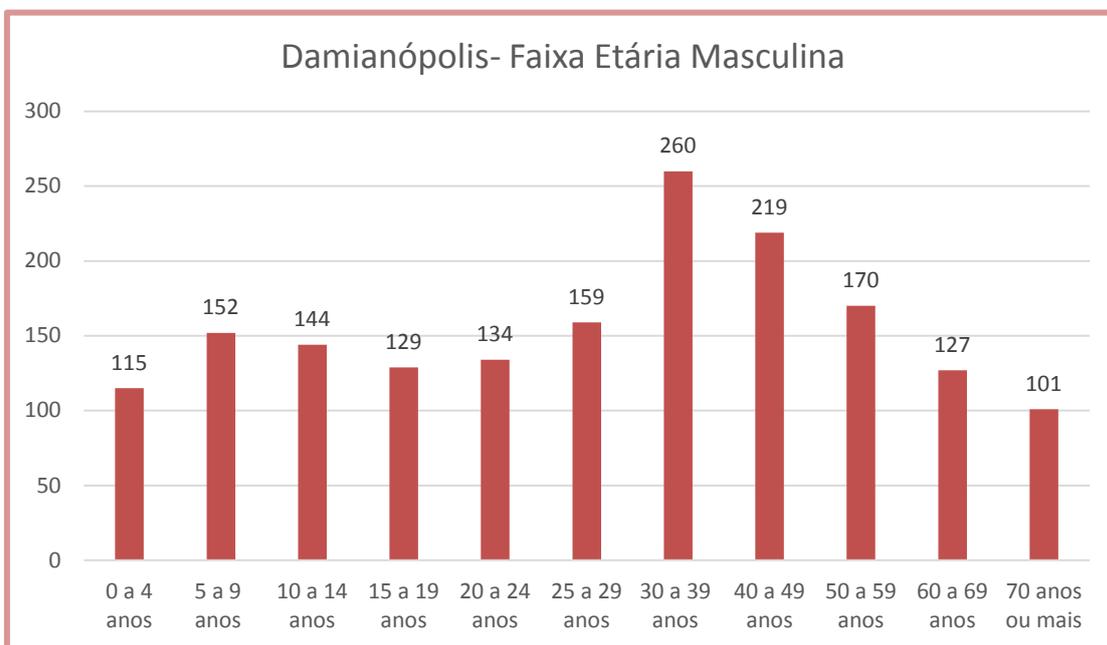
**Gráfico 15 - Situação de desocupação por gênero. Buritinópolis- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

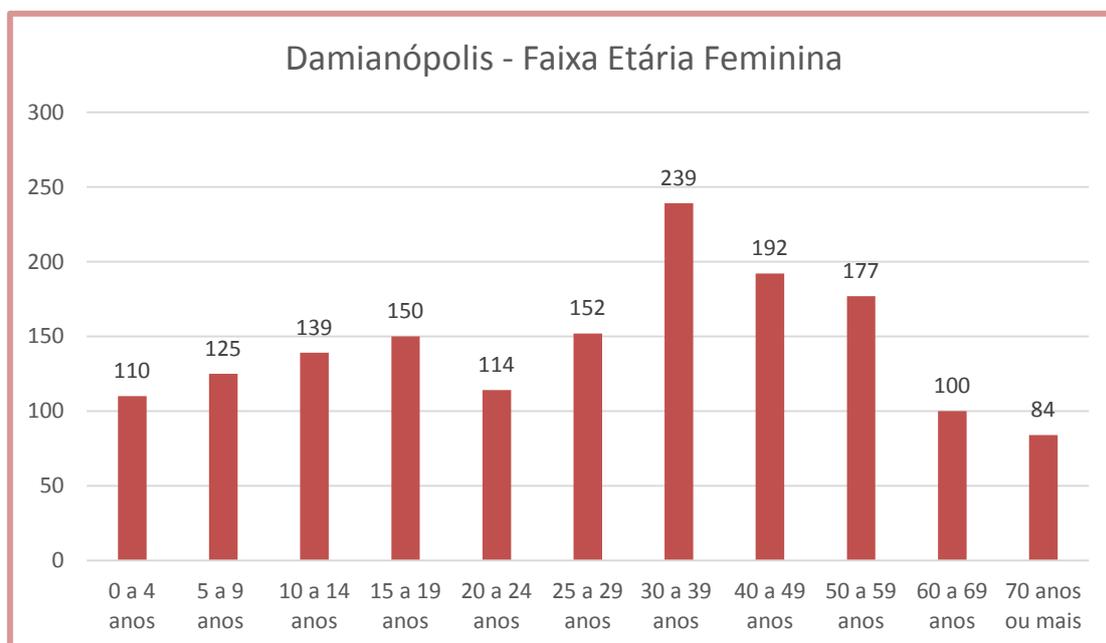
No município de Damianópolis, as mulheres ocupam 48% da população total e os homens 52% nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 16 - Faixa etária do homem Damianópolis- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

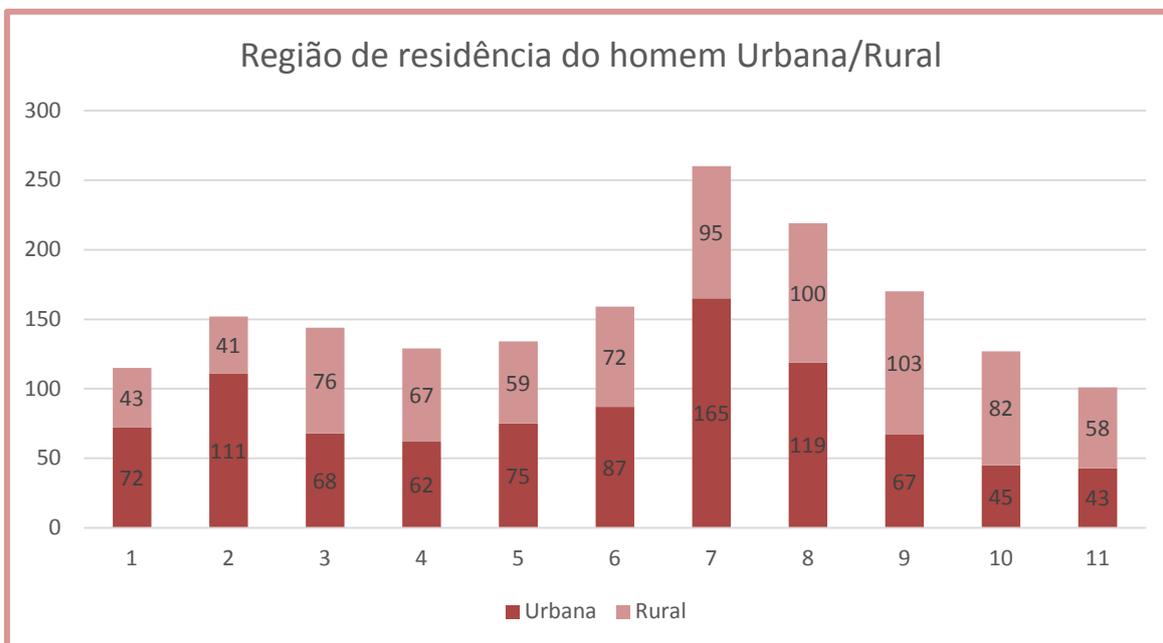
**Gráfico 17 - Faixa etária da mulher Damianópolis- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

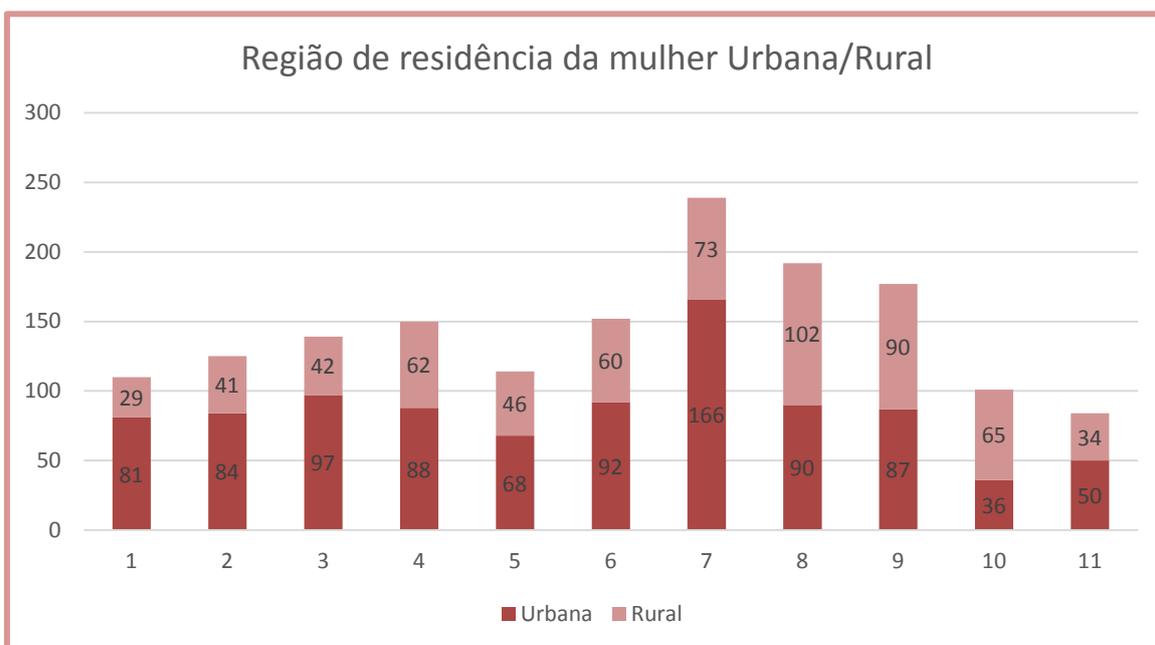
Neste município, assim como nos demais a população tanto de homens quanto de mulheres reside em sua grande maioria nas regiões urbanas conforme descreve os gráficos abaixo:

**Gráfico 18** - Região de residência do homem urbana/rural Damianópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

**Gráfico 19** - Região de residência da mulher Damianópolis GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação à manutenção dos domicílios, neste município o homem se mostra ainda mais predominante do que nos demais conforme expressa o gráfico abaixo:

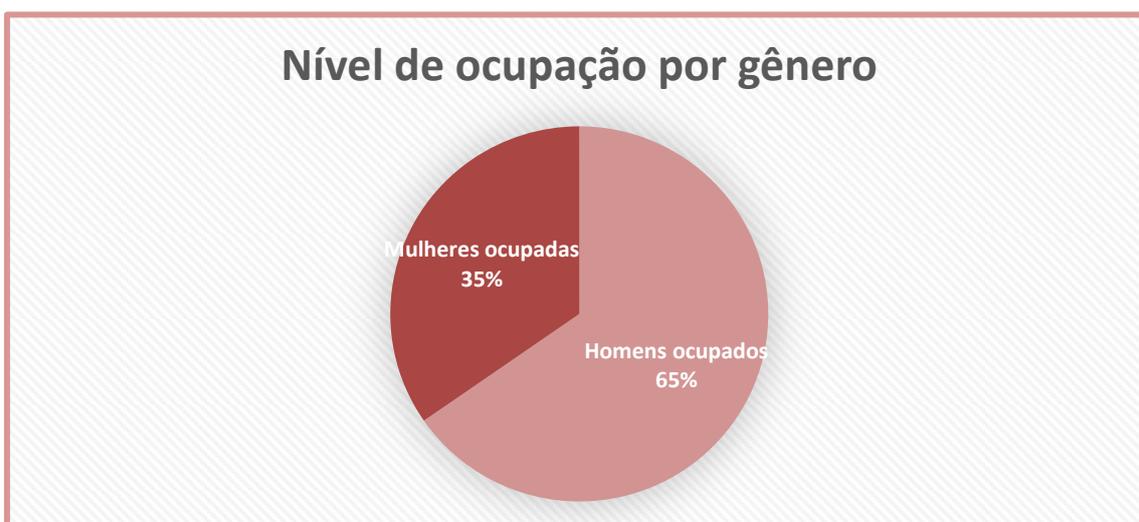
**Gráfico 20** - Situação de manutenção dos domicílios por gênero Damianópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação à questão de ocupação assim como os demais, o município de Damianópolis também apresenta um grande número de mulheres sem trabalho ou ocupação formal.

**Gráfico 21** - Situação de ocupação por gênero Damianópolis GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

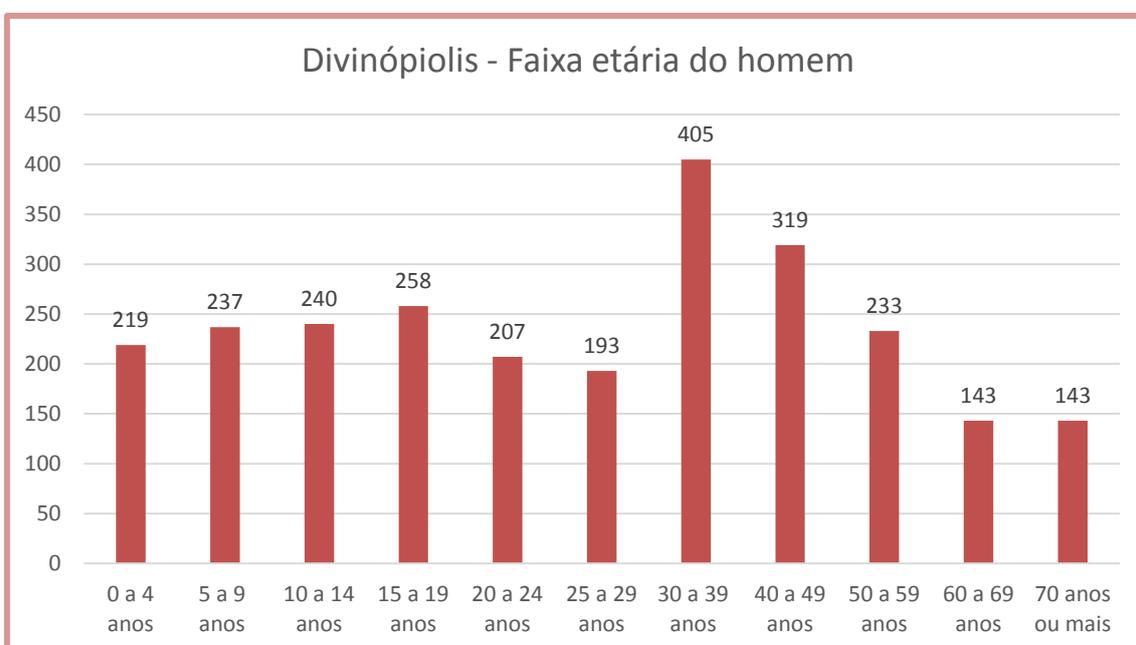
Gráfico 22 - Situação de desocupação por gênero Damianópolis GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

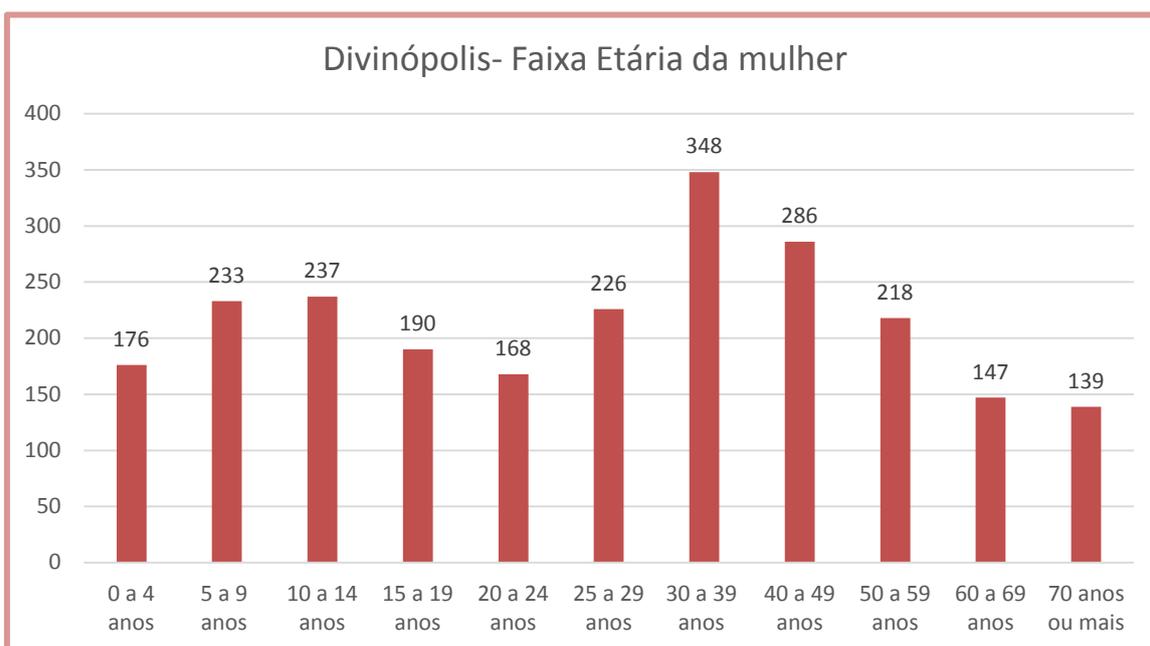
O município de Divinópolis apresenta 48% de mulheres e 52% de homens nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 23** - Faixa etária do homem Divinópolis GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

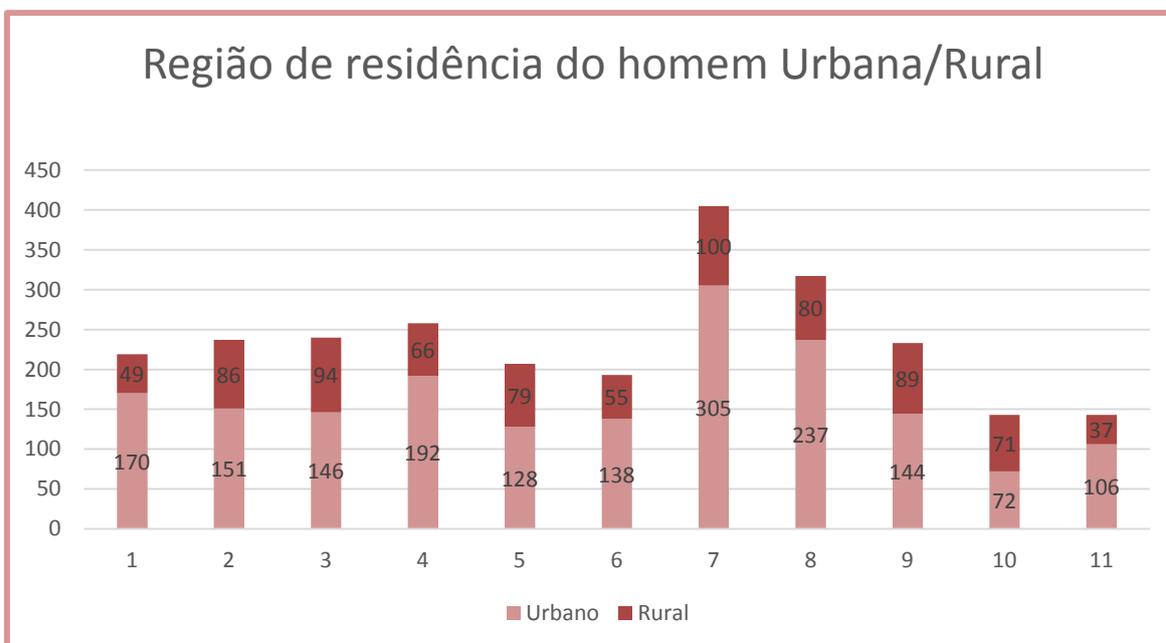
**Gráfico 24 - Faixa etária da mulher Divinópolis- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

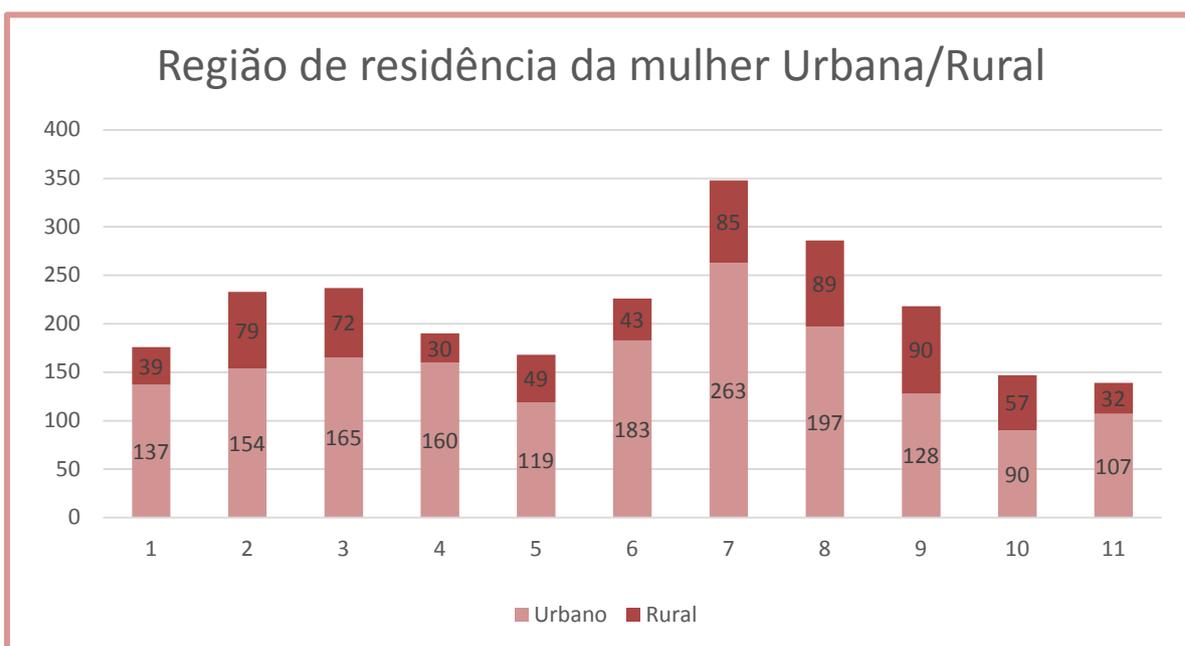
Com relação à região de residência, segundo o censo a predominância da área urbana prevalece para ambos os sexos conforme descrevem os gráficos abaixo:

**Gráfico 25 - Região de residência do homem Divinópolis- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

**Gráfico 26** - Região de residência da mulher Divinópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Na manutenção dos domicílios assim como os demais, os homens ainda prevalecem como provedores neste município.

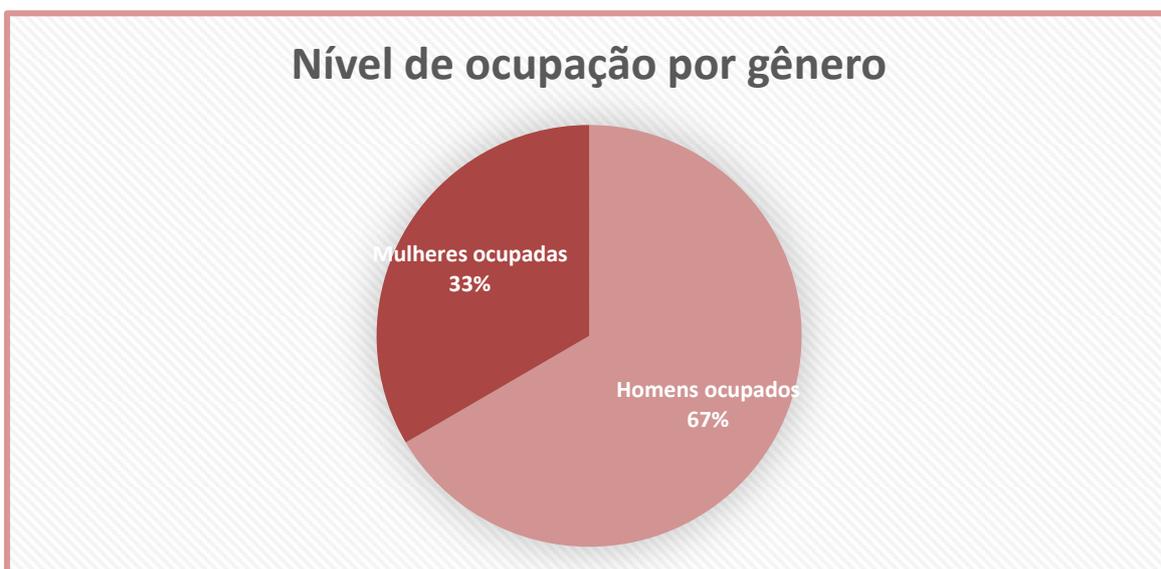
**Gráfico 27** - Manutenção dos domicílios por gênero Divinópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Quanto ao nível de ocupação os homens também se encontram em maioria em relação às mulheres.

**Gráfico 28** - Situação de Ocupação por Gênero. Divinópolis-GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

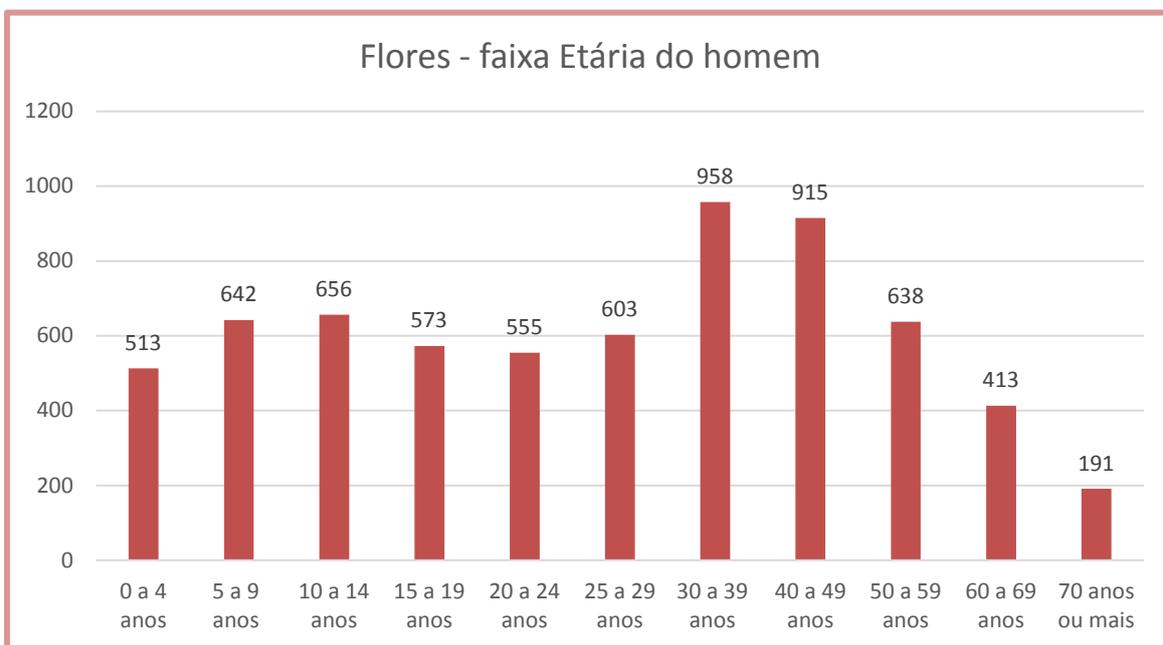
**Gráfico 29** - Situação de desocupação por gênero Divinópolis- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

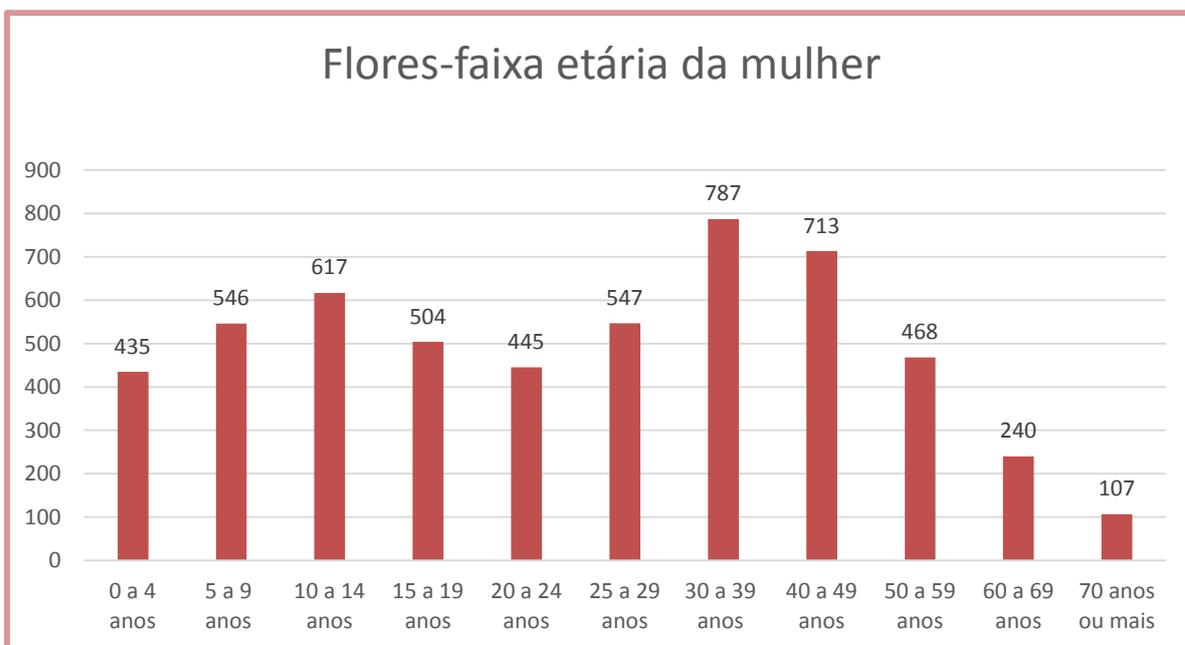
A população do município de Flores está distribuída em 45% de mulheres e 55% de homens de acordo com as seguintes faixas etárias:

**Gráfico 30 - Faixa etária do homem Flores GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

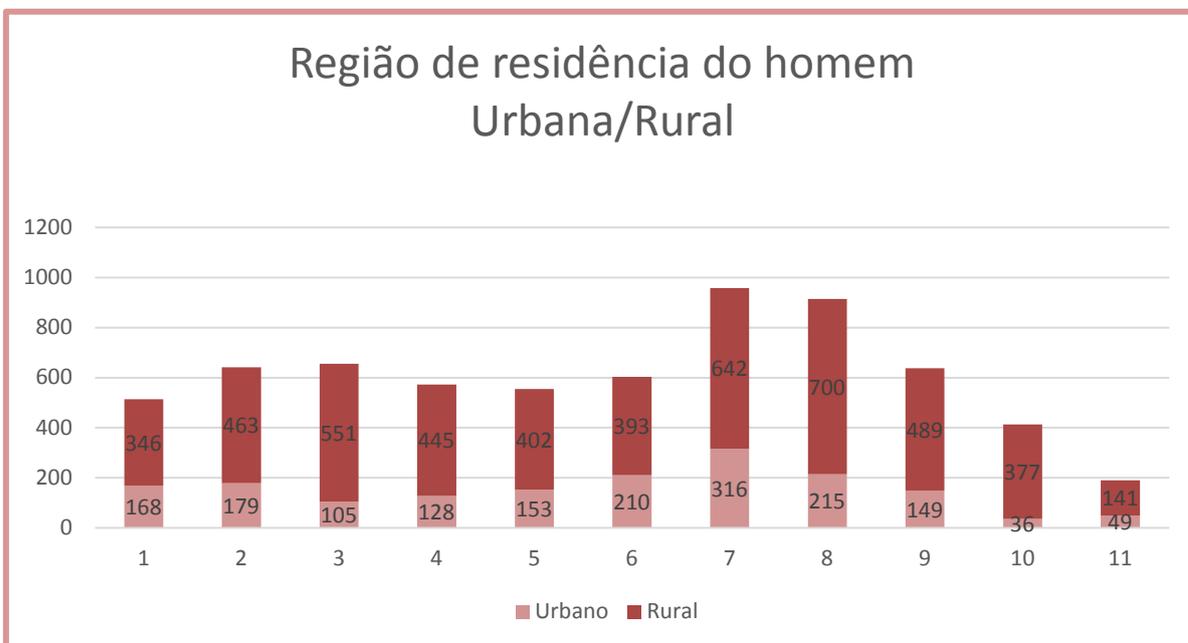
**Gráfico 31 - Faixa etária da mulher Flores- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

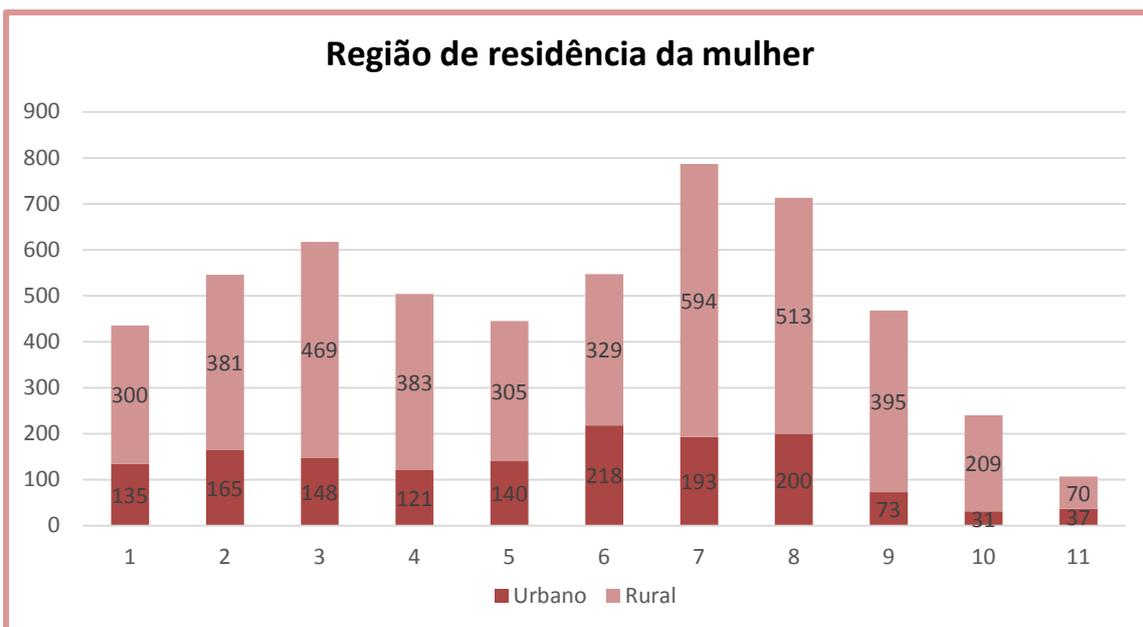
No município de Flores em particular a população composta por mulheres residentes em áreas rurais é razoavelmente maior que dos homens, expressam os gráficos abaixo:

**Gráfico 32 - Situação de residência dos homens Flores- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

**Gráfico 33 - Situação de residência das mulheres Flores-GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

No que se refere à manutenção dos domicílios por pessoas com 25 anos de idade ou mais, o homem predomina como provedor.

**Gráfico 34** - Situação de manutenção do domicílio por pessoas com 25 anos ou mais Flores- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

A condição de ocupação da população mais uma vez, como nos outros municípios converge em favor da maioria masculina conforme descrito abaixo:

**Gráfico 35** - Situação de ocupação por gênero Flores- GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

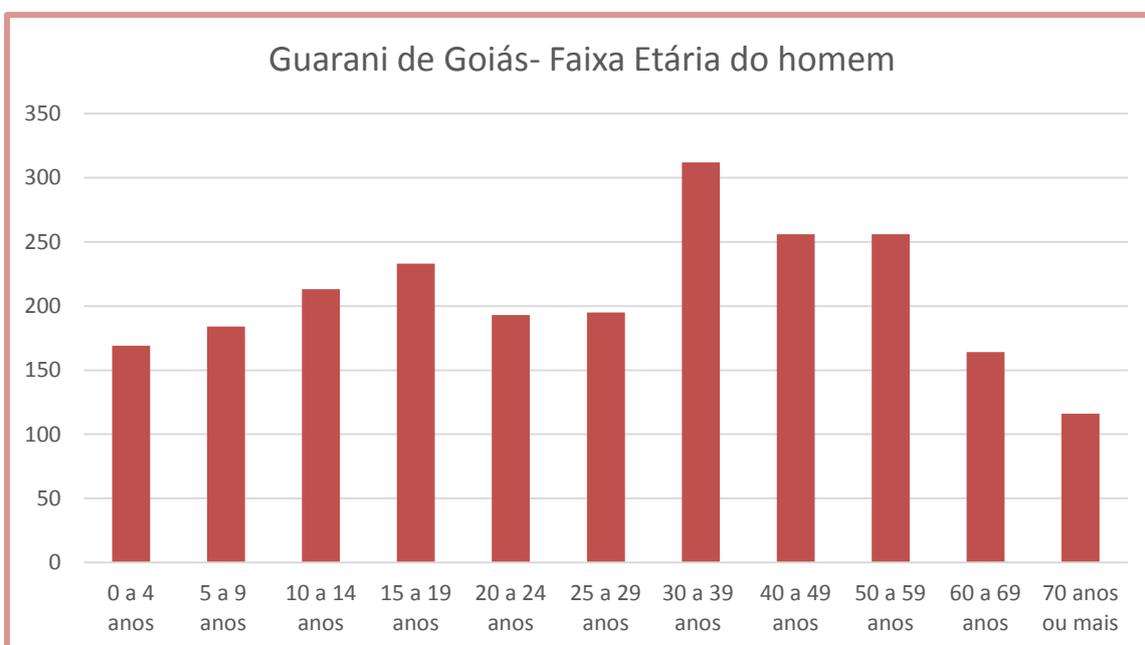
**Gráfico 36 - Situação de desocupação por gênero Flores- GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

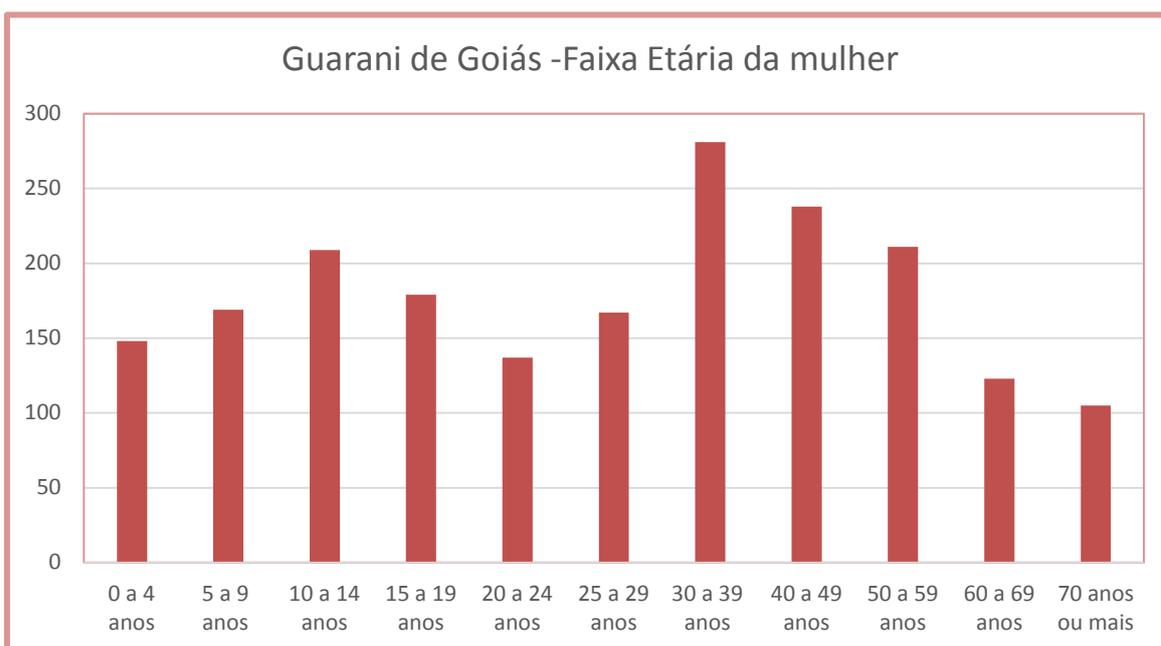
A população entrevistada no município de Guarani de Goiás conta com 46% do sexo feminino e 54% do sexo masculino distribuída nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 37 - Faixa etária do homem Guarani de Goiás**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

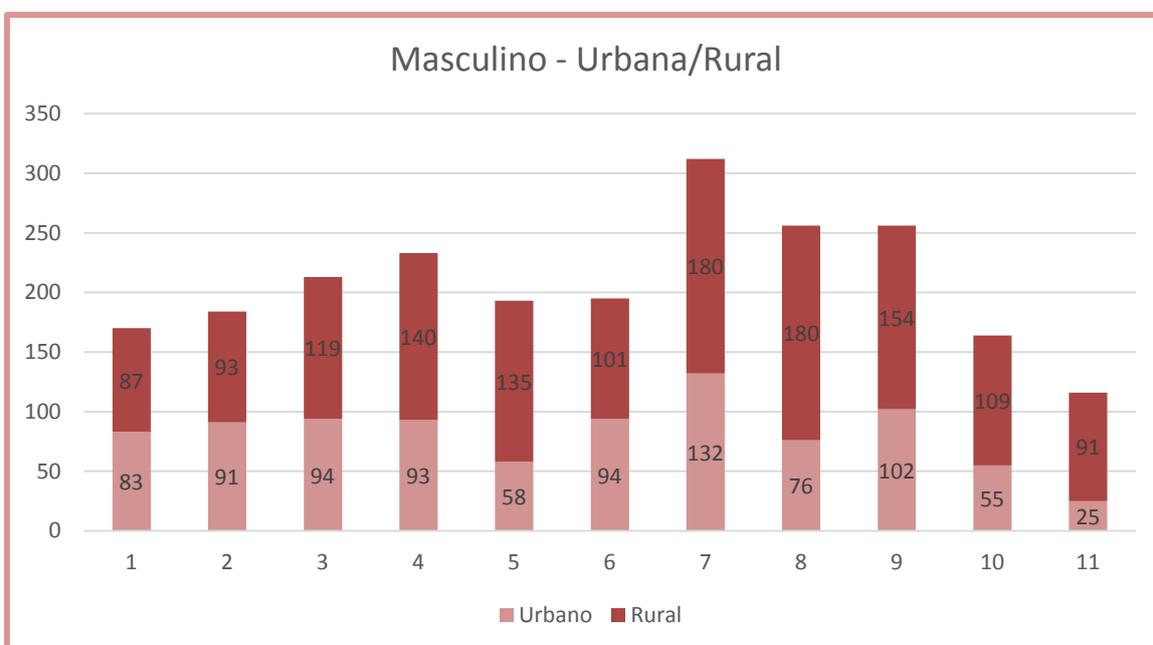
**Gráfico 38 - Faixa etária da mulher Guarani de Goiás**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

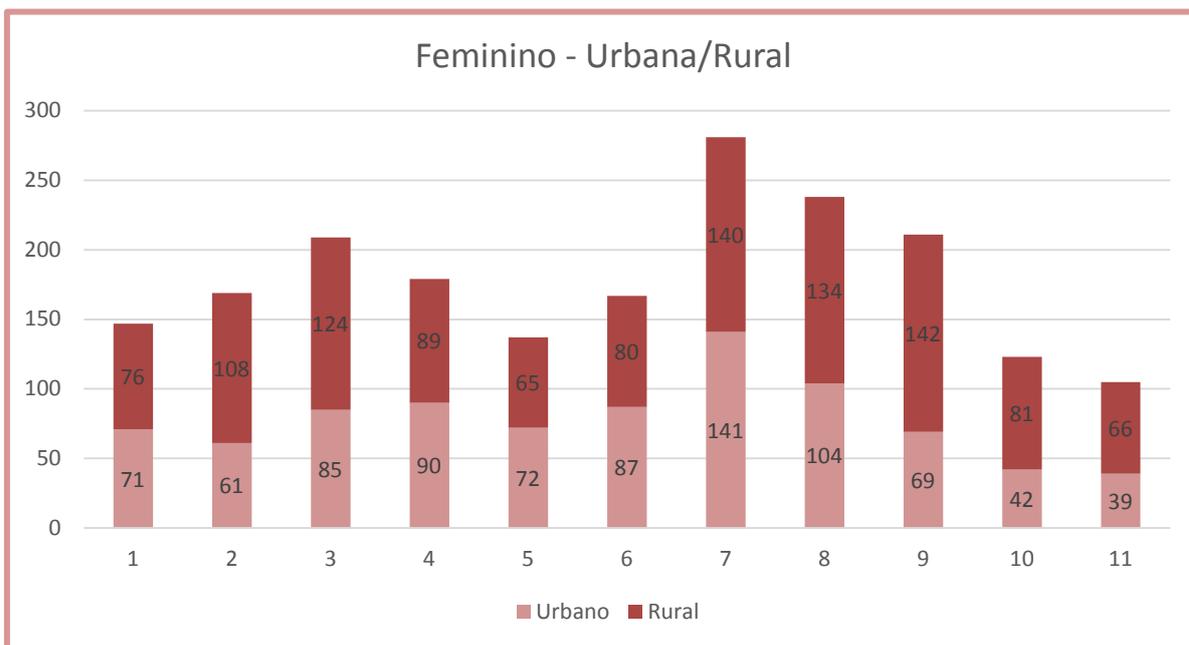
Neste município o censo registrou maior predominância de homens residentes em áreas rurais do que mulheres.

**Gráfico 39 - Situação de residência dos homens Guarani de Goiás**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

**Gráfico 40** - Situação de residência das mulheres Guarani de Goiás



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação ao provimento dos lares neste município os homens são em grande maioria responsáveis conforme descreve o gráfico abaixo:

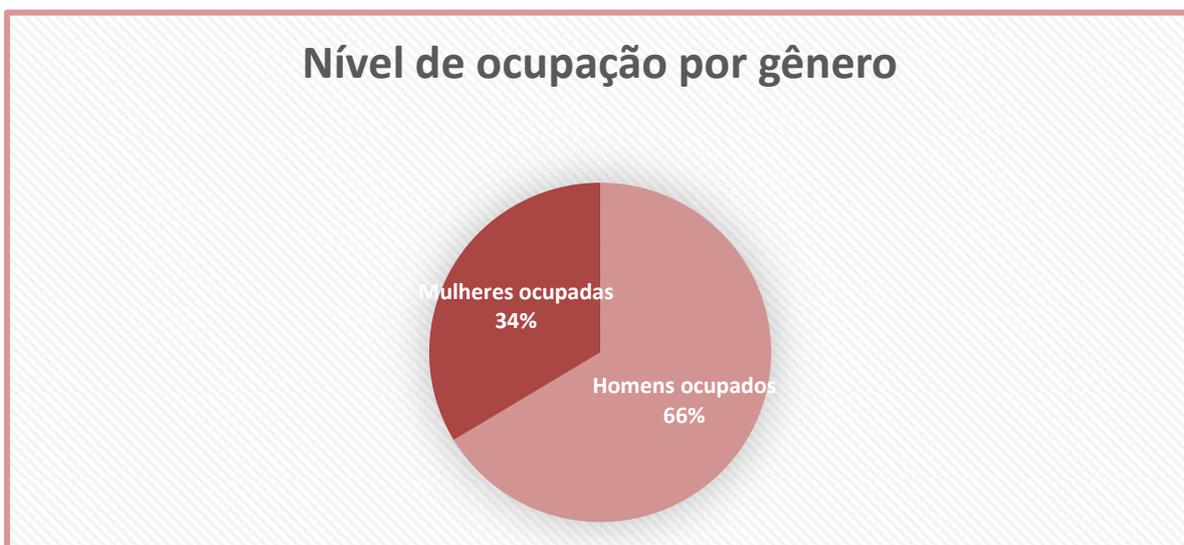
**Gráfico 41** - Situação de manutenção do domicílio por pessoas com 25 anos ou mais Guarani de Goiás



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

No quesito de ocupação as mulheres permanecem como minoria perante os homens.

**Gráfico 42** - Situação de ocupação por gênero Guarani de Goiás



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

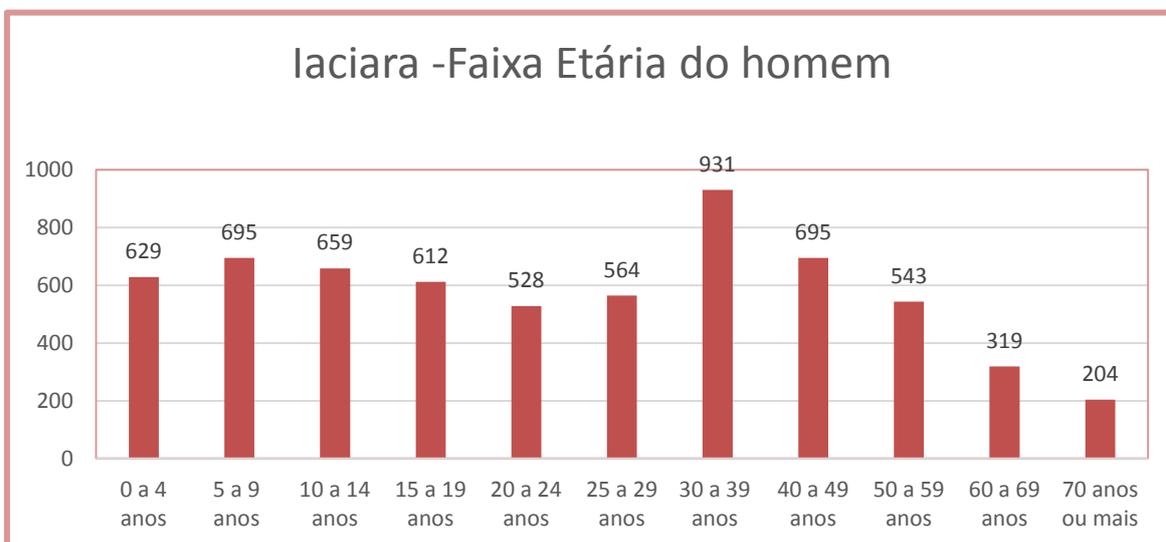
**Gráfico 43** - Situação de desocupação por gênero Guarani de Goiás



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

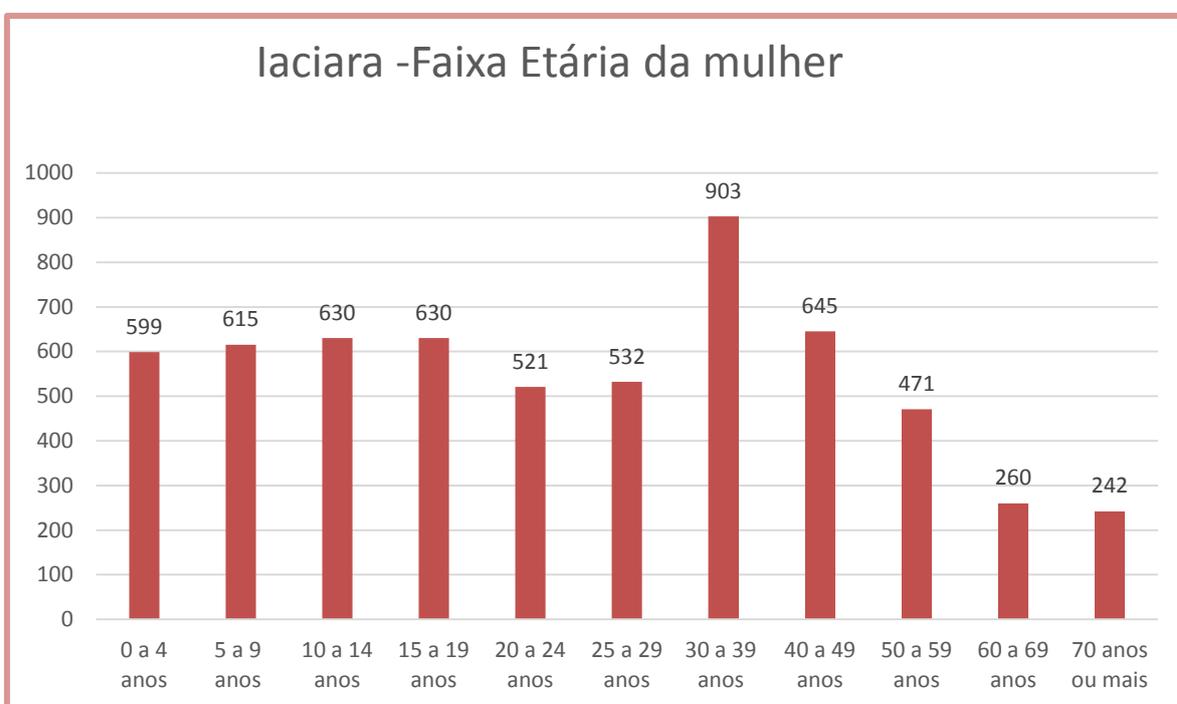
A população entrevistada no município de Iaciara se divide em 51% de homens e 49% de mulheres distribuídas nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 44** - Faixa etária do homem Iaciara



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

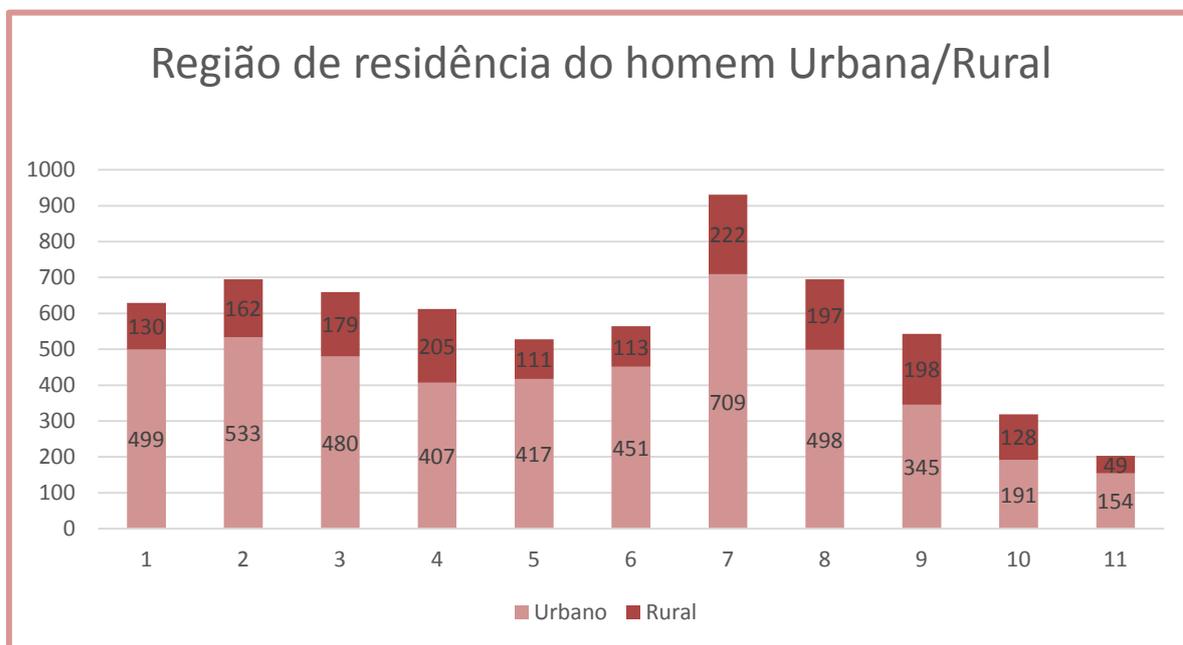
**Gráfico 45** - Faixa etária da mulher Iaciara



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

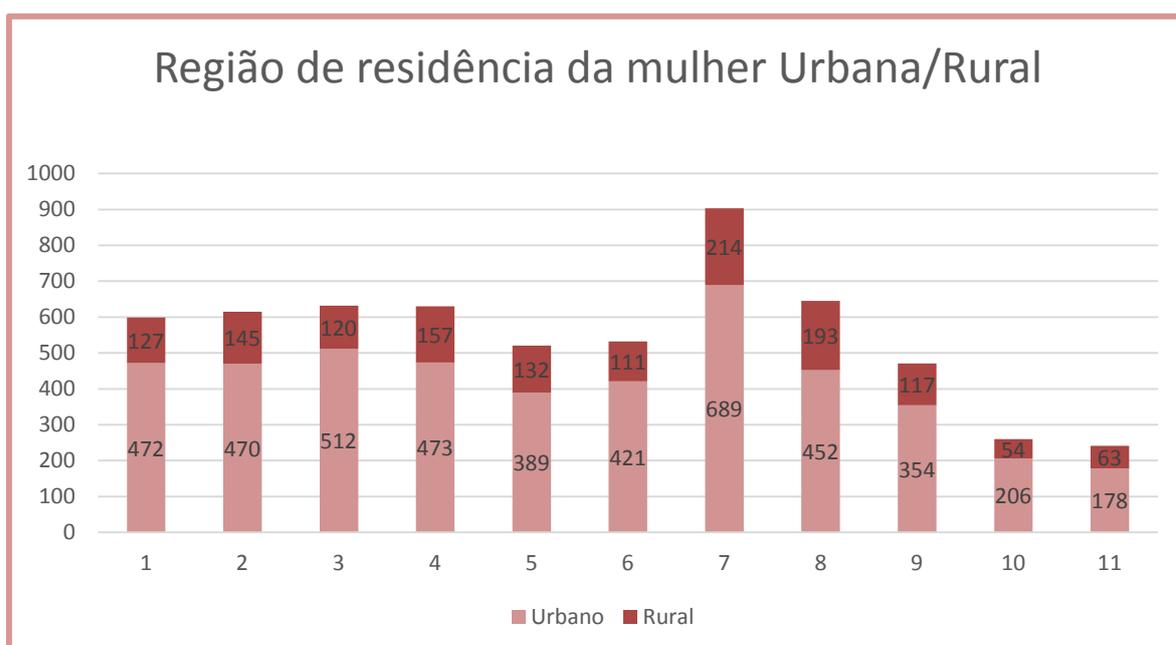
Neste município ambos os sexos concentram seus domicílios em zonas urbanas conforme descreve os gráficos abaixo:

**Gráfico 46 - Situação de residência dos homens Iaciara**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

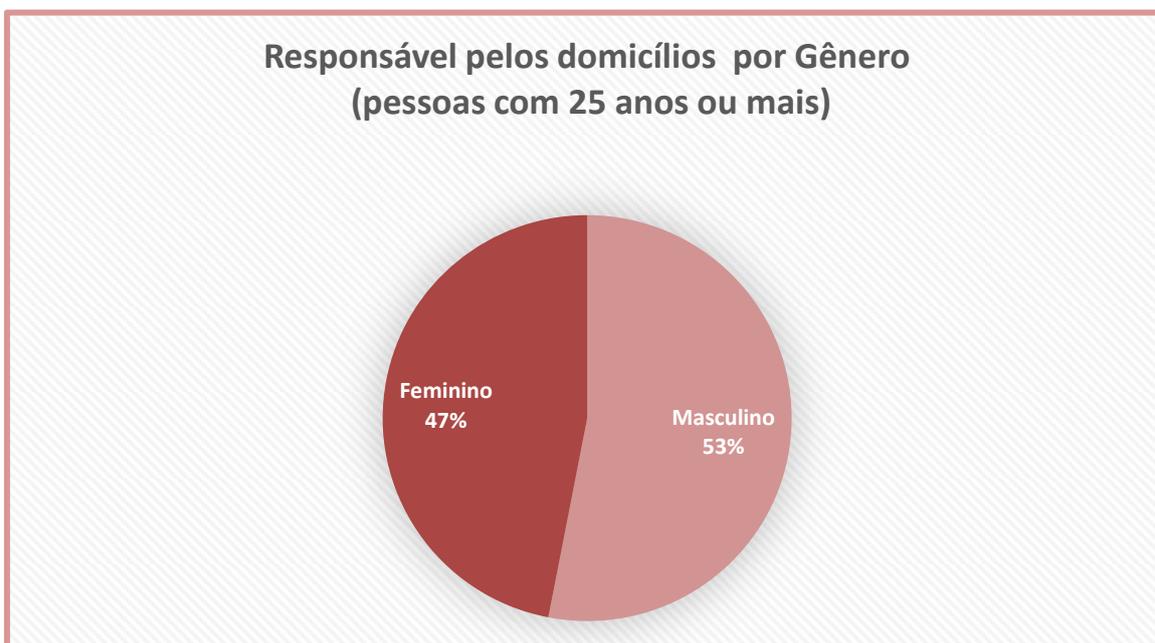
**Gráfico 47 - Situação de residência das mulheres Iaciara**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Na questão de manutenção dos municípios, os indivíduos (as) com mais de 25 anos de idade predominam em sua grande maioria homens.

**Gráfico 48** - Situação de manutenção dos domicílios Iaciara



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Com relação à proporção de pessoas ocupadas no município, a melhor posição permanece com os homens conforme descrito abaixo:

**Gráfico 49** - Situação de ocupação por gênero Iaciara



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

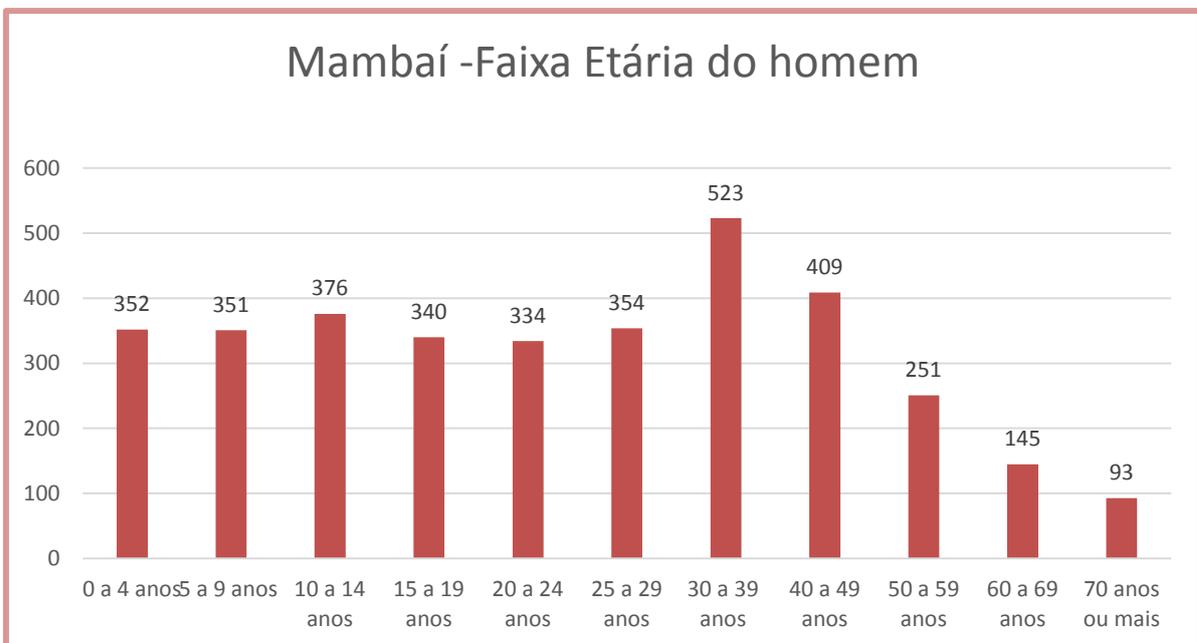
**Gráfico 50** - Situação de desocupação por gênero Iaciara



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

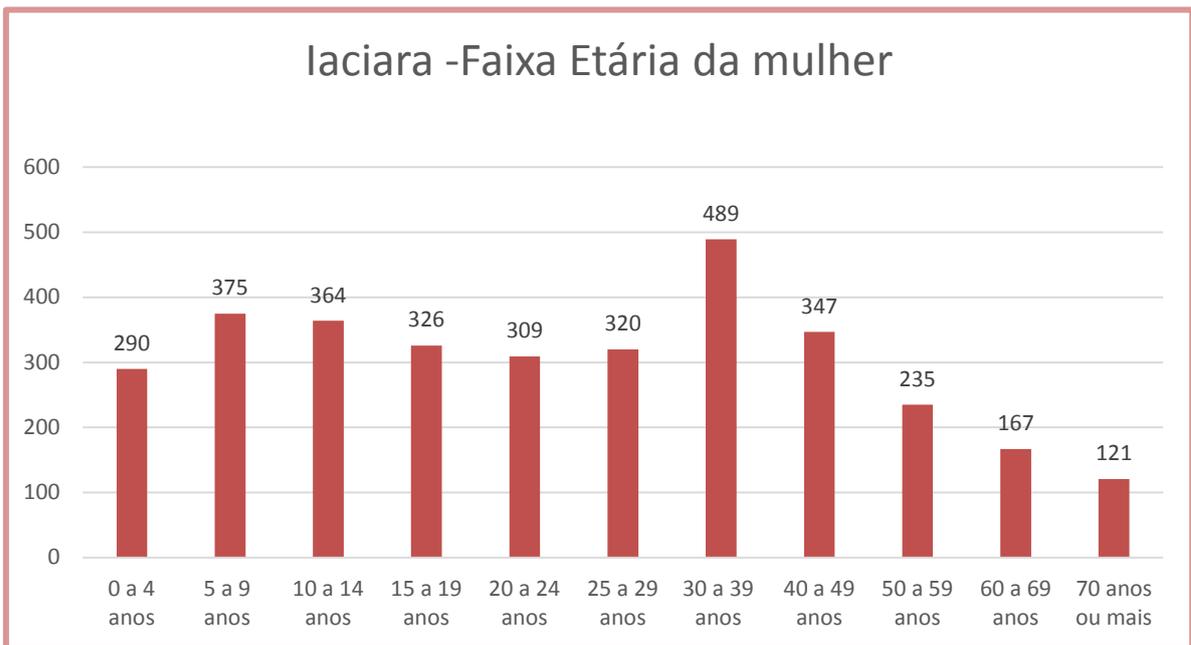
No município de Mambaí a população de mulheres corresponde a 49% e a de homens 51% distribuídas nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 51** - Faixa etária do homem Mambaí



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

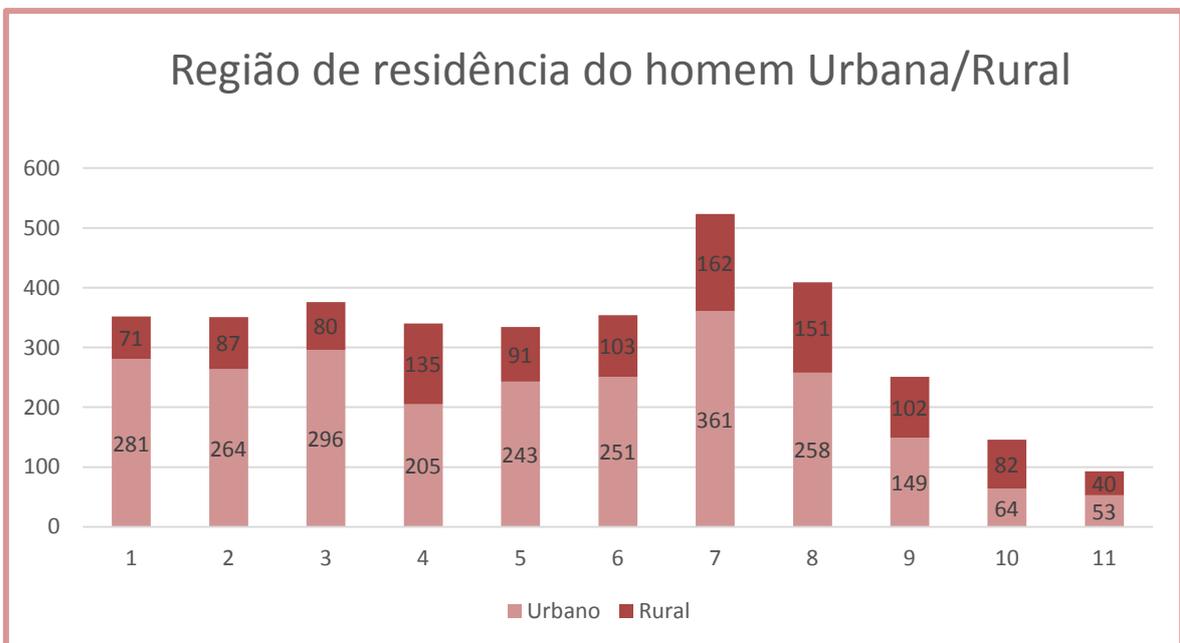
**Gráfico 52 - Faixa etária da mulher Mambaí**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

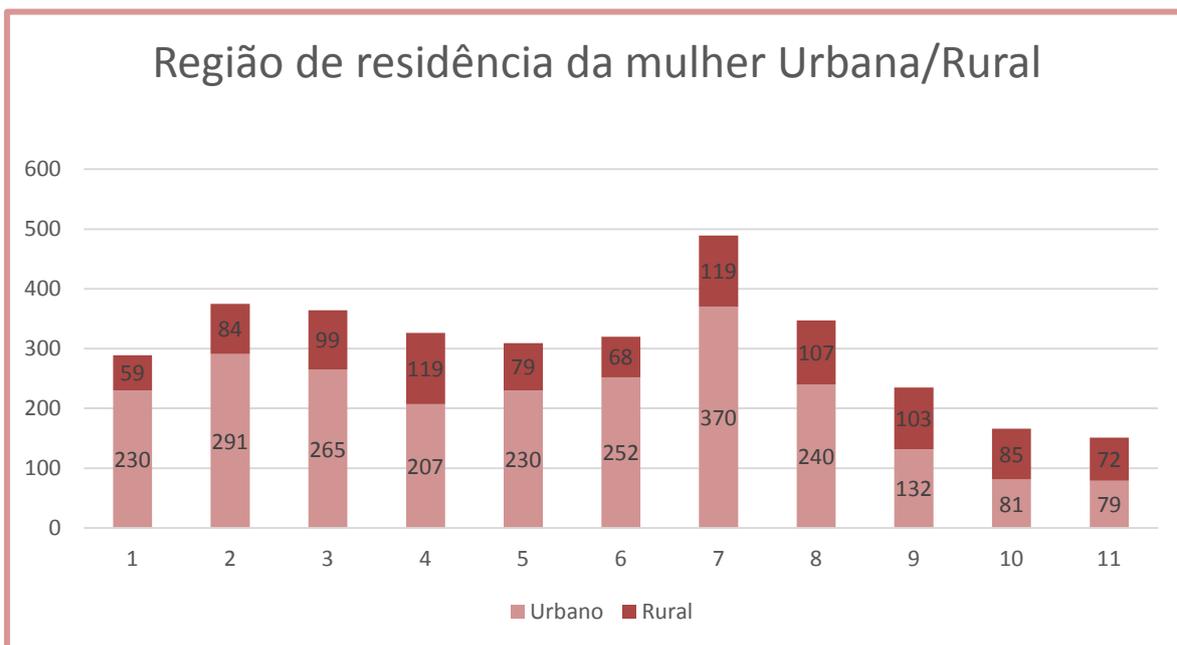
A maioria da população em ambos os sexos reside nas zonas urbanas do município conforme os gráficos abaixo:

**Gráfico 53 - Situação de residência do homem Mambaí**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

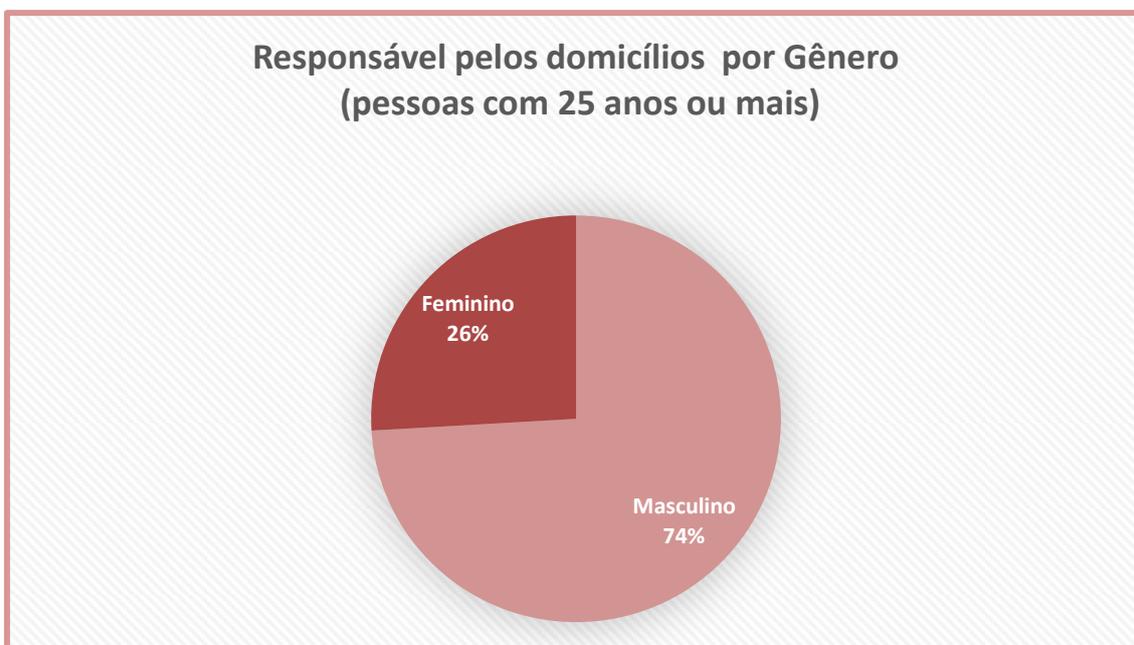
**Gráfico 54** - Situação de residência das mulheres Mambaí



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Com relação à questão de provimento nos domicílios os homens prevalecem como maioria.

**Gráfico 55** - Situação de manutenção dos domicílios Mambaí



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

No que se refere à ocupação, as mulheres são minoria em relação aos homens.

**Gráfico 56** - Situação de ocupação por gênero Mambaí



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

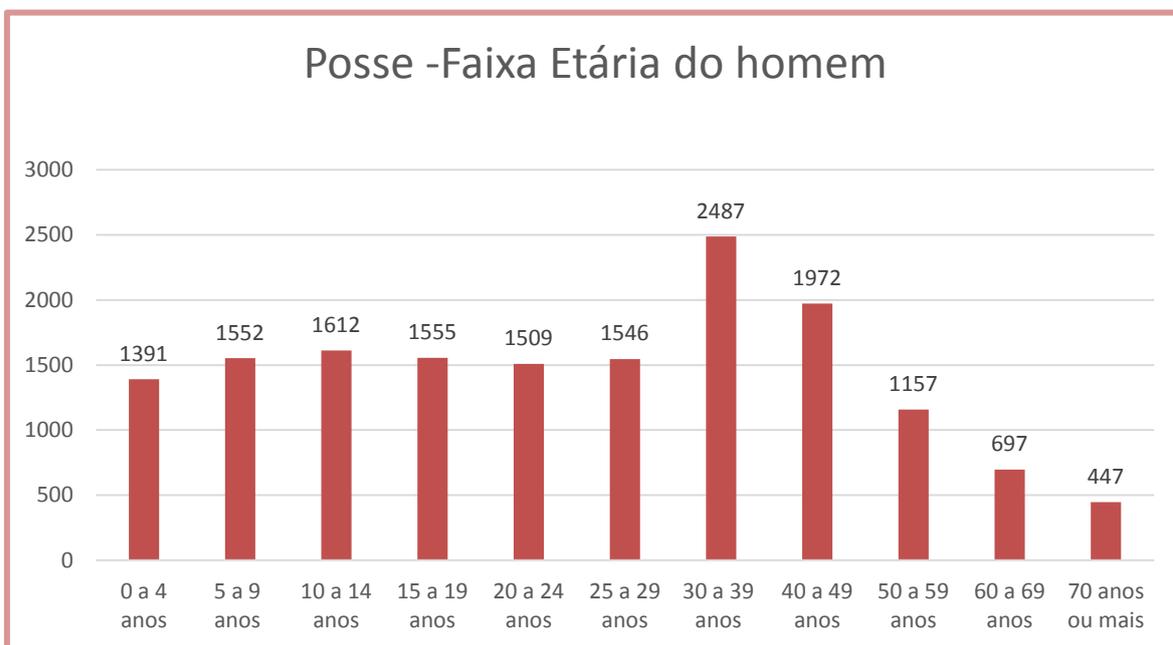
**Gráfico 57** - Situação de desocupação por gênero Mambaí



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

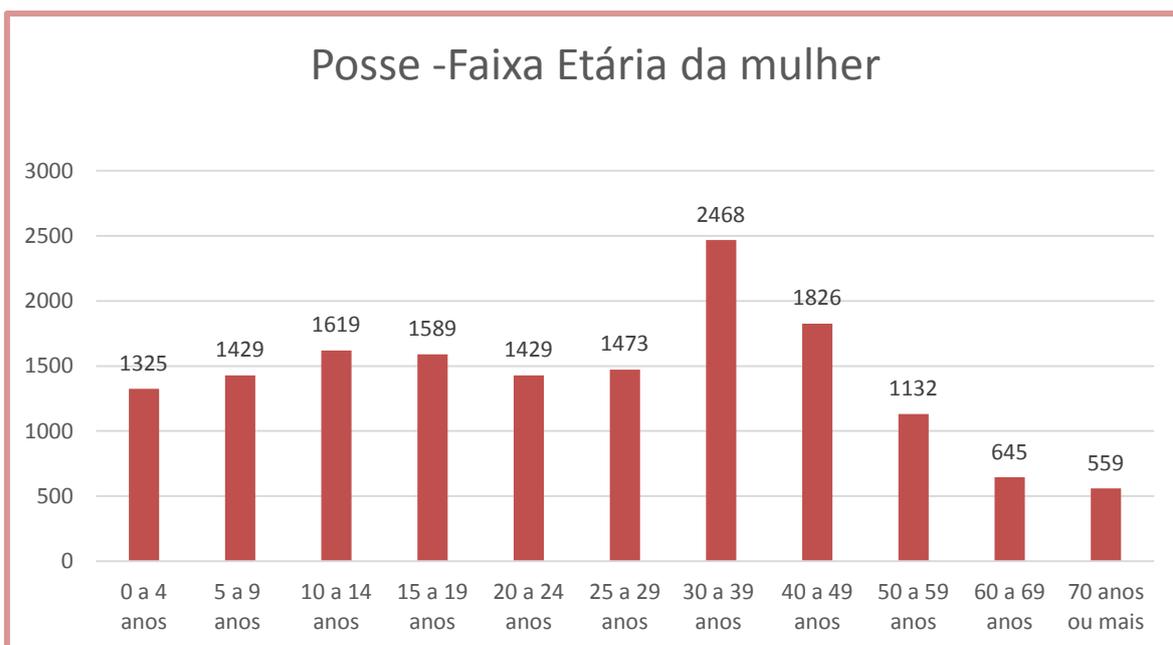
O município de Posse é o mais populoso de todo o território. A população total entrevistada foi de 49% de mulheres e 51% de homens nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 58** - Faixa etária dos homens Posse-GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

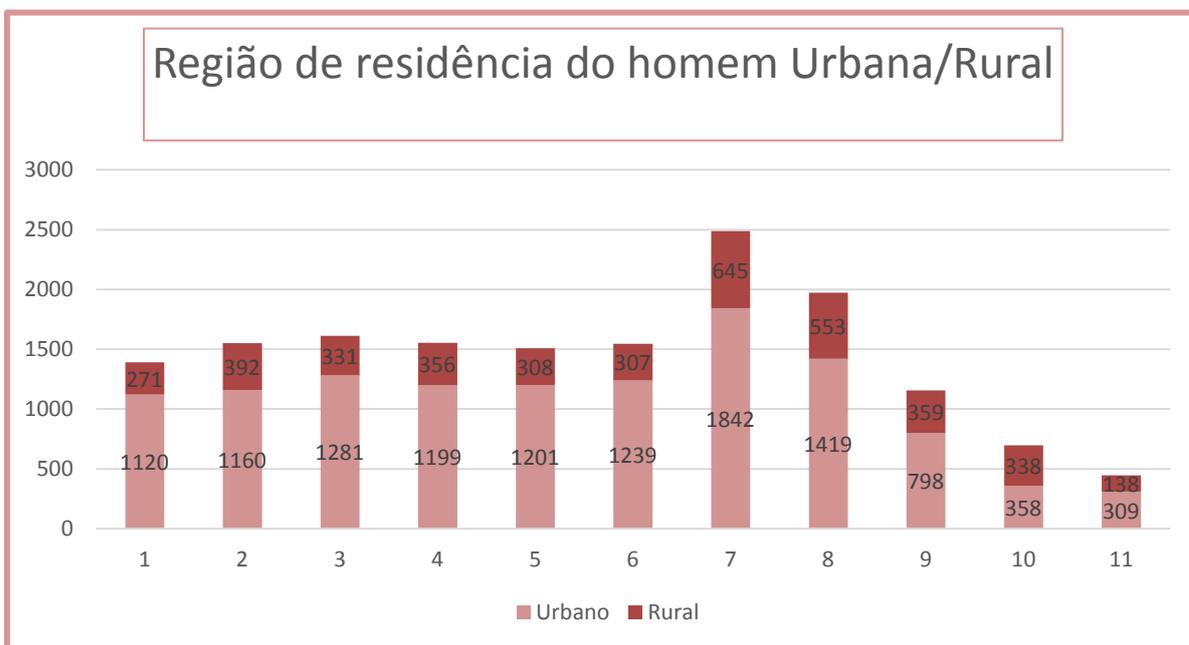
**Gráfico 59** - Faixa etária da mulher Posse-GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

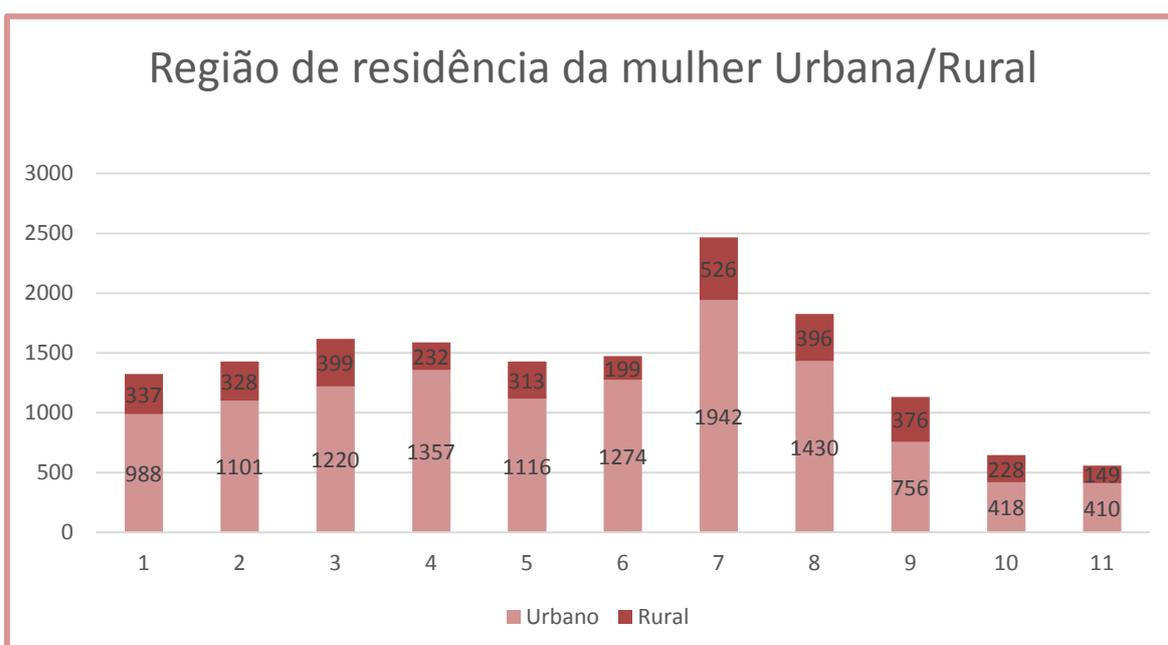
De acordo com o censo, trata-se de um município essencialmente urbano para ambos os sexos conforme os gráficos abaixo:

**Gráfico 60 - Situação de residência do homem Posse-GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

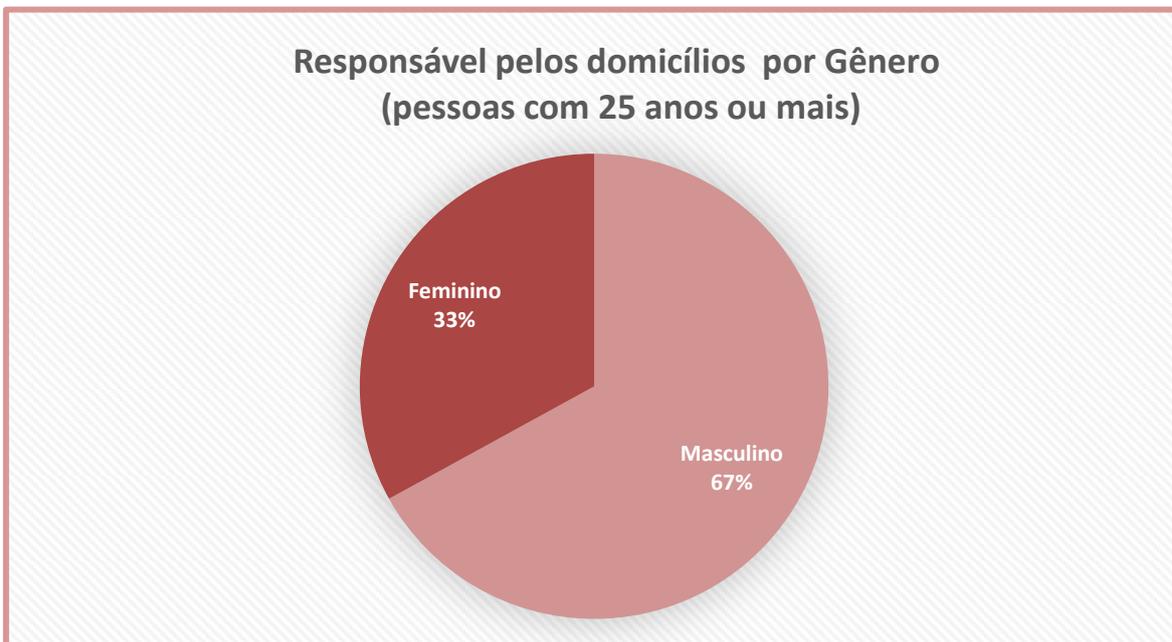
**Gráfico 61 - Situação de residência das mulheres Posse-GO**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

A manutenção dos domicílios das pessoas entrevistadas é em sua maioria realizada pelos homens conforme o gráfico abaixo:

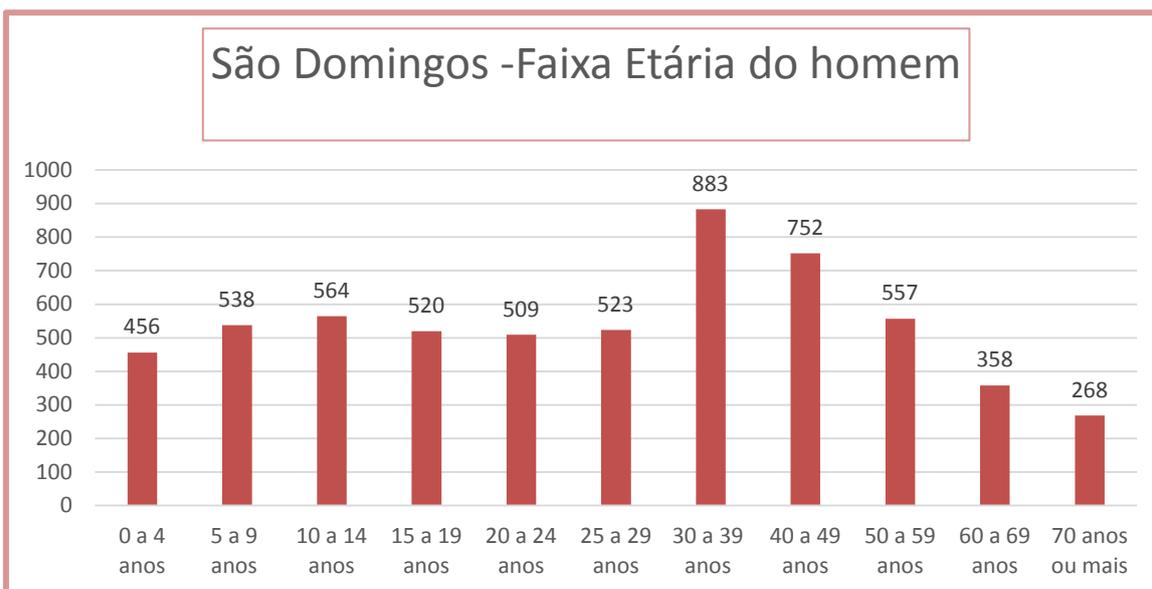
**Gráfico 62** - Situação de manutenção dos domicílios por gênero Posse-GO



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

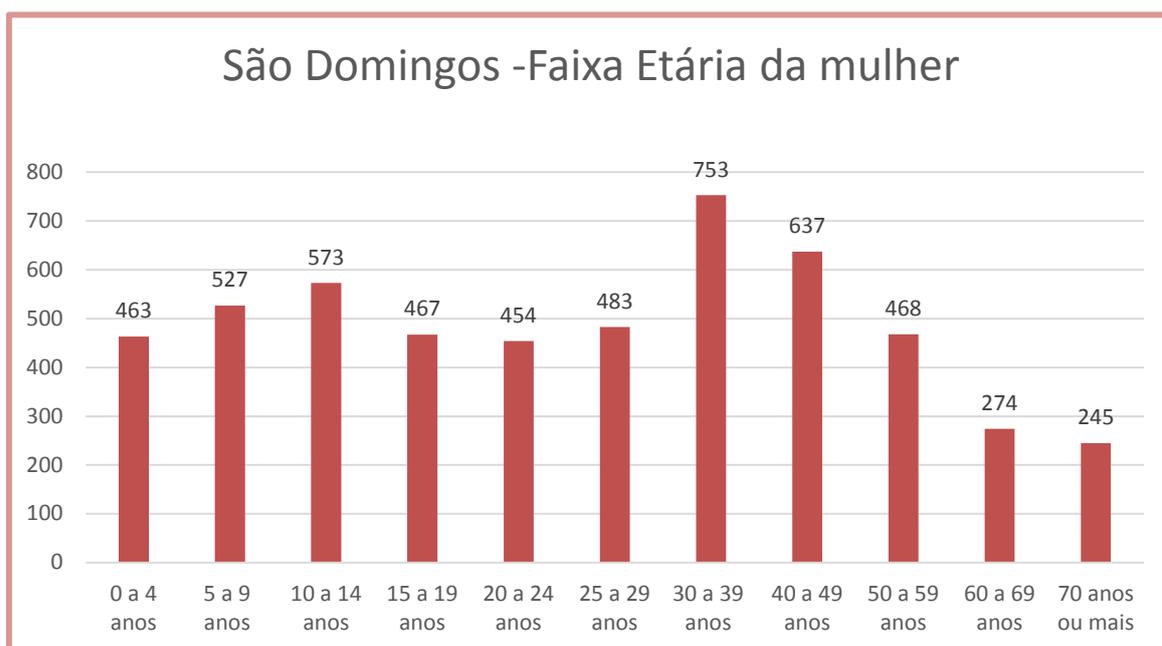
A população entrevistada no município de São Domingos foi de 47% de mulheres e de 53% de homens nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 63** - Faixa etária dos homens São Domingos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

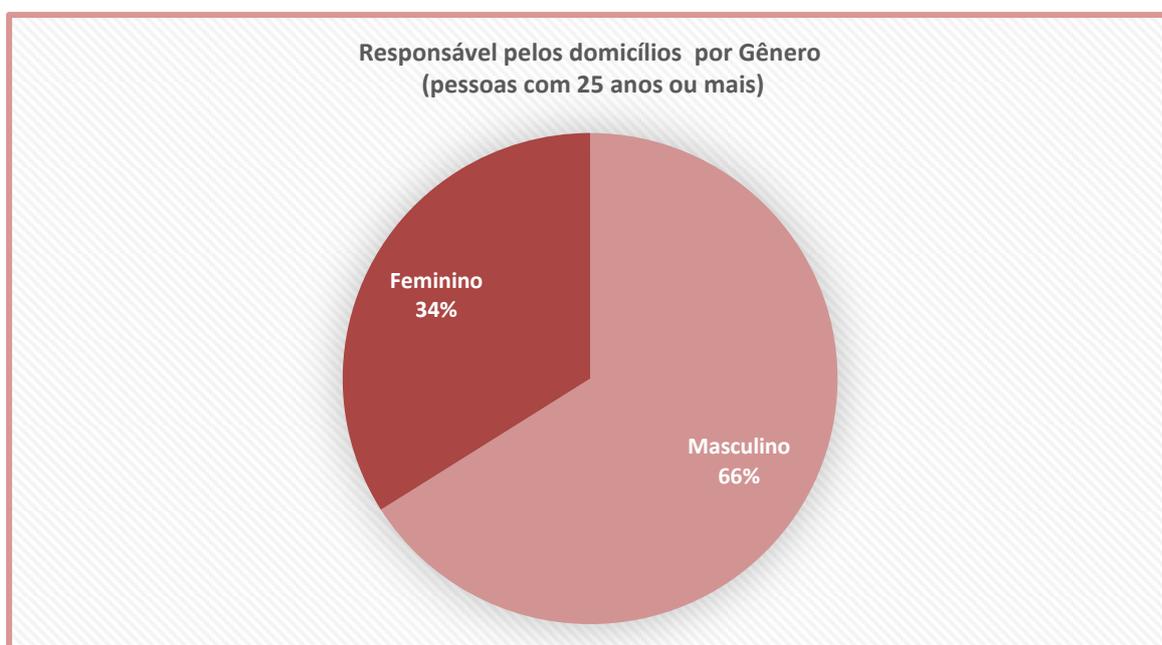
**Gráfico 64** - Faixa etária das mulheres São Domingos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

As pessoas que residem no município com 25 anos de idade ou mais, a maioria responsável pela manutenção dos é de homens conforme é ilustrado no gráfico abaixo:

**Gráfico 65** - Situação de manutenção dos domicílios São Domingos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação à situação de ocupação, os homens são a maioria.

**Gráfico 66** - Situação de ocupação por gênero São Domingos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

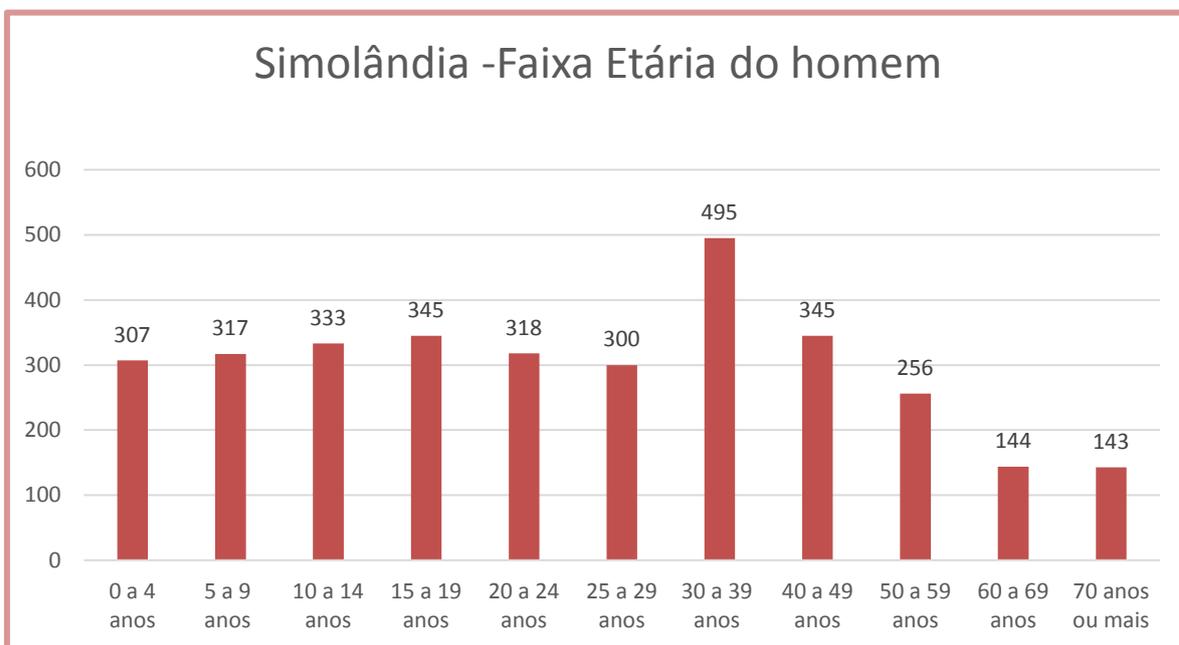
**Gráfico 67** - Situação de desocupação por gênero São Domingos



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

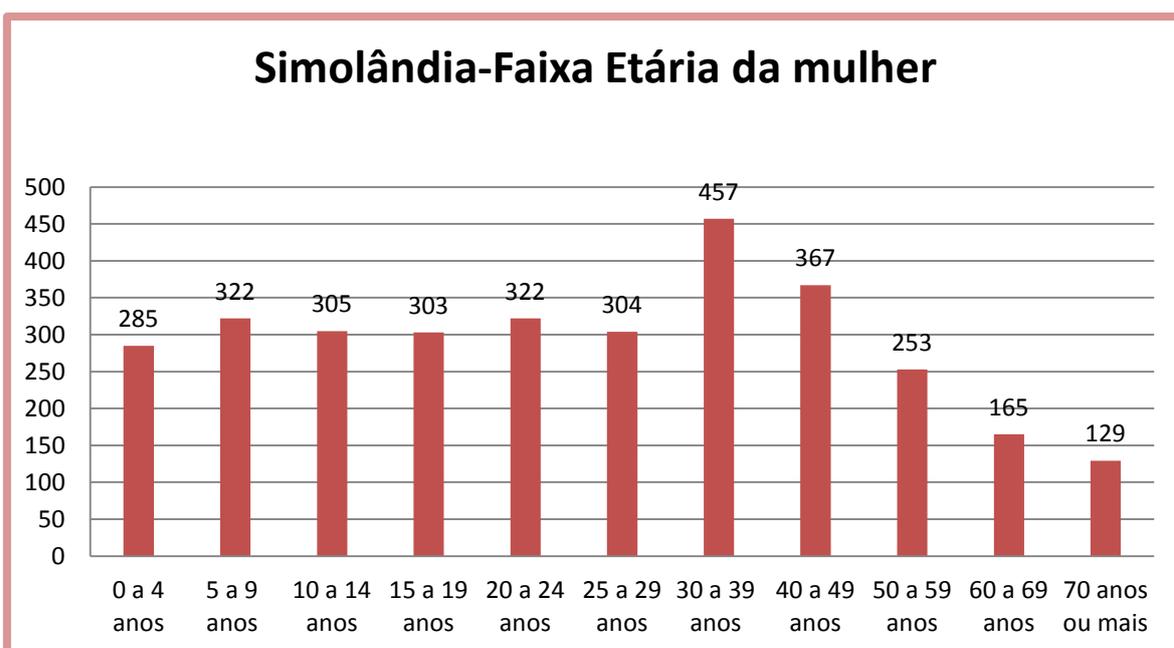
De acordo com o Censo a população entrevistada no município de Simolândia é composta por 49% de mulheres e 51% de homens inseridos nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 68** - Faixa etária do homem Simolândia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

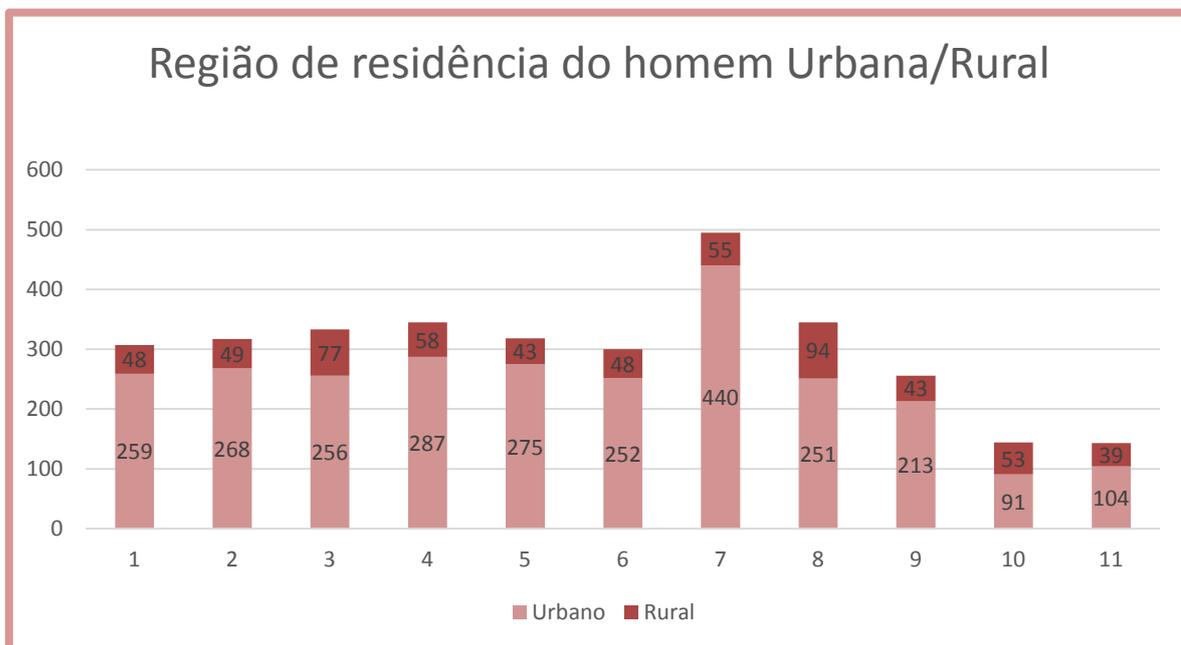
**Gráfico 69** - Faixa etária da mulher Simolândia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

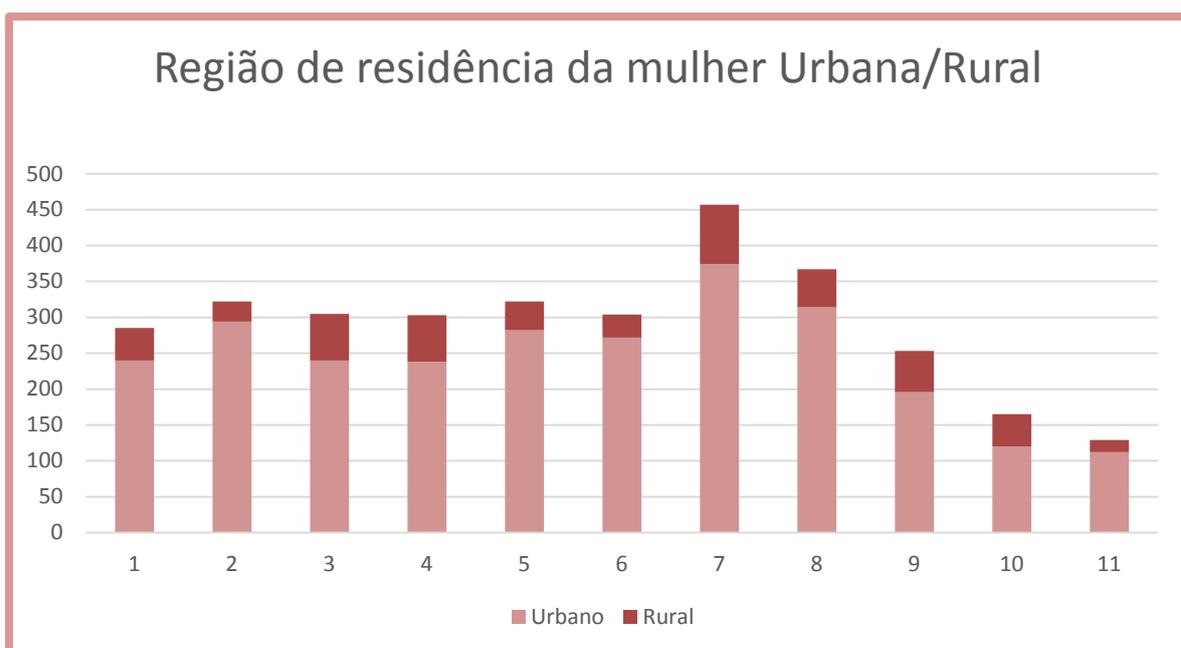
A região de domicílio mais predominante é a urbana conforme a descrição dos gráficos abaixo:

**Gráfico 70 - Situação de residência dos homens Simolândia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

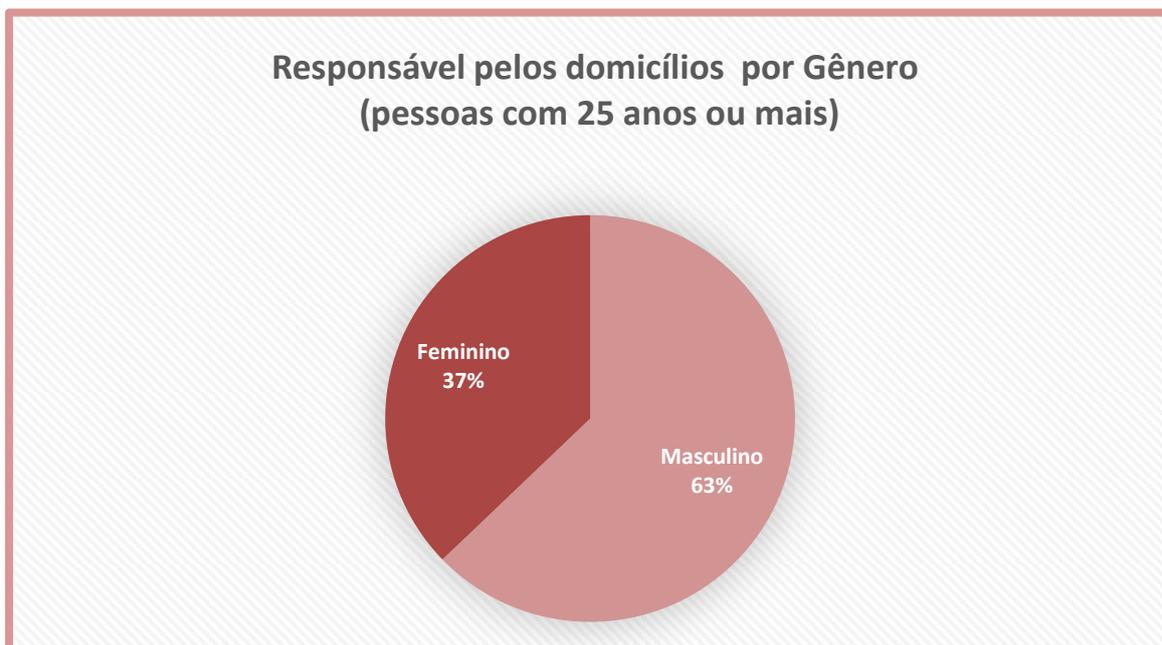
**Gráfico 71 - Situação de residência da mulher Simolândia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Na manutenção dos domicílios de pessoas com 25 anos ou mais de idade, os homens são maioria.

**Gráfico 72** - Situação de manutenção do município por gênero Simolândia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação à ocupação no município em questão, os homens permanecem como maioria conforme os gráficos abaixo:

**Gráfico 73** - Situação de ocupação por gênero Simolândia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

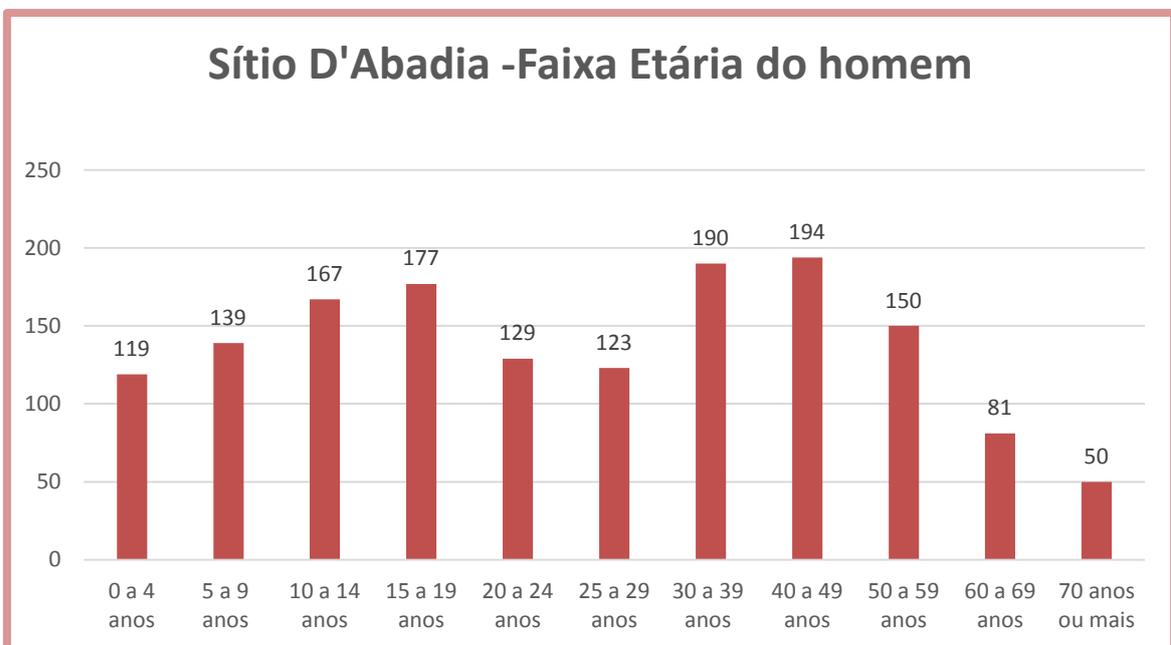
**Gráfico 74 - Situação de desocupação por gênero Simolândia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

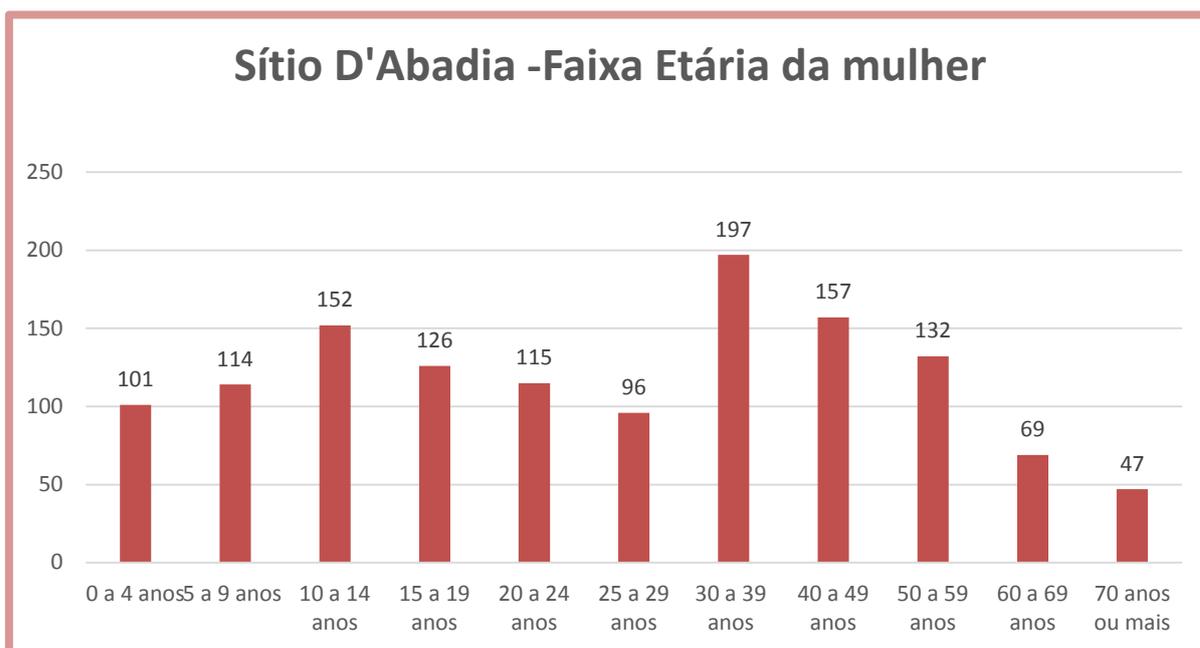
No município de Sítio d'Abadia, a proporção de homens é de 54% e de mulheres e de 46% distribuídas nas seguintes faixas etárias:

**Gráfico 75 - Faixa etária do homem Sítio D'Abadia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

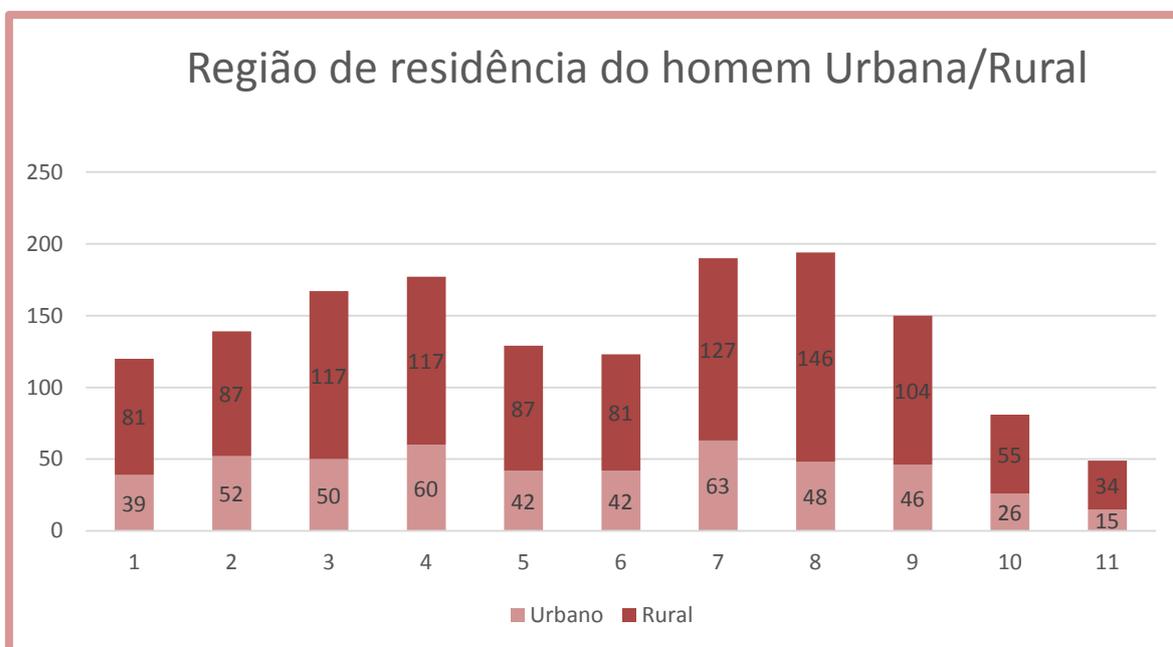
**Gráfico 76 - Faixa etária da mulher Sítio D'Abadia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

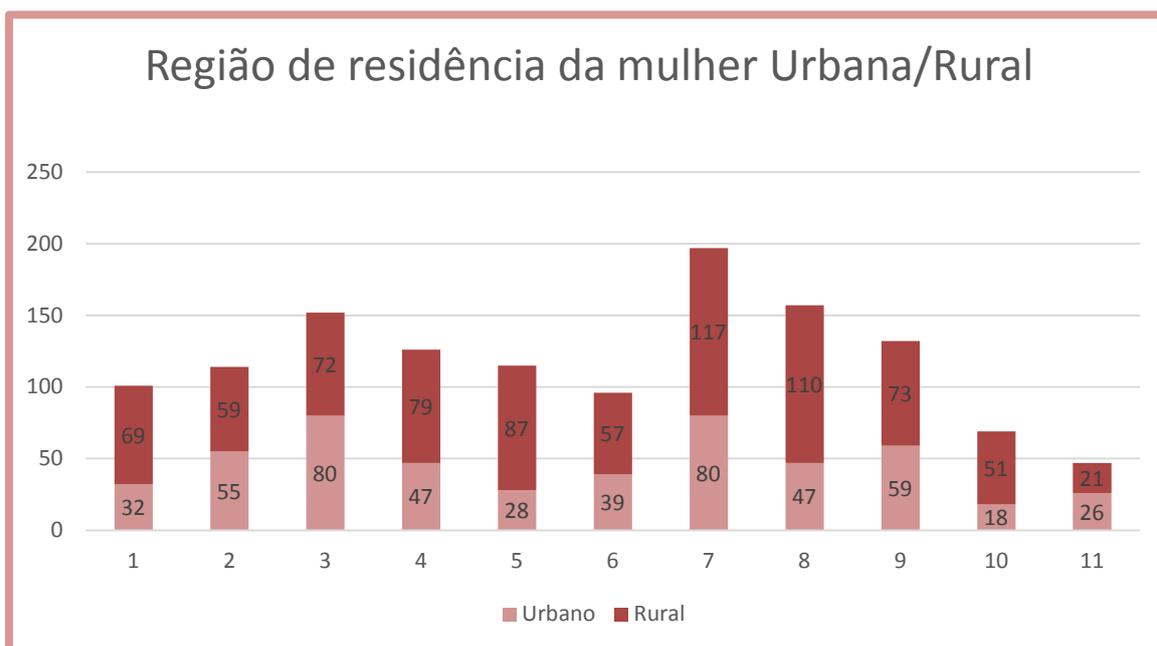
Com relação à região de residência, tanto homens como mulheres residem em regiões rurais conforme descrevem os gráficos abaixo:

**Gráfico 77 - Situação de residência dos homens Sítio D'Abadia**



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

**Gráfico 78** - Situação de residência das mulheres Sítio D'Abadia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

No que se refere à manutenção dos domicílios de Sítio d'Abadia, de acordo com os dados do Censo 2010, os homens são a maioria responsável pelo provimento dos lares conforme descrito nos gráficos abaixo:

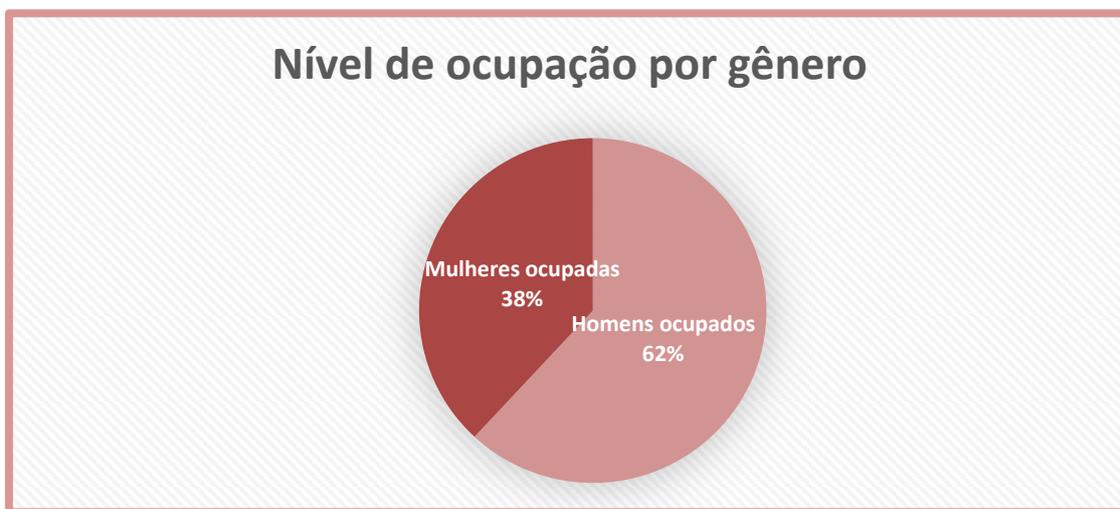
**Gráfico 79** - Situação de manutenção dos domicílios por gênero Sítio D'Abadia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

Com relação à ocupação, de acordo com os dados disponibilizados pelo censo homens permanecem em vantagem em relação às mulheres.

**Gráfico 80** - Situação de ocupação Sítio D'Abadia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE

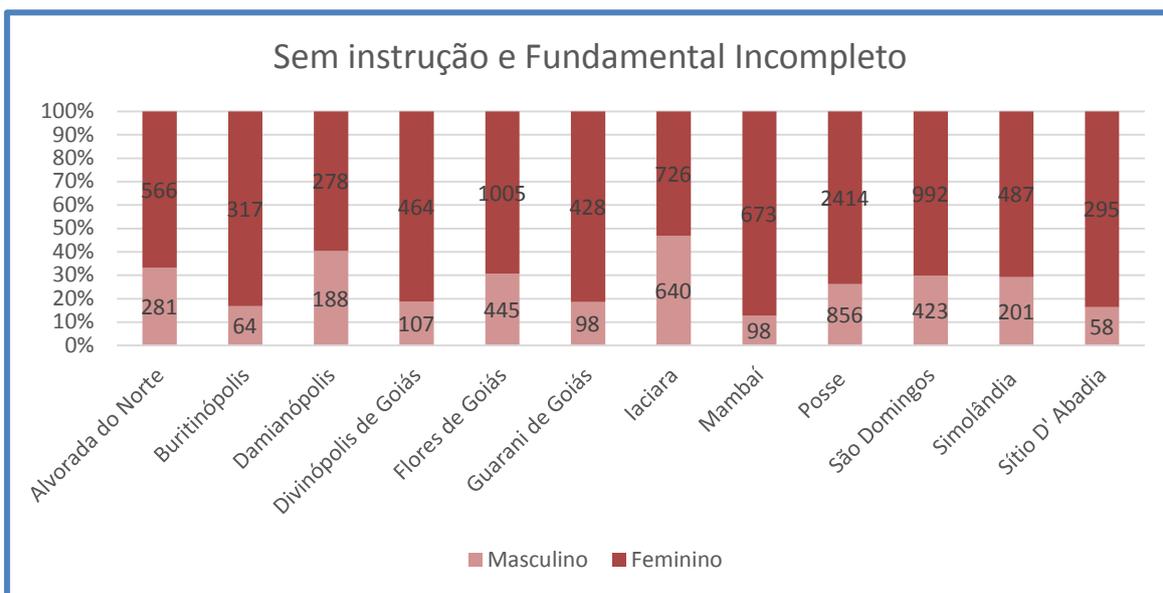
**Gráfico 81** - Situação de desocupação por gênero Sítio D'Abadia



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

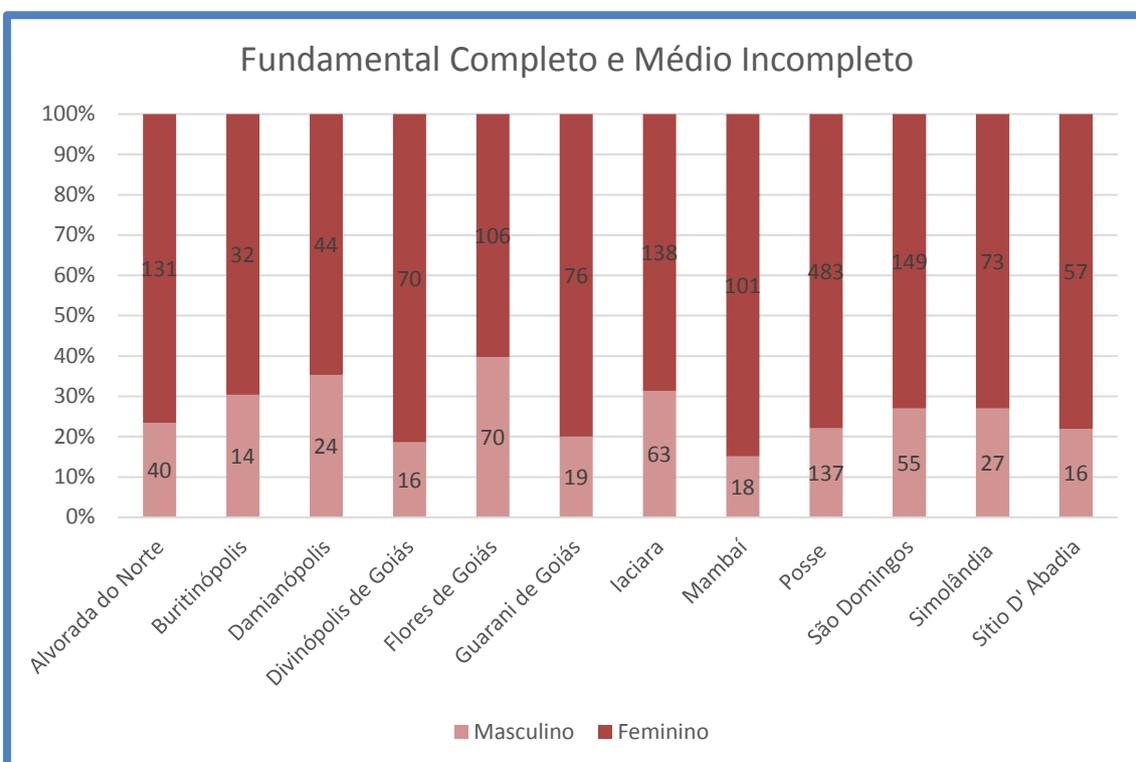
A seguir serão apresentados os dados educacionais referentes aos municípios que compõem o território. Neles é possível constatar que apesar de pouco expressiva a predominância das mulheres nas variáveis anteriores, elas são maioria no aspecto de escolarização no território.

**Gráfico 82** - Homens e mulheres sem instrução ou com nível fundamental incompleto no Território Vale do Paraná



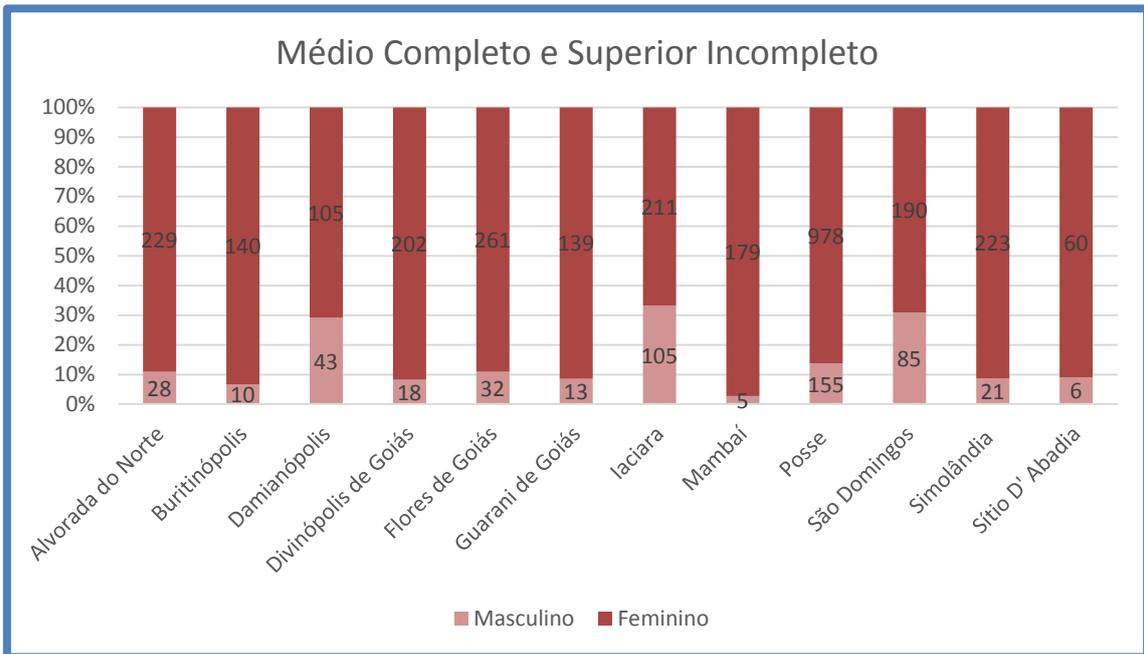
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

**Gráfico 83** - Homens e mulheres com nível fundamental completo e médio incompleto no Vale do Paraná.



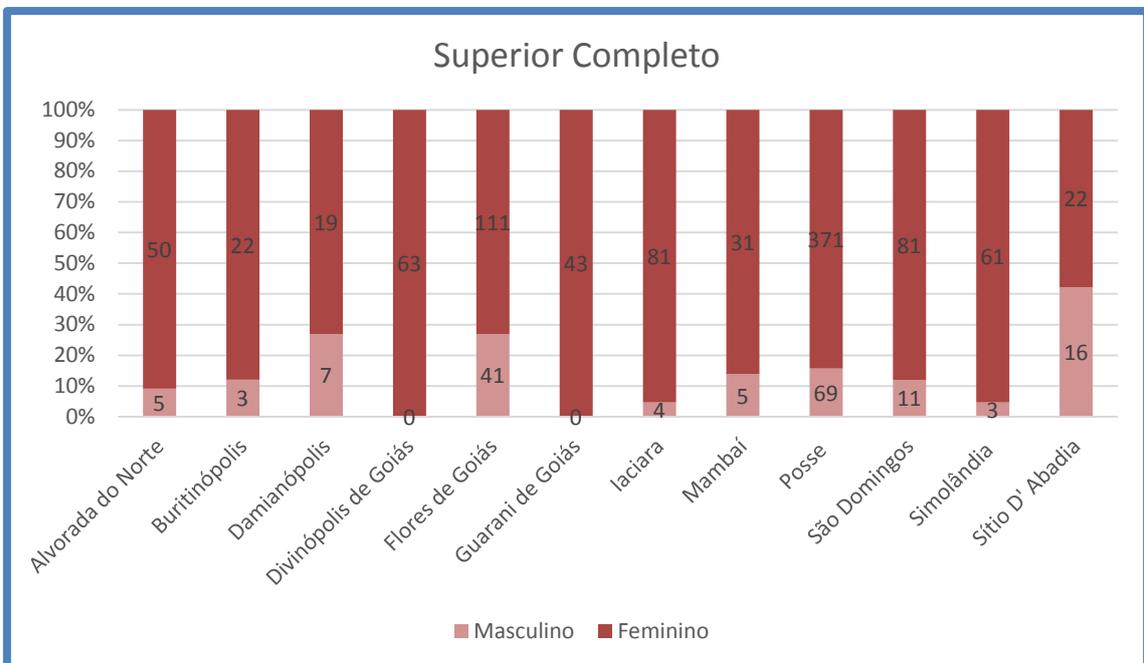
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

**Gráfico 84** - Homens e mulheres com ensino médio completo e superior incompleto no Vale do Paraná.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

**Gráfico 85** - Homens e mulheres com nível superior completo no Vale do Paraná.



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Censo 2010/IBGE.

Neste primeiro contato com a realidade sócio econômica do Território da Cidadania Vale do Paranã, apesar do Censo não se focar especificamente nas condições de vida da mulher pode-se notar por meio das variáveis apresentadas que se trata de um espaço social marcado por um campo de forças heterogêneo entre os gêneros. Ou seja, aparentemente a vantagem de acesso às oportunidades e renda está predominantemente com os homens. As mulheres pouco se destacam nas questões de manutenção de seus lares, são maioria no viés da desocupação e apesar de se apresentarem mais instruídas que os homens no quesito de formação escolar permanecem no corredor das desigualdades entre os sexos.

Conforme Esmeraldo (2013), este fenômeno ocorre pela hierarquização das relações de poder instituídas pelo gênero masculino que se norteia pelo modelo e pela identidade socialmente construída para a figura do homem como provedor e responsável pelo trabalho fora da casa para a sobrevivência familiar bem como para sua representação fora do lar (espaços públicos e políticos).

A presente pesquisa tem como centro e prioridade, a mulher e sua relação com a política territorial. Desta forma é fundamental que se mantenha o foco nas protagonistas desta discussão. Para tanto, também serão apresentados o perfil sócio econômico da assentada rural e das representantes do comitê de mulheres através do acúmulo de informações produzidas pelo Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial-NEDET-Vale do Paranã ao qual a autora desta pesquisa foi membro no período de 2015 a 2017.

A escolha da descrição do perfil sócio econômico das assentadas rurais dar-se para além da experiência empírica dos dois anos de trabalho com as mesmas. Para o cumprimento do propósito deste estudo, é fundamental termos a compreensão do alcance da política territorial e seus desdobramentos para com o desenvolvimento da vida destas mulheres.

Segundo Rua e Abramovay (2000), os assentamentos rurais possuem uma certa “territorialidade”, por contarem primeiramente com limites espaciais definidos, um cotidiano que não se transcorre no isolamento, senão mediante a alguns regulamentos como a divisão do trabalho, hierarquia que caracterizam uma organização e por fim, as experiências de luta e de discriminação das quais muitas vezes estes espaços e os membros (as) que compartilham desta identidade social de assentados (as) são alvo.

Ainda de acordo com Rua e Abramovay (2000), todos esses fatores caracterizam os assentamentos rurais como espaços privilegiados para o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a igualdade de gênero.

No período compreendido entre 2015 e 2016, a articulação de gênero do Nedet Vale do Paranã para além do acompanhamento das atividades territoriais do colegiado, também realizou o mapeamento dos assentamentos rurais no território da Cidadania Vale do Paranã. Foram identificados 44 assentamentos dentro dos municípios do território. Destes, 41 foram visitados com o objetivo de entrevistar uma liderança feminina de cada assentamento para auferir elementos que possibilitassem a identificação do perfil sócio econômico das assentadas rurais. Todo o trabalho fora realizado com o apoio das mulheres que integravam o comitê ou câmara temática do colegiado territorial. Estas por sua vez auxiliavam na organização dos percursos bem como na indicação das entrevistadas dentro de seus municípios.

Desta forma, as visitas foram organizadas em nove municípios conforme descreve a tabela abaixo:

**Tabela 2:** Assentamentos Visitados

Município	Quantidade de assentamentos
Alvorada do Norte	2
Divinópolis	2
Flores	26
Guarani de Goiás	2
Mambai	4
Posse	1
São Domingos	1
Simolândia	1
Sítio D'Abadia	2

Fonte: Elaboração própria com dados de Melo et. al (2017).

Neste ensejo, Melo *et. al.* (2017) afirma que do universo total de mulheres entrevistadas, 75% tem como ocupação principal o trabalho no campo, isto é, são agricultoras que dedicam grande parte do seu tempo aos cultivos e tratos com a terra. 10% relataram se dedicar integralmente ao serviço e a organização doméstica de seus lares e apenas 15% mantem seus papeis profissionais fora de suas parcelas desempenhando funções como: professora, doméstica e agente de saúde.

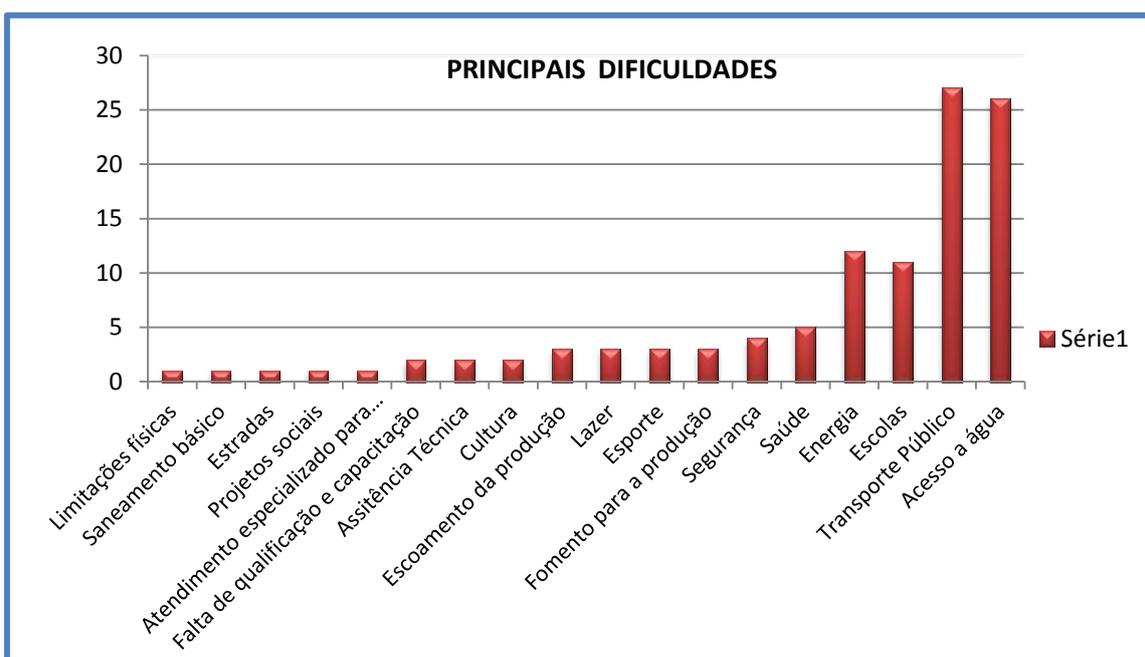
Um dos fatores que justificam esta realidade é identificado quando observamos o contexto de vida destas mulheres, onde 25% no período da entrevista eram casadas,

10% solteiras, 37% divorciadas e arrimo de família e 38% se dividiam entre viúvas e entrevistadas que não manifestaram resposta a esta questão. Além disso, é importante dizer que existia uma alta predominância de mulheres idosas nos assentamentos, considerando que do universo amostral total de 52% correspondia à faixa etária de mulheres com idade acima dos 59 anos, 36% de mulheres adultas e apenas 12% integravam o quadro de jovens, o que de certa forma evidência que o percentual de mulheres jovens e adultas tem diminuído cada vez mais nas regiões rurais do Vale do Paraná.

No que concerne ao nível de instrução e escolarização das entrevistadas a realidade se mostrava ainda mais frágil e chocante, pois 41% não possuíam sequer o ensino fundamental completo, 7% se declararam analfabetas, 15% concluíram o ensino médio e apenas 7% conquistaram o ensino superior.

Toda essa realidade de baixa escolarização e limitação no desenvolvimento sócio econômico destas assentadas se encontra diretamente relacionada aos diversos percalços enfrentados por elas no dia a dia, estes variam desde questões de infraestrutura até a negação de direitos fundamentais resguardados por nossa constituição, como por exemplo, os limites no acesso à educação por falta de escolas, saúde, moradia dentre outros. Conforme descreve o gráfico abaixo:

**Gráfico 86 - Principais dificuldades relatadas pelas assentadas rurais no TCVP**

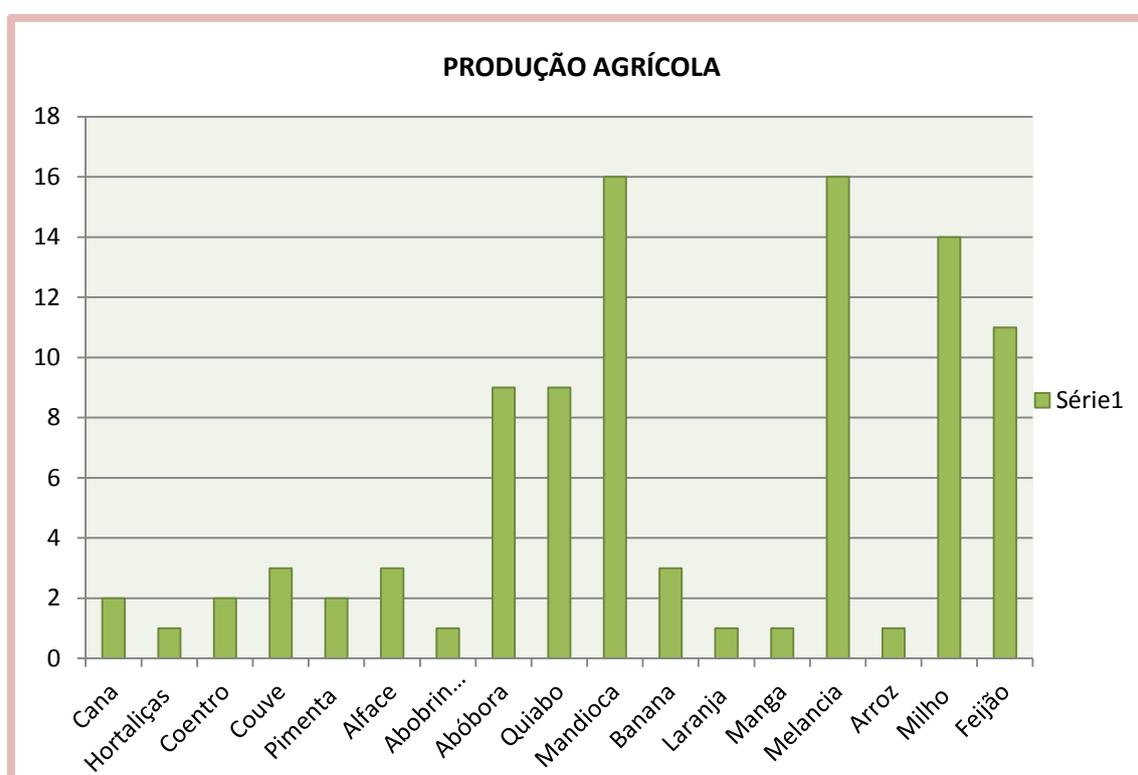


Fonte: Melo et.al. (2017)

Ainda de acordo com Melo *et.al.* (2017), a falta de escolas e o meio de transporte para chegar até elas são predominantes em todo o território, são meios de justificar os baixos níveis de escolarização, qualificação e a predominância de jovens que saiam dos assentamentos na busca por desenvolvimento.

Outro aspecto bastante relevante da observação dos autores consiste na esfera de produção destas assentadas. O gráfico a seguir demonstra que a produção agrícola apesar de rudimentar era bem variada.

**Gráfico 87 - Produção agrícola da assentada rural do TCVP**



Fonte: Melo *et.al.* (2017)

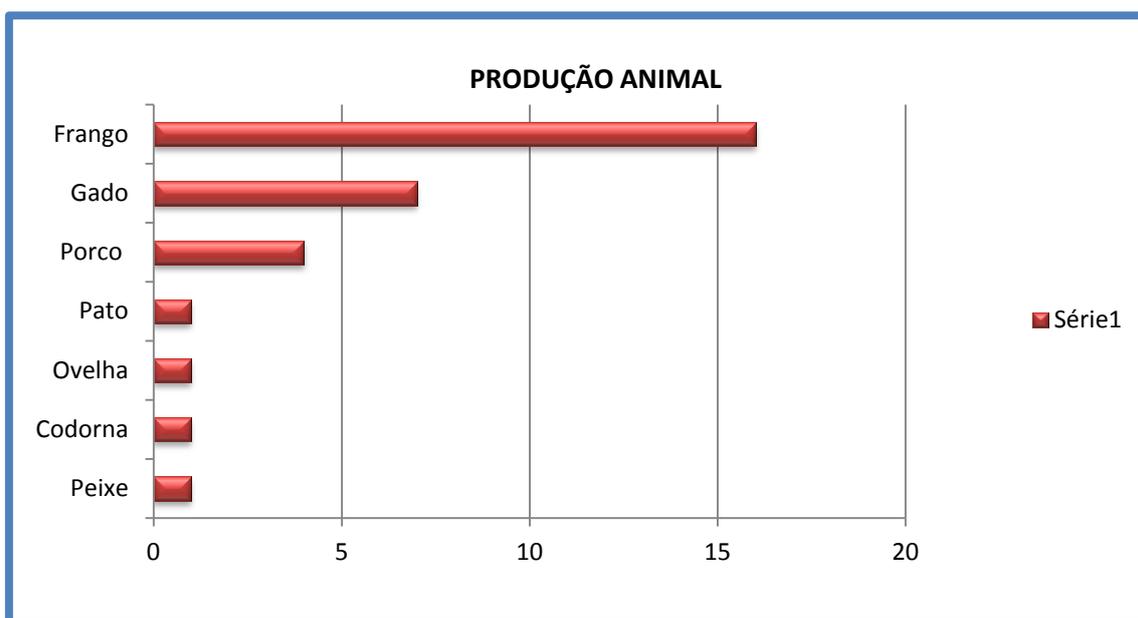
Os grandes problemas identificados giravam em torno da falta de água para produzir a maioria dos cultivos principalmente na região de Flores e nos meios desta produção se convergir em um mecanismo gerador de renda para estas mulheres, visto que apenas 20% das entrevistadas conseguiam comercializar o que produziam.

Como alternativa a essa produção de cultivos tidos como tradicionais, os autores sugeriram que poderiam ser adotadas práticas agroextrativistas de produção, visto que em diversos municípios do território predominam espécies como o caju, baru, pequi dentre outros. Porém quando perguntadas sobre esta prática a maioria esmagadora

desconhecia o valor bem como as técnicas de manejo das espécies, apenas 11 das 41 entrevistadas no período praticavam o agroextrativismo como meio de produção agroecológica sustentável.

No que tange a produção e manejo animal os autores relatam que a produção era pouco diversificada com maior ênfase na criação de frangos conforme descreve o gráfico abaixo:

**Gráfico 88** - Produção e manejo animal



Fonte: Melo et. al. (2017)

Na tentativa de resistir à pobreza com o que produzem 45% das assentadas entrevistadas trabalham no sentido de transformar seus produtos in natura em alimentos como doces, queijo, rapadura e artesanato. O restante (65%) se limita apenas a produção do alimento in natura em grande medida para autoconsumo.

Até o momento da realização das entrevistas, foi observado que todas as dificuldades mencionadas limitavam o poder de atuação e organização das mulheres no sentido de que apenas 17% de toda amostra entrevistada é vinculada a algum grupo produtivo formal de mulheres (pré-requisito para o acesso a fomentos e a políticas públicas).

Segundo Esmeraldo (2006), as mulheres quando se organizam em grupos debatem a necessidade da realização de um trabalho que afirme a sua participação na luta pela sobrevivência; que materialize a união das mulheres; que demonstre

capacidade de vencer alguma batalha e um trabalho que seja coordenado por elas e não tenha a participação masculina, isto é segundo a autora uma maneira de afirmar um trabalho diferenciado em relação ao trabalho puramente doméstico sem valor social rompendo assim com os paradigmas econômicos clássicos.

Com relação ao acesso a políticas públicas, fomentos e programas governamentais, a conclusão que se chega é que dentro do território isso ocorria de uma maneira muito tímida e sutil, tendo em vista que apenas 5% das assentadas acessavam o Pronaf mulher, 39% ao fomento mulher (sendo importante salientar que deste percentual 20% ainda se encontrava na fase de cadastramento) e apenas 2 % acessavam o programa Morar Bem, os 49% restantes além de não acessar desconheciam as políticas mencionadas.

No que se refere à Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP das 41 entrevistadas apenas 7 possuem o documento, o restante desconhece ou não possui.

Tanto na análise mais geral realizada com base nos dados do censo, como com os dados apresentados pela pesquisa no Vale do Paranã, percebe-se que persistiram um conjunto de problemas que contribuíram para a reprodução da hierarquia entre os gêneros.

De acordo com Biroli (2016), mesmo com as transformações ocorridas nas últimas décadas às mulheres continuam dedicar mais tempo as tarefas domésticas e a ter rendimentos médios menores do que os homens pelo trabalho desempenhado fora de casa. Segundo a autora, Isso se dá mesmo quando, como acontece no Brasil de hoje, acompanhando tendências verificadas em outras partes do mundo, as mulheres têm mais tempo de ensino formal que os homens e são a maior parte dos indivíduos que completam o ensino superior. A ampliação do acesso à educação e as transformações no padrão ocupacional ainda assim não permitem a superação das desigualdades entre mulheres e homens nos rendimentos e a maior precariedade nas relações sem dúvida é a do trabalho.

Neste sentido Duflo (2011), afirma que o desenvolvimento econômico e a melhoria da condição de vida das mulheres se influenciam mutuamente por meio do acesso crescente de elementos constitutivos do desenvolvimento como saúde, educação, a fontes de renda, aos direitos e a uma participação ativa na vida política.

Desta forma, a autora acrescenta que uma política pública mesmo que não seja específica para o gênero, mas que influencie positivamente para a melhoria do bem-estar econômico pode favorecer para a igualdade de chances entre homens e mulheres.

No caso em questão, a pobreza e a falta de oportunidades para as mulheres e em específico as rurais são evidentes, por se tratar de um território extremamente pobre fatores institucionais por parte do Estado no sentido de reduzir a pobreza são indispensáveis para superar a divisão entre os gêneros.

Duflo (2011), alerta que a proposta de reduzir as desigualdades de gênero por meio do desenvolvimento econômico aumenta a capacidade dos lares na superação de crises e a capacidade dos governos de proteger os cidadãos e cidadãs mais pobres contra a fome e as doenças. O que traduz a ideia de que mesmo que não sejam implementadas políticas públicas específicas para mulheres, o desenvolvimento ao reduzir a vulnerabilidade das famílias mais pobres, beneficia ainda mais a população feminina que aquela masculina.

Desta forma seguiremos nos próximos tópicos empreendendo esforços no sentido de compreender como se deu a relação das mulheres com a política territorial no Vale do Paranã. E se este foi um espaço capaz de contemplar a construção de um campo de forças capaz de protagonizar lutas e conquistas em benefício das mesmas por meio das categorias de participação e representação.

#### **4.2 Mulheres e política territorial: O que foi essa proposta?**

Até aqui já é possível compreendermos que o desenvolvimento de políticas públicas com ênfase nos territórios fez parte de uma estratégia que primou pelo desenvolvimento local em caráter multidimensional. Ou seja, na capacitação e valorização dos atores sociais e dos recursos locais com a perspectiva de desenvolvimento econômico e inclusão social para todos e todas.

Desta forma, Esmeraldo (2006) destaca que a inserção das mulheres no espaço político além de construir novas práticas nas relações de gênero, minimizam e deslocam a possibilidade da construção dos processos de subjetivação do feminino.

Alinhado a este raciocínio o Estado brasileiro assume no ano de 2003 o compromisso de reduzir as desigualdades de gênero reconhecendo as particularidades do meio rural.

Segundo Brasil (2014), com o objetivo de superar os obstáculos que dificultavam o acesso das mulheres às políticas públicas de desenvolvimento rural, o

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA por meio da Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais, realizou parcerias com duas organizações de base feminista, a Sempreviva Organização Feminista (SOF) e o centro Feminista 8 de Março (CF8). Estas instituições desenvolveram um projeto integrado por um conjunto de atividades de formação, capacitação e articulação que vislumbravam a maior participação e integração das organizações de mulheres nos territórios.

A proposta deste projeto consistia na formação e articulação para efetivação da política pública no âmbito do programa Territórios da Cidadania (PTC). Primeiramente foi realizado um diagnóstico referente à situação das mulheres rurais bem como das barreiras que dificultavam seu acesso às políticas públicas. Desta forma, foi possível investir numa articulação de demandas e de atendimento das mesmas por meio da política de assistência técnica e extensão rural e do programa de organização produtiva de mulheres e com o estímulo à auto-organização das mulheres nos Comitês de mulheres dos colegiados territoriais fortalecendo seu papel na gestão da política pública.

Brasil (2014) destaca que a partir de 2003, a agenda de desenvolvimento rural sustentável e solidário, dialogando com o governo federal reconheceram que havia um processo de desigualdade entre homens e mulheres no que se refere ao acesso as políticas públicas. Assim no período compreendido entre 2003 e 2013 foram implantados alguns programas cujos objetivos eram garantir a cidadania e a inclusão produtiva para as mulheres. Estes foram:

**Tabela 3:** Programas de Garantias de Cidadania e Inclusão Produtiva para Mulheres

<b>Programa</b>	<b>Ano de implantação</b>
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	2004
Crédito Especial para mulheres-Pronaf Mulher	2003/2004
Assistência Técnica Setorial para Mulheres	2005
Programa de Organização Produtiva para Mulheres Rurais	2008
Criação da Modalidade Adicional de Crédito para Mulher na Reforma Agrária-Apoio Mulher	2008

Fonte: Elaboração própria com dados de Brasil 2014.

O reconhecimento das mulheres rurais como sujeitas de direito trouxe para elas a possibilidade de acesso a terra por meio da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento que lhes conferia o direito ao benefício e ao acesso a diversos programas e políticas públicas como: Crédito, ATER, Programa de Aquisição de Alimentos, Bolsa Família, Minha Casa Minha Vida e Garantia Safra.

Seguindo a proposta de fortalecer a participação das mulheres rurais tendo a auto-organização como estratégia e tomando por base o trabalho realizado pela SOF e o CF8 foi integrado ao Programa Territórios da Cidadania a proposta da constituição do Comitê de Mulheres e a identificação e fortalecimento de Grupos Produtivos de Mulheres.

Mas o que vem a ser os Comitês Territoriais de Mulheres?

Estes se constituem como espaços coletivos para mulheres compreenderem as dinâmicas de funcionamento do território e influenciarem com suas análises e propostas as diferentes instâncias de gestão. Sua composição é aberta, incluindo tanto mulheres organizadas em coletivos (grupos, associações, organizações autônomas de mulheres ou mistas) quanto em caráter individual. Mesmo aquelas mulheres que ainda não participavam de nenhuma organização, mas que se interessavam em discutir temas de mulheres dentro dos territórios podiam integrar os comitês.

Ainda de acordo com Brasil (2014), este processo inaugurou uma dinâmica que permitiu aprofundar a formação feminista, o debate sobre as políticas públicas, a preparação para as plenárias nos colegiados territoriais, a participação nas atividades do território e a construção de estratégias para busca de recursos e projetos para os grupos produtivos de mulheres nos territórios.

E como se deu esta dinâmica no território da cidadania Vale do Paranã?

Ao examinar o caderno de atas do território percebe-se que o mesmo foi homologado no ano de 2009 e desde o mês de abril deste período, já ocorriam plenárias/reuniões para tratativas de diversos assuntos como desenvolvimento de infraestrutura nos municípios, acesso a financiamento, articulação para acesso a projetos produtivos dentre outros. Neste ensejo notou-se também que as discussões eram basicamente realizadas pelos homens, as mulheres que participavam das reuniões e na maioria das vezes que exerciam o poder de fala era quando se tratavam de figuras públicas do poder municipal (vereadoras, prefeitas, técnicas dentre outras).

Desta forma, Ávila (2011) destaca que existe um papel tecnocrático exacerbado no que se refere à dinâmica territorial e que neste sentido não é novidade que os técnicos são em sua maioria são homens.

De modo a confirmar tal afirmação, apenas no dia 26 de junho de 2014 em plenária territorial realizada no município de Mambáí – GO, após a discussão de vários projetos referentes ao desenvolvimento turístico, a chamadas de PROINF, a projetos culturais, a aquisição de máquinas dentre outros, é que foi mencionado ao final da ata à aprovação da implantação do comitê de mulheres no território. Este foi composto na época pelas seguintes representantes: Benilza Rodrigues da Silva, Iracilda Rodrigues Silva, Escileide Neres de Souza, Maristela Almeida Saldanha e Aurelina F. dos Santos Farias.

Nas páginas posteriores não houve registro de qualquer atividade relacionada ao comitê de mulheres. Na oportunidade de visitar o território na ocasião de 08 de maio de 2015 em uma reunião de núcleo diretivo, foi possível realizar o primeiro contato com cerca de dez mulheres residentes no território. A partir deste contato, foi possível perceber que a escolha das mulheres para integrar o comitê se deu por uma interface de caráter meramente quantitativo e que se tratavam de mulheres que eram vistas como cidadãs com pouca experiência e qualificação, mas com trânsito livre dentro dos municípios do território.

**Figura 7:** Primeiro Contato com as Mulheres do TCVP



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração MELO (2015).

Assim, podemos relacionar esses fatos ao que Bourdieu (2018) chama de economia dos bens simbólicos. Nesta situação se perpetuam as diferenças entre homens e mulheres no sentido de que a autonomia da mulher é relativa. É como se a mulher fosse o ser responsável e destinado a celebrar a projeção social da família, ser responsável pelos afazeres domésticos, trabalhar em tarefas de beneficência em associações, partidos ou igrejas, mas não ser vista como capaz em termos de equivalência ao homem no acesso ao trabalho, ao dinheiro e ao espaço nos ditames sociais.

Com a preocupação de aplicar as estratégias de desenvolvimento territorial de forma mais efetiva e estreitar o diálogo das mulheres com a política territorial, no ano de 2013 o governo implementa a contratação de assessorias.

Estas contratações se deram em meio a parcerias com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ envolvendo universidades federais e estaduais no projeto dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET’S. Estes núcleos eram caracterizados como unidades administrativas para produção de dados e informações; geração e difusão de conhecimentos, métodos e tecnologias sociais; monitoramento, avaliação e prestação de assessoria técnica aos Colegiados Territoriais. Suas ações envolviam os diversos aspectos dos processos de Gestão Social; de efetivação de políticas públicas de desenvolvimento rural; e de Inclusão Produtiva nos Territórios.

No ano de 2014 foram iniciadas discussões a respeito da consolidação dos Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial no campus UnB Planaltina, tendo em vista que este, junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário colaboraria com o monitoramento, assessoramento e acompanhamento de três territórios da cidadania: Território de Águas Emendadas, Vale do Paranã e Chapada dos Veadeiros. A conquista desta proposta ocorreu por meio do edital CNPq/MDA/SPM-PR n° 11/2014.

No ano de 2015 consolidou-se o Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial no campus UnB Planaltina tendo como principal proposta à construção de um sistema de informações que permitisse um diagnóstico mais aprofundado em relação aos problemas e potencialidades dos territórios tendo em vista contribuir para a superação dos mesmos.

Segundo Brasil (2014), a proposta de criação dos comitês consistia na ideia de que cada um tinha sua particularidade e deveria ser consolidado de acordo com sua trajetória e suas próprias escolhas que variavam de acordo com sua realidade.

Assim no período de 2015 a 2017 a articulação de gênero do TCVP procurou trabalhar com as mulheres no sentido de informar, empoderar e formar novas lideranças a partir dos momentos de debate, avaliação e críticas coletivas nas reuniões buscando sugestões no interim do grupo para aprimorar e melhorar a atuação por meio da participação e a representação nas capacitações (ECOCUT, IBRACE dentre outros) e nas instâncias do colegiado.

Desta forma, foram realizadas diversas reuniões e percursos formativos com as mulheres, tendo em vista a ampliar o debate sobre desenvolvimento, assim como consolidar um espaço de construção, monitoramento e avaliação de políticas públicas dentro do território. Para tanto, nos dias 18 e 19 de novembro de 2011 no município de Posse – GO foi realizada uma plenária territorial cujo principal objetivo foi à reestruturação do colegiado bem como das câmaras/comitês temáticos.

Nesta ocasião foram eleitas 11 representantes dos seguintes municípios: Iaciara, Posse, Simolândia, Alvorada do Norte, Mambaí, Buritinópolis, Damianópolis, Posse e Guarani de Goiás. Neste momento, as representantes eleitas já manifestaram o desejo e o primeiro encaminhamento de uma reunião individualizada para discussão de demandas por julgarem o espaço da plenária insuficiente e limitado para tal.

**Figura 8:** Plenária Para Reestruturação do Colegiado Territorial em Posse GO



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração Melo (2016).

**Figura 9:** Discussão Para Eleição do Comitê de Mulheres



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração Melo (2016).

Após a eleição em Posse - GO as mulheres ainda elegeram mais quatro representantes deixando o corpo de representação do comitê da seguinte forma:

**Tabela 4:** Composição do Comitê de Mulheres

Município	Nome da representante	Instituição
Alvorada do Norte	Elizabeth Ribeiro de Oliveira	Câmara de vereadores
Buritinópolis	Cleonice	Sociedade civil
Damianópolis	Miriam Rodrigues Trindade	Sociedade civil
Flores	Iracilda Rodrigues da Silva	Sociedade civil
Guarani de Goiás	Vanusia	Sociedade civil
Iaciara	Zilá Duarte	Sindicato Fetadef
	Regilene Gomes	Secretaria de políticas públicas para mulheres
	Ana Paula Freitas	Sociedade civil
	Maria Deuseni de Oliveira	Secretaria de políticas públicas para mulheres
	Viviane Maria Alves Cardoso	Sociedade civil
Mambáí	Marlúcia	Comunidade quilombola
Posse	Maria Aurelina	Sociedade civil
	Cirene Marques	CooperParaná - Cooperativa Mista Agropecuária Vale do Paraná
	Elenita da Mata de Jesus	Sociedade civil
	Maria Marli	Sindicato rural
Simolândia	Maria Aparecida	Sociedade civil
Simolândia	Wagna	Sociedade civil
São Domingos	Dinalva Joana da Paz	Sindicato rural

Fonte: Trabalho de campo. Elaboração Melo (2019).

### 4.3 Participação e representação

Apesar de semelhantes, as categorias de participação e representação tem significados distintos. Neste sentido este tópico será dedicado à compreensão das mesmas.

Ao se analisar o contexto da construção de políticas públicas a partir da década de 80, é fundamental entender o papel e o sentido das categorias de participação e representação da sociedade civil frente o novo modelo de democracia.

O cidadão (ã) passa a ocupar o espaço de reivindicação e de decisão, ou seja, ele (a) conquista o poder de voz e assim se torna responsável por transmitir o problema da esfera privada para a pública. Neste contexto, cabe problematizar a legitimidade desta representação.

Lüchmann (2008), diz que as categorias de participação e representação se constituem como modelos democráticos que, apesar de referenciados como sinônimos dentro da democracia e mais precisamente no modelo de democracia participativa, apresentam diferentes significados. Segundo a autora, no sentido básico da palavra, participação se refere à auto apresentação e representação à forma de se tornar presente quando ausente.

Rua e Abarmovay. (2000), afirma que na ótica de gênero, participar expressa a busca de autonomia e pode envolver tanto posições de enfrentamento, como de colaboração e composição de interesses. Desta forma, a participação e de natureza política envolve processos coletivos, atitudinais, oportunidades e disponibilidades e as diversas configurações organizacionais assumidas pelo ambiente onde a participação se realiza.

Dessa forma, para melhor entender a análise de participação, Avritzer (2008), se vale do conceito das instituições participativas. Estas, por sua vez, são definidas como formas diferenciadas de incorporação da sociedade civil na deliberação sobre políticas. Segundo o autor, através desta abordagem é possível diferenciar pelo menos três formas de cidadãos ou associações da sociedade civil participarem do processo de tomada de decisão política. Estas são:

1) Desenho participativo de baixo para cima: considera a livre entrada de qualquer cidadão no processo participativo e as formas institucionais da participação são

constituídas de baixo para cima. Exemplo: As eleições de delegados e conselheiros pela população.

2) Instituições participativas constituídas através do processo de partilha de poder: Constituição de uma instituição na qual atores estatais e atores da sociedade civil participam simultaneamente. Este arranjo se difere do anterior em razão de não incorporar um número amplo de atores sociais, e porque é determinado por lei e pressupõe sanções em casos de não instauração do processo participativo.

3) Instituição participativa: Ocorre um processo de ratificação pública, ou seja, no qual se estabelece uma dinâmica em que os atores da sociedade civil não participam do processo decisório, mas são chamados a referendá-lo publicamente.

Segundo o autor, esses três tipos de arranjos participativos se diferem por meio de três variáveis: A iniciativa na proposição do desenho, na organização da sociedade civil na área em questão e na vontade política do governo em implementar a participação.

#### **4.4 Espaços de participação e representação da mulher: limites e potencialidades**

Neste tópico, teremos a oportunidade de conhecer de modo mais profundo quem são as mulheres do comitê de mulheres do território da cidadania Vale do Paranã e como se deram na prática suas relações com a política territorial, sua organicidade, comportamento com relação aos homens, suas condições de vida e espaços de participação e representação.

Para tanto, em dezembro de 2018 foi realizado um trabalho de campo com o objetivo de realizar entrevistas em profundidade a fim de realizar o estudo das falas das protagonistas do comitê de mulheres por meio da análise funcional-descritiva. Esta técnica mapeia as falas de modo que sejam estudadas dentro da dinâmica social a qual ocorrem.

Assim, ao final da apresentação das entrevistas será apresentado um quadro descritivo organizado da seguinte forma:

**Quadro 3- Quadro Exemplo**

<b>Quadro - Análise Funcional – Descritiva</b>			
<b>Pergunta</b>	<b>Fragmento/Fala</b>	<b>Categoria de estudo</b>	<b>Análise</b>

#### **4.4.1 Integrante flor**

*Vim de outro Estado, sou do Mato Grosso do Sul, nasci em Rio Brillhante. Estou em Posse há 14 anos. Tenho 58 anos de idade. Hoje eu sou agricultora, mas trabalhava de serviços gerais. Sou casada, tenho três filhos e cinco netos, mas apenas um dos meus filhos mora comigo.*

#### **Como a senhora chegou ao colegiado territorial?**

*Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Posse-GO. A Marli me fez o convite para participar da criação do território, eu aceitei e desde então tava no colegiado.*

#### **Nesse caso da participação da senhora dentro do colegiado, a senhora enxergou algum tipo de desafio para ser ouvida desde o início?**

*Vários né! A gente não era ouvida né! Quando era uma ideia de mulher eles não fazia questão de aprimorar a ideia pra saber se dava certo ou não.*

#### **Neste processo de querer falar, ser ouvida além desse descaso que a senhora descreveu, existia uma forma de opressão para inibir a fala de vocês?**

*Sempre! A gente questionava, mas no fim ficávamos caladas. Tinham vezes que não queríamos mais nem participar porque só íamos para as reuniões para assistir, ouvir os homens expor sua*

*ideia. Quando uma mulher expunha uma ideia ela simplesmente não era ouvida.*

**Sabe-se que dentro do colegiado territorial existiam várias câmaras temáticas incluindo a de gênero. A senhora como membro dessa câmara considera que ela foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território de modo geral?**

*Eu acho que sim! Estávamos precisando e ela chegou na hora certa.*

**A senhora foi indicada para essa câmara? Qual foi a motivação para a senhora aceitar esse convite?**

*Fui. É porque eu acho assim... Que era uma coisa boa, que ai a gente ia ser ouvida, ia ter alguém que ia lutar por nós né?! A gente não ia mais ficar só calada, só ouvindo nas reuniões. Ter ideias e poder expor também.*

**Nesse momento que a gente vê uma fragilidade da política territorial e um desmonte de Estado, como está o comitê de mulheres do TCVP?**

*Parado! A gente ora que Deus abençoe que em 2019 a gente volta a atuar.*

**Com relação ao colegiado, a senhora se sentiu útil dentro desse colegiado?**

*Sentia sim, porque no inicio era diferente! Todo mundo expunha sua ideia, era acatada. Ai a gente se sentia útil... Mas daí do meio por fim da criação do território só foi eles que falavam que opinavam e a gente foi ficando recuado né?!E então a gente que é mulher ia por ir...*

*A gente tinha interesse em pedir alguma coisa pelo nosso município, lutar pelo município da gente, então a gente não perdia uma reunião. Eu mesma não perdia nenhuma.*

**Quando a senhora diz assim: -“eles” a senhora se refere ao núcleo diretivo do colegiado?**

*Sim, isso!*

**Havia algum espaço de fala de preferência da senhora, algum espaço que a senhora se sentia mais a vontade e confortável pra falar dentro do colegiado?**

*Não!*

**Sabemos que nos representantes de um colegiado territorial existem homens e mulheres, nesse sentido a senhora percebia alguma diferença e destaque nos espaços de decisão entre homens e mulheres?**

*Os homens com toda certeza sempre se destacaram mais! Eu acho assim, que eles igual como já disse no início, eles não parava pra ouvir as mulheres né?! Então quando criou a câmara temática das mulheres aí a coisa começou a andar... Mas até então, mulher não tinha voz e nem vez.*

**A senhora como assentada rural, como colaboradora da política e da pesquisa em sim e considerando o grande número de assentadas rurais aqui da região, a senhora considera que poderia representar essas mulheres na política territorial? Por exemplo, as assentadas daqui do município de Posse levarem uma pauta para a senhora discutir no colegiado.**

*Com toda certeza sim!*

**E para que essa representação ocorresse à senhora acredita que existiriam obstáculos?**

*Sim! No caso para representar, recorrer a quem? Então assim, questões que envolvessem reuniões essas coisas que é bem difícil nossa locomoção, nesse momento todos estão desmotivados, não acredita né?!*

**Sabemos que a conquista de voz é muito relevante nas discussões do território e que a política territorial ofertou de certa forma algumas coisas para o desenvolvimento do território para o protagonismo das mulheres. Neste sentido, o que a senhora espera para além do espaço de voz ou esperava por meio da política territorial alcançar?**

*Nós lutávamos e queríamos muito um meio de renda, a saúde, a educação e o esporte tudo dentro do território e principalmente a afirmação financeira das mulheres.*

**Durante as reuniões, havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos das pautas? Por exemplo, de projetos produtivos, culturais voltados para as mulheres? Como os homens reagem?**

*Eles reagem sempre da forma negativa, sempre não aceitava nada que a gente falava, ficava tudo para depois e depois... E aí, acabava o assunto.*

**Diante de tudo que discutimos até agora, o que a senhora entende por poder?**

*Assim, a gente poder ter vez e voz... Você chegar num lugar, você ter a sua opinião, você expor, ouvir a do outro e o outro ouvir a sua também né?!*

**A senhora se sentiu representada e ouvida por esse colegiado territorial?**

*No início sim. No início, quando o território foi criado igual eu já comentei era diferente. As pessoas ouviam a gente, aí de uns tempos quando foi empoderando o território a gente já não foi ouvida mais... Aí eu não lembro bem do ano que criou o comitê de mulheres se foi 2015, mas aí a coisa começou a voltar no eixo.*

**Quando ausente das reuniões a senhora se sentia representada no sentido de levar uma pauta por intermédio do comitê e tê-la discutida no colegiado de fato. A senhora se sentia representada nesse sentido e também de receber informações sobre as reuniões?**

*A questão das reuniões sempre a gente tava informada, e quando levava alguma coisa também eles recebiam. Só não tínhamos retorno do colegiado, mas o nosso grupo de mulheres sempre foi muito organizado.*

**A senhora ainda tem pai e mãe vivos?**

*Não, infelizmente estão mortos.*

**Aqui na casa da senhora, as tarefas domésticas quem executa? É só a senhora?**

*Tem eu, e meu esposo e meu filho e todo mundo sempre faz alguma coisa.*

**Com relação à violência doméstica, a senhora já sofreu ou conhece alguém que já tenha sofrido?**

*Graças a Deus não e também não conheço ninguém que tenha sofrido.*

**Com relação à política num contexto mais geral, o que a senhora entende por uma política pública? Para que ela serve na opinião da senhora?**

*Uma política pública... Eu acho que é pra ajudar a gente pra... É difícil falar ne?!*

**Como foi a política territorial aqui no TCVP no início?**

*Foi ótima! Aliás, nos tínhamos muitos sonhos, muitos projetos... Muitos deram certo, outros não... Mas assim, foi uma política pública muito boa! Só não deveria era ter acabado.*

**Nesse contexto da senhora acreditar na política pública e na política territorial aqui no território, a senhora acha que ela foi produtiva para todos ou para grupos isolados?**

*Eu acho que para todos.*

**Com relação às câmaras temáticas, comitês que deveriam existir no território, na sua opinião qual foi o mais exitoso?**

*Além do das mulheres nenhum.*

**O colegiado foi capaz de atender as diferentes demandas do território?**

*Não, ele não atendeu nem a metade. Alguns municípios foi atendida as demandas, mas outros nunca tiveram nada...*

**Com relação a essa consolidação da Câmara de Gênero, a senhora acha que a universidade teve uma boa contribuição?**

*Com certeza! Ela foi tudo, mudou a vida do território nosso principalmente da gente mulher.*

**Como a senhora se vê daqui a cinco anos?**

*Olha, eu espero que o território volte e junto com ele a universidade também. Porque dessa forma a gente tinha incentivo, uma esperança que algo ia acontecer por nós e pelo município... Que a gente não tava indo ali naquelas reuniões a toa, pedir só pra mim e sim para o município inteiro. E daqui cinco anos espero que eu esteja bem e renovada junto com a política também.*

**A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e poder?**

*Existe sim! As mulheres é sempre depois dos homens! Eu não sei por que isso... Nunca, eu assim no caso se fosse uma coordenadora do território, os homens não iam estar lá porque era uma mulher que estava no comando. Então as mulheres ainda sofrem bastante com essas coisas...*

**E como a senhora acha que seria possível manter as mulheres nesse papel de protagonistas diante de um sistema que discrimina tanto o gênero feminino?**

*Só através da união das mulheres minha filha.*

**Com relação à perspectiva da política territorial a senhora já falou que deseja que ela volte a “andar” nos próximos anos como seria isso?**

*Acho que é uma auto - organização do território. Igual assim, o território se organizar para criar coisas boas como a Cooperparaná que foi criada aqui dentro e infelizmente hoje está ai se arrastando por que não teve apoio, não teve direção... Porque um sozinho não consegue nada. Então eu acho que a*

*política territorial deveria voltar para ajudar essas conquista não morrer...*

**O que poderia ser uma estratégia de união dessas mulheres para se manter nos espaços de poder e resistir a essas discriminações?**

*Formar grupos por região aqui dentro do território, por que ai vai fortalecendo.*

**Quadro 4:** Integrante Flor

Quadro - Análise Funcional – Descritiva				
Nº	Pergunta	Fragmento/Fala	Categoria de estudo	Análise
1	Como a senhora chegou ao colegiado territorial?	<i>Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Posse - GO.</i>	Participação	Compreensão da possibilidade de ocupação do espaço de reivindicação, decisão e do poder de voz por meio da configuração organizacional assumida pelo ambiente onde a participação se realiza.
2	Neste processo de querer falar, ser ouvida além desse descaso que a senhora descreveu, existia uma forma de opressão para inibir a fala de vocês?	<i>Sempre! A gente questionava, mas no fim ficávamos caladas. Tinham vezes que não queríamos mais nem participar porque só íamos para as reuniões para assistir, ouvir os homens expor sua ideia. Quando uma mulher expunha uma ideia ela simplesmente não era ouvida.</i>	Divisão sexual do trabalho	Noção da existência de uma hierarquia de gênero e vantagens de classe. Compreensão da existência de uma condição de desigualdade, restrições e desvantagens para as mulheres e um sistema de dominação masculina. De forma pública a participação das mulheres era valorizada porque consolidada as regras da política territorial. No entanto, nas reuniões e ações internas do território a mulher era reprimida e era impedido o surgimento de demandas específicas de interesse das mulheres.
3	A senhora foi indicada para essa câmara? Qual foi a motivação para a senhora aceitar esse convite?	<i>Fui. É porque eu acho assim... Que era uma coisa boa, que aí a gente ia ser ouvida, ia ter alguém que ia lutar por nós né?! A gente não ia mais ficar só calada, só ouvindo nas reuniões. Ter ideias e poder expor também.</i>	Poder/ Gênero	Entendimento quanto à necessidade da existência de um espaço de discussão para as mulheres sem a interferência repreensiva dos homens. Compreensão que neste espaço há o reconhecimento de sua posição social, acolhimento do grupo e a possibilidade ascensão por meio dele.

4	<p>A senhora como assentada rural, como colaboradora da política e da pesquisa em sim e considerando o grande número de assentadas rurais aqui da região, a senhora considera que poderia representar essas mulheres na política territorial? Por exemplo, as assentadas daqui do município de Posse levarem uma pauta para a senhora discutir no colegiado.</p>	<p><i>Com toda certeza sim!</i></p>	<p>Representação</p>	<p>Compreensão de que poderia fazer com que as assentadas se fizessem presentes/representadas em suas reivindicações perante o colegiado por meio da organização social (comitê de mulheres). Havendo um intercâmbio diretamente construído pelas mulheres para melhorar sua condição de vida bem como o atendimento de suas demandas.</p>
5	<p>E para que essa representação ocorresse à senhora acredita que existiriam obstáculos?</p>	<p><i>Sim! No caso para representar, recorrer a quem? Então assim, questões que envolvessem reuniões essas coisas que é bem difícil nossa locomoção, nesse momento todos estão desmotivados, não acredita né?!</i></p>	<p>Poder</p>	<p>Percebe-se que existiam sólidos obstáculos sociais que impediam a efetiva participação cidadã destas mulheres. Observou-se no período de trabalho com o NEDET, que métodos de inscrição como mobilidade para chegar às reuniões, falta de recursos para alimentação, falta de meios de comunicação dentre outros são uma crítica marcante a questão de inclusão das mulheres ao sistema político do território.</p>
6	<p>Sabemos que a conquista de voz é muito relevante nas discussões do território e que a política territorial ofertou de certa forma algumas coisas para o desenvolvimento do território para o protagonismo das mulheres. Neste sentido, o que a senhora espera para além do espaço de voz ou esperava por meio da política territorial alcançar?</p>	<p><i>Nós lutávamos e queríamos muito um meio de renda, a saúde, a educação e o esporte tudo dentro do território e principalmente a afirmação financeira das mulheres.</i></p>	<p>Participação/Poder</p>	<p>Compreensão que à divisão sexual do trabalho revela a importância das mulheres ocuparem seus espaços nas esferas públicas de decisão e de poder por meio de sua participação dentro do território. Sair de casa e vivenciar o diálogo com outras mulheres proporciona informação, independência e necessidade de crescimento individual.</p>

7	Durante as reuniões, havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos das pautas? Por exemplo, de projetos produtivos, culturais voltados para as mulheres? Como os homens reagiam?	<i>Eles reagiam sempre da forma negativa, sempre não aceitava nada que a gente falava, ficava tudo para depois e depois... E ai, acabava o assunto.</i>	Participação/ Representação	Reconhecimento de poucas condições de se envolver nos enfrentamentos, na colaboração e na composição de interesses. Somente os homens se reconheciam como capazes de conduzir as negociações e gerir as questões ligadas ao mercado e ao dinheiro.
8	Diante de tudo que discutimos até agora, o que a senhora entende por poder?	<i>Assim, a gente poder ter vez e voz... Você chegar num lugar, você ter a sua opinião, você expor, ouvir a do outro e o outro ouvir a sua também né?!</i>	Poder	Reconhecimento da necessidade de poder estar presente e ser comum em todos os espaços da vida coletiva.
9	Com relação a essa consolidação da Câmara de Gênero, a senhora acha que a universidade teve uma boa contribuição?	<i>Com certeza! Ela foi tudo, mudou a vida do território nosso principalmente da gente mulher.</i>	Poder/ Participação	Compreensão da importância de ações de monitoramento e um processo contínuo de capacitação para as mulheres como elementos-chaves na constituição de sujeitas políticas. Fator determinante na alteração das relações de exclusão por meio da auto-organização das mulheres.
10	Com relação à política num contexto mais geral, o que a senhora entende por uma política pública? Para que ela serve na opinião da senhora?	<i>Uma política pública... Eu acho que é pra ajudar a gente pra... É difícil falar né?!</i>	Poder	Reconhecimento da existência de um valor simbólico no que se refere à compreensão dos direitos de cidadania. No entanto no desenvolver de um espírito crítico quanto ao conhecimento dos direitos e das ações do Estado em favor das mulheres ainda há uma grande lacuna referente à informação.

Fonte: Elaboração Melo (2019).

#### **4.4.2 Integrante Cerrado.**

*Tenho 49 anos. Nasci em Cristianópolis – GO resido em Alvorada do Norte há 26 anos. Sou divorciada, tenho uma filha que já não mora comigo porque é casada. Também tenho um neto. Atualmente sou gestora pública, mas já fui vereadora, diretora do hospital e secretária de saúde.*

**Como a senhora chegou até o colegiado territorial aqui do território?**

*Eu fui uma indicação por parte do poder executivo aqui do município.*

**A senhora considera que existiu algum desafio para ser ouvida dentro colegiado e atividades do mesmo?**

*Eu acho que no começo sim, mas depois as mulheres aqui dentro do território foram conquistando seu espaço...*

**Em algum momento a senhora se sentiu oprimida ou desconfortável para se expressar dentro desse colegiado?**

*Não, apesar de ser um território mais comandado por homens a gente nunca teve essa opressão para falar ou dar nossa opinião.*

**Dentro da dinâmica de funcionamento do colegiado existiam as câmaras temáticas, no caso da câmara de gênero à senhora fazia parte? Se sim, por quê?**

*Essa câmara depois de um grande debate houve a necessidade de criá-la para representar as mulheres no colegiado e no começo foi debatido e houve essa decisão. Dentro do nosso território temos muitas mulheres de batalha e ali por esse espírito estávamos todas muito bem representadas como a dona Zilé e a dona Iracilda que sempre levavam todas as informações para as pessoas dos municípios. Por isso acolhi o convite do colegiado e integrei a câmara.*

**A senhora acha que ela foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território de maneira geral?**

*Sim, porque informação é nicho de tudo e por essas mulheres de batalha levarem a informação sempre para as pessoas a câmara foi bem aceita sim.*

**Como o comitê de gênero está atualmente?**

*Ele está desmobilizado pelo enfraquecimento da política territorial.*

**Com relação ao colegiado, a senhora se sentiu útil dentro dele de alguma forma? Existia algum espaço de fala específico que sua preferência?**

*As plenárias territoriais sempre foram os melhores espaços, eu não via imposições, tudo era consenso. A voz era para todos, inclusive o meu município foi bem favorecido pelas ações do território. Eu não sei se eu servi para o território, mas ele serviu e muito para mim para ter uma visão diferenciada e convivência.*

**O colegiado e composto por homens e mulheres, quem mais se destacava ou tinha mais espaço nas decisões?**

*Eu acho que tinha mais participação dos homens porque eles eram maioria.*

**Com relação ao grande número de assentadas rurais e a necessidade de representação dessas pessoas, a senhora considera que seria capaz de representá-las na política territorial?**

*Olha, eu não sei se eu poderia, mas eu estou sempre à disposição porque eu gostei muito do trabalho com o território.*

**A senhora considera que haveria algum tipo de obstáculo para essa representação?**

*Eu creio que não!*

**Além da conquista de voz o que mais a senhora considera que seria possível alcançar por meio da política territorial?**

*Com certeza uma qualidade de vida melhor para cada familiar, para cada mulher que estivesse ali batalhando.*

**Durante as reuniões a senhora percebia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e nas pautas quando levadas por mulheres?**

*Não, eu achei que tudo foi tratado como igualdade. As falas das mulheres eram ouvidas! Talvez as decisões ficassem mais a cargo dos homens porque em relação a número eles eram maioria.*

**O que a senhora entende pelo termo poder?**

*Eu acho que ter poder hoje, é o poder da informação o poder de ajudar o próximo. É conseguir participar da melhora de vida próximo e isso é através da informação sempre, de instrução.*

**Como mulher você se sentiu representada no colegiado?**

*Sim, me senti sim representada e ouvida sempre! Eu acho que as mulheres se destacaram no nosso colegiado sim.*

**Quando a senhora estava ausente das reuniões a senhora se sentia representada nas reuniões?**

*Sim, nos tivemos no nosso território mulheres de fibra mesmo! Que fizeram e representaram muito bem às mulheres, elas tomaram posse daquilo que elas acham que é direito delas.*

**A senhora possui contato com seus pais?**

*Sim, possuo!*

**Com relação às tarefas domésticas na residência da senhora, existe uma divisão das tarefas ou a senhora faz tudo sozinha?**

*No momento eu moro sozinha, mas quando não estava existia sim. Todos ajudavam com um pouquinho.*

**A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?**

*Eu nunca sofri, mas conheço pessoas que já sofreram.*

**A senhora sabe se essas pessoas foram em busca da justiça e de seus direitos?**

*Não buscaram, ficaram reprimidas por uma séria de motivos por vergonha, pela dependência financeira do companheiro.*

**O que a senhora entende por política pública? E para que ela serve?**

*Eu acho que política pública é aquilo que vem de encontro aquilo que os cidadãos precisam para ter uma qualidade de vida melhor. Realmente existem políticas que são feitas dentro de um escritório e que não abrangem a realidade das pessoas.*

**Como foi o início da política territorial aqui no território? A senhora acompanhou?**

*Sim, eu acompanhei desde o início. Ele começou pequeno e teve um momento em que o território fez parte de grandes decisões principalmente em questões de infraestrutura em torno dos anos de 2010 e 2011.*

**A senhora acredita que a política territorial foi proveitosa para o território ou apenas para pequenos grupos?**

*Eu creio que ela foi produtiva no geral, mas alguns municípios participaram mais do território. Então com toda certeza quem não é visto infelizmente não é lembrado né?!*

**A senhora tem conhecimento de êxito de alguma câmara temática no território?**

*Especificamente eu não me lembro, mas eu acho que a das mulheres tinha um grande potencial.*

**A senhora considera que o colegiado territorial foi capaz de atender as diferentes demandas do território?**

*É muito abrangente, o nosso território é muito grande e muito carente também. Eu acho que eram muitas pautas e considerando a dimensão de problemas que nos tínhamos pelo menos debatidas as demandas eram. Por exemplo, nos conseguíamos muitas mobilizações e melhorias na infraestrutura do território.*

**O que a senhora acha que colaborou para o fortalecimento e organização da câmara de gênero?**

*O empenho das mulheres que ali estavam e o grande apoio da universidade junto com os Nedet's foram fundamentais. E se o território tivesse continuado seriam essas mulheres as responsáveis por fazer a diferença na melhoria de tudo.*

**Como você se vê daqui a cinco anos e como você vê a política territorial daqui a cinco anos?**

*Nesse momento tá meio nebuloso politicamente falando, a gente não tem nem como ver o que pode acontecer. Mas eu sou uma pessoa muito batalhadora, muito sonhadora eu tô sempre achando que todas as coisas vão melhorar... Eu espero que daqui a cinco anos o nosso território e o nosso colegiado estejam mobilizados e em pleno vapor tentando resolver e solucionar os problemas do nosso território.*

*Eu como mulher espero estar aqui trabalhando e sempre podendo ajudar ao próximo.*

**Você reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessar os espaços de fala e de poder?**

*Com certeza! Nós somos maioria, mas ainda não conseguimos tomar posse dessa maioria. Então com toda certeza é as mulheres ainda tem delimitações em muitas áreas.*

**Como poderíamos manter as mulheres no papel de protagonistas diante desse sistema de opressão?**

*Nunca esmorecer, estar sempre de cabeça erguida e em todos os espaços. Porque nos sabemos que somos capazes. Nós não poderíamos deixar o território acabar, acho que temos que batalhar mais pela nossa melhora.*



**Quadro 5: Integrante Cerrado**

Quadro - Análise Funcional- Descritiva			
Nº	Pergunta	Fragmento/Fala	Categoria de estudo
1	A senhora considera que existiu algum desafio para ser ouvida dentro do colegiado e atividades do mesmo?	<i>Eu acho que no começo sim, mas depois as mulheres aqui dentro do território foram conquistando seu espaço...</i>	Relações de gênero
2	Em algum momento a senhora se sentiu oprimida ou desconfortável para se expressar dentro desse colegiado?	<i>Não, apesar de ser um território mais comandado por homens a gente nunca teve essa opressão para falar ou dar nossa opinião.</i>	Relações de gênero/Divisão sexual do trabalho
3	Dentro da dinâmica de funcionamento do colegiado existiam as câmaras temáticas, no caso da câmara de gênero à senhora fazia parte? Se sim, por quê?	<i>[...] Dentro do nosso território temos muitas mulheres de batalha e ali por esse espírito estávamos todas muito bem representadas como a dona Zilé e a dona Iracilda que sempre levavam todas as informações para as pessoas dos municípios. Por isso acolhi o convite do colegiado e integrei a câmara.</i>	Representação
4	O colegiado é composto por homens e mulheres, quem mais se destacava ou tinha mais espaço nas decisões?	<i>Eu acho que tinha mais participação dos homens porque eles eram maioria.</i>	Relações de gênero
5	Além da conquista de voz o que mais a senhora considera que seria possível alcançar por meio da política territorial?	<i>Com certeza uma qualidade de vida melhor para cada familiar, para cada mulher que estivesse ali batalhando.</i>	Condição de vida/ relações de gênero
6	Como mulher você se sentiu representada no colegiado?	<i>Sim, me senti sim representada e ouvida sempre! Eu acho que as mulheres se destacaram no nosso colegiado sim.</i>	Participação/representação
7	Quando a senhora estava ausente das reuniões a senhora se sentia representada nas reuniões?	<i>Sim, nos tivemos no nosso território mulheres de fibra mesmo! Que fizeram e representaram muito bem às mulheres, elas tomaram posse daquilo que elas acham que é direito delas.</i>	Representação/empoderamento

Fonte: Elaboração Melo (2019). . .

#### 4.4.3 Integrante Luta

*Nasci em Esperantina no Piauí, fui criada do DF e moro aqui no assentamento há oito anos. Tenho 46 anos, sou divorciada e tenho três filhos. Tenho três bênçãos de Jesus*

*Cristo, duas meninas e um menino. Infelizmente nenhum mora comigo, todos moram no DF. Eu já trabalhei de doméstica, de diarista, consegui um curso e me formei em artesã e hoje eu sou agricultora com muito orgulho.*

**Como a senhora chegou até o colegiado territorial?**

*Eu cheguei lá, tipo assim... Chegou aqui o Tiririca (coordenador do território) trazendo um político aqui, e aí pedindo para que eu recebesse para que ele falasse com o povo. No tempo, eu era liderança aqui, aí eu peguei e recebi ele. Eles conversaram com o povo, e ele achando que me fazia um favor me convidou para que eu fosse numa plenária do território que ele ia me receber lá como eu tinha recebido eles aqui. Aí eu fui.*

**A senhora considera que existiam desafios para a senhora ser ouvida desde esse primeiro convite?**

*Muitos minha filha! Muitas das vezes nos brigamos lá em plenária pra poder ser ouvida, por causa que eles (os homens) não queria ouvir a gente! Ignorava quando a gente tentava falar e era muito difícil falar lá... Mas aí, diante com muita confusão, com muita briga a gente conseguiu um pequeninho espaço, mas o que importa é que conseguimos.*

**A senhora se sentiu oprimida ou coagida em algum momento para falar dentro do território?**

*Todas às vezes, até mesmo quando a gente achou essa oportunidade que era muito pequeninha, a gente só falava mesmo depois de uma confusão, depois de uma briga sempre foi muito desafiador, sempre...*

**A senhora pode me explicar este contexto de desafio que a senhora falou e ao mesmo tempo me explicar porque que a senhora se tornou membro da câmara temática de gênero?**

*Por causa que a minha briga desde os vinte e quatro ano, quando eu separei do meu ex-marido , foi lutar contra a opressão de marido entendeu? Contra o machismo, contra o preconceito e quando eu cheguei lá achei tudo isso, ai já me senti em casa, risos... Entendeu?*

*Quando eu vi que as mulheres não tinha de fato espaço para falar e pra nada então eu me senti desafiada e... Encarei sabe... Entendeu?*

*Por a gente tá sempre lá incentivado as mulheres que elas tinham que falar que elas não precisavam aceitar piada entende? Seja que muitas às vezes eles achava até que tava elogiando, mas passando uma cantada barata... E eu falava: -Oh , vocês não são obrigadas a isso, nenhuma mulher é obrigada a isso!*

*Ai diante disso, quando teve a próxima eleição eles pegara e me lançaram para coordenadora do grupo de mulheres no território.*

**A senhora considera que o Comitê ou Câmara temática de gênero foi bem recebido pelo colegiado e pela sociedade no território de modo geral?**

*Nunca, nunca foi bem recebida! Tanto é que a gente sofreu represálias lá dentro a respeito dos nossos projetos, a gente passou dias e noites fazendo projetos de inclusão produtiva e não foi lançado. Isso não aconteceu só uma vez, foram duas vezes! Quando a gente achava que o projeto ia sair o coordenador aparecia: - Ai teve um problema no Siconv, não foi não deu... Só que a gente sabia que não era isso, porque a gente tinha entregado nossa parte com antecipação. Então não foi o modo que*

*eles falaram, igual eles falaram uma vez que tinha que ter cuidado com a gente por que se a gente desorganizada fazia toda aquela confusão imagine se a gente conseguisse se organizar?*

*Então é assim, uma piada do tipo kkkkk entre aspas, mas a gente sabia que não tinha nada de piada. Eles estavam se manifestando ali nesse tom de brincadeira, mas ao mesmo tempo tentando oprimir a gente.*

### **Como está o comitê de gênero dentro do território nesse momento?**

*Olha no meu ponto de vista avançado, mas infelizmente parado. Avançado porque a gente saiu do lugar onde a gente não conseguia se mexer, andemo, mas infelizmente por conta da política ter acabado a gente teve que parar. Então diante do que a gente tinha que era praticamente nada, a gente avançou bastante... Mas infelizmente pela conjuntura política a gente parou no território a coordenação de mulheres. Tá tudo parado.*

### **Quando a senhora fala em se organizar, em sair do lugar qual foi à motivação ou incentivo?**

*Teve os Nedet's, foi o que deu um prumo. Porque antes dos Nedet's vim à gente tentava... Tinha uma fragilidade enorme até mesmo por falta de diálogo. Eu moro num lugar onde o telefone pegava ruim e só pega uma operadora que nem todo mundo usava e isso foi um desafio enorme.*

*Eu o telefone que eu tinha funcionava alguns números outros cê discava, mas não funcionava... Então tipo assim, com a vinda dos Nedet's isso melhorou e muito. Foi um projeto que deu um grande avanço e o diferencial no território, foi à chegada dos Nedet's.*

**A senhora se sentiu útil no colegiado, havia algum espaço de fala de sua preferência?**

*Tinha sim! Quando as mulheres se trancava numa sala sozinha risos... Que era o único lugar e o único jeito que a gente conseguia falar realmente... Por que a última plenária que teve não queriam me deixar falar...*

*Todos os homens falaram, a prefeita de Alvorada falou e quando chegou a minha vez depois de uma confusão para eu poder chegar até na plenária porque a minha ideia foi o seguinte, a coordenação das mulheres não vai sentar. Ai eu falei: - Não dona Zilá deixa todo mundo sentar e quando todo mundo sentar a gente chega lá na frente da plenária, pede pra todas as mulheres darem as costas e sair e ela e Marli não aceitaram...*

*-Não senhora! Nos não vamos aceitar! A coordenação das mulheres vai subir e vai ter voz sim!*

*A dona Zilá se dirigiu ao centro da plenária e perguntou:  
- Porque que a coordenação das mulheres não está ai também?*

*E ai, o Tiririca disse que ia ver o que podia fazer... Nesse momento a dona Zilá afirmou para ele que a coordenação de mulheres ia subir sim para a plenária custasse o que custasse e quando ele viu que ela estava falando sério , ai ele pegou subiu foi lá na frente da plenária e voltou e perguntou finalmente para dona Zilá quem ia sentar, quem era que ia representar as mulheres.*

*Ai dona Zilá disse:- A coordenadora das mulheres vai lá Iracilda!*

*Mas eu preferia era que todas nos fizéssemos um protesto mesmo de dar as costas para eles porque não queriam nos ouvir. Eu queria ver o que eles iam fazer sem nois lá.*

*Mas a dona Zilá optou por brigar e eu apoiei!*

### **A senhora se sentiu útil dentro do colegiado?**

*Eu me senti! Eu não me sentia bem útil... Por causa que tipo assim, eu falava com as mulheres entendeu?*

*Eu advertia elas, na minha trajetória de vida que não foi nada fácil. Cuma mulher, Cuma mãe, Cuma esposa entendeu? Ai eu pegava e falava com elas a respeito de tudo isso...*

*Falava que as coisas eram assim, mas que não precisaria ser assim para sempre, que para mudar a agente precisava lutar e se conformar não era remédio... E enquanto a gente baixar a nossa cabeça isso não ia mudar, a gente ia continuar sendo tapete, ia continuar sendo muda, sendo ignorada...*

*Então quando eu vi uma delas dizer: - NÃO! Eu me sentia super útil, eu sentia que elas aprenderam a falar, a protestar eu cumpri minha função de cidadã!*

*Assim eu me sentia muito útil!*

### **O colegiado era composto por homens e mulheres, nesse sentido, quem mais se destacava? Os homens, as mulheres ou eram igual?**

*Sempre os homens! Por que era eles que tinha o espaço!*

*Era eles que dizia que ditava as regras... A gente pra arrumar um espaço era muito difícil...*

*Eu lembro de uma vez que eu fique “p” da vida! Ia ter uma plenária do território e eles convidaram todos os homens e um desses homens eu conhecia e me chamou.*

*E eu fui, quando eu cheguei lá , ai o coordenador do território questionou o porquê das mulheres não estarem representadas.*

*Ai eu falei:- Uai, mas você disse que as mulheres não tinham dinheiro para vir!*

*Ai ele me respondeu: - A mulher tem tantos recursos quanto os homens...*

*Só que esse recurso eu nunca tive notícia, eu nunca vi e soube e quando eu soube que todo mundo estava convidado e falei com o coordenador do território ele simplesmente disse que a coordenação das mulheres não precisa vir.*

*Mas como não precisava se era uma reunião que dizia respeito ao território e nos fazíamos parte dele?*

*Eu notei que ele ficou intimidado quando cheguei lá com meu amigo que era do colegiado, e ai quando eu falei e questionei ele veio me dizer apenas que as mulheres poderiam ter ido, mas como sem se quer saber da reunião?*

*Ele diz que nos tínhamos recursos para ir para as reuniões, mas dos cinco anos que eu venho participando do colegiado eu nunca vi, sempre foi uma dificuldade enorme para chegar nos encontros nem o da passagem a gente tinha!*

*Nós e os jovens só aparecíamos quando tinha algum projeto que exigia a nossa participação para liberar*

*recursos para o território, mas nós nunca tivemos acesso a nada!*

**Existe um grande número de assentadas rurais no território, a senhora se julga capaz de representa-las na política territorial? Haveriam obstáculos para tanto?**

*Eu tenho certeza que eu poderia sim representar! Agora o obstáculo, aqui principalmente é o machismo...*

*Eu me lembro uma vez que eu falei por acidente que eu iria me candidatar à vereadora para defender as mulheres e por isso eu alvo de um processo.*

*Alguns homens daqui da região montaram fotos com imagens de uma outra chácara como se eu tivesse desmatando, lançou isso no Incra e só depois... Meu nome foi parar no Ministério Público, fui chamada pela Polícia Federal por isso, eles estavam com fotos de caminhões que eu nunca vi saindo de uma terra que não era minha...*

*Então para você ver, por eu simplesmente ter tirado uma brincadeira gerou essa confusão toda!*

*Então o que se entende é que o machismo é muito grande, por eu ser mulher, por eles considerar que eu sou nova na região, por eu ter alguma chance, por eu ser “bringuenta” não é só na coordenação das mulheres não, se eu ver uma mulher sendo desrespeitada eu não fico calada.*

*E por esse motivo eles quiseram me calar.*

*É complicado... Não vou dizer que não tenho vontade de representar as mulheres, acontece que é muito desafiador!*

**Além da conquista de voz, o que mais a senhora enquanto mulher desejava alcançar por meio da política territorial?**

*O meu desejo é que as pessoas que moram na área rural, principalmente as mulheres que elas pudessem se empoderar de direitos e de valores. Por causa que a gente vê até no fomento do Incra que são destinado as mulheres, você não vê um projeto de grande porte. As mulheres não tem empoderamento financeiro, nem assim como pode dizer? Enquanto mulher, enquanto mãe, ela é sujeita em todas as áreas da vida...*

*Então o que eu queria era arrumar um psicólogo, é dar palestra e dizer para elas que elas podem mudar de vida entendeu?*

*Coisa que eu fazia no Recanto e por isso eu não era bem vinda.*

*É muito complicado ver que as mulheres sofrem esse tipo de coisa...*

*Eu me lembro de uma vez e foi até você que me disse que quando tava fazendo a pesquisa bateu na casa de uma mulher e quem saiu foi o homem, e saiu dizendo que a mulher era feia, era isso era aquilo... Quer dizer, a mulher que sofre esse tipo de coisa, ela já não tem mais amor próprio, ela não tem mais auto estima ,ela não tem mais nada entendeu?*

*Tem delas que aceita qualquer coisa porque acha que não são nada e isso não é verdade! Nós enquanto mulheres nos temos os nossos deveres, mas temos também muitos direitos. E direitos que não são respeitados por ninguém, e não adianta por que, por exemplo, aqui dentro do assentamento para eu me tornar presidente da associação eu tive que ameaçar o antigo presidente de por ele na justiça para ele me passar à ata. Porque ele estava*

*querendo me vender uma associação que tinha sido criada por mim e pela minha amiga.*

*Que todas nos paguemos todas as contas, mas como nós era mulher ele achava que não, que nós tava sujeita a ele.*

*Então, toda essa conversa é para as pessoas saberem que os abusos são em todas as áreas.*

*Dentro da minha casa eu não sofri isso, porque meu filho desde cedo eu ensinei que mulher não é objeto, que mulher não se pega, mulher não se fica, por que mulher você tem que respeitar!*

*Mas enquanto ex-esposo foi um desastre entendeu?*

*E aqui dentro também na formação do assentamento eu também ouvi muito homem dizer que não aceitava ordem de mulher.*

**Durante as reuniões havia algum tipo de diferença no que diz respeito aos esclarecimentos, a aceitação das pautas das mulheres? Se havia como era a reação dos homens?**

*Havia sim diferença! Os homens rejeitavam... Teve uma plenária que eles trataram de todos os assuntos dos homens e quando eu fui falar por último eles deram a plenária por encerrada. E eu, a dona Marli e mais umas duas mulheres questionamos: - Encerrado porque se a pauta das mulheres ainda não foi discutida?*

*Ai eles disseram que não era assim, que a gente tava entendendo errado etc...*

*Depois da gente muito reclamar eles pediram desculpa e nos deixaram falar. Mas esse tipo de coisa era praxe pra ver se colava sabe...*

*Então é claro que era muita diferença sim!*

### **O que a senhora entende pelo termo poder?**

*Ahh, poder para mim é o que acontece quando a gente sobe sem medo numa plenária, quando chamam a gente pra discutir, que eles nunca chamaram a gente pra discutir, eles só chamaram a gente pra ser figura decorativa. Coisa que nunca caiu bem pra mim ne?!*

*Então tipo assim, quando a gente tava lá eles exerciam o poder deles sobre nós pra que gente ficasse no lugar onde eles queriam entendeu? Cumprindo uma obrigação como que ta aqui 30% de mulheres pra cumprir a meta dessa reunião. Mas tava lá sem voz, sem ter direito a projeto, sem ter nada coma se fosse um objeto decorativo.*

*Quando a gente passou a não aceitar isso teve plenária que a gente foi porque a gente descobriu e chegou lá, não porque eles chamaram entendeu?*

### **Você se sentiu representada e ouvida em algum momento no colegiado?**

*Como assim? Sem brigar? A duras penas, mas ouviram! A gente brigou, sapateou, mas eles nos ouviram.*

*Tudo sempre foi uma luta. É porque assim, no território a gente teve umas quatro mulheres meio assim... Queixo duro sabe... Ai me apareceu mais a Daiane risos... Ai resumo, o que a gente não conseguia na democracia a gente ganhava no peito, na briga mesmo. Mas a gente conseguiu falar sim e eu sempre me senti representada por essas mulheres viu!?*

### **Quando ausente das reuniões, a senhora se sentia representada no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, ter pessoas que de fato levavam a informação adiante?**

*Não! Tipo assim, quando eu não tava presente a Daiane tava e quando a Daiane não estava nós simplesmente não*

*sabia de nada porque as outras mulheres só se sentia empoderada quando a gente tava. Quando a gente não tava infelizmente não sabia de nada. Não passavam pauta, ninguém sabia o que tinha sido discutido... Simplesmente ficava o não pelo não, como se não tivesse acontecido ou como se nós não fizesse parte daquilo entendeu?*

**A senhora possui contato com seus pais?**

*A minha mãe mora aqui, ela veio para cá para me vigiar risos... Achando que ia me deixar mais longe das confusão... Ela mora aqui no assentamento.*

**No caso das tarefas domésticas existe alguma ajuda ou divisão na sua casa?**

*O serviço doméstico é só comigo mesmo!*

**A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?**

*Eu já sofri sim! O meu ex-marido, o motivo da nossa separação foi que ele bebia muito e tava se tornando agressivo...*

*Ai ele começou a dizer que ia me matar, que ia me matar varias vezes e quando foi num belo dia ele tentou... E ai quando ele fez isso eu quis me separar e ele disse que não precisava eu ir embora porque eu vou e não sei o que... Tipo assim empurrou com a barriga mesmo sabe?!*

*Depois ele ficou enrolando e não foi embora entendeu?*

*Quando foi uma outra vez ele tentou novamente e ai eu peguei e falei pra ele por causa que meus filhos eram pequenos e a minha menina mais nova era muito apaixonada por ele...*

*E eu disse a ele que se não largasse a bebida eu ia embora, daí ele me perguntou o que eu ainda tava fazendo em casa.*

*Ai eu deixei sair pro serviço arrumei minhas coisa e meus fi e fui embora.*

*Mas eu já sofri sim, uma vez foi pouco, mas ele me empurrou e isso para mim é algo inadmissível...*

*Ele chegou e me empurrou em cima do fogão e a panela de pressão estava cheia de feijão fervente... Então eu fui e quando eu voltei eu já voltei com a panela em tempo de me queimar.*

*E quando chega nesse tom já não tem mais nada que salvar sabe?!*

**Neste contexto a senhora simplesmente foi embora ou buscou ajuda, seus direitos?**

*Não, tem pouco tempo, mas isso era uma coisa intocável...  
O homem, o fulano jamais faria uma coisa dessa!*

*Então acabava que a gente ficava de mentirosa...*

*Então tipo assim, pra não ser julgada, ou muita das vezes humilhada eu fiquei calada tanto é que até hoje tem coisas que a minha família não sabe.*

*Algumas coisas eu conto, outras não e naquele tempo eu não falava com medo dos meus irmãos, eu não queria querer estragar a vida de ninguém por um problema que era meu entendeu?*

*Por isso ele meu ex-marido acabou se tornando a vítima da separação...*

*Mas só sabia o tanto de agressão que sofria dele, principalmente psicológica.*

**A senhora sabe o que é uma política pública e para que ela serve?**

*Olha o que eu entendo de políticas públicas é o seguinte:*

*É um projeto que deveria ser executado para a população, no meu caso a população rural são alguns recursos para projetos para que as pessoas que vivam nos assentamentos vivam melhor.*

**Você considera que a política territorial foi benéfica para o território como um todo ou apenas para grupos isolados?**

*Muita coisa nos conseguimos pela discussão no território, como as máquinas do PAC2, então poucas coisas que tem nos municípios não foram os prefeitos que trouxeram quem trouxe foi à política territorial.*

*Eu creio que foi bom. Infelizmente por motivos políticos os destinos dessas máquinas não chegavam pros assentados.*

**A senhora considera que a câmara temática de gênero foi exitosa? Existiram outras câmaras com êxito?**

*Não, a de jovem tava ate bem no começo, mas não conseguiu se firmar porque logo após ter sido feita ela deixou de fazer as atividades por causa dessa “nova política”, teve toda essa mudança sobre a política e os recursos foram acabados.*

*Então tipo assim, a das mulheres teve um grande avanço, mas também deixou muito a desejar por falta de espaço para discussão... Só mesmo os Homem mesmo que fazia projeto, que tinha dinheiro, que tinha espaço...*

**A senhora considera que o colegiado foi capaz de atender as diferentes demandas do território?**

*Não conseguiu! Os projetos que estavam mais avançados eram os nossos e sempre foram boicotados... Então ao meu ver não foi de maneira nenhuma!*

**Como a senhora se vê daqui a cinco anos e como você viu e vê a política territorial daqui a cinco anos?**

*Olha infelizmente o que eu vejo para o futuro é pior do que o tá... Porque nos sabemos que o novo governo que tem ai, ele não simpatiza com causas sociais, não adianta a gente botar uma cortina de fumaça...Seria bom eu dizer que vai ter um avanço mas não vamos!*

*Eu vejo pros próximos cinco anos à política territorial parada como tá entendeu?*

**A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e poder?**

*Sim! Sempre! E enquanto as mulheres não se organizarem para conseguir alguns espaços isso ai a tendência é piorar porque mulheres que fala e que brigam são poucas... A maioria delas baixam a cabeça!*

*Então tipo assim, a tendência é piorara, mas eu creio o seguinte:*

*-Que eu, dona Zilá, Daiane e Marli não podem desistir e nem que seja com a vizinha ou mesmo com a filha... Mas que não pare! Porque se a gente parar vai ficar pior porque de dez talvez uma se empodere, uma comece a falar entende?*

*E se a gente ficar calada talvez a gente não consiga que isso se estenda para mais tempo.*

*Porque para ser bem sincera é cômodo ficar calada! É cômodo ficar quieto... Porque ficando quieto você não arruma problema!*

*Você não ouve piada, você não é ameaçada porque infelizmente tanto você Daiane, como eu, já fomos ameaçada por se impor... Então muitas das vezes a gente fala que as mulheres tem que se impor, mas eu também entendo quando elas se calam...*

**Como manter as mulheres no papel de protagonistas diante de um sistema de opressão?**

*Reagindo sempre!*

*Nunca ficar calada, seja numa cantada, numa piada sutil ou escrachada é não ficar calada... Eu não aceito!*

*Muitas das vezes é arrumando a mala e colocando ela nas costas e ir protestar com um coordenador machista, com um político desinteressado, um Bolsonaro da vida... É ir à luta sempre!*

**Quadro 6: Integrante Luta**

Quadro - Analise Funcional- Descritiva				
Nº	Pergunta	Fragmento/Fala	Categoria de estudo	Análise
1	A senhora considera que existiam desafios para a senhora ser ouvida desde esse primeiro convite?	<i>Muitos minha filha! Muitas das vezes nos brigamos lá em plenária pra poder ser ouvida, por causa que eles (os homens) não queria ouvir a gente! Ignorava quando a gente tentava falar e era muito difícil falar lá...</i>	Divisão sexual do trabalho e Gênero	Apesar de reconhecer que as mulheres tem os mesmos direitos que os homens. Na prática, esses não são respeitados. Sob a perspectiva simbólica as representações de direitos indicam diferença de gênero no mundo social.
2	A senhora pode me explicar este contexto de desafio que a senhora falou e ao mesmo tempo me explicar porque que a senhora se tornou membro da câmara temática de gênero?	<i>[...] Quando eu vi que as mulheres não tinha de fato espaço para falar e pra nada então eu me senti desafiada e... Encarei sabe... Entendeu? Porque a gente tá sempre lá incentivado as mulheres que elas tinham que falar que elas não precisavam aceitar piada entende? Seja que muitas às vezes eles achava até que tava elogiando, mas passando uma cantada barata... E eu falava: -Oh , vocês não são obrigadas a isso, nenhuma mulher é obrigada a isso! Ai diante disso, quando teve a próxima eleição eles pegaram e me lançaram para coordenadora do grupo de mulheres no território.</i>	Poder	Reconhecimento da necessidade de visibilidade nas instâncias do colegiado e do território. Utilização da pressão como forma de emancipação por meio do desafio e da resistência.

3	<p>A senhora considera que o Comitê ou Câmara temática de gênero foi bem recebido pelo colegiado e pela sociedade no território de modo geral?</p>	<p><i>[...] Nunca, nunca foi bem recebida! Tanto é que a gente sofreu represálias lá dentro a respeito dos nossos projetos, a gente passou dias e noites fazendo projetos de inclusão produtiva e não foi lançado. Então não foi o modo que eles falaram, igual eles falaram uma vez que tinha que ter cuidado com a gente por que se a gente desorganizada fazia toda aquela confusão imagine se a gente conseguisse se organizar?</i></p> <p><i>Então é assim, uma piada do tipo kkkkk entre aspas, mas a gente sabia que não tinha nada de piada. Eles estavam se manifestando ali nesse tom de brincadeira, mas ao mesmo tempo tentando oprimir a gente.</i></p>	Gênero e poder	<p>Compreensão que as desigualdades de gênero condicionam as mulheres no território a uma imagem de inferioridade e a incapacidade e que os homens estão sempre na condição de poder e dominação.</p>
4	<p>Como está o comitê de gênero dentro do território nesse momento?</p>	<p><i>Olha no meu ponto de vista avançado, mas infelizmente parado. Avançado porque a gente saiu do lugar onde a gente não conseguia se mexer, andemo, mas infelizmente por conta da política ter acabado a gente teve que parar. Então diante do que a gente tinha que era praticamente nada, a gente avançou bastante... Mas infelizmente pela conjuntura política a gente parou no território a coordenação de mulheres. Tá tudo parado.</i></p>	Representação	<p>Entendimento de que existiu um espaço de representação. No entanto que existe um desafio referente a institucionalização desta instância de exercício democrático por meio da continuidade da política.</p>

5	Quando a senhora fala em se organizar, em sair do lugar qual foi à motivação ou incentivo?	<p><i>Teve os Nedet's, foi o que deu um prumo. Porque antes dos Nedet's vim à gente tentava... Tinha uma fragilidade enorme até mesmo por falta de diálogo. Eu moro num lugar onde o telefone pegava ruim e só pega uma operadora que nem todo mundo usava e isso foi um desafio enorme. Eu o telefone que eu tinha funcionava alguns números outros cê discava, mas não funcionava... Então tipo assim, com a vinda dos Nedet's isso melhorou e muito. Foi um projeto que deu um grande avanço e o diferencial no território, foi à chegada dos Nedet's.</i></p>	Representação	<p>Apesar de reconhecido pelo território, o espaço de fala e ação das mulheres não era legitimada segundo a entrevistada. Sempre houve uma grande assimetria nas relações sociais dentro do coletado e só por meio da construção de um diálogo institucional delas com a política a dominação seria extinta.</p>
6	Havia algum espaço de fala de sua preferência?	<p><i>Tinha sim! Quando as mulheres se trancava numa sala sozinha risos... Que era o único lugar e o único jeito que a gente conseguia falar realmente... Por que a última plenária que teve não queriam me deixar falar...</i></p>	Representação	<p>Compreensão quanto à necessidade de articular momentos específicos para formação, e diálogo no sentido de possibilitar o crescimento e meios eficientes de representação em conjunto.</p>

7	A senhora se sentiu útil dentro do colegiado?	<p><i>Eu me senti! Eu não me sentia bem útil... Por causa que tipo assim, eu falava com as mulheres entendeu? Eu advertia elas, na minha trajetória de vida que não foi nada fácil. Como mulher, Como mãe, Como esposa entendeu? Ai eu pegava e falava com elas a respeito de tudo isso...</i></p>	Condição de vida	<p>Compreensão que as relações de dominação e subordinação não são naturais por meio de sua trajetória de vida e que é preciso lembrar-se desta "herança" para conscientizar e conquistar mudanças.</p>
8	O colegiado era composto por homens e mulheres, nesse sentido, quem mais se destacava? Os homens, as mulheres ou eram iguais?	<p><i>Sempre os homens! Por que era eles que tinha o espaço! Era eles que dizia que ditava as regras... A gente pra arrumar um espaço era muito difícil... [...] E eu fui, quando eu cheguei lá, ai o coordenador do território questionou o porque das mulheres não estarem representadas.</i></p> <p><i>Ai eu falei: -Uai, mas você disse que as mulheres não tinham dinheiro para vir! [...] Ele diz que nos tínhamos recursos para ir para as reuniões, mas dos cinco anos que eu venho participando do colegiado eu nunca vi, sempre foi uma dificuldade enorme para chegar nós encontramos nem o da passagem à gente tinha!</i></p> <p><i>Nós e os jovens só aparecíamos quando tinha algum projeto que exigia a nossa participação para liberar recursos para o território, mas nós nunca tivemos acesso a nada!</i></p>	Representação	<p>Por ser mulher a entrevistada entende que lhe foi negada a possibilidade de ocupar um espaço de decisão para reivindicação tanto pelos homens do colegiado quanto pelos métodos de inscrição na política que foram incapazes de propiciar que as mulheres chegassem a transmitir os problemas da esfera privada para a pública.</p>

9	<p>Existe um grande número de assentadas rurais no território, a senhora se julga capaz de representa-las na política territorial? Haveriam obstáculos para tanto?</p>	<p><i>Eu tenho certeza que eu poderia sim representar! Agora o obstáculo, aqui principalmente é o machismo... Eu me lembro uma vez que eu falei por acidente que eu iria me candidatar a vereadora para defender as mulheres e por isso eu alvo de um processo.</i></p> <p><i>Alguns homens daqui da região montaram fotos com imagens de uma outra chácara como se eu tivesse desmatando, lançou isso no Incra e só depois... Meu nome foi parar no Ministério Público, fui chamada pela Polícia Federal por isso, eles estavam com fotos de caminhões que eu nunca vi saindo de uma terra que não era minha...É complicado... Não vou dizer que não tenho vontade de representar as mulheres, acontece que é muito desafiador!</i></p>	Gênero	<p>A entrevistada se reconhece como capaz de representar as mulheres, no entanto em relação ao alto poder de dominação dos homens da região ela se sente ameaçada. Assim, no que se refere ao domínio que os homens exercem as possibilidades de haver uma relação de troca e respeito não ocorre.</p>
10	<p>Além da conquista de voz, o que mais a senhora enquanto mulher desejava alcançar por meio da política territorial?</p>	<p><i>O meu desejo é que as pessoas que moram na área rural, principalmente as mulheres que elas pudessem se empoderar de direitos e de valores. Por causa que a gente vê até no fomento do Incra que são destinado as mulheres, você não vê um projeto de grande porte. As mulheres não tem empoderamento financeiro, nem assim como pode dizer? Enquanto mulher, enquanto mãe, ela é sujeita em todas as áreas da vida... [...]Então o que eu queria era arrumar um psicólogo, é dar palestra e dizer para elas que elas podem mudar de vida entendeu?</i></p>	Divisão sexual do trabalho e Gênero	<p>Compreensão quanto à necessidade de reorganização do trabalho e dos cuidados com as mulheres. A ideia de conscientizar as mulheres quanto à possibilidade de assumirem tarefas nos espaços públicos ajudaria na melhoria da qualidade de vida e no acesso os espaços de poder.</p>

11	O que a senhora entende pelo termo poder?	<i>Ahh, poder para mim é o que acontece quando a gente sobe sem medo numa plenária, quando chamam a gente pra discutir, que eles nunca chamaram a gente pra discutir, eles só chamaram a gente pra ser figura decorativa. Coisa que nunca caiu bem pra mim né?! Então tipo assim, quando a gente tava lá eles exerciam o poder deles sobre nós pra que gente ficasse no lugar onde eles queriam entendeu? Cumprindo uma obrigação como que tá aqui 30% de mulheres pra cumprir a meta dessa reunião. Mas tava lá sem voz, sem ter direito a projeto, sem ter nada coma se fosse um objeto decorativo.</i>	Poder	Consciência que poder é uma conquista que também pode ser das mulheres. Entretanto, que é preciso que ele se estabeleça entre iguais (homens e mulheres).
12	Você se sentiu representada e ouvida em algum momento no colegiado?	<i>Tudo sempre foi uma luta. É porque assim, no território a gente teve umas quatro mulher meio assim... Queixo duro sabe... Ai me apareceu mais a Daiane risos... Ai resumo, o que a gente não conseguia na democracia a gente ganhava no peito, na briga mesmo. Mas a gente conseguiu falar sim e eu sempre me senti representada por essas mulheres viu!?</i>	Participação/Representação	Reconhecimento da capacidade de auto-organização das mulheres de se auto apresentar e se fazer representar.
13	A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?	<i>Eu já sofri sim! O meu ex-marido, o motivo da nossa separação foi que ele bebia muito e tava se tornando agressivo...</i>	Condição de vida	Reconhecimento da vivência com a violência e da possibilidade de desnaturalizar esse comportamento por meio da inscrição nos movimentos sociais e na política pública.

Fonte: Elaboração Melo (2019).

#### **4.4.4 Integrante Consciência**

*Tenho 40 anos de idade. Sou natural de Damianópolis–GO, Desde que nasci e fui criada aqui e estou por aqui até hoje graças a Deus. Sou técnica de enfermagem e comerciante junto com meu esposo, tenho dois filhos e os dois moram comigo porque ainda são menores de idade.*

**Quantos aos espaços de representação, como a senhora chegou ao Colegiado Territorial do Território da Cidadania Vale do Paraná?**

*Fui indicada pelo meu esposo que faz parte do núcleo diretivo do território.*

**Você acredita que houve algum desafio ou empecilho para que fosse ouvida dentro do colegiado territorial?**

*Sim, por que sempre as mulheres digamos assim... Foram menosprezadas né!? A mulher sempre lutava pelo espaço dela e era uma dificuldade muito grande e nesse sentido, eu creio que não só eu, mas todas as mulheres sempre tivemos muitas dificuldades sim.*

**Em algum momento a senhora se sentiu oprimida para se expressar dentro dos espaços de fala no território?**

*Sim, sempre! Por que muitas das vezes a gente expressava, falava só que aqueles ofícios, as pautas que a gente colocava nas reuniões elas simplesmente iam para as “gavetas” e lá ficavam.*

**Por que você decidiu se tornar membro da Câmara Temática de Gênero?**

*Foi devido ao convite das meninas né, da equipe lá do território. Elas me convidaram para fazer parte.*

**No momento da consolidação dessa Câmara ou Comitê de Gênero, você percebeu ela sendo bem recebida pelo colegiado, pela sociedade ou não houve uma boa receptividade?**

*Não, não receberam! Porque é igual eu estava falando, cada vez mais a gente tá lutando por esse espaço, mas hoje a gente nunca foi bem aceita, vamos dizer assim... É uma luta constante. Mas a gente não desiste.*

**Você acredita que não foi bem aceita por que, pelas discussões, pelas pautas que eram colocadas?**

*Não era pelas pautas porque com certeza as pautas sempre foram muito bem colocadas, os temas eram muito bem aceitos, mas eu creio que pelo simples fato de ser um grupo de mulheres que estava levando essas pautas ali naquela reunião. Ai a gente foi sempre menos aceita, devido a esse motivo... Simplesmente porque era um grupo de mulheres.*

**Você tem noção de como está o Comitê de gênero atualmente?**

*Ele está desmotivado, desmobilizado né... Devido o motivo que a gente não tem uma aceitação, um apoio do território em si... Pra poder continuar com essas demandas.*

**Entre os representantes do colegiado, a gente sabe que existem homens e mulheres, quem mais se destacava em sua opinião ou tinha mais espaço nas decisões e por quê?**

*Sempre quem teve mais destaque nas reuniões à gente poderia simplesmente notar, era a parte dos homens! Os homens chegava, falava né... Não sei, pelo fato de simplesmente serem os homens falavam, eles sempre foram mais bem aceitos do que as mulheres. E eles eram maioria também, ou aquele negócio assim... Ah, não as mulheres isso e aquilo... E sempre as mulheres eram menos ouvidas, mas nós trabalhamos para que essa realidade mudasse.*

**Com relação ao grande número de assentadas rurais que existem no território, você considera que poderia representa-las na política e mais especificamente na política territorial e por quê?**

*Sim, eu considero que eu posso sim representa-las. Porque essas mulheres devem conquistar um espaço na saúde, na educação que eles os assentados e assentadas são bem largados assim... Deixados de lado mesmo! E eles e elas precisam de pessoas que tem disposição para lutar por esses direitos pra eles ter mais acesso à saúde e educação. Então precisa de ter alguém que corra atrás.*

**A senhora considera que haveria algum tipo de obstáculo para o exercício desta representação?**

*Tem obstáculos, justamente por isso que elas precisam de alguém para representa-las. Por que como elas já moram no assentamento, tem uma vida bem vulnerável vamos dizer assim... Não tem acesso a essas reuniões que nós fazíamos e ai precisa muito de uma pessoa para representar.*

**Sabemos que a conquista de voz é muito importante, mas para além da conquista de voz dentro das reuniões, você enquanto mulher, o que você almejava alcançar por meio da política territorial? Seria só poder de voz?**

*Não, não era! O poder de voz faz parte, mas eu gostaria sim que aquelas demandas que foram levantadas ali, não tivessem ficado só ali no nosso esforço para juntar... Que ela fossem olhadas, valorizadas e não ficasse só no papel, mas que elas fossem levadas para a realidade mesmo.*

**A senhora percebia se durante as reuniões havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e aceitação das pautas das mulheres?**

*Sim, existia sim as diferenças! Por que principalmente os homens não achavam assim, que eram coisas muito importantes que às vezes outras temáticas outras pautas seria mais importantes ai a gente era assim, deixadas um pouco de lado.*

**Em sua opinião, o que significa poder?**

*Poder no meu modo de ver é quando você pode fazer alguma coisa, quando você tem condições de fazer algo e fazer. É você ter o poder e boa vontade de fazer aquilo que tem pra ser feito. Por que não adianta você ter o poder e não ter boa vontade e interesse de usar o mesmo ao bem ao favor daquele que precisa.*

**Como espaço de poder e como mulher, você se sentiu representada e ouvida no colegiado territorial?**

*A gente foi representada sim, mas não bem ouvida! Porque não sei por que a gente era minoria ou será simplesmente pelo fato de ser um grupo de mulheres, mas não era bem ouvida. Porque se a gente fosse bem ouvida com certeza hoje estaria sendo bem diferente.*

**Quando por ventura não podia comparecer a uma reunião você se sentia representada no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, as suas reivindicações levadas para o colegiado, da sua comunidade e votadas e também receber as informações também?**

*Em se tratando do Comitê de mulheres quando ausente das reuniões me sentia representada sim pelas mulheres que ali estavam e antes do comitê existir não havia essa representação.*

**Neste aspecto do Comitê de mulheres você considera que a Universidade (Nedets) foi importante para essa organização de vocês e empoderamento?**

*Com certeza! Foi e está sendo importante, porque é através da universidade que nos estamos tendo uma oportunidade de pelo menos expressar e falar e com certeza através desta expressão, desta fala é que as coisas vão mudar para as mulheres aqui. Com certeza.*

**No seu entendimento, o que vem a ser uma política pública e para que ela serve?**

*A política pública, ela serve para proteger, para dar condições às pessoas vulneráveis, mas muita das vezes ela*

*não está sendo vista dessa maneira. Mas eu espero que num futuro próximo isto seja diferente elas vão estar voltadas para as pessoas mais necessitadas.*

**Você sabe como se deu o início da política territorial no Território da Cidadania Vale do Paranã?**

*Não, eu não sei por que nesse período eu ainda não fazia parte.*

**Você acredita que a política territorial foi produtiva para o território de modo geral ou ela favoreceu apenas pequenos grupos?**

*Ela não foi favorável a todo território em si. Com certeza não! Ela foi favorável a um pequeno grupo com certeza.*

**A senhora se sente confortável para indicar esse grupo?**

*Não, não me sinto!*

**Dentro do território, existiam outras Câmaras Temáticas, a senhora tem conhecimento se alguma dessas Câmaras teve êxito?**

*Teve umas que teve, mas a de gênero foi a menos favorecida.*

**Você considera que o colegiado territorial foi capaz de atender, de ouvir as diferentes demandas do território?**

*Não, ele não foi! É igual eu falei antes ouvir ele ouviu, mas isso ficou engavetado, ficou sem ir adiante, sem encaminhamento né! Eu acho assim, que deveria ter tido mais apoio do próprio território que com certeza teria sido diferente.*

**Como a Mirian se vê daqui a cinco anos?**

*Eu vejo e com muita fé, a gente bem e em um momento muito bom... As mulheres empoderadas, trabalhando e com voz ativa, não só voz, mas em ações na qual a gente*

*almeja e tem trabalhado. E entendendo que não podemos desistir.*

**E como você viu a política e vê daqui a cinco anos?**

*Eu espero que vai estar melhor, porque agora com essas mudanças de governo e de Estado desmobilizou tudo. Mas mesmo assim, creio eu tenho muita fé que vai melhorar e se depender da garra das mulheres daqui tudo vai melhorar.*

**Com relação às relações de gênero, você reconhece que existe um sistema dominante que impedem as mulheres de acessarem os espaços de poder?**

*Existe, com certeza! E isso está bem claro para todos nós verem que a mulher, ela luta, luta e luta... Igual a um homem luta e muitas das vezes ela e barrada simplesmente pelo fato que é uma mulher que esta lutando pelo aquele direto.*

**E qual seria a estratégia para manter as mulheres no papel de protagonistas diante de um sistema de opressão, discriminação que é o que a gente vive. E, além disso, como ela pode se manter na luta diante desse novo panorama político que estamos vivendo?**

*Sempre ativas, não desistir jamais por mais que seja difícil aquele obstáculo naquele momento, mas não desistir, sempre lutar de cabeça erguida.*

**Você possui contato com seus pais?**

*Sim, graças a Deus. Mas infelizmente, só com minha mãe porque meu pai não existe mais entre nós... E a nossa relação sempre foi muito tranquila.*

**Na sua casa existem afazeres domésticos, como são feitas e executadas essas tarefas? Existe uma divisão com a família, a senhora executa tudo sozinha, tem alguém de fora para fazer?**

*A família divide os momentos bons e ruins também... O esposo vai lavar a louça e os filhos também ajudam em tudo. É tranquilo!*

**A senhora já sofreu violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?**

*Graças a Deus não sofri, mas conheço pessoas próximas a mim que já sofreu.*

**A senhora sabe se essas pessoas buscaram orientação ou mesmo os direitos delas junto à justiça?**

*Não, não buscou porque elas precisava de ajuda e naquele momento não teve ajuda. Porque muitas vezes você procura e a pessoa simplesmente te diz que tem uma delegacia, mas acolhe e ajuda a mulher chegar até lá. E não é fácil para aquela mulher fazer uma denuncia principalmente porque foi o companheiro. Eu creio que devido a isso esse momento e essa não informação e por a pessoa se sentir que dependia daquele marido financeiramente né... Ai ela não fez denúncia.*

**Quadro 7: Integrante consciência**

Quadro - Análise Funcional- Descritiva			
Nº	Pergunta	Fragmento/Fala	Categoria de
1	Você acredita que houve algum desafio ou empecilho para que fosse ouvida dentro do colegiado territorial?	<i>Sim, por que sempre as mulheres digamos assim... Foram menosprezadas né!? A mulher sempre lutava pelo espaço dela e era uma dificuldade muito grande e nesse sentido, eu creio que não só eu, mas todas as mulheres sempre tivemos muitas dificuldades sim.</i>	Gênero
2	Em algum momento a senhora se sentiu oprimida para se expressar dentro dos espaços de fala no território?	<i>Sim, sempre! Por que muitas das vezes a gente expressava, falava só que aqueles ofícios, as pautas que a gente colocava nas reuniões elas simplesmente iam para as “gavetas” e lá ficavam.</i>	Divisão sexual do gênero
3	Com relação ao grande número de assentadas rurais que existem no território, você considera que poderia representa-las na política e mais especificamente na política territorial e por quê?	<i>Sim, eu considero que eu posso sim representa-las. Porque essas mulheres devem conquistar um espaço na saúde, na educação que eles os assentados e assentadas são bem largados assim... Deixados de lado mesmo! E eles e elas precisam de pessoas que tem disposição para lutar por esses direitos pra eles ter mais acesso à saúde e educação. Então precisa de ter alguém que corra atrás.</i>	Representação/ P

4	Sabemos que a conquista de voz é muito importante, mas para além da conquista de voz dentro das reuniões, você enquanto mulher, o que você almejava alcançar por meio da política territorial? Seria só poder de voz?	<i>Não, não era! O poder de voz faz parte, mas eu gostaria sim que aquelas demandas que foram levantadas ali, não tivessem ficado só ali no nosso esforço para juntar... Que ela fossem olhadas, valorizadas e não ficasse só no papel, mas que elas fossem levadas para a realidade mesmo.</i>	Condição de
5	A senhora percebia se durante as reuniões havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e aceitação das pautas das mulheres?	<i>Sim, existia sim as diferenças! Por que principalmente os homens não achavam assim, que eram coisas muito importantes que às vezes outras temáticas outras pautas seria mais importantes ai a gente era assim, deixadas um pouco de lado.</i>	Divisão sexual do gênero
6	Como espaço de poder e como mulher, você se sentiu representada e ouvida no colegiado territorial?	<i>A gente foi representada sim, mas não bem ouvida! Porque não sei por que a gente era minoria ou será simplesmente pelo fato de ser um grupo de mulheres, mas não era bem ouvida. Porque se a gente fosse bem ouvida com certeza hoje estaria sendo bem diferente.</i>	Representa
7	Quando por ventura não podia comparecer a uma reunião você se sentia representada no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, as suas reivindicações levadas para o colegiado, da sua comunidade e votadas e também receber as informações também?	<i>Em se tratando do Comitê de mulheres quando ausente das reuniões me sentia representada sim pelas mulheres que ali estavam e antes do comitê existir não havia essa representação.</i>	Representa

8	Neste aspecto do Comitê de mulheres você considera que a Universidade (Nedets) foi importante para essa organização de vocês e empoderamento?	<i>Com certeza! Foi e está sendo importante, porque é através da universidade que nos estamos tendo uma oportunidade de pelo menos expressar e falar e com certeza através desta expressão, desta fala é que as coisas vão mudar para as mulheres aqui. Com certeza.</i>	Participa
9	Você acredita que a política territorial foi produtiva para o território de modo geral ou ela favoreceu apenas pequenos grupos?	<i>Ela não foi favorável a todo território em si. Com certeza não! Ela foi favorável a um pequeno grupo com certeza.</i>	Poder

Fonte: Elaboração Melo (2019). . .

#### 4.4.5 Integrante Força

*Tenho 72 anos de idade. Sou natural do Pelotas-RS e há 34 anos resido em Iaciara-Go. Sou casada, tenho dois filhos, mas nenhuma mora comigo. Sou membro da FETADFE – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Distrito federal e agricultora. Atualmente sou aposentada.*

#### Como a senhora chegou até o colegiado territorial do Vale do Paranã?

*Eu fui convidada pelo sindicato local. O presidente do sindicato me chamou, eu comecei a ir pra FETADFE e comecei, na verdade eu inaugurei o território. Em 2009 ele foi inaugurado. Eu sou uma das pioneiras daqui sim.*

#### Existiu algum tipo de desafio para a senhora ser ouvida dentro desse território?

*A mulher sempre ficou de lado! Isso ai é um fato que é muito real... Eles não ouvem as mulheres! Nós tivemos muita briga, a mulherada brigou bastante para ser ouvida.*

**Nesse sentido a senhora em algum momento se sentiu oprimida para se expressar ou pra falar, ou mesmo para permanecer dentro de alguma reunião?**

*Não porque eu sou uma pessoa que não aceito um simples não!*

*Eu pego os desafio tudo... Pego o microfone e vou lá e falo mesmo sem me deixarem falar.*

**Sabe-se que dentro da dinâmica de funcionamento do colegiado territorial existem as câmaras temáticas. A senhora é membro dessa câmara? Se é, porque a senhora decidiu fazer parte dessa câmara?**

*Não é nem que eu decidi, eles que me colocaram lá... Eu sou do comitê de mulheres e da rede de conselhos.*

**A senhora considera que essa Câmara temática de gênero foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território como um todo?**

*Eu acredito que não! Porque ali, sei lá... Os homens são e sempre foram muito machistas né?! Nos lutamos bastante, mas tá difícil...*

**Como se encontra essa Câmara de mulheres atualmente?**

*A de mulheres apesar das dificuldades sempre tivemos um grupo bom! Agora ela tá meio parada e nos temos que reativar ela. Nos tamo tentando pra ver se conseguimos apoio pra reforçar o comitê de novo.*

**A senhora se sente ou se sentiu útil dentro do colegiado territorial do TCVP?**

*Sim! A gente já conseguiu bastante coisa, como por exemplo, o asfalto, o IML (que ninguém lembra, mas que fomos nós que pedimos), na saúde também a agente conseguiu alguns avanços... tem bastante.*

**Nesse espaço do colegiado territorial, tem algum espaço de sua preferência para se expressar, para falar?**

*Eu atuo e atuei mais no Comitê de mulheres e nos Conselhos e onde eu me sinto a vontade e participo mesmo de corpo e alma... E nesses eu realmente sou ouvida sempre.*

**Tanto o território como o colegiado são compostos por homens e mulheres. Nesse caso, quem a senhora considera que se destaca mais os homens ou as mulheres?**

*Bom, o comitê de mulheres como a gente fala, é só mulheres né?!Então lógico que é as mulheres, mas no conselho mais é os homens pelo machismo deles mesmo.*

**Com relação ao grande número de assentadas rurais que a senhora mesmo nos ajudou a desenvolver uma pesquisa muito grande a esse respeito. A senhora se considera capaz de representar essas mulheres na política com papel, por exemplo, de multiplicadora. A senhora ser a representante delas aqui no município de Iaciara?**

*Ah, com toda certeza!*

**A senhora enxerga algum tipo de desafio para essa representação acontecer?**

*Esses desafios existem demais, nos levarmos às pautas para um deputado, fazer como se diz... Ter uma ponte entre nós e o poder público. Sou revoltada porque por causa do machismo a gente perde projetos de produção como foi o caso da irrigação e da panificação há uns anos atrás que o projeto estava pronto e não lançaram no sistema.*

*Então por essas e por outras a gente tem uma luta muito grande ai pela frente.*

**Além da conquista de voz o que mais a senhora acha que é possível ou desejaria alcançar por meio da política territorial?**

*Acho que seria bom se a gente conseguisse uma forma de ter lazer para as nossas crianças, ter renda pra nos mulheres por que aqui precisa muito... E essencial!*

**O que a senhora entende pelo termo poder?**

*Eu não sou muito de poder... Acho é a gente ter a capacidade de ser atuante em todas as áreas da vida sem ter medo sabe?!*

**A mulher se sentia representada e ouvida dentro do colegiado?**

*Não! Os homem lá, a gente tem que enfrentar cara a cara porque se não eles não deixam nada para a gente.*

**Quando a senhora não podia ir às reuniões a senhora se sentia devidamente representada, no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, de ter informação etc.?**

*Eu nunca faltei a nenhuma reunião então eu estava sempre me fazendo representar e participar.*

**A senhora tem pai e mãe?**

*Não, meus pais já são mortos.*

**Aqui na casa da senhora com relação aos afazeres domésticos, existe alguma divisão?**

*É só eu e meu marido, ai é ele quem me ajuda.*

**A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica?**

*Não!*

**Conhece alguém que tenha sofrido?**

*Ahh... Aqui na rua tem muitas! Aqui na cidade de maneira geral.*

**A senhora tem conhecimento se essas mulheres buscam ajuda da justiça?**

*Não adianta procurar direitos aqui. Se elas vão lá os soldados, a polícia acha que elas mereceram. As autoridades são omissas. A única delegacia da mulher do território é aqui, mas não funciona. E inclusive aqui não tem nem mais a figura de secretária da mulher.*

**O que é uma política pública e para que ela serve?**

*Ahh... Ela vale muito né?! Que nem agora o que eu quero fazer, levar um relatório para o deputado para nos pedir procurar alguma autoridade que faça alguma coisa com o que a gente pede. A política pública tem que existir pra melhorar o município de alguma forma e a vida da gente.*

**Como foi o início da política territorial aqui no TCVP?**

*No início foi bom, tinha muita gente que participava... Os sindicatos era ótimo ninguém faltava! Ai depois foi morrendo porque a gente pede as coisas e não vem né?! Então ai foi morrendo e o povo foi se retirando, se retirando...*

**A senhora considera que a política territorial foi produtiva para o território?**

*Não! A gente não conseguiu inclusive nos conselhos. Eu represento o conselho e não tenho voz ativa na prefeitura em nada apesar de tentar muito... Então, isso ai a gente precisa demais.*

**Dentre as Câmaras temáticas do território a senhora considera que alguma foi exitosa?**

*Só as das mulheres*

**Nesse êxito a senhora considera que ocorreu devido algum apoio recebido?**

*A princípio apenas pelo esforço das mulheres e a ajuda da universidade também com os Nedet's. Isso você sabe bem Daiane e desde quando nos montamos o comitê em 2015 junto com vocês da universidade nos avançamos em muita coisa.*

**A senhora acredita que a política territorial foi capaz de atender as diferentes demandas do território?**

*Não chega nem a metade do que precisava*

**Como a senhora se vê daqui a cinco anos?**

*Eu quero estar sempre atuante, mas com relação à política eu acho meio difícil de melhorar... Vamo lutar para que melhore. Enquanto eu tiver vida eu quero e vou lutar.*

**E com relação à política como a senhora a vê daqui a cinco anos?**

*Eu acho que nesse cenário que a gente vive desse novo governo ela deve morrer viu... E aí e onde a gente precisa brigar muito pra não deixar ela morrer.*

**A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e de poder?**

*Sim, com toda certeza e bem forte!*

**E como seria possível manter as mulheres no papel de protagonistas?**

*Tem que batalhar enfrentar, ir a luta não ficar calada de jeito nenhum... É ir para a marcha das margaridas, levantar a bandeira lá pedir para os deputados as nossas demandas...*

**Quadro 8:** Integrante Força

Quadro - Análise Funcional- Descritiva				
Nº	Pergunta	Fragmento/Fala	Categoria de estudo	Análise
1	Existiu algum tipo de desafio para a senhora ser ouvida dentro desse território?	<i>A mulher sempre ficou de lado! Isso ai é um fato que é muito real... Eles não ouvem as mulheres! Nós tivemos muita briga, a mulherada brigou bastante para ser ouvida.</i>	Divisão sexual do trabalho e gênero	Compreende a desigualdade marcante entre homens e mulheres no colegiado e a forma de resistência das mulheres.
2	Nesse sentido a senhora em algum momento se sentiu oprimida para se expressar ou pra falar, ou mesmo para permanecer dentro de alguma reunião?	<i>Não porque eu sou uma pessoa que não aceito um simples não! Eu pego os desafio tudo... Pego o microfone e vou lá e falo mesmo sem me deixarem falar.</i>	Poder	A entrevistada não se reconhece na posição de vulnerabilidade. Se considera capaz de se afirmar de forma autônoma perante os homens.

3	Como se encontra essa Câmara de mulheres atualmente?	<i>A de mulheres apesar das dificuldades sempre tivemos um grupo bom! Agora ela tá meio parada e nos temos que reativar ela. Nos tamo tentando pra ver se conseguimos apoio pra reforçar o comitê de novo.</i>	Representação	Reconhecimento de um espaço de representação para as mulheres e a necessidade de reativar o mesmo.
4	Nesse espaço do colegiado territorial, tem algum espaço de sua preferência para se expressar, para falar?	<i>Eu atuo e atuei mais no Comitê de mulheres e nos Conselhos e onde eu me sinto a vontade e participo mesmo de corpo e alma...e nesses eu realmente sou ouvida sempre.</i>	Representação	Reconhecimento de espaços de voz e protagonismo.
5	Com relação ao grande número de assentadas rurais que a senhora mesmo nos ajudou a desenvolver uma pesquisa muito grande a esse respeito. A senhora se considera capaz de representar essas mulheres na política com papel, por exemplo, de multiplicadora. A senhora ser a representante delas aqui no município de Iaciara?	<i>Ah, com toda certeza!</i>	Representação	A entrevistada se reconhece capaz de representar as assentadas rurais de seu município no sentido de ser responsável pelo fluxo de comunicação entre elas e o colegiado territorial.

6	A senhora enxerga algum tipo de desafio para essa representação acontecer?	<p><i>Esses desafios existem demais, nos levarmos às pautas para um deputado, fazer como se diz... Ter uma ponte entre nós e o poder público. Sou revoltada porque por causa do machismo a gente perde projetos de produção como foi o caso da irrigação e da panificação há uns anos atrás que o projeto estava pronto e não lançaram no sistema.</i></p>	Representação/Participação	Reconhece as limitações e desafios para se inscreverem no regimento político e social do território.
7	Além da conquista de voz o que mais a senhora acha que é possível ou desejaria alcançar por meio da política territorial?	<p><i>Acho que seria bom se a gente conseguisse uma forma de ter lazer para as nossas crianças, ter renda pra nos mulheres por que aqui precisa muito... E essencial!</i></p>	Poder	A entrevistada deixa claro que melhores condições de vida propiciadas por mecanismos de cidadania tais como infraestrutura e renda conferem poder para as pessoas. Este era um desejo da mesma por meio da política.

8	A mulher se sentia representada e ouvida dentro do colegiado?	<i>Não! Os homem lá, a gente tem que enfrentar cara a cara porque se não eles não deixam nada para a gente.</i>	Gênero	Reconhece a divisão entre o gênero e a necessidade das mulheres precisarem invocar a resistência perante a postura machista e dominadora dos homens.
9	A senhora tem conhecimento se essas mulheres buscam ajuda da justiça?	<i>Não adianta procurar direitos aqui. Se elas vão lá os soldados, a polícia acha que elas mereceram. As autoridades são omissas. A única delegacia da mulher do território é aqui, mas não funciona. E inclusive aqui não tem nem mais a figura de secretária da mulher.</i>	Condição de vida	Reconhece a ineficácia do Estado no que corresponde a políticas públicas para mulheres. O simples fato de se tratar de um ser humano devia bastar para garantia de sua segurança.

Fonte: Elaboração Melo (2019)

**Quadro 9:**Quadro resumo da Análise Funcional Descritiva

<b>Quadro resumo da Análise Funcional Descritiva</b>	
<b>Categorias</b>	<b>Indicadores</b>
Poder	Autoestima, participação nos espaços de discussão, acesso às políticas públicas, capacidade de organização e liderança, compreensão simbólica dos direitos à cidadania.
Relações de Gênero e Divisão sexual do trabalho	Machismo, divisão do trabalho, tarefas domésticas.
Condição de vida	Trajetória de vida, dificuldades e possibilidades por meio da história de vida, acesso à qualidade de vida.
Participação	Ocupação ou não dos espaços de reivindicação e decisão, formas de inscrição, colaboração e composição de interesses.
Representação	Formação de grupos, capacidade de se fazer presente mesmo quando ausente.

Fonte: Elaboração Melo (2019)

Das categorias utilizadas para a filtragem das falas das integrantes do comitê, as mais predominantes foram com relação a poder, participação e representação.

Através dos fragmentos de fala percebe-se que mesmo com a proposta da política territorial de trabalhar com novos campos políticos e produtivos para afirmação das mulheres, a legitimidade de representação e participação para estas sujeitas foram em grande medida comprometidas pela hierarquia de gênero.

Outro fator importante a ser considerado nesta análise, reside no que Bourdieu (2018), chama de direito natural dos homens às posições de poder. Nesta perspectiva de consciência dominada, no caso a mulher, anula a responsabilidade da parte do opressor diante de sua ação de dominação.

O que quero dizer, é que ao analisar os fragmentos das falas destas mulheres foi possível perceber que existem contradições dentro do comitê no que corresponde à posição de ser-percebida pela categoria dominante.

O poder e a dominação se realizam em escalas bem diferentes a depender dos lugares onde residem essas mulheres (assentamentos, áreas rurais ou centros urbanos), da ocupação profissional (servidora pública, agricultora, doméstica dentre outros) e do contexto social onde estas mulheres estão envolvidas (classe social e posição de gênero).

Todos os espaços sociais aos quais estas mulheres estão inscritas ditam as condições que afetam ou camuflam a permanência de estruturas invisíveis de dominação. Estas estabelecem os campos e setores onde podem atuar os homens e as mulheres.

Existe uma unidade no pensar das integrantes assentadas, agricultoras e negras na percepção das desigualdades entre os gêneros dentro do colegiado territorial. A grande maioria dessas mulheres são oriundas de famílias empobrecidas e fragilizadas pelo sistema político e econômico ao qual foram submetidas. Segundo Esmeraldo (2014), estas mulheres rurais são ex-moradoras, ex-parceiras, ex-rendeiras expulsas da terra e do processo social e econômico proposto pelo modelo capitalista. Ainda com Esmeraldo (2014), por estas razões esta classe social de mulheres se difere das demais por suas experiências que trazem marcas de um modelo de sociedade conflitante com o

projeto de desenvolvimento proposto por nosso país a partir do golpe de 2016 e reafirmado no atual governo (2019).

No entanto, observa - se que por meio da política territorial ocorreu à construção de um espaço singular onde as mulheres puderam se instrumentalizar para participar de forma ativa das instâncias territoriais. Desta forma, mesmo em meio à série de subjetivações que sofreram descobre-se a potencialidade do comitê de mulheres no que se refere ao meio de se inscrever nos espaços de discussão do território, de ser resistência perante o machismo, e na construção de novas relações entre os homens e mulheres para ordenar uma mudança nos regramento social do colegiado territorial do Vale do Paranã.

O fator limitador de todo esse processo de progresso culmina exatamente na descontinuidade da política territorial. Nota-se através das falas que existe consciência e força de vontade das mulheres em seguir com o exercício de luta contra as assimetrias nas relações de gênero e o alcance de poder por meio do acesso a cidadania. No entanto, o que é entendido a partir da convivência com essas mulheres, com a realidade do território e da expressão de suas falas é que tudo isso depende diretamente da continuidade da política e de um processo contínuo de monitoramento e avaliação da política. Segundo as protagonistas entrevistadas, a capacidade de representar-se e participar das instâncias políticas do território só ocorreu por intermédio da Universidade por meio da implementação do núcleo de gênero através dos Nedet's.

No contexto de desempenhar o papel de representantes e multiplicadoras dentro dos municípios, no que se refere às assentadas rurais, todas as integrantes se mostraram favoráveis à ideia. Entendo que transformar um trabalho coletivo de representação e participação em estratégia de empoderamento por meio da informação, do acesso às políticas públicas e autoafirmação comporia uma nova realidade para as mulheres e as relações de gênero dentro do território. Uma vez, que haveria uma ruptura com o isolamento do campo e nasceria uma nova proposta de desenvolvimento alçada na atuação produtiva e política dessas mulheres cumprindo como que se propõe as políticas sociais.

O grande desafio para as mulheres consiste mais uma vez nos métodos de dominação masculina (descrito nas falas), bem como nos métodos de inscrição nos

espaços de discussão que variam desde as dificuldades de locomoção, como de alimentação e hospedagem.

No próximo capítulo trataremos da dinâmica das relações de gênero e poder nos espaços territoriais do Vale do Paranã, a importância da política territorial para o desenvolvimento das mulheres e os impactos da descontinuidade desta política na organização e empoderamento destas protagonistas.

## **5. Política territorial, mulheres e poder no Território da Cidadania Vale do Paranã: Uma conquista ou uma ilusão?**

Neste capítulo, buscaremos compreender como ocorreram as relações de gênero no colegiado territorial do Vale do Paranã, bem como a importância da política territorial para a iniciação de uma nova forma de fazer política para as mulheres e os impactos da descontinuidade desta proposta na organização e empoderamento das mesmas.

### **5.1 Relações de gênero e poder nos espaços territoriais.**

A construção de espaços onde as mulheres possam exercer práticas políticas é condição fundamental para viabilizar um campo produtivo para o mercado, a afirmação de identidade, o reconhecimento de direitos e deveres, a legitimidade de representação e participação, e o exercício de poder por meio da cidadania para as mesmas. Neste sentido, é importante considerar que esta forma ampliada de fazer política, que evidencia a mulher como sujeita de direito pode transformar a realidade nas relações de gênero e poder em face ao masculino.

Assim, no que diz respeito às relações de gênero e mais especificamente, no que se refere ao protagonismo das mulheres nos processos de decisão e desenvolvimento (acesso a infraestrutura, decisão, voz, benefícios por meio da política pública) é importante pensarmos no conceito da divisão sexual do trabalho.

Segundo Biroli (2010), existem padrões hierárquicos entre homens e mulheres, e como parte desse processo, são ativados filtros que incidem sobre as mulheres no acesso a ocupações e no acesso ao âmbito da política institucional.

Desta forma, a divisão sexual do trabalho surge como uma base fundamental para a compreensão quanto às restrições e desvantagens que produzem uma posição desigual para as mulheres apenas pelo fato de serem mulheres, fazendo com que a hierarquia de gênero assuma formas diferenciadas de acordo com a posição de classe ou raça das mulheres.

Ainda com Biroli (2010), esse processo baseado em gênero (as relações que homens e mulheres estabelecem entre si, entre grupos, entre comunidade e sociedade) fundada nas concepções tradicionais do feminino e masculino (baseado no sexo, onde geralmente o homem aparece como um ser privilegiado e dotado de qualidades inacessíveis às mulheres) tem impacto no acesso ao poder, na ocupação de posições políticas e institucionais, no debate público, na necessidade e interesses relacionados à sua posição social. Nesta perspectiva as relações sociais entre homens e mulheres, o poder de cada um interfere diretamente na subestimação das mulheres e de suas atividades nos espaços de decisão, econômicos e de produção acentuando a ideia de invisibilidade da mulher.

De acordo com Bourdieu (2018), a dominação masculina constitui as mulheres como objetos simbólicos, cujo ser é percebido e colocado sob efeito permanente de insegurança e de dependência simbólica. Ou seja, elas existem primeiro pelo, e para, o olhar dos outros. Delas se esperam que sejam “femininas”, isto é sorridentes, atenciosas, simpáticas, submissas, discretas, contidas e até mesmo apagadas quando a conveniência permitir.

Por esse olhar, é possível perceber e analisar as consequências do “sutil” discurso de dominação nas relações de gênero, as diferenças nas possibilidades de participação e as desigualdades no que corresponde ao poder que são apagadas amparadas pelo potencial discursivo das institucionalidades.

Mas afinal, o que vem a ser poder?

Sob este questionamento primeiramente é importante saber que se trata de um fenômeno complexo e dinâmico que vem sendo analisado por diversos teóricos. No presente estudo, nos valem desta categoria na proposta de alcance a cidadania.

Ferreirinha e Raitz (2010) baseiam-se em Foucault para determinar que poder na esfera social, seja pelo indivíduo ou instituição, se define como a capacidade de este conseguir algo, quer seja por direito, por controle ou por influência. Assim o poder é a capacidade de mobilizar forças econômicas, sociais ou políticas para obter certo resultado. Este poder pode ser exercido de forma consciente ou não, e pode frequentemente ser exercido de forma deliberada.

No dicionário de política, encontramos a definição de poder mais elástica. Ainda que exista a preocupação de colocá-lo em esferas distintas: poder social, poder político, poder constituinte, poder moderador, poder potencial, poder coordenador, entre outros. Em ambas as formas, segundo Foucault a palavra poder exprime um alto potencial de autoridade e de sujeitos atuando sobre outros sujeitos.

A partir da análise teórica e da pesquisa empírica, identificou-se que as relações de poder influenciaram diretamente na efetividade das políticas públicas para as mulheres no território da cidadania Vale do Paranã. No trabalho em questão colocou-se como foco a condição essencial de participação e representação das mulheres nas relações sociais e de gênero no colegiado territorial, tendo como principal indicador o poder, traduzido no sentido do exercício de cidadania como mecanismo de autonomia e empoderamento.

Desta forma, por meio da percepção das mulheres (representantes do comitê de mulheres) em relação às categorias supracitadas e de suas vivências em relação ao espaço social do colegiado territorial buscaremos compreender se estas mulheres alcançaram ou não posições de poder, se foi possível mantê-las e estabelecer uma nova ordem social em relação a gênero no território.

O primeiro passo é entendermos qual foi a percepção dos homens em relação às mulheres neste regramento social.

No período de dezembro do ano de 2017, foi realizada a aplicação de questionários pré-testes, cujo intuito foi buscar elementos que permitissem a compreensão da dinâmica dentro das atividades de participação e representação sob o olhar dos homens em relação às mulheres e das mulheres em relação às categorias investigadas.

Foram entrevistados sete homens (com relevância de atuação no colegiado) e seis mulheres. Observou-se que os próprios homens consideraram que a participação das mulheres dentro do colegiado só ocorria mediante organização e muita luta por parte das mesmas contra a resistência masculina que ali existia. A partir desta coleta de dados, eles deixam claro que elas só obtiveram melhores condições de representação, de organização e voz por sua própria resistência especificamente a partir do período de 2015 com o apoio dos Nedet's e outras entidades do terceiro setor (IBRACE e ECOCUT) com a implantação do Comitê de Mulheres, conforme explicita a tabela com os fragmentos de fala abaixo:

**Quadro 10:** Questionários pré- teste – Visão dos homens em relação à participação das mulheres no colegiado territorial

Nome	Ocupação profissional	Forma de participação no colegiado	Opinião sobre os métodos de inscrição e participação das mulheres no colegiado	Houve resistência por parte dos homens para a participação das mulheres no colegiado?
Entrevistado A	Empresário	Titular- Câmara produtiva	Graças ao empenho das mulheres.	Não, nunca ocorreu.
Entrevistado B	Vereador/ Trabalhador Rural	Titular- Núcleo diretivo	Não informou	Nunca
Entrevistado C	Agricultor	Titular-Núcleo diretivo	Não informou	Não
Entrevistado D	Engenheiro Agrônomo	Titular- Núcleo técnico	Formação Territorial das Mulheres e seu associativismo ao comitê a partir de 2015	Não, acho que era até inclusivo num contexto mais geral.
Entrevistado E	Professor	Participante ocasional - Câmara temáticas	Dona Irene do Ibrace e os Nedets articularam o aumento das participações.	Sim, a mobilização de tudo era feita pelos homens.
Entrevistado F	Técnico em Agropecuária	Titular- Núcleo diretivo (Coordenação Territorial)	Principalmente onde não ha MST, as mulheres compareciam. Contribuiu de forma significativa. A participação fluía melhor.	Sim, inicialmente houve bastante resistência principalmente pelo município de Iaciara.
Entrevistado G	Agrônomo	Titular - Núcleo Técnico	Desde 2010/2011 – observa-se um número muito baixo de participação de mulheres. A partir das reuniões e vontade dos próprios territórios e por influencia de parceiros como ECOCUT e os Nedet's as coisas foram melhorando.	Não, acredito que o problema estava nas raízes culturais das mulheres mesmo.

Fonte: Pesquisa de campo. Elaboração Melo (2019).

A problematização aqui demonstrada quanto às assimetrias nas relações de gênero e acesso a poder no colegiado territorial do Vale do Paranã, se relacionam com a ideia de Saffioti (1987), quanto à necessidade de entendimento e funcionalidade da democracia na sociedade. Segundo a autora neste regime, a convivência e o respeito com diferentes opiniões é sempre bem vinda. Assim existe a necessidade de romper com o paradigma de que a mulher, o índio, o negro, o mulato, o homossexual, o bissexual constituem contingentes que por definição não podem aspirar posições de mando. E essa ideia de rompimento de paradigma vale tanto para o homem quanto para

a própria mulher, que muitas vezes devido às circunstâncias locais e culturais encara como natural a subjetivação do feminino.

Nas falas dos homens principalmente do entrevistado G, é possível observar que no território existe uma relação de dominação e poder que sempre colocou a mulher numa posição a parte dos negócios, do dinheiro, das decisões corroborando um perfil de um ser submisso e inferior. A partir destas falas também é possível entender que esta relação de submissão/dominação pode variar de acordo com a posição e o espaço social dos envolvidos e se tornou parte da ordem natural do regramento social do Paranã. Essa relação de dominação criou uma demarcação que separa de forma muito clara o universo social do homem e o da mulher.

Quando provocadas nas entrevistas em profundidade no período de dezembro de 2018, todas as participantes demonstraram sentimentos como indignação, reconhecimento de barreiras impostas pelos homens para sua participação e o desejo de colocarem como sujeitas de direito conforme as falas abaixo:

*Eles reagem sempre da forma negativa, sempre não aceitava nada que a gente falava, ficava tudo para depois e depois... E ai, acabava o assunto.*

*[...] As mulheres é sempre depois dos homens! Eu não sei por que isso... Nunca, eu assim no caso se fosse uma coordenadora do território, os homens não iam estar lá porque era uma mulher que estava no comando. Então as mulheres ainda sofrem bastante com essas coisas...*

*“Integrante Flor”*

*[...] Muitas das vezes nos brigamos lá em plenária pra poder ser ouvida, por causa que eles (os homens) não queria ouvir a gente! Ignorava quando a gente tentava falar e era muito difícil falar lá...Mas ai, diante com muita confusão , com muita briga a gente conseguiu um pequeninho espaço mas o que importa é que conseguimos.*

*Nunca, nunca foi bem recebida! Tanto é que a gente sofreu represálias lá dentro a respeito dos nossos*

*projetos, a gente passou dias e noites fazendo projetos de inclusão produtiva e não foi lançado. Isso não aconteceu só uma vez, foram duas vezes! Quando a gente achava que o projeto ia sair o coordenador aparecia: - Ai teve um problema no Siconv, não foi não deu... Só que a gente sabia que não era isso, porque a gente tinha entregado nossa parte com antecipação. Então não foi o modo que eles falaram, igual eles falaram uma vez que tinha que ter cuidado com a gente por que se a gente desorganizada fazia toda aquela confusão imagine se a gente conseguisse se organizar?*

*“Integrante Luta.”*

Mas o que significa poder para essas mulheres? Onde elas os encontra, restou algo que o materialize?

De fato, e de acordo com as falas destas protagonistas, a ideia de poder consiste em ações sobre ações sejam elas simbólicas ou práticas conforme as falas abaixo:

*[...] Ahh, poder para mim é o que acontece quando a gente sobe sem medo numa plenária, quando chamam a gente pra discutir, que eles nunca chamaram a gente pra discutir, eles só chamaram a gente pra ser figura decorativa. Coisa que nunca caiu bem pra mim né?!*

*Então tipo assim, quando a gente tava lá eles exerciam o poder deles sobre nós pra que gente ficasse no lugar onde eles queriam entendeu? Cumprindo uma obrigação como que tá aqui 30% de mulheres pra cumprir a meta dessa reunião. Mas tava lá sem voz, sem ter direito a projeto, sem ter nada coma se fosse um objeto decorativo.*

*Quando a gente passou a não aceitar isso teve plenária que a gente foi porque a gente descobriu e chegou lá, não porque eles chamaram entendeu?*

*“Integrante Luta”*

*[...] Assim, a gente poder ter vez e voz... Você chegar num lugar, você ter a sua opinião, você expor, ouvir a do outro e o outro ouvir a sua também né?!*

*Acho que é uma auto - organização do território. Igual assim, o território se organizar para criar coisas boas como a Cooperparaná que foi criada aqui dentro e infelizmente hoje está ai se arrastando por que não teve apoio, não teve direção... Porque um sozinho não consegue nada. Então eu acho que a política territorial deveria voltar para ajudar essas conquista não morrer...*

*“Integrante Flor”*

*[...] Eu não sou muito de poder... Acho é a gente ter a capacidade de ser atuante em todas as áreas da vida sem ter medo sabe?!*

*“Integrante Força”*

Mediante as diversas barreiras enfrentadas e expostas por elas, estas mulheres conforme expressa a fala abaixo conseguiram dar início a uma inovação dentro do território no que corresponde a um novo campo de participação, representação política e resistência para transformar as relações de poder em face ao gênero masculino por meio da instância do comitê de mulheres. Através da análise das falas é possível perceber que mesmo diante dos inúmeros percalços, os próprios homens reconhecem a legitimidade de representação e um lugar político para o sujeito mulher no colegiado territorial mesmo que por imposição delas.

*[...] Em se tratando do Comitê de mulheres quando ausente das reuniões me sentia representada sim pelas mulheres que ali estavam e antes do comitê existir não havia essa representação. [...]*

*”Integrante Consciência”*

*Como assim? Sem brigar? A duras penas, mas ouviram! A gente brigou, sapateou, mas eles nos ouviram.*

*Tudo sempre foi uma luta. É porque assim, no território a gente teve umas quatro mulher meio assim... Queixo duro sabe... Ai me apareceu mais a Daiane risos... Ai resumo, o que a gente não conseguia na democracia a gente ganhava no peito, na briga mesmo. Mas a gente conseguiu falar sim e eu sempre me senti representada por essas mulheres viu!?*

*[...] Avançado porque a gente saiu do lugar onde a gente não conseguia se mexer, andemo, mas infelizmente por conta da política ter acabado a gente teve que parar. Então diante do que a gente tinha que era praticamente nada, a gente avançou bastante... [...]*

*“Integrante Luta”*

*[...] O empenho das mulheres que ali estavam e o grande apoio da universidade junto com os Nedet's foram fundamentais. E se o território tivesse continuado seriam essas mulheres as responsáveis por fazer a diferença na melhoria de tudo. [...]*

*[...] Essa câmara depois de um grande debate, houve a necessidade de criá-la para representar as mulheres no colegiado e no começo foi debatido e houve essa decisão. Dentro do nosso território temos muitas mulheres de batalha e ali por esse espírito estávamos todas muito bem representadas como a dona Zilá e a dona Iracilda que sempre levavam todas as informações para as pessoas dos municípios. Por isso acolhi o convite do colegiado e integrei a câmara. [...]*

*“Integrante Ouro”*

*[...] A questão das reuniões sempre a gente tava informada, e quando levava alguma coisa também eles recebiam. Só não tínhamos retorno do colegiado, mas o nosso grupo de mulheres sempre foi muito organizado.  
[...]*

*“Integrante Flor”*

As mulheres se sentem autônomas sob a condição do exercício de cidadania propiciado por sua inscrição na dinâmica de uma câmara temática que as representasse de fato.

Assim, ainda sob o raciocínio de Foucault é possível compreender que o poder consiste numa relação flutuante, que não se encontra numa instituição e nem em ninguém. Para estabelecê-lo é preciso força e persistência e também aliá-lo ao saber que está diretamente condicionado à disposição de aprender e ensinar. Desta forma o poder e o saber constituem sujeitos e sujeitas.

Estas práticas foram experimentadas e exercitadas por esse grupo de mulheres por meio da percepção efetiva de seus direitos e da menção e reconhecimento de valores éticos, tais como igualdade, oportunidade e justiça através do acompanhamento dos Nedet's e dos percursos formativos de parceiros como a ECOCUT e Ibrace.

Desta forma, o fato destas mulheres terem tido a oportunidade de sair de suas casas e viver a experiência de um diálogo livre e independente com outras mulheres, conferiu a elas conhecimento, empoderamento e independência no sentido de desafiar o patriarcado do território, as estruturas hierárquicas e construir novas possibilidades não só para elas, mas para toda a comunidade local.

Neste ensejo, Rua e Abramovay (2000), destacam que alcance do poder por meio da cidadania é fundamental uma vez que a mesma se baseia na igualdade de participação por todos da comunidade. Os autores a caracterizam como um conjunto de direitos civis, políticos e sociais como status. Os direitos são significativos porque atribuem às pessoas capacidades especiais em detrimento de um status legal ou convencional. Ou seja, em consequência do acesso à cidadania os indivíduos (as) podem ter certas oportunidades e capacidades para um determinado tipo de ação ou poder.

Por meio do poder conquistado através do desafio e da resistência essas mulheres, apesar da descontinuidade da política territorial, continuam a possuir consciência do controle de suas vidas e autonomia para definirem suas próprias agendas e principalmente a esperança de que um dia as políticas públicas voltem a oferecer meios de desconstruir as desigualdades de poder na institucionalidade e no imaginário coletivo.

*[...] Olha, eu espero que o território volte, e junto com ele a universidade também. Porque dessa forma a gente tinha incentivo, uma esperança que algo ia acontecer por nós e pelo município... Que a gente não tava indo ali naquelas reuniões à toa, pedir só pra mim e sim para o município inteiro. E daqui cinco anos espero que eu esteja bem e renovada junto com a política também. [...]*

*“Integrante Flor”*

## **5.2 A importância da Política Territorial para o protagonismo das mulheres no Vale do Paranã.**

Segundo Ataídes (2017), o nordeste goiano é uma região conhecida como corredor da pobreza onde as ações de desenvolvimento para o rural são pensadas com a ação do Estado para a lógica de desenvolvimento dos grandes latifúndios e monocultivos. A autora salienta que, conseguir construir uma participação social, autônoma é uma tarefa penosa e trabalhosa, uma vez que é possível encontrar diversos brasis e interesses dentro um mesmo território. Nesse cenário, buscar fortalecer e dar novos significados ao modelo de sociedade, de desenvolvimento, retomando o processo histórico-social é a ferramenta necessária, para buscar novas (re) existências e garantir uma participação autônoma.

Duflo (2011) acrescenta que a pobreza e a falta de oportunidades geram desigualdades entre os sexos e que a melhoria da condição de vida da população e em específico das mulheres como descreve o estudo em questão, dependem de duas

condições fundamentais, a primeira relacionada à inserção das mulheres em todos os estágios de tomada de decisão, e a segunda por meio do desenvolvimento econômico através do acesso ao mercado de trabalho (comercialização de seus produtos, acesso a financiamento, capacitação e ATER) e a aquisição dos bens monetários.

A intenção da política territorial consistiu em promover a inserção das regiões com pouca diversificação socioeconômica em critérios de participação e construção social por meio do acesso a políticas públicas.

Dentro da perspectiva do Vale do Paranã é possível perceber que a transformação nas relações de gênero e poder em face ao masculino, foram iniciadas por meio da política pública através das metodologias de formação com o propósito de possibilitar a participação e a representação feminina no colegiado territorial.

Notou-se que muitas mulheres, apesar da livre circulação dentro do território tinham pouca experiência, não tinham noção do direito ao espaço para debater suas questões e problemas vivenciados em suas comunidades, tão pouco a importância de sua participação efetiva para legitimar seu papel de cidadã na vida e dentro do colegiado territorial.

Assim, por meio das entrevistas aplicadas com estas protagonistas bem como a observação participante durante o período de atuação nos Nedet's, percebe-se que a possibilidade de participação e a difusão de informações sobre as políticas públicas fez com que estas mulheres assimilassem a orientação sobre seus direitos, construíssem o próprio espaço, reivindicassem seu lugar nos mercados, no acesso ao crédito, à orientação em ATER e principalmente reconhecessem o território como um lugar de produção de cidadania e resistência.

Não existia entre os homens uma visão efetiva do que eram os direitos das mulheres, da necessidade de melhorias de condições de vida para além do não material e emocional da real participação delas no regramento social do colegiado de comum acordo com eles.

Entretanto, nada disso permaneceu inquestionado. A formação política das mulheres no Paranã ganhou um peso simbólico no que diz respeito à política e luta destas protagonistas.

Segundo Esmeraldo (2012), é a partir dos saberes aprendidos na experiência existencial e cotidiana, as mulheres criam as condições de aprendizado de um fazer político. Ou seja, elas se descobrem capazes no que diz respeito ao trabalho produtivo, responsáveis por plantar sementes de que é possível não se limitar a dominação masculina e que as ações coletivas não devem ser regidas exclusivamente por códigos de gênero (homens nos espaços de assembleias e mulheres no quintal).

Oportunizar para estas mulheres a oportunidade de experimentar para além do espaço privado de suas casas, as interações com a esfera pública compõe uma fonte de emancipação e empoderamento uma vez, que a percepção quanto à capacidade de atuar no espaço público se traduz em maior visibilidade social para estas sujeitas.

Desta forma, uma política pública como os territórios da cidadania mesmo não sendo uma política pública específica para a mulher, conseguiu construir um meio das mulheres adentrarem no espaço político introduzindo mudanças no que corresponde as desigualdades de gênero.

Mesmo que por imposição ou por regra elas conquistaram poder. Este nasceu como consequência das ações sociais (discussões, propostas, protestos) destas mulheres e de sua interação com a sociedade do território.

Tudo isso se resume ao poder exercido por meio da cidadania e da resistência, que segundo Dagnino (2004), corresponde à organização de demandas e acesso aos equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação, saúde etc. e de questões de gênero, raça e etnia.

A autora afirma, que esta concepção de poder baseada em cidadania é inspirada na luta pelos direitos humanos, como parte da resistência contra a ditadura e como uma busca constante pela implementação de um projeto de construção democrática, de transformações sociais, que impõe laços de constitutivos entre cultura e política.

Assim, entender e aceitar as mulheres nos espaços públicos e dentro da perspectiva de uma política pública significa romper com a neutralidade do Estado no sentido de ampliação da sociedade e dos indivíduos num construto de propostas e ações para a igualdade entre homens e mulheres.

### **5.3 Impactos da descontinuidade da Política Territorial na organização e empoderamento das mulheres no Vale do Paranã.**

É sabido que o impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016 foi considerado um marco na ruptura dos governos de esquerda desde o período de 2003 com a eleição do presidente Lula.

Neste contexto, a principal consequência é o que chamamos de desmonte das políticas sociais e um retrocesso no que diz respeito ao acesso aos serviços de cidadania. Uma vez que as propostas e reformas desenhadas posteriores ao impeachment “encolhiam” cada vez mais as responsabilidades do Estado bem como o reconhecimento dos direitos das minorias vulneráveis (mulheres, trabalhadores rurais, negros dentre outros). Este processo se caracterizou como uma contradição à vontade da população, expressa por meio da eleição presidencial em 2014.

Os cortes nos recursos para o desenvolvimento das políticas sociais tiveram um grande impacto já no curto prazo para a classe trabalhadora e no debate em questão a população rural e especificamente as mulheres na conjuntura territorial com a interrupção e o rebaixamento dos ganhos conquistados por meio das lutas sociais e da rede de serviços disponibilizados pela política territorial (como o acompanhamento e monitoramento dos NEDET’S, o apoio da ECOCUT, do IBRACE, dos percursos formativos, do acesso a ATER, às chamadas públicas de inserção produtiva, a titularidade da terra dentre outros).

Segundo Dagnino (2004), o deslocamento do significado de cidadania e democracia foi e é dramático porque legitima a concepção de gestão, de mercado, de capital e a ascensão da burguesia ante o problema mais grave de nosso país: a pobreza!

As tratativas referentes à pobreza e desigualdade foram praticamente retiradas da arena pública (política) e do seu domínio próprio por parte da sociedade civil e dos movimentos sociais conforme as próprias integrantes do comitê confirmam:

*[...] o comitê de mulheres está desmobilizado pelo enfraquecimento da política territorial [...].*

*“Integrante Ouro.”*

*[...] nos tínhamos muitos sonhos, muitos projetos... Muitos deram certo, outros não... Mas assim, foi uma política pública muito boa! Só não deveria era ter acabado [...].*

*“Integrante Flor”*

*[...] Olha, no meu ponto de vista avançado, mas infelizmente parado. Avançado porque a gente saiu do lugar onde a gente não conseguia se mexer, andemo, mas infelizmente por conta da política ter acabado a gente teve que parar. Então diante do que a gente tinha que era praticamente nada, a gente avançou bastante... Mas infelizmente pela conjuntura política a gente parou no território a coordenação de mulheres. Tá tudo parado. [...]*

*“Integrante Luta”*

O Estado reduziu o seu papel e as poucas políticas sociais que ainda existem, foram formuladas estritamente com esforços emergenciais. As pessoas dependentes dessas políticas não são mais vistas como cidadãs, e sim como seres humanos “carentes”, pertencentes a uma classe, que não tem direitos e dependem da caridade pública.

De acordo com CNTE (2016), com relação às mulheres, a primeira decomposição do governo Temer consistiu em anunciar um ministério de homens brancos, heterossexuais, sem negros, mulheres ou qualquer grupo identitário ou minorias. Tal postura se tornou ainda mais condenável quando se reflete o momento em que vivia a sociedade brasileira, no reconhecimento prioritário das lutas pelos direitos civis, contra o machismo e o racismo.

Este foi o grande golpe simbólico e brusco contra milhares de mulheres de nosso país e com especial atenção pelo presente estudo, às mulheres do Vale do Paraná.

Existem centenas de assentadas rurais, mães de família, agricultoras, sindicalistas que sobrevivem dentro deste território sem apoio e convivendo com a acepção de gênero em todos os sentidos (no acesso a saúde, educação, renda, moradia dentre outros).

Até o presente momento a realidade destas mulheres dentro do território está restrita a expectativa de uma mudança que não ocorre. Nenhum representante do governo atual consegue projetar alternativas factíveis a retirada de direitos e de ferramentas que proporcionavam mudanças com relação ao alcance de igualdade de direitos e oportunidades.

Em contrapartida a toda essa catástrofe protagonizada pelo golpe de 2016, observa-se que dentro da realidade do Vale do Paranã as mulheres deixam transparecer o desejo e o sonho da retomada da dinâmica territorial.

*[...] Olha, eu espero que o território volte e junto com ele a universidade também. Porque dessa forma a gente tinha incentivo, uma esperança que algo ia acontecer por nós e pelo município... Que a gente não tava indo ali naquelas reuniões à toa, pedir só pra mim e sim para o município inteiro. E daqui cinco anos espero que eu esteja bem e renovada junto com a política também [...].*

*“Integrante Flor”*

*[...] Eu me vejo com muita fé, a gente bem e em um momento muito bom... As mulheres empoderadas, trabalhando e com voz ativa, não só voz, mas em ações na qual a gente almeja e tem trabalhado. E entendendo que não podemos desistir.*

*“Integrante Consciência”*

*[...] A de mulheres apesar das dificuldades sempre tivemos um grupo bom! Agora ela tá meio parada e nos temos que reativar ela. Nos tamo tentando pra ver se conseguimos apoio pra reforçar o comitê de novo [...].*

*“Integrante Força”*

*[...] Porque a gente tá sempre lá incentivado as mulheres que elas tinham que falar que elas não precisavam aceitar piada entende? [...]*

*“Integrante Luta”*

A maioria das integrantes do comitê de mulheres tentam com muito esforço preservar o autor reconhecimento identitário que foi positivado pelos instrumentos de empoderamento da política territorial.

*[...] Que eu, dona Zilá, Daiane e Marli não podem desistir e nem que seja com a vizinha ou mesmo com a filha... Mas que não pare! Porque se a gente parar vai ficar pior porque de dez talvez uma se empodere, uma comece a falar entende?[...]*

*“Integrante Luta”*

*[...] Acho que é uma auto-organização do território. Igual assim, o território se organizar para criar coisas boas como a cooperparanã que foi criada aqui dentro e infelizmente hoje está ai se arrastando por que não teve apoio, não teve direção... Porque um sozinho não consegue nada. Então eu acho que a política territorial deveria voltar para ajudar essas conquista não morrer [...] “Integrante Flor”.*

Elas expressam com convicção a importância da auto-organização das mulheres para empoderar outras mulheres, para produzir um lugar social, com reconhecimento de direitos econômicos e liberdade social. Segundo Esmeraldo (2012), quando as mulheres se descobrem como capazes de “plantar sementes”, ou seja, no sentido de se filiar ao mundo público (por meio do trabalho) e no espaço político se tornam capazes de compreender o valor atribuído ao trabalho produtivo entre os gêneros e a percepção de que a natureza das ações coletivas são regidas por códigos de gênero. Desta forma, de acordo com a autora à formação política a partir dos saberes aprendidos na experiência existencial e cotidiana incentivam as mulheres a criarem condições de aprendizados sobre um fazer político, por possibilitar a afirmação de suas competências.

Nota-se que apesar da descontinuidade da política territorial, as mulheres são resistentes e compreendem a necessidade de romper com a neutralidade do Estado, com a explícita vontade de trabalhar em ações militantes que defendam sua presença e participação na organização social e na política do território.

O grande desafio para a continuidade desta auto-organização consiste no que Dagnino (2004), denomina como obscurecer as responsabilidades públicas e interesses públicos com o aprofundamento da exclusão exatamente daqueles sujeitos, temas e processos que possam ameaçar o avanço do processo neoliberal e da construção democrática no Brasil.

Ataides (2017) reflete sobre a realidade do Paranã, quanto à ausência de apropriação e entendimento da sociedade em relação à essência das políticas públicas. Estas dentro do território, ainda são percebidas pela dinâmica patriarcal e pela lógica clientelista nas relações sociais. Deste processo emergem as desigualdades sociais vigentes e a necessidade de pensar e elaborar ações que promovam a ruptura dessa metodologia de governabilidade e gestão social.

Assim a conquista das mulheres em despertar para a importância de sua participação política no território ainda existe. No entanto, sobrevive paralisada. É reconhecido tanto pelas protagonistas do território, quanto pelos homens que este processo só ocorreu mediante um trabalho contínuo de conscientização, monitoramento, avaliação crítica das discussões e ações através dos mecanismos ofertados pela política territorial (no caso em questão, a articulação de gênero do Nedet).

O território sozinho não consegue manter a efetiva organização das mulheres tão pouco da política territorial. O Estado e a sociedade civil precisam apostar juntos na ideia de ação conjunta de desenvolvimento e democracia.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo que orientou a escrita desta dissertação consistiu em analisar o processo de participação e representação das mulheres na política territorial, identificando o alcance e os limites dessa participação para construção de relações de gênero e poder mais igualitárias. Neste contexto, a ampla integração da sociedade civil e dos órgãos públicos por meio da política territorial seria uma boa estratégia no desafio de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais.

No entanto, em uma região tida como o “corredor da pobreza” (Vale do Paranã), esta possibilidade não se cumpriu de maneira efetiva. O controle social (o poder) era exercido por um grupo hegemônico. Ou seja, em uma região pouco diversificada social e economicamente o poder emerge das estruturas de concentração fundiária e a incursão de movimentos sociais e minorias consideradas vulneráveis (no estudo em questão as mulheres) é baixa e considerada tímida do ponto de vista do esforço de construir novas bases de atuação da sociedade civil no campo político principalmente no contexto atual, onde as políticas sociais quando existem são formuladas e vistas como uma caridade aos cidadãos (ãs).

A questão da assimetria entre as classes e principalmente entre os gêneros é predominante no TCVP. Assim, quando analisadas as interferências das categorias de participação e representação por meio da política territorial, nota-se que o campo da dificuldade bem como do alcance de igualdade nas relações entre os gêneros reside na percepção de capacidades e de reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais de maneira progressiva e gradual na cultura e na vida dos indivíduos (as) dentro do território.

Na tentativa de elucidar a questão problema do presente estudo, foram desenvolvidos três objetivos específicos. O primeiro buscou descrever o perfil socioeconômico da mulher no Território da Cidadania Vale do Paranã. Para tanto, foi realizada uma análise da mulher sob três perspectivas: 1) Com base nos dados do Censo IBGE 2010; 2) Com o acúmulo de informações em relação às assentadas rurais por meio

da participação na articulação de gênero do NEDET; 3) Quanto às mulheres do comitê por meio das entrevistas em profundidade e da observação participante.

Na primeira análise com base no censo do IBGE 2010 (Vale do Paranã) já se observou o primeiro critério de exclusão da mulher. Não existem dados específicos para exploração e compreensão do que seja a realidade feminina, mas do que foi possível extrair do censo IBGE 2010 (Vale do Paranã), nota-se que a população do ponto de vista de densidade populacional é equilibrada e que os homens que apesar de estarem em um patamar mais baixo que as mulheres no âmbito da escolarização, são maioria no que corresponde a ascensão social e empregabilidade.

De modo mais específico, por meio do acúmulo de informações no âmbito da articulação de gênero dos Nedet's identificou-se quem é a assentada rural deste território. Confirmando uma espécie de fronteira do atraso, do isolamento e da invisibilidade feminina. Foi traçado um perfil, onde se identificou um grande número de mulheres idosas, com profissões pouco diversificadas (agricultoras, domésticas e donas de casa), mulheres divorciadas, arrimos de família e excluídas do curso da tomada de decisões, da auto representação, da motivação de um pensar reflexivo quanto às políticas públicas, e da noção de reconhecimento de direitos.

No que corresponde ao perfil das integrantes do comitê de mulheres, notamos uma realidade de um grupo composto por sindicalistas, assentadas rurais e servidoras públicas. Existe uma parte significativa do grupo que são divorciadas, mães e arrimos de família. Antes da instrumentalização via política territorial por meio da articulação de gênero (Nedet) e dos percursos formativos, salvo algumas exceções tratavam-se de mulheres com livre circulação dentro do território, mas sem o sentimento de reconhecimento de direitos devido à assimetria entre os gêneros e a herança de subordinação reproduzida e assistida ao longo do tempo e pelo imaginário coletivo do território.

Nota-se que na diversidade de histórias e vivências destas mulheres, existe uma unidade entre elas na existência de perdas, de fragmentação familiar (pela migração dos filhos (as) jovens inseguros quanto ao futuro), pelo ocultamento e invisibilização de seu trabalho, pela subjetivação de suas capacidades no que corresponde à tomada de decisões e participação política, apesar de nada na natureza e na vida destas mulheres as caracterizarem como incapazes ou menos participativas. Assim, verifica-se que a

exclusão social e econômica destas mulheres, se sustenta nas relações sociais entre os gêneros e no código de valores estabelecido entre os homens e mulheres. Os homens aparecem sob uma estrutura de dominação e as mulheres de subordinação reproduzida e assistida ao longo das gerações, instituições e pelo imaginário coletivo.

Nestas circunstâncias, e por meio da observação participante, das incursões de campo, das entrevistas em profundidade e principalmente da convivência com as protagonistas do comitê, foi possível alcançar o segundo objetivo específico. Este consistiu em identificar o espaço de participação e protagonismo das mulheres.

Em caráter unânime, as integrantes do comitê de mulheres indicaram a instância do comitê de mulheres como sendo o melhor espaço de protagonismo. Esta constatação se justifica pelo fato de relatarem que juntas construíram um espaço para o exercício pleno de fala, direito e instrumentalização quanto às diferenças entre os gêneros e o reconhecimento de direitos no que concerne a cidadania. Dentro deste espaço de avaliação crítica e coletiva, estas mulheres se reconheceram como construtoras monitoras e avaliadoras de demandas e de políticas públicas.

A transformação da ordem social, por meio de uma abordagem metodológica proposta pela política territorial através da intervenção da articulação de gênero (Nedet), sob o olhar da mulher como sujeito político e a partir de um processo de auto-organização, de reconhecimento de direitos fez com que estas protagonistas despertassem para a possibilidade de participarem das decisões de forma conjunta. Esta situação as empoderou quanto ao desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades. Isto as tornou ativas nos processos decisórios e de construção de suas demandas por meio da instância do comitê de mulheres.

Elas se sentiam representadas por esta instância e capazes de ser multiplicadoras dessa representação entre as assentadas. No entanto reconheceram por questões vinculadas ao machismo e aos próprios métodos de inscrição, locomoção e comunicação que eram muito restritos (principalmente pelas dificuldades relacionadas ao custeio para os encontros e mobilidade) acabavam por limitar esta atuação.

A título de exemplo desta atuação, elas participaram ativamente da construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural e Sustentável de 2016. Na ocasião de 1º de fevereiro de 2016, por meio da articulação de gênero (Nedet) foi encaminhado à

Secretaria da Mulher, do Desenvolvimento Social, da Igualdade Racial, dos Direitos Humanos e do Trabalho um ofício com um compilado de demandas. Dentre estas demandas, chama à atenção a solicitação de instalação de um Instituto Médico Legal-IML no município de Posse-GO.

Ao observar a formulação desta demanda, percebe-se a história das mulheres e o poder do cuidado como fundamentais porque incluem tudo que envolve o ser humano. Esta preocupação traduz solidariedade, carinho e ao mesmo tempo cuidado com o luto e o zelo com os mortos da região. Esta demanda não pode ser atendida pela Secretaria da Mulher, que em resposta orientou que fosse encaminhada à Secretaria de Segurança Pública.

Assim, estas mulheres de luta continuaram a tentar levando esta demanda à prefeitura de Posse- GO. A partir desta movimentação foi instalado o IML no município. Apesar desta conquista não ter sido reconhecida de forma plena como um esforço destas mulheres é importante registrar que a demanda foi construída por elas.

Além disso, sob esta perspectiva integradora, a instituição do comitê de mulheres conseguiu interagir com os aspectos de vida da sociedade do território e construir demandas relacionadas a famílias, a política, a educação, a economia e ao trabalho. Nesta perspectiva, também por meio do ofício destinado a Secretaria da Mulher do Estado de Goiás, estas mulheres pediram por capacitação (finanças, empreendedorismo, elaboração de projetos, empoderamento e direitos da mulher dentre outros). A proposta foi acatada pela Superintendência que prontamente planejou os cursos nas seguintes temáticas: 1)Autonomia econômica e direitos da mulher; 2)Grupos produtivos; 3)Gestão econômica, financeira, administrativa e de pessoal; 4)Estratégias de mercado; 5) Educação tributária; 6) Elaboração de projetos. No entanto, pela desarticulação das ações promovida pelo golpe de 2016 e reafirmadas pelo atual governo, esta proposta não se cumpriu.

Esse processo de luta e empoderamento das mulheres dentro do TCVP é reconhecido até pelos homens como uma forma de resistência das mulheres a dominação masculina. Eles compreendem que as mulheres iniciaram a conquista do espaço por meio da ação sobre a ação e insistência em reivindicar e exercer seu poder no âmbito normativo do território. Elas por sua vez, entendem o processo com um

ganho, mas que só ocorreu e ocorrerá de novo por vias de uma política pública como foi o caso da política territorial via articulação de gênero (Nedet).

Neste sentido, é importante considerar que a forma ampliada de inserir mulheres no universo político através da política territorial, mesmo não sendo uma política pública específica para gênero trouxe ganhos para as mulheres no curto e no longo prazo. O que quero dizer, é que por meio do diálogo, das experiências e instrumentalização política estas mulheres conquistaram para si o poder no ato de aprender e ensinar, a imposição de força frente à desnaturalização da utilidade econômica, na obediência política dentre outros aspectos. No que tange as relações de gênero, percebeu-se que ao passo que o trabalho com as mulheres fora executado, o homem mesmo reconhecido como ser hegemônico passou a compreender que o poder também é da mulher. Ele percebe que esta conquista não é só masculina e do Estado e sim uma consequência da ação social e da interação entre os atores e atrizes sociais do território.

Apesar da herança positiva de empoderamento deixada pela política territorial, no que diz respeito à descontinuidade da mesma as mulheres, compreendem o cerceamento de suas liberdades no que se refere o desempenhar de seus papéis sociais.

Existe uma ruptura prática e simbólica no âmbito de desneutralização do Estado e da política em favor da cidadania das mulheres. A ausência dos órgãos públicos e da própria organização social (sociedade civil) compromete a capacidade de mobilizar e firmar compromissos com temas de desenvolvimento local e principalmente com a continuidade de organização das mulheres.

Quanto ao terceiro objetivo específico, foi proposto apontar as estratégias da Política Territorial e verificar seus desdobramentos nas das relações de gênero e poder no território. Neste aspecto foi constatado que: 1) A estratégia de estruturação do comitê de mulheres, bem como de um acompanhamento realizado pela articulação de gênero (NEDET), colaborou em grande medida com um construto diferenciado de participação e representação feminina no território de modo que estas sujeitas apesar de serem historicamente segregadas se mobilizaram no compromisso voluntário de se auto-organizar e se comprometer ativamente com temas de desenvolvimento local. 2) A mulher conquista o poder de resistência e da ação pela ação no âmbito normativo do território. Tanto as mulheres quanto os homens reconheceram que a naturalização da

imagem incapacitante da mulher deve ser rompida que e este processo, depende de um processo longo e gradual de consciência, convivência e intervenção política; 3) A superação das barreiras sociais entre os sexos depende não só dos aspectos instrumentais da política. No caso do Paranã, este processo esta intimamente ligado à cultura, no sentido de transformação da sociedade pelo conhecimento dos próprios diretos e desenvolvimento pela cidadania; 4) Existe a necessidade de elaboração de um construto social e de um construto de pesquisa por meio da política territorial. Desta forma, será possível obter uma análise sistêmica para além do limite institucional da ação pública.

A partir da construção deste trabalho, infere-se que o construto de participação e representação feminina no Vale do Paranã, fez parte de um processo de resistência que contribuiu para a conscientização e redução das assimetrias de gênero. Para a continuidade desta proposta é preciso compreender que se trata de um processo longo e gradual devido à heterogeneidade de interesses (conflitos) e o nível de dependência de apropriação do Estado em agir como mediador e provedor de mecanismos de desenvolvimento por meio da participação e inscrição dos cidadãos (ãs).

Neste ensejo, faz-se importante acrescentar que dadas às circunstâncias de ruptura de um projeto político democratizante e participativo por meio do golpe de 2016, recomenda-se que esta pesquisa sirva como base para a continuidade de novas pesquisas atinentes ao tema. Desta forma será possível traçar um panorama entre os períodos históricos e avaliar as potencialidades institucionais do Estado de forma factível no dia a dia das pessoas envolvidas neste cenário.

Por fim, a partir das análises aqui realizadas é possível compreender que o sentido de uma política pública vai muito além das decisões do Estado. É imprescindível que ocorra um processo de questionamento quanto ao funcionamento da democracia.

O que quero dizer, é que de acordo com Muller e Surel (2002), uma política pública deve primeiramente ser um constructo social e ao mesmo tempo, ser um constructo de pesquisa visando à constituição de um quadro de análise sistêmica da ação pública que possa ultrapassar o limite institucional desta ação por meio de dinâmicas adaptativas que não se restrinjam apenas a competência técnica e que levem em consideração a possibilidade de adaptação e modificações práticas de acordo com a

aprendizagem e comportamento dos envolvidos no sentido de compor uma competência progressiva de ação.

Assim, é possível consideramos a relevância qualitativa do estudo em questão. Segundo Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa preocupa-se, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação das dinâmicas das relações sociais.

Desta forma, ouvir, dar voz e analisar as narrativas destas mulheres por meio da pesquisa nos faz capazes de compreender quem de fato elas são e como são suas condições materiais de vida. Os esforços empreendidos nos trabalhos de campo e na análise qualitativa dos fenômenos relacionados à mulher na presente pesquisa se convergem na transmissão de informação para o público (beneficiários (as) da política pública, pesquisadores, gestores públicos, sociedade) no sentido de dar visibilidade a mulher bem como problematizar a dinâmica social dos atores e atrizes envolvidos tanto nas categorias abordadas pelo estudo (gênero, participação, representação e poder) como para suplementar a análise sobre a política pública e seu funcionamento nos diferentes níveis de interesses.

## 7. REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. P. A.. Métodos de pesquisa em análise do comportamento. Psicologia USP (Impresso), v. 21, p. 313-342, 2010.

AVRITZER, L.; SANTOS, B. S. Para Ampliar o Cânone Democrático. In: Boaventura de Sousa Santos. (Org.). Democratizar a Democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.1. p. 01-678. Rio de Janeiro, 2002.

ÁVILA, Mário Lúcio de. Ação Pública Territorializada de Desenvolvimento de Desenvolvimento Rural: O caso do Território Águas Emendadas/Mário Lúcio de Ávila. Brasília 2011.249p:il.

BRITO, Marina; OGANDO, Ana Carolina . Os impactos dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres nas políticas públicas no Brasil. In: I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012, Brasília. Anais do I Simpósio Nacional sobre Democracia e Desigualdades, 2012

BOURDIE, P. A Dominação masculina. Rio de Janeiro: Bertrand, 1999.

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina; tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2018.

BUTTO, A. Políticas para as mulheres rurais: Autonomia e cidadania. Revista observatório do Brasil da Igualdade de Gênero. Dezembro, 2010.

BRASÍLIA. Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA. Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT. 2005.

CAPPELLE, A.C.M.; MELO, L.O.C.; BRITO, M.J.M. Uma análise da dinâmica do poder e das relações de gênero no espaço organizacional. Fórum estudos críticos em administração. 2004.

CONDRAF – Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Sustentável. Resolução nº52. Disponível em : [http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user\\_arquivos\\_64/52.%20Aprova%20Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20do%20CONDRAF%20para%20as%20Institucionalidades%20Territoriais%20de%20Desenvolvimento%20Rural%20Sustent%C3%A1vel.%20\(formato%20pdf\).pdf](http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/52.%20Aprova%20Recomenda%C3%A7%C3%B5es%20do%20CONDRAF%20para%20as%20Institucionalidades%20Territoriais%20de%20Desenvolvimento%20Rural%20Sustent%C3%A1vel.%20(formato%20pdf).pdf). Acesso em 23 de outubro de 2017.

DAGNINO, E.. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: Daniel Mato. (Org.). Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en Tiempos de Globalización. Caracas: FaCes/Universidad de Venezuela, 2004, v. , p. 95-111

Diniz, Célia Regina. Metodologia científica / Célia Regina Diniz; Iolanda Barbosa da Silva. – Campina Grande; Natal: UEPB/UFRN - EDUEP, 2008.

DUFLO, ESTHER. Igualdade dos sexos e desenvolvimento. O livro negro da condição das mulheres/direção Christine OCKRENT; coordenação Sandrine Treine; posfácio

Françoise Gaspard; contribuíram Fadela Amara...et al.; tradução Nícia Bonatti.-Rio de Janeiro: DIFEL,2011. 826 P.

ESMERALDO, G. G. S. L.. Ressignificações do feminismo e da política em práticas de mulheres assentadas. In: VALE, Alexandre Fleming Câmara; PAIVA, Antonio Crístian Saraiva. (Org.). Estilísticas da Sexualidade. 1ªed.Campinas: Pontes editores, 2006, v. 01, p. 95-113.

ESMERALDO, G. G. S. L.. Construção identitária da Mulher Sem Terra: 'Ditos' e 'Não Ditos' no Jornal Sem Terra. Estudos Universitarios, v. 30, p. 61-77, 2012.

FRANÇA, C. G. SORIANO, J. Territórios da Cidadania: inovação na trilha do Fome Zero. In: SILVA, J. G.; DEL GROSSI, M. E.; FRANÇA, C. G. (Orgs.). Fome Zero: a experiência brasileira. Brasília: MDA, 2010.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e políticas públicas. Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso), Florianópolis, v. 12, n.1, p. 47-72, 2004.

FERREIRINHA, I. M. N.; RAITZ, T. R.. As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas. Revista de Administração Pública (Impresso), v. 44, p. 367-383, 2010.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.) . Métodos de Pesquisa. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. v. 1. 118p

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura. Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. 125 - 146, 2014b.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biblioteca do IBGE**. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>> Acesso em: diversos entre novembro de 2018 e janeiro de 2019.

LELIS ATAIDES, Ludimila Políticas Públicas no Território da Cidadania Vale do Paranã-GO [manuscrito] /Ludimila Lelis Ataiades - 2017.

LÜCHMANN, H.H.L. Participação e Representação nos Conselhos Gestores e no Orçamento Participativo. Caderno CRH, v.21, nº. 52. Universidade Federal da Bahia Salvador. Brasil, 2008.

MELO,R.D.;FERREIA,A.F.J.;SARAIVA,F.C.R;CUNHA.D.P.;CORDENONSLB.P. A Experiência do Núcleo de Extensão e Desenvolvimento Territorial da Universidade de Brasília-NEDET-UnB com as assentadas rurais no Território da Cidadania Vale do Paranã: Quem é a mulher no contexto rural e qual a importância dessa descoberta? VII Jornada de Estudos em Assentamentos Rurais. Feagri/ Unicampi. Junho de 2017.

MULLER, P.; PIERRE, M.; YVES, S., AGEMIR Bavaresco, Alceu R. Ferraro. A Análise das Políticas Públicas. Pelotas: Educat, 2002.

NICOLETTI.; A. S. Participação política convencional e não convencional: dois fenômenos contraditórios? *Pensamento Plural*, v. 7, p. 51-64, 2013.

OLIVEIRA Junior, G. C. ; BARBOSA, W. ; SILVA, M. L. ; CARNEIRO, D. T. S. ; FERREIRA, L. D. S. ; COSTA, L. B. ; CARDOSO, A. G. D. . Estudos e Pesquisas Econômicas, Sociais e Educacionais Sobre as Microrregiões do Estado de Goiás ? Microrregião do Vão do Paranã. 2013

PERAFÁN.; M. E. V.; C, M.; BARONE, L. A.; PIRAUX, M.; CALVI, M. F.; TEIXEIRA, O.; OLIVEIRA, C. Doze anos do Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, como vamos? 2015 (Relatório de pesquisa).

Participação, território e cidadania : um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife : Editora UFPE, 2014. 437 p. : il.

Programa Territórios da Cidadania: aspectos constitutivos e implicações metodológicas. Roteiro de exposição no Seminário do “Projeto de Pesquisa Avaliação do Programa Territórios a partir da análise das ações implementadas nos territórios do Território Sertão do São Francisco, PE e Território Paraná Centro, PR”. Recife: UFPE, novembro de 2012.

QUEIROZ, D. T.; VALL, J. ; SOUSA, A. M. A. E. ; VIEIRA, N. F. C. . Observação Participante na Pesquisa Qualitativa: Conceitos e Aplicações na Área da Saúde. *Revista Enfermagem (UERJ)*, v. 15, p. 276-283, 2007.

KATO, K.Y.M.; BONNAL, P. O Processo Contemporâneo de Territorialização de Políticas e Ações Públicas no Meio Rural Brasileiro. In: MIRANDA, C.; TIBÚRCIO.; B. (Orgs.). *Políticas Públicas, Atores Sociais e Desenvolvimento Territorial no Brasil*. 1ed. Brasília: IICA, v. 14, p. 61-82. Brasília, 2011.

ROCHA, R. S.; CELESTINO, Vivian da Silva. História da ocupação territorial do Brasil. In: *Simpósio Brasileiro de Ciências Geodésicas e Tecnologias da Geoinformação*, 2010, Recife. *Anais do SIMGEO*, 2010. v. 01.

RAYNAUT, C. A gênese da abordagem territorial e participativa do desenvolvimento rural: raízes conceituais e experiências internacionais. In *Participação, território e cidadania: um olhar sobre a política de desenvolvimento territorial no Brasil / organizadores: Josefa Salete Barbosa Cavalcanti, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Paulo André Niederle. – Recife: Editora UFPE, p. 437 2014.*

RUA, M. G. ; ABRAMOVAY, Miram. *Companheiras de Luta ou 'Coordenadoras de Painelas'? As Relações de Gênero nos Assentamentos de Reforma Agrária*. Brasília: UNESCO, 2000.

SAFFIOTI, H. I. B.. *O Poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987. 120p

SILIPRANDI, Emma. Mulheres Agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. *Pensamiento iberoamericano*, v. 9, p. 169-184, 2011.

SABOURIN, E. Evolução da política federal de desenvolvimento territorial no Brasil. *Novos Cadernos NAEA*, v. 18, p. 123-143, 2015.

SCHWENDLER, S. F. . A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde servolo de Medeiros, Maria. Ignez Paulilo. (Org.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. 1ed.São Paulo e Brasília: UNESP E NEAD, 2009, v. 2, p. 203-222.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez, 1995.

Territórios da Cidadania, 2008. Disponível em <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/3638408.pdf>. Acesso em 18 de julho de 2016.

CNTE. Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. 2016: o Brasil esfacelado pelo golpe. – 1. ed. -- Brasília: CNTE, 2017. 184 p. : il.

## 8. Apêndice A- Questionário Pé - teste



Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural PPG-MADER  
Faculdade UnB Campus Planaltina-DF

O presente questionário é um instrumento de coleta de dados, cujo objetivo é obter informações relacionadas às relações de participação e representação dentro das instâncias do colegiado no Território da Cidadania Vale do Paranã. O resultado da análise dessas informações comporão parte da dissertação: **“Mulheres, Participação, Representação e Poder: O Caso do Território da Cidadania Vale do Paranã”**.

**Observação:** As informações são confidenciais e para fins de pesquisa os participantes não terão suas identidades reveladas.

### Identificação do (a) entrevistado (a)

Nome: \_\_\_\_\_/Ano de nascimento: \_\_\_\_\_

Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino /Município \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_ / Grau de Instrução: \_\_\_\_\_

Você é chefe/arrimo de sua família? ( ) Sim ( ) Não

Quantos membros tem sua família? \_\_\_\_\_

De quem é a principal fonte de renda? \_\_\_\_\_

Com relação ao colegiado territorial, qual a entidade ou instituição que você representa?

( ) Poder Público ( ) Sociedade Civil

Como participa do colegiado? ( ) Titular ( ) Suplente ( ) Participante Ocasional

Qual a instância do colegiado você participa? ( ) Plenária ( ) Núcleo Diretivo  
( ) Núcleo Técnico ( ) Câmaras Temáticas \_\_\_\_\_

### Mobilização e Decisão

Como se dá o processo de mobilização para as reuniões do colegiado? Como você o avalia? \_\_\_\_\_

---

---

---

---

Quem constrói as pautas de atividades do território?

---

---

Como você avalia a participação dos membros do colegiado nas plenárias?



**Houve resistência por parte dos homens p/ a participação das mulheres? Como isso acontecia/acontece?**

---

---

---

---

---

---

---

---

---

---

### **Representação**

**Existe uma instância de representação dos interesses das mulheres?**

sim  não

**Se sim, qual e como foi escolhida?**

---

---

---

---

**Você concorda com a escolha ou indicação desses ou desses nomes? Por quê?**

---

---

---

---

**Na perspectiva territorial, as mulheres elegem algum representante para seus diálogos ou elas mesmas expressam suas necessidades, angústias e expectativas nos espaços de assembleias?**

---

---

---

---

---

**Para além do território, no município, região, estado ou país tem alguma mulher que seja exemplo na política para você? Por quê?**

---

---

---

---

---

## **8.1 Apêndices B - Roteiro de Entrevista**

### **Identificação:**

- Nome da Entrevistada;
- Origem e há quanto tempo está morando aqui?
- Idade;
- Ocupação profissional; aponte tudo que já fez ou trabalhou?
- Quantidade de filhos; moram contigo? Netos? Sobrinhos? Enteados? Pais ou avós?
- Casada ou solteira?

### **Espaços de Representação e Participação:**

- Como você chegou até o colegiado territorial?
- Existiram desafios para ser ouvida?
- Em algum momento sentiu-se oprimida ao se expressar?
- Porque se tornou membro da câmara temática de gênero? A câmara foi bem recebida por todos do colegiado e sociedade quando criada?
- Como está o comitê de gênero do território atualmente?
- Você se sentiu útil no colegiado? Havia algum espaço de fala de preferência?
- Entre os representantes do colegiado (homens e mulheres) quem mais se destacava, ou tinha mais espaços nas decisões? Por quê?
- Com relação ao grande número de assentadas rurais, você considera que poderia representa-las na política? Por quê? Haveriam obstáculos?
- Além da conquista de voz nos ditames sociais, o que mais você almejava alcançar por meio da política territorial?
- Durante as reuniões havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e aceitação das pautas de projetos produtivos, culturais, de saúde para as mulheres? Como os homens reagem?
- O que você entende por poder?
- Como espaço de poder, como mulher você se sentiu representada e ouvida no colegiado territorial?
- Quando ausente das reuniões você se sentia representada (no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, votadas, de receber informações etc.)?
- Você considera ou considerou relevante o apoio da Universidade por meio da articulação de gênero (Nedet's)? Por quê?

### **Relações Familiares:**

- Possui contato com pai e mãe?
- Como é a divisão das tarefas domésticas?
- Seu parceiro/filhos/filhas participam dessa divisão?
- Já sofreu violência doméstica? Ou conhece alguém que sofreu?
- Tem conhecimento se ela buscou os seus direitos da violência sofrida?

### **Política Territorial**

Você sabe o que é uma política pública e para que ela serve?

- Como foi o início da política territorial no território Vale do Paranã?

- Como foi a sua entrada na política territorial?
- Você acredita que a política territorial foi produtiva para o território ou apenas para pequenos grupos? Quais?
- Tem conhecimento se os outros comitês tiveram êxito na sua agenda?
- O colegiado territorial foi capaz de atender as diferentes demandas do território?
- Como você se vê daqui a 5 anos? E como você viu e vê a política territorial daqui a 5 anos?

### **Relações de Gênero**

- Você reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessar os espaços de poder?
- Como manter as mulheres no papel de protagonismo diante desse sistema de opressão? Além disso, como se manter na luta diante do novo panorama político?
- Qual a perspectiva da política territorial nos próximos anos?
- Quais as estratégias que podem ser adotadas para as mulheres que virão para se manter nos espaços de poder? e resistir diante da divisão sexual assimétrica de gênero?

## 8.2 Apêndice C – Desgravações das Entrevistas

### 1. Integrante Flor

**Qual seu município?** Posse–GO. **Há quanto tempo a senhora reside no município de Posse GO?** Há 14 anos. **A senhora nasceu na região mesmo ou veio de outro Estado?** Vim de outro Estado. Eu sou do Mato Grosso do Sul, nasci em Rio Brillhante. **Quantos anos a senhora têm?** Tenho 58 anos. **Qual a ocupação profissional da senhora no momento e quais a senhora já ocupou?** Hoje eu sou agricultora, mas trabalhava de serviços gerais. **A senhora tem filhos?** Sim, tenho três filhos. **Moram com a senhora?** Não, apenas um mora comigo. **A senhora tem netos?** Sim, tenho cinco netos. **Qual o estado civil da senhora?** Sou casada. **Com relação aos espaços de representação e participação, como a senhora chegou ao colegiado territorial do Vale do Paranã?** Através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Posse - GO. A Marli me fez o convite para participar da criação do território, eu aceitei e desde então tava no colegiado. **Nesse caso da participação da senhora dentro do colegiado, a senhora enxergou algum tipo de desafio para ser ouvida desde o início?** Vários né! A gente não era ouvida né! Quando era uma ideia de mulher eles não fazia questão de aprimorar a ideia pra saber se dava certo ou não. **Nesse processo de querer falar, ser ouvida além desse descaso que a senhora descreveu, existia uma forma de opressão para inibir a fala de vocês**

Sempre! A gente questionava, mas no fim ficávamos caladas. Tinham vezes que não queríamos mais nem participar porque só íamos para as reuniões para assistir, ouvir homens expor sua ideia. Quando uma mulher expunha uma ideia ela simplesmente não era ouvida. **Sabe-se que dentro do colegiado territorial existiam várias câmaras temáticas incluindo a de gênero. A senhora como membro dessa câmara considera que ela foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território de modo geral?** Eu acho que sim! Estávamos precisando e ela chegou na hora certa. **A senhora foi indicada para essa câmara?** Fui. **Qual foi a motivação para a senhora aceitar esse convite?** É porque eu acho assim... Que era uma coisa boa, que aí a gente ia ser ouvida, ia ter alguém que ia lutar por nós né?! A gente não ia mais ficar só calada, só ouvindo nas reuniões. Ter ideias e poder expor também. **Nesse momento que a gente vê uma fragilidade da política territorial e um desmonte de Estado, como está o comitê de mulheres do TCVP?** Parado! A gente ora que Deus abençoe que em 2019 a gente volta a atuar. **Com relação ao colegiado, a senhora se sentiu útil dentro desse**

**colegiado?** Senti assim, porque no início era diferente. Todo mundo expunha sua ideia, era acatada. Ai a gente se sentia útil... Mas daí do meio por fim da criação do território só foi eles que falavam que opinavam e a gente foi ficando recuado né?!E então a gente que é mulher ia por ir... A gente tinha interesse em pedir alguma coisa pelo nosso município, lutar pelo município da gente, então a gente não perdia uma reunião. Eu mesma não perdia nenhuma. **Quando a senhora diz assim: -“eles” a senhora se refere ao núcleo diretivo do colegiado?** Isso! **Havia algum espaço de fala de preferência da senhora, algum espaço que a senhora se sentia mais a vontade e confortável pra falar dentro do colegiado?** Não! **Sabemos que nos representantes de um colegiado territorial existem homens e mulheres, nesse sentido a senhora percebia alguma diferença e destaque nos espaços de decisão entre homens e mulheres?** Os homens com toda certeza sempre se destacaram mais! Eu acho assim, que eles igual como já disse no início, eles não parava pra ouvir as mulheres né?!Então quando criou a câmara temática das mulheres ai a coisa começou a andar... Mas até então, mulher não tinha voz e nem vez. **A senhora como assentada rural, como colaboradora da política e da pesquisa em sim e considerando o grande número de assentadas rurais aqui da região, a senhora considera que poderia representar essas mulheres na política territorial? Por exemplo, as assentadas daqui do município de Posse levarem uma pauta para a senhora discutir no colegiado.** Com toda certeza sim! **E para que essa representação ocorresse à senhora acredita que existiriam obstáculos?** Sim! No caso para representar, recorrer a quem? Então assim, questões que envolvessem reuniões essas coisas que é bem difícil nossa locomoção, nesse momento todos estão desmotivados, não acredita né?!**Sabemos que a conquista de voz é muito relevante nas discussões do território e que a política territorial ofertou de certa forma algumas coisas para o desenvolvimento do território para o protagonismo das mulheres. Neste sentido, o que a senhora espera para além do espaço de voz ou esperava por meio da política territorial alcançar?** Nos lutávamos e queríamos muito um meio de renda, a saúde, a educação esporte tudo dentro do território e principalmente a afirmação financeira das mulheres. **Durante as reuniões, havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos das pautas? Por exemplo, de projetos produtivos, culturais voltados para as mulheres? Como os homens reagem?** Eles reagiam sempre da forma negativa, sempre não aceitava nada que a gente falava, ficava tudo para depois e depois... E ai, acabava o assunto. **Diante de tudo que discutimos até agora, o que a senhora entende por poder?** Assim, a gente poder

ter vez e voz... Você chegar num lugar, você ter a sua opinião, você expor, ouvir a do outro e o outro ouvir a sua também né?! **A senhora se sentiu representada e ouvida por esse colegiado territorial?** No início sim. No início, quando o território foi criado igual eu já comentei era diferente. As pessoas ouviam a gente, ai de uns tempos quando foi empoderando o território a gente já não foi ouvida mais... Ai eu não alembro bem do ano que criou o comitê de mulheres se foi 2015, mas ai a coisa começou a voltar no eixo. **Quando ausente das reuniões a senhora se sentia representada no sentido de levar uma pauta por intermédio do comitê e tê-la discutida no colegiado de fato. A senhora se sentia representada nesse sentido e também de receber informações sobre as reuniões?** A questão das reuniões sempre a gente tava informada, e quando levava alguma coisa também eles recebiam. Só não tínhamos retorno do colegiado, mas o nosso grupo de mulheres sempre foi muito organizado. **A senhora ainda tem pai e mãe vivos?** Não, infelizmente estão mortos. **Aqui na casa da senhora, as tarefas domésticas quem executa? É só a senhora?** Tem eu e meu esposo e meu filho e todo mundo sempre faz alguma coisa. **Com relação à violência doméstica, a senhora já sofreu ou conhece alguém que já tenha sofrido?** Graças a Deus não e também não conheço ninguém que tenha sofrido. **Com relação à política num contexto mais geral, o que a senhora entende por uma política pública? Para que ela serve na opinião da senhora?** Uma política pública... Eu acho que é pra ajudar a gente pra... é difícil falar né?! **Como foi a política territorial aqui no TCVP no início?** Foi ótima! Aliás, nos tínhamos muitos sonhos, muitos projetos... Muitos deram certo, outros não... Mas assim, foi uma política pública muito boa! Só não deveria era ter acabado. **Nesse contexto da senhora acreditar na política pública e na política territorial aqui no território, a senhora acha que ela foi produtiva para todos ou para grupos isolados?** Eu acho que para todos. **Com relação às câmaras temáticas, comitês que deveriam existir no território, em sua opinião qual foi o mais exitoso?** Além do das mulheres nenhum. **O colegiado foi capaz de atender as diferentes demandas do território?** Não, ele não atendeu nem a metade. Alguns municípios foi atendida as demandas, mas outros nunca tiveram nada... **Com relação a essa consolidação da Câmara de Gênero, a senhora acha que a universidade teve uma boa contribuição?** Com certeza! Ela foi tudo, mudou a vida do território nosso principalmente da gente mulher. **Como a senhora se vê daqui a cinco anos?** Olha, eu espero que o território volte e junto com ele a universidade também. Porque dessa forma a gente tinha incentivo, uma esperança que algo ia acontecer por nós e pelo município... Que a gente

não tava indo ali naquelas reuniões a toa, pedir só pra mim e sim para o município inteiro. E daqui cinco anos espero que eu esteja bem e renovada junto com a política também. **A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e poder?** Existe sim! As mulheres é sempre depois dos homens! Eu não sei por que isso... Nunca, eu assim no caso se fosse uma coordenadora do território, os homens não iam estar lá porque era uma mulher que estava no comando. Então as mulheres ainda sofrem bastante com essas coisas... **E como à senhora acha que seria possível manter as mulheres nesse papel de protagonistas diante de um sistema que discrimina tanto esse gênero feminino?** Só através da união das mulheres minha filha. **Com relação a perspectiva da política territorial a senhora já falou que deseja que ela volte a “andar” nos próximos anos como seria isso?** Acho que é uma auto-organização do território. Igual assim, o território se organizar para criar coisas boas como a cooperaram que foi criada aqui dentro e infelizmente hoje está ai se arrastando por que não teve apoio, não teve direção... Porque um sozinho não consegue nada. Então eu acho que a política territorial deveria voltar para ajudar essas conquista não morrer... **O que poderia ser uma estratégia de união dessas mulheres para se manter nos espaços de poder e resistir a essas discriminações?** Formar grupos por região aqui dentro do território, por que ai vai fortalecendo.

## 2. Integrante Ouro

**Qual seu município?** Alvorada do Norte–GO. **Há quanto tempo a senhora reside aqui?** Há vinte e seis anos. **Qual a idade da senhora?** Eu tenho 49 anos. **Qual sua trajetória profissional?** Atualmente eu sou gestora pública, mas já fui vereadora, diretora do hospital e secretária de saúde. **A senhora tem filhos? Se tem quantos e quantos ainda residem com a senhora?** Sim, tenho uma filha que não mora mais comigo porque já é casada. **A senhora tem netos, sobrinhos ou enteados? Algum deles mora com a senhora?** Tenho um neto, tenho sobrinhos, mas nenhum deles mora comigo não. **Qual é o seu estado civil?** Divorciada. **Como a senhora chegou até o colegiado territorial aqui do território?** Eu fui uma indicação por parte do poder executivo aqui do município. **A senhora considera que existiu algum desafio para ser ouvida dentro colegiado e atividades do mesmo?** Eu acho que no começo sim, mas depois as mulheres aqui dentro do território foram conquistando seu espaço... **Em**

**algum momento a senhora se sentiu oprimida ou desconfortável para se expressar dentro desse colegiado?** Não, apesar de ser um território mais comandado por homens a gente nunca teve essa opressão para falar ou dar nossa opinião. **Dentro da dinâmica de funcionamento do colegiado existiam as câmaras temáticas, no caso da câmara de gênero à senhora fazia parte? Se sim, por quê?** Essa câmara depois de um grande debate houve a necessidade de cria-la para representar as mulheres no colegiado e no começo foi debatido e houve essa decisão. Dentro do nosso território temos muitas mulheres de batalha e ali por esse espírito estávamos todas muito bem representadas como a dona Zilá e a dona Iracilda que sempre levavam todas as informações para as pessoas dos municípios. Por isso acolhi o convite do colegiado e integrei a câmara. **A senhora acha que ela foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território de maneira geral?** Sim, porque informação é nicho de tudo e por essas mulheres de batalha levarem a informação sempre para as pessoas a câmara foi bem aceita sim. **Como o comitê de gênero está atualmente?** Ele está desmobilizado pelo enfraquecimento da política territorial. **Com relação ao colegiado, a senhora se sentiu útil dentro dele de alguma forma? Existia algum espaço de fala específico que sua preferência?** As plenárias territoriais sempre foram os melhores espaços, eu não via imposições, tudo era consenso. A voz era para todos, inclusive o meu município foi bem favorecido pelas ações do território. Eu não sei se eu servi para o território, mas ele serviu e muito para mim para ter uma visão diferenciada e convivência. **O colegiado e composto por homens e mulheres, quem mais se destacava ou tinha mais espaço nas decisões?** Eu acho que tinha mais participação dos homens porque eles eram maioria. **Com relação ao grande número de assentadas rurais e a necessidade de representação dessas pessoas, a senhora considera que seria capaz de representá-las na política territorial?** Olha, eu não sei se eu poderia, mas eu estou sempre à disposição porque eu gostei muito do trabalho com o território. **A senhora considera que haveria algum tipo de obstáculo para essa representação?** Eu creio que não! **Além da conquista de voz o que mais a senhora considera que seria possível alcançar por meio da política territorial?** Com certeza uma qualidade de vida melhor para cada familiar, para cada mulher que estivesse ali batalhando. **Durante as reuniões a senhora percebia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e nas pautas quando levadas por mulheres?** Não, eu achei que tudo foi tratado como igualdade. As falas das mulheres eram ouvidas! Talvez as decisões ficassem mais a cargo dos homens porque em relação a número eles eram maioria. **O que a senhora entende pelo termo**

**poder?** Eu acho que ter poder hoje, é o poder da informação o poder de ajudar o próximo. É conseguir participar da melhora de vida próximo e isso e através da informação sempre, de instrução. **Como mulher você se sentiu representada no colegiado?** Sim, me senti sim representada e ouvida sempre! Eu acho que as mulheres se destacaram no nosso colegiado sim. **Quando a senhora estava ausente das reuniões a senhora se sentia representada nas reuniões?** Sim, nos tivemos no nosso território mulheres de fibra mesmo! Que fizeram e representaram muito bem às mulheres, elas tomaram posse daquilo que elas acham que é direito delas.: **A senhora possui contato com seus pais?** Sim, possuo! **Com relação às tarefas domésticas na residência da senhora, existe uma divisão das tarefas ou as senhora faz tudo sozinha?** No momento eu moro sozinha, mas quando não estava existia sim. Todos ajudavam com um pouquinho. **A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?** Eu nunca sofri, mas conheço pessoas que já sofreram. **A senhora sabe se essas pessoas foram em busca da justiça e de seus direitos?** Não buscaram, ficaram reprimidas por uma séria de motivos por vergonha, pela dependência financeira do companheiro. **O que a senhora entende por política pública e para que ela serve?** Eu acho que política pública é aquilo que vem de encontro aquilo que o cidadãos precisam para ter uma qualidade de vida melhor. Realmente existem uma políticas que são feitas dentro de um escritório e que não abrangem a realidade das pessoas. **Como foi o início da política territorial aqui no território? A senhora acompanhou?** Sim, eu acompanhei desde o início. Ele começou pequeno e teve um momento em que o território fez parte de grandes decisões principalmente em questões de infraestrutura em torno dos anos de 2010 e 2011. **A senhora acredita que a política territorial foi proveitosa para o território ou apenas para pequenos grupos?** Eu creio que ela foi produtiva no geral, mas alguns municípios participaram mais do território. Então com toda certeza quem não é visto infelizmente não é lembrado né?! **A senhora tem conhecimento de êxito de alguma câmara temática no território?** Especificamente eu não me lembro, mas eu acho que a das mulheres tinha um grande potencial. **A senhora considera que o colegiado territorial foi capaz de atender as diferentes demandas do território?** É muito abrangente, o nosso território é muito grande e muito carente também. Eu acho que eram muitas pautas e considerando a dimensão de problemas que nos tínhamos pelo menos debatidas as demandas eram. Por exemplo, nos conseguíamos muitas mobilizações e melhorias na infraestrutura do território. **O que a senhora acha que**

**colaborou para o fortalecimento e organização da câmara de gênero?** O empenho das mulheres que ali estavam e o grande apoio da universidade junto com os Nedet's foram fundamentais. E se o território tivesse continuado seriam essas mulheres as responsáveis por fazer a diferença na melhoria de tudo. **Como você se vê daqui a cinco anos e como você vê a política territorial também?** Nesse momento tá meio nebuloso politicamente falando, a gente não tem nem como ver o que pode acontecer. Mas eu sou uma pessoa muito batalhadora, muito sonhadora eu tô sempre achando que todas as coisas vão melhorar... Eu espero que daqui a cinco anos o nosso território e o nosso colegiado estejam mobilizados e em pleno vapor tentando resolver e solucionar os problemas do nosso território. Eu como mulher espero estar aqui trabalhando e sempre podendo ajudar ao próximo. **Você reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessar os espaços de fala e de poder?** Com certeza! Nós somos maioria, mas ainda não conseguimos tomar posse dessa maioria. Então com toda certeza é as mulheres ainda tem delimitações em muitas áreas. **Como poderíamos manter as mulheres no papel de protagonistas diante desse sistema de opressão?** Nunca esmorecer, estar sempre de cabeça erguida e em todos os espaço. Porque nós sabemos que somos capazes. Nos não poderíamos deixar o território acabar, acho que temos que batalhar mais pela nossa melhora.

### 3. Integrante Luta.

**Município de Flores- GO. Há quanto tempo reside aqui?** Eu nasci em Esperantina no Piauí, fui criada no DF, e moro aqui no assentamento há oito anos. **Qual a idade da senhora?** Eu tenho 46 anos. **Qual foi a sua trajetória profissional até hoje?** Eu já trabalhei de doméstica, de diarista, consegui um curso e me formei em artesã e hoje eu sou agricultora com muito orgulho. **Qual é o seu estado civil?** Sou divorciada. **A senhora tem filhos?** Tenho três bênçãos de Jesus Cristo, duas meninas e um menino. **Algum deles mora com a senhora? Ou netos, sobrinhos?** Infelizmente nenhum deles mora comigo não, todos moram no DF. **Como a senhora chegou até o colegiado territorial?** Eu cheguei lá, tipo assim... Chegou aqui o Tiririca (coordenador do território) trazendo um político aqui, e ai pedindo para que eu recebesse para que ele falasse com o povo. No tempo, eu era liderança aqui, ai eu peguei e recebi ele. Eles conversaram com o povo, e ele achando que me fazia um favor me convidou para que eu fosse numa plenária do território que ele ia me receber lá como eu tinha recebido eles aqui. Ai eu fui. **A senhora considera que existiam desafios para a senhora ser**

**ouvida desde esse primeiro convite?** Muitos minha filha! Muitas das vezes nos brigamos lá em plenária pra poder ser ouvida, por causa que eles não queria ouvir a gente! Ignorava quando a gente tentava falar e era muito difícil falar lá... Mas aí, diante com muita confusão, com muita briga a gente conseguiu um pequenininho espaço, mas o que importa é que conseguimos. **A senhora se sentiu oprimida ou coagida em algum momento para falar dentro do território?** Todas às vezes, até mesmo quando a gente achou essa oportunidade que era muito pequeninha, a gente só falava mesmo depois de uma confusão, depois de uma briga sempre foi muito desafiador, sempre... **A senhora pode me explicar este contexto de desafio que a senhora falou e ao mesmo tempo me explicar porque que a senhora se tornou membro da câmara temática de gênero?** Por causa que a minha briga desde os vinte e quatro ano, quando eu separei do meu ex-marido , foi lutar contra a opressão de marido entendeu? Contra o machismo, contra o preconceito e quando eu cheguei lá achei tudo isso, ai já me senti em casa risos... Entendeu? Quando eu vi que as mulheres não tinha de fato espaço para falar e pra nada então eu me senti desafiada e... encarei sabe... Entendeu?Porque a gente tá sempre lá incentivado as mulheres que elas tinham que falar que elas não precisavam aceitar piada entende? Seja que muitas às vezes eles achava até que estava elogiando, mas passando uma cantada barata... E eu falava: - Oh, vocês não são obrigadas a isso, nenhuma mulher é obrigada a isso! Ai diante disso, quando teve a próxima eleição eles pegara e me lançaram para coordenadora do grupo de mulheres no território. **A senhora considera que o Comitê ou Câmara temática de gênero foi bem recebido pelo colegiado e pela sociedade no território de modo geral?** Nunca, nunca foi bem recebida! Tanto é que a gente sofreu represálias lá dentro a respeito dos nossos projetos, a gente passou dias e noites fazendo projetos de inclusão produtiva e não foi lançado. Isso não aconteceu só uma vez, foram duas vezes! Quando a gente achava que o projeto ia sair o coordenador aparecia: - Ai teve um problema no Siconv, não foi não deu... Só que a gente sabia que não era isso, porque a gente tinha entregado nossa parte com antecipação. Então não foi o modo que eles falaram, igual eles falaram uma vez que tinha que ter cuidado com a gente por que se a gente desorganizada fazia toda aquela confusão imagine se a gente conseguisse se organizar? Então é assim, uma piada do tipo kkkkk entre aspas, mas a gente sabia que não tinha nada de piada. Eles estavam se manifestando ali nesse tom de brincadeira, mas ao mesmo tempo tentando oprimir a gente. **Como está o comitê de gênero dentro do território nesse momento?** Olha no meu ponto de vista avançado, mas infelizmente parado. Avançado porque a gente saiu

do lugar onde a gente não conseguia se mexer, andemo, mas infelizmente por conta da política ter acabado a gente teve que parar. Então diante do que a gente tinha que era praticamente nada, a gente avançou bastante... Mas infelizmente pela conjuntura política a gente parou no território a coordenação de mulheres. Tá tudo parado. **Quando a senhora fala em se organizar, em sair do lugar qual foi à motivação ou incentivo?** Teve os Nedet's, foi o que deu um prumo. Porque antes dos Nedet's vim à gente tentava... Tinha uma fragilidade enorme até mesmo por falta de diálogo. Eu moro num lugar onde o telefone pegava ruim e só pega uma operadora que nem todo mundo usava e isso foi um desafio enorme. Eu o telefone que eu tinha funcionava alguns números outros cê discava, mas não funcionava... Então tipo assim, com a vinda dos Nedet's isso melhorou e muito. Foi um projeto que deu um grande avanço e o diferencial no território, foi à chegada dos Nedet's. **A senhora se sentiu útil no colegiado, havia algum espaço de fala de sua preferência?** Tinha sim! Quando as mulheres se trancava numa sala sozinha risos... Que era o único lugar e o único jeito que a gente conseguia falar realmente... Porque a última plenária que teve não queriam me deixar falar... Todos os homens falaram, a prefeita de Alvorada falou e quando chegou a minha vez depois de uma confusão para eu poder chegar até na plenária porque a minha ideia foi o seguinte, a coordenação das mulheres não vai sentar. Ai eu falei: - Não dona Zilá deixa todo mundo sentar e quando todo mundo sentar a gente chega lá na frente da plenária, pede pra todas as mulheres darem as costas e sair e ela e Marli não aceitaram... -Não senhora! Nos não vamos aceitar! A coordenação das mulheres vai subir e vai ter voz sim! A dona Zilá se dirigiu ao centro da plenária e perguntou: - Porque que a coordenação das mulheres não está ai também? E ai, o Tiririca disse que ia ver o que podia fazer... Nesse momento a dona Zilá afirmou para ele que a coordenação de mulheres ia subir sim para a plenária custasse o que custasse e quando ele viu que ela tava falando sério, ai ele pegou subiu foi lá na frente da plenária e voltou e perguntou finalmente para dona Zilá quem ia sentar quem era que ia representar as mulheres. Ai dona Zilá disse:- A coordenadora das mulheres vai lá Iracilda! Mas eu preferia era que todas nos fizéssemos um protesto mesmo de dar as costas para eles porque não queriam nos ouvir. Eu queria ver o que eles iam fazer sem nós lá. Mas a dona Zilá optou por brigar e eu apoiei! **A senhora se sentiu útil dentro do colegiado?** Eu me senti! Eu não me sentia bem útil... Por causa que, tipo assim, eu falava com as mulheres entendeu? Eu advertia elas, na minha trajetória de vida que não foi nada fácil Cuma mulher, Cuma mãe, Cuma esposa entendeu? Ai eu pegava e falava com elas a respeito de tudo isso...

Falava que as coisas eram assim, mas que não precisaria ser assim para sempre, que para mudar a gente precisava lutar e se conformar não era remédio... E enquanto a gente baixar a nossa cabeça isso não ia mudar, a gente ia continuar sendo tapete, ia continuar sendo muda, sendo ignorada... Então quando eu vi uma delas dizer : - NÃO! Eu me sentia super útil, eu sentia que elas aprenderam a falar, a protestar eu cumpri minha função de cidadã! Assim eu me sentia muito útil! **O colegiado era composto por homens e mulheres, nesse sentido, quem mais se destacava? Os homens, as mulheres ou eram igual?** Sempre os homens! Por que era eles que tinha o espaço! Era eles que dizia que ditava as regras... A gente pra arrumar um espaço era muito difícil... Eu lembro de uma vez que eu fique “p” da vida! Ia ter uma plenária do território e eles convidaram todos os homens e um desses homens eu conhecia e me chamou. E eu fui, quando eu cheguei lá , ai o coordenador d território questionou o porquê das mulheres não estarem representadas. Ai eu falei: - Uai, mas você disse que as mulheres não tinham dinheiro para vir! Ai ele me respondeu: - As mulheres tem tantos recursos quanto os homens... Só que esse recurso eu nunca tive notícia, eu nunca vi e soube e quando eu soube que todo mundo estava convidado e falei com o coordenador do território ele simplesmente disse que a coordenação das mulheres não precisa vir. Mas como não precisava se era uma reunião que dizia respeito ao território e nos fazíamos parte dele? Eu notei que ele ficou intimidado quando cheguei lá com meu amigo que era do colegiado, e ai quando eu falei e questionei ele veio me dizer apenas que as mulheres poderiam ter ido, mas como sem se quer saber da reunião? Ele diz que nos tínhamos recursos para ir para as reuniões, mas dos cinco anos que eu venho participando do colegiado eu nunca vi, sempre foi uma dificuldade enorme para chegar nos encontros nem o da passagem a gente tinha! Nós e os jovens só aparecíamos quando tinha algum projeto que exigia a nossa participação para liberar recursos para o território, mas nós nunca tivemos acesso a nada! **Existe um grande número de assentadas rurais no território, a senhora se julga capaz de representa-las na política territorial? Haveriam obstáculos para tanto?** Eu tenho certeza que eu poderia sim representar! Agora o obstáculo, aqui principalmente é o machismo... Eu me lembro de uma vez que eu falei por acidente que eu iria me candidatar à vereadora para defender as mulheres e por isso eu alvo de um processo. Alguns homens daqui da região montaram fotos com imagens de uma outra chácara como se eu tivesse desmatando, lançou isso no Incra e só depois... Meu nome foi parar no Ministério Público, fui chamada pela Polícia Federal por isso, eles estavam com fotos de caminhões que eu nunca vi saindo de uma terra que

não era minha... Então para você ver, por eu simplesmente ter tirado uma brincadeira gerou essa confusão toda! Então o que se entende é que o machismo é muito grande, por eu ser mulher, por eles considerar que eu sou nova na região, por eu ter alguma chance, por eu ser briguenta não é só na coordenação das mulheres não, se eu ver uma mulher sendo desrespeitada eu não fico calada. E por esse motivo eles quiseram me calar. É complicado... Não vou dizer que não tenho vontade de representar as mulheres, acontece que é muito desafiador! **Além da conquista de voz, o que mais a senhora enquanto mulher desejava alcançar por meio da política territorial?** O meu desejo é que as pessoas que moram na área rural, principalmente as mulheres que elas pudessem se empoderar de direitos e de valores. Por causa que a gente vê até no fomento do Inra que são destinado as mulheres, você não vê um projeto de grande porte. As mulheres não tem empoderamento financeiro, nem assim como pode dizer? Enquanto mulher, enquanto mãe, ela é sujeita em todas as áreas da vida... Então o que eu queria era arrumar um psicólogo, é dar palestra e dizer para elas que elas podem mudar de vida entendeu? Coisa que eu fazia no Recanto e por isso eu não era bem vinda. É muito complicado ver que as mulheres sofrem esse tipo de coisa... Eu me lembro de uma vez e foi até você que me disse que quando tava fazendo a pesquisa bateu na casa de uma mulher e quem saiu foi o homem, e saiu dizendo que a mulher era feia, era isso era aquilo... Quer dizer, a mulher que sofre esse tipo de coisa, ela já não tem mais amor próprio, ela não tem mais autoestima, ela não tem mais nada entendeu? Tem delas que aceita qualquer coisa porque acha que não são nada e isso não é verdade! Nós enquanto mulheres nós temos os nossos deveres, mas temos também muitos direitos. E direitos que não são respeitados por ninguém, e não adianta porque, por exemplo, aqui dentro do assentamento para eu me tornar presidente da associação eu tive que ameaçar o antigo presidente de por ele na justiça para ele me passar à ata. Porque ele estava querendo me vender uma associação que tinha sido criada por mim e pela minha amiga. Que todas nos paguemos todas as contas, mas como nós era mulher ele achava que não, que nós tava sujeita a ele. Então, toda essa conversa é para as pessoas saberem que os abusos são em todas as áreas. Dentro da minha casa eu não sofri isso, porque meu filho desde cedo eu ensinei que mulher não é objeto, que mulher não se pega, mulher não se fica, por que mulher você tem que respeitar! Mas enquanto ex-esposo foi um desastre entendeu? E aqui dentro também na formação do assentamento eu também ouvi muito homem dizer que não aceitava ordem de mulher. **Durante as reuniões havia algum tipo de diferença no que diz respeito aos esclarecimentos, a**

**aceitação das pautas das mulheres? Se havia como era a reação dos homens?** Havia sim diferença! Os homens rejeitavam... Teve uma plenária que eles trataram de todos os assuntos dos homens e quando eu fui falar por último eles deram a plenária por encerrada. E eu, a dona Marli e mais umas duas mulheres questionamos: - Encerrado porque se a pauta das mulheres ainda não foi discutida? Ai eles disseram que não era assim, que a gente tava entendendo errado etc... Depois da gente muito reclamar eles pediram desculpa e nos deixaram falar. Mas esse tipo de coisa era praxe pra ver se colava sabe... Então é claro que era muita diferença sim! **O que a senhora entende pelo termo poder?** Ahh, poder para mim é o que acontece quando a gente sobe sem medo numa plenária, quando chamam a gente pra discutir, que eles nunca chamaram a gente pra discutir, eles só chamaram a gente pra ser figura decorativa. Coisa que nunca caiu bem pra mim ne?! Então tipo assim, quando a gente tava lá eles exerciam o poder deles sobre nós pra que gente ficasse no lugar onde eles queriam entendeu? Cumprindo uma obrigação como que tá aqui 30% de mulheres pra cumprir a meta dessa reunião. Mas tava lá sem voz, sem ter direito a projeto, sem ter nada coma se fosse um objeto decorativo. Quando a gente passou a não aceitar isso teve plenária que a gente foi porque a gente descobriu e chegou lá, não porque eles chamaram entendeu? **Você se sentiu representada e ouvida em algum momento no colegiado?** Como assim? Sem brigar? A duras penas, mas ouviram! A gente brigou, sapateou, mas eles nos ouviram. Tudo sempre foi uma luta. É porque assim, no território a gente teve umas quatro mulher meio assim... Queixo duro sabe... Ai me apareceu mais a Daiane risos... Ai resumo, o que a gente não conseguia na democracia a gente ganhava no peito, na briga mesmo, mas a gente conseguiu falar sim e eu sempre me senti representada por essas mulheres viu!? **Quando ausente das reuniões, a senhora se sentia representada no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, ter pessoas que de fato levavam a informação adiante?** Não! Tipo assim, quando eu não tava presente a Daiane tava e quando a Daiane não estava nós simplesmente não sabia de nada porque as outras mulheres só se sentia empoderada quando a gente tava. Quando a gente não tava infelizmente não sabia de nada. Não passavam pauta, ninguém sabia o que tinha sido discutido... Simplesmente ficava o não pelo não, como se não tivesse acontecido ou como se nós não fizesse parte daquilo entendeu? **A senhora possui contato com seus pais?** A minha mãe mora aqui, ela veio para cá para me vigiar risos... Achando que ia me deixar mais longe das confusão... Ela mora aqui no assentamento. **No caso das tarefas domésticas existe alguma ajuda ou divisão na sua casa?** O serviço doméstico

é só comigo mesmo! **A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?** Eu já sofri sim! O meu ex-marido, o motivo da nossa separação foi que ele bebia muito e tava se tornando agressivo... Ai ele começou a dizer que ia me matar, que ia me matar varias vezes e quando foi num belo dia ele tentou...E ai quando ele fez isso eu quis me separar e ele disse que não precisava eu ir embora porque eu vou e não sei o que...Tipo assim, empurrou com a barriga mesmo sabe?!Depois ele ficou enrolando e não foi embora entendeu? Quando foi uma outra vez ele tentou novamente e ai eu peguei e falei pra ele por causa que meus filhos eram pequenos e a minha menina mais nova era muito apaixonada por ele... E eu disse a ele que se não largasse a bebida eu ia embora, dai ele me perguntou o que eu ainda tava fazendo em casa. Ai eu deixei sair pro serviço arrumei minhas coisa e meus fi e fui embora. Mas eu já sofri sim, uma vez foi pouco, mas ele me empurrou e isso para mim é algo inadmissível... Ele chegou e me empurrou em cima do fogão e a panela de pressão estava cheia de feijão fervente... Então eu fui e quando eu voltei eu já voltei com a panela em tempo de me queimar. E quando chega nesse tom já não tem mais nada que salvar sabe?! **Neste contexto a senhora simplesmente foi embora ou buscou ajuda, seus direitos?** Não, tem pouco tempo, mas isso era uma coisa intocável... O homem, o fulano jamais faria uma coisa dessa! Então acabava que a gente ficava de mentirosa... Então tipo assim, pra não ser julgada, ou muita das vezes humilhada eu fiquei calada tanto é que até hoje tem coisas que a minha família não sabe. Algumas coisas eu conto, outras não e naquele tempo eu não falava com medo dos meus irmãos, eu não queria querer estragar a vida de ninguém por um problema que era meu entendeu? Por isso ele meu ex-marido acabou se tornando a vítima da separação... Mas só sabia o tanto de agressão que sofria dele, principalmente psicológica. **A senhora sabe o que é uma política pública e para que ela serve?** Olha o que eu entendo de políticas públicas é o seguinte: É um projeto que deveria ser executado para a população, no meu caso a população rural são alguns recursos para projetos para que as pessoas que vivam nos assentamentos vivam melhor. Pesquisadora: Você considera que a política territorial foi benéfica para o território como um todo ou apenas para grupos isolados? Muita coisa nos conseguimos pela discussão no território, como as máquinas do PAC2, então poucas coisas que tem nos municípios não foram os prefeitos que trouxeram quem trouxe foi à política territorial. Eu creio que foi bom. Infelizmente por motivos políticos os destinos dessas máquinas não chegavam pros assentados. **A senhora considera que a câmara temática de gênero foi exitosa? Existiram outras**

**câmaras com êxito?** Não, a de jovem tava ate bem no começo, mas não conseguiu se firmar porque logo após ter sido feita ela deixou de fazer as atividades por causa dessa “nova política”, teve toda essa mudança sobre a política e os recursos foram acabados. Então tipo assim, a das mulheres teve um grande avanço, mas também deixou muito a desejar por falta de espaço para discussão... Só mesmo os Homem mesmo que fazia projeto, que tinha dinheiro, que tinha espaço... **A senhora considera que o colegiado foi capaz de atender as diferentes demandas do território?** Não conseguiu! Os projetos que estavam mais avançados eram os nossos e sempre foram boicotados... Então ao meu ver, não foi de maneira nenhuma! **Como a senhora se vê daqui a cinco anos e como você viu e vê a política territorial daqui a cinco anos?** Olha infelizmente o que eu vejo para o futuro é pior do que o tá... Porque nos sabemos que o novo governo que tem ai, ele não simpatiza com causas sociais, não adianta a gente botar uma cortina de fumaça... Seria bom eu dizer que vai ter um avanço, mas não vamos! Eu vejo pros próximos cinco anos à política territorial parada como tá entendeu? **A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e poder?** Sim! Sempre! E enquanto as mulheres não se organizarem para conseguir alguns espaços isso ai a tendência e piorar porque mulheres que fala e que brigam são poucas... A maioria delas baixam a cabeça! Então tipo assim, a tendência é piorara, mas eu creio o seguinte: - Que eu, dona Zilá, Daiane e Marli não podem desistir e nem que seja com a vizinha ou mesmo com a filha... Mas que não pare! Porque se a gente parar vai ficar pior porque de dez talvez uma se empodere, uma comece a falar entende? E se a gente ficar calada talvez a gente não consiga que isso se estenda para mais tempo. Porque para ser bem sincera é cômodo ficar calada! É cômodo ficar quieto... Porque ficando quieto você não arruma problema! Você não ouve piada, você não é ameaçada porque infelizmente tanto você Daiane, como eu, já fomos ameaçada por se impor... Então muitas das vezes a gente fala que as mulheres tem que se impor, mas eu também entendo quando elas se calam... **Como manter as mulheres no papel de protagonistas diante de um sistema de opressão?** Reagindo sempre! Nunca ficar calada, seja numa cantada, numa piada sutil ou escrachada é não ficar calada... Eu não aceito! Muitas das vezes é arrumando a mala e colocando ela nas costas e ir protestar com um coordenador machista, com um político desinteressado, um Bolsonaro da vida... é ir à luta sempre!

#### 4. Integrante Consciência.

**Há quanto tempo a senhora reside no município de Damianópolis?** Desde que nasci e fui criada aqui e estou por aqui até hoje graças a Deus. **Qual a sua idade?** Eu tenho 40 anos de idade. **Qual sua ocupação profissional?** Eu sou técnica de enfermagem e comerciante também. **Teve outras ocupações anteriores a essa?** Não, não. Sempre exerci a função de técnica de enfermagem. Somente no momento que estou ajudando meu esposo no comércio, temos uma casa lotérica. **A senhora tem filhos?** Sim, tenho dois. **E eles moram com você?** Sim, os dois ainda são menores de idade. **A senhora é casada?** Sim. **Quantos aos espaços de representação, como a senhora chegou ao Colegiado Territorial do Território da Cidadania Vale do Paranã?** Fui indicada pelo meu esposo que faz parte do núcleo diretivo do território. **Você acredita que houve algum desafio ou empecilho para que fosse ouvida dentro do colegiado territorial?** Sim, por que sempre às mulheres digamos assim... são menosprezadas né!? A mulher sempre luta pelo espaço dela e é uma dificuldade muito grande e nesse sentido, eu chego que não só eu, mas todas as mulheres sempre tivemos muitas dificuldades sim. **Em algum momento a senhora se sentiu oprimida para se expressar dentro dos espaços de fala no território?** Sim, sempre! Por que muitas das vezes a gente expressava, falava só que aqueles ofícios, as pautas que a gente colocava nas reuniões elas simplesmente iam para as “gavetas” e lá ficavam. **Por que você decidiu se tornar membro da Câmara Temática de Gênero?** Foi devido ao convite das meninas né, da equipe lá do território. Elas me convidaram para fazer parte. **No momento da consolidação dessa Câmara ou Comitê de Gênero, você percebeu ela sendo bem recebida pelo colegiado, pela sociedade ou não houve uma boa receptividade?** Não, não receberam! Porque é igual eu estava falando, cada vez mais a gente tá lutando por esse espaço, mas hoje a gente nunca foi bem aceita, vamos dizer assim... É uma luta constante. Mas a gente não desiste. **Você acredita que não foi bem aceita por que, pelas discussões, pelas pautas que eram colocadas?** Não era pelas pautas porque com certeza as pautas sempre foram muito bem colocadas, os temas eram muito bem aceitos, mas eu creio que pelo simples fato de ser um grupo de mulheres que estava levando essas pautas ali naquela reunião. Ai a gente foi sempre menos aceita, devido a esse motivo... Simplesmente porque era um grupo de mulheres **Você tem noção de como está o Comitê de gênero atualmente?** Ele está desmotivado, desmobilizado né... Devido o motivo que a gente não tem uma aceitação, um apoio do território em si... Pra

poder continuar com essas demandas. **Entre os representantes do colegiado, a gente sabe que existem homens e mulheres, quem mais se destacava na sua opinião ou tinha mais espaço nas decisões e por quê?** Sempre quem teve mais destaque nas reuniões à gente poderia simplesmente notar, era a parte dos homens! Os homens chegava, falava né... não sei, pelo fato de simplesmente serem os homens falavam, eles sempre foram mais bem aceitos do que as mulheres. E eles eram maioria também, ou aquele negócio assim... Ah, não as mulheres isso e aquilo... E sempre as mulheres eram menos ouvidas, mas nós trabalhamos para que essa realidade mudasse. **Com relação ao grande número de assentadas rurais que existem no território, você considera que poderia representa-las na política e mais especificamente na política territorial e por quê?** Sim, eu considero que eu posso sim representa-las. Porque essas mulheres devem conquistar um espaço na saúde, na educação que eles os assentados e assentadas são bem largados assim... Deixados de lado mesmo! E eles e elas precisam de pessoas que tem disposição para lutar por esses direitos pra eles ter mais acesso à saúde e educação. Então precisa de ter alguém que corra atrás. **A senhora considera que haveria algum tipo de obstáculo para o exercício desta representação?** Tem obstáculos, justamente por isso que elas precisam de alguém para representa-las. Por que como elas já moram no assentamento, tem uma vida bem vulnerável vamos dizer assim... Não tem acesso a essas reuniões que nós fazíamos e aí precisa muito de uma pessoa para representar. **Sabemos que a conquista de voz é muito importante mas para além da conquista de voz dentro das reuniões, você enquanto mulher, o que você almejava alcançar por meio da política territorial? Seria só poder de voz?** Não, não era! O poder de voz faz parte, mas eu gostaria sim que aquelas demandas que foram levantadas ali, não tivessem ficado só ali no nosso esforço para juntar... Que ela fossem olhadas, valorizadas e não ficasse só no papel, mas que elas fossem levadas para a realidade mesmo. **A senhora percebia se durante as reuniões havia algum tipo de diferença nos esclarecimentos e aceitação das pautas das mulheres?** Sim, existia sim as diferenças! Por que principalmente os homens não achavam assim, que eram coisas muito importantes que às vezes outras temáticas outras pautas seria mais importantes aí a gente era assim, deixadas um pouco de lado. **Na sua opinião o que significa poder?** Poder no meu modo de ver é quando você pode fazer alguma coisa, quando você tem condições de fazer algo e fazer. É você ter o poder e boa vontade de fazer aquilo que tem pra ser feito. Por que não adianta você ter o poder e não ter boa vontade e interesse de usar o mesmo ao bem ao favor daquele que precisa. **Como espaço de poder e como**

**mulher, você se sentiu representada e ouvida no colegiado territorial?** A gente foi representada sim, mas não bem ouvida! Porque não sei por que a gente era minoria ou será simplesmente pelo fato de ser um grupo de mulheres mas não era bem ouvida. Porque se a gente fosse bem ouvida com certeza hoje estaria sendo bem diferente.

**Quando por ventura não podia comparecer a uma reunião você se sentia representada no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, as suas reivindicações levadas para o colegiado, da sua comunidade e votadas e também receber as informações também?** Em se tratando do Comitê de mulheres quando ausente das reuniões me sentia representada sim pelas mulheres que ali estavam e antes do comitê existir não havia essa representação.

**Neste aspecto do Comitê de mulheres você considera que a Universidade (Nedets) foi importante para essa organização de vocês e empoderamento?** Com certeza! Foi e está sendo importante, porque é através da universidade que nos estamos tendo uma oportunidade de pelo menos expressar e falar e com certeza através desta expressão, desta fala é que as coisas vão mudar para as mulheres aqui. Com certeza.

**No seu entendimento, o que vem a ser uma política pública e para que ela serve?** A política pública, ela serve para proteger, para dar condições às pessoas vulneráveis, mas muita das vezes ela não está sendo vista dessa maneira, mas eu espero que num futuro próximo isto seja diferente elas vão estar voltadas para as pessoas mais necessitadas.

**Você sabe como se deu o início da política territorial no Território da Cidadania Vale do Paranã?** Não, eu não sei por que nesse período eu ainda não fazia parte.

**Você acredita que a política territorial foi produtiva para o território de modo geral ou ela favoreceu apenas pequenos grupos?** Ela não foi favorável a todo território em si. Com certeza não! Ela foi favorável a um pequeno grupo com certeza.

**A senhora se sente confortável para indicar esse grupo?** Não, não me sinto!

**Dentro do território, existiam outras Câmaras Temáticas, a senhora tem conhecimento se alguma dessas Câmaras teve êxito?** Teve umas que teve, mas a de gênero foi a menos favorecida.

**Você considera que o colegiado territorial foi capaz de atender, de ouvir as diferentes demandas do território?** Não, ele não foi! É igual eu falei antes ouvir ele ouviu, mas isso ficou engavetado, ficou sem ir adiante, sem encaminhamento né! Eu acho assim, que deveria ter tido mais apoio do próprio território que com certeza teria sido diferente.

**Como a M.R.T. se vê daqui a cinco anos?** Eu vejo e com muita fé, a gente bem e em um momento muito bom... As mulheres empoderadas, trabalhando e com voz ativa, não só voz, mas em ações na qual a gente almeja e tem trabalhado. E entendendo que não

podemos desistir. **E como você viu a política e vê daqui a cinco anos?** Eu espero que vai estar melhor, porque agora com essas mudanças de governo e de Estado desmobilizou tudo. Mas mesmo assim, creio eu tenho muita fé que vai melhorar e se depender da garra das mulheres daqui tudo vai melhorar. **Com relação às relações de gênero, você reconhece que existe um sistema dominante que impedem as mulheres de acessarem os espaços de poder?** Existe, com certeza! E isso está bem claro para todos nós verem que a mulher, ela luta, luta e luta... Igual a um homem luta e muitas das vezes ela e barrada simplesmente pelo fato que é uma mulher que esta lutando pelo aquele direto. **E qual seria a estratégia para manter as mulheres no papel de protagonistas diante de um sistema de opressão, discriminação que é o que a gente vive. E, além disso, como ela pode se manter na luta diante desse novo panorama político que estamos vivendo?** Sempre ativas, não desistir jamais por mais que seja difícil aquele obstáculo naquele momento, mas não desistir, sempre lutar de cabeça erguida. **Você possui contato com seus pais?** Sim, graças a Deus! Mas infelizmente, só com minha mãe porque meu pai não existe mais entre nós... E a nossa relação sempre foi muito tranquila. **Na sua casa existem afazeres domésticos, como são feitas e executadas essas tarefas? Existe uma divisão com a família, a senhora executa tudo sozinha, tem alguém de fora para fazer?** A família divide os momentos bons e ruins também... O esposo vai lavar a louça e os filhos também ajudam em tudo. É tranquilo! **A senhora já sofreu violência doméstica ou conhece alguém que já tenha sofrido?** Graças a Deus não sofri, mas conheço pessoas próximas a mim que já sofreu. **A senhora sabe se essas pessoas buscaram orientação ou mesmo os direitos delas junto à justiça?** Não, não buscou porque ela precisava de ajuda e naquele momento não teve ajuda. Porque muitas vezes você procura e a pessoa simplesmente te diz que tem uma delegacia, mas acolhe e ajuda a mulher chegar até lá. E não é fácil para aquela mulher fazer uma denuncia principalmente porque foi o companheiro. Eu creio que devido a isso esse momento e essa não informação e por a pessoa se sentir que dependia daquele marido financeiramente né... Ai ela não fez denúncia.

5. Integrante Força.

**Município de Iaciara- GO. Há quanto tempo a reside no município de Iaciara?** Há trinta e quatro anos. **Qual a idade da senhora?** Tenho 72 anos. **Qual foi sua trajetória profissional? Qual às ocupações a senhora já teve?** Só na roça e no sindicato rural (FEDADEF) e atualmente sou aposentada. **A senhora tem quantos filhos?** Dois.

**Algun deles mora com a senhora? Não! Qual o seu estado civil?** Sou casada. **Como a senhora chegou até o colegiado territorial do Vale do Paranã?** Eu fui convidada pelo sindicato local. O presidente do sindicato me chamou, eu comecei a ir pra Fedadef e comecei, na verdade eu inaugurei o território. Em 2009 ele foi inaugurado. Eu sou uma das pioneiras daqui sim. **Existiu algum tipo de desafio para a senhora ser ouvida dentro desse território?** A mulher sempre ficou de lado! Isso ai é um fato que é muito real... Eles não ouvem as mulheres! Nos tivemos muita briga, a mulherada brigou bastante para ser ouvida. **Nesse sentido a senhora em algum momento se sentiu oprimida para se expressar ou pra falar, ou mesmo para permanecer dentro de alguma reunião?** Não porque eu sou uma pessoa que não aceito um simples não! Eu pego os desafio tudo... Pego o microfone e vou lá e falo mesmo sem me deixarem falar. **Sabe-se que dentro da dinâmica de funcionamento do colegiado territorial existem as câmaras temáticas. A senhora é membro dessa câmara? Se for por que a senhora decidiu fazer parte dessa câmara?** Não é nem que eu decidi, eles que me colocaram lá... Eu sou do comitê de mulheres e da rede de conselhos. **A senhora considera que essa Câmara temática de gênero foi bem recebida pelo colegiado e pela sociedade do território como um todo?** Eu acredito que não! Porque ali, sei lá... Os homens são e sempre foram muito machistas né?! Nós lutamos bastante, mas tá difícil... **Como se encontra essa Câmara de mulheres atualmente?** A de mulheres apesar das dificuldades sempre tivemos um grupo bom! Agora ela tá meio parada e nos temos que reativar ela. Nos tamo tentando pra ver se conseguimos apoio pra reforçar o comitê de novo. **A senhora se sente ou se sentiu útil dentro do colegiado territorial do TCVP?** Sim! A gente já conseguiu bastante coisa, como por exemplo, o asfalto, o IML (que ninguém lembra, mas que fomos nós que pedimos), na saúde também a agente conseguiu alguns avanços... tem bastante. **Nesse espaço do colegiado territorial, tem algum espaço de sua preferência para se expressar, para falar?** Eu atuo e atuei mais no Comitê de mulheres e nos Conselhos e onde eu me sinto a vontade e participo mesmo de corpo e alma... e nesses eu realmente sou ouvida sempre. **Tanto o território como o colegiado são compostos por homens e mulheres. Nesse caso, quem a senhora considera que se destaca mais os homens ou as mulheres?** Bom, o comitê de mulheres como a gente fala, é só mulheres né?! Então lógico que é as mulheres, mas no conselho mais é os homens pelo machismo deles mesmo. **Com relação ao grande número de assentadas rurais que a senhora mesmo nos ajudou a desenvolver uma pesquisa muito grande a esse respeito. A senhora se considera**

**capaz de representar essas mulheres na política com papel, por exemplo, de multiplicadora. A senhora ser a representante delas aqui no município de Iaciara?** Ah, com toda certeza! **A senhora enxerga algum tipo de desafio para essa representação acontecer?** Esses desafios existem demais, nos levarmos às pautas para um deputado, fazer como se diz... Ter uma ponte entre nós e o poder público. Sou revoltada porque por causa do machismo a gente perde projetos de produção como foi o caso da irrigação e da panificação há uns anos atrás que o projeto estava pronto e não lançaram no sistema. Então por essas e por outras a gente tem uma luta muito grande aí pela frente. **Além da conquista de voz o que mais a senhora acha que é possível ou desejaria alcançar por meio da política territorial?** Acho que seria bom se a gente conseguisse uma forma de ter lazer para as nossas crianças, ter renda pra nos mulheres por que aqui precisa muito... É essencial. **O que a senhora entende pelo termo poder?** Eu não sou muito de poder... Acho é a gente ter a capacidade de ser atuante em todas as áreas da vida sem ter medo sabe?! **A mulher se sentia representada e ouvida dentro do colegiado?** Não! Os homem lá, a gente tem que enfrentar cara a cara porque se não eles não deixam nada para a gente. **Quando a senhora não podia ir às reuniões a senhora se sentia devidamente representada, no sentido de ter as pautas devidamente discutidas, de ter informação etc.?** Eu nunca faltei a nenhuma reunião então eu estava sempre me fazendo representar e participar. **A senhora tem pai e mãe?** Não, meus pais já são mortos. **Aqui na casa da senhora com relação aos afazeres domésticos, existe alguma divisão?** É só eu e meu marido, aí é ele quem me ajuda. **A senhora já sofreu algum tipo de violência doméstica?** Não! **Conhece alguém que tenha sofrido?** Ahh... aqui na rua tem muitas! Aqui na cidade de maneira geral. **A senhora tem conhecimento se essas mulheres buscam ajuda da justiça?** Não adianta procurar direitos aqui. Se elas vão lá os soldados, a polícia acha que elas mereceram. As autoridades são omissas. A única delegacia da mulher do território é aqui, mas não funciona. E inclusive aqui não tem nem mais a figura de secretária da mulher. **O que é uma política pública e para que ela serve?** Ahh... ela vale muito né?! Que nem agora o que eu quero fazer, levar um relatório para o deputado para nos pedir procurar alguma autoridade que faça alguma coisa com o que a gente pede. A política pública tem que existir pra melhorar o município de alguma forma e a vida da gente. **Como foi o início da política territorial aqui no TCVP?** No início foi bom, tinha muita gente que participava... O sindicato era ótimo ninguém faltava! Aí depois foi morrendo porque a gente pede as coisas e não vem né?! Então aí foi morrendo e o povo foi se retirando, se

retirando... **A senhora considera que a política territorial foi produtiva para o território?** Não! A gente não conseguiu inclusive nos conselhos. Eu represento o conselho e não tenho voz ativa na prefeitura em nada apesar de tentar muito... Então, isso aí a gente precisa demais. **Dentre as Câmaras temáticas do território a senhora considera que alguma foi exitosa?** Só as das mulheres. **Nesse êxito a senhora considera que ocorreu devido algum apoio recebido?** A princípio apenas pelo esforço das mulheres e a ajuda da universidade também com os Nedet's. Isso você sabe bem Daiane e desde quando nos montamos o comitê em 2015 junto com vocês da universidade nos avançamos em muita coisa. **A senhora acredita que a política territorial foi capaz de atender as diferentes demandas do território?** Não chega nem a metade do que precisava. **Como a senhora se vê daqui a cinco anos?** Eu quero estar sempre atuante, mas com relação à política eu acho meio difícil de melhorar... Vamo lutar para que melhore. Enquanto eu tiver vida eu quero e vou lutar. **E com relação à política como a senhora se vê daqui a cinco anos?** Eu acho que nesse cenário que a gente vive desse novo governo ela deve morrer viu... E aí e onde a gente precisa brigar muito pra não deixar ela morrer. **A senhora reconhece que existe um sistema dominante impedindo as mulheres de acessarem os espaços de fala e de poder?** Sim, com toda certeza e bem forte! **E como seria possível manter as mulheres no papel de protagonistas?** Tem que batalhar enfrentar, ir a luta não ficar calada de jeito nenhum... É ir para a marcha das margaridas, levantar a bandeira lá pedir para os deputados as nossas demandas...